



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Laís Müller Napoleão Braz

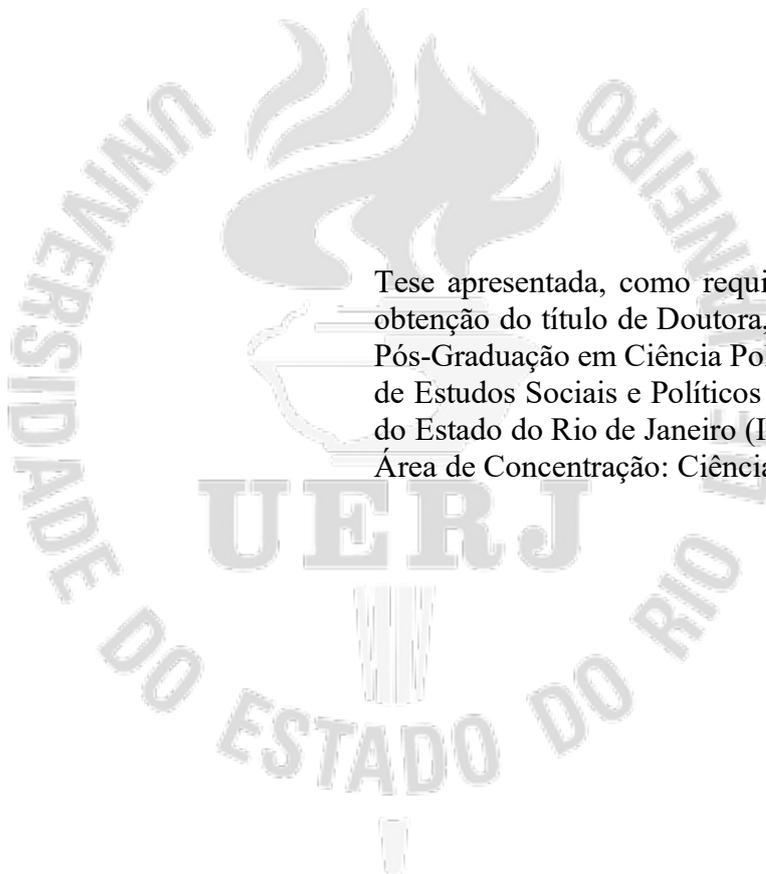
**Mulheres e a ultradireita:
pautando o gênero no Brasil de Bolsonaro**

Rio de Janeiro

2023

Laís Müller Napoleão Braz

**Mulheres e a ultradireita:
pautando o gênero no Brasil de Bolsonaro**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP–UERJ).
Área de Concentração: Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Campos

Rio de Janeiro-RJ

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/D-IESP

B827 Braz, Laís Napoleão Muller.
Mulheres e a ultradireita: pautando o gênero no Brasil de Bolsonaro / Laís Müller Napoleão Braz – 2021.
187f. : il.

Orientador: Luiz Augusto Campos
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Mulheres – Brasil - Teses. 2. Relações de gênero – Brasil - Teses. 3. Feminismo – Teses. 4. Direita e esquerda (Ciência política) – Teses. 5. Bolsonaro, Jair, 1955 – Teses. 6. Brasil - Política e governo - 2019-2022 - Teses. I. Campos, Luiz Augusto. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 396:32(81)

Rosalina Barros CRB-7 / 4204 - Bibliotecária responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Laís Müller Napoleão Braz

**Mulheres e a ultradireita:
pautando o gênero no Brasil de Bolsonaro**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP–UERJ).

Aprovada em 06 de setembro de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luiz Augusto de Souza Carneiro Campos (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Breno Marques Bringel
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Profª. Dra. San Romanelli Assunção
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

Prof. Dr. Roberta Kelly Soromenho Nicolete
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Raul Nunes de Oliveira
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro-RJ

2023

À minha mãe, Rosário Müller.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer ao estado do Rio de Janeiro e em especial a Universidade do Estado do Rio de Janeiro pela oportunidade de cursar um doutorado público, gratuito e de qualidade.

O Brasil é um país extremamente desigual e a educação é uma das poucas formas de mobilização social que existem. Não à toa, é um bem escasso e concentrado nas mãos de uma elite excludente. Por tudo isso, me sinto privilegiada de ter chegado até aqui.

Agradeço também minha família, em especial minha mãe, que nunca poupou esforços para, apesar de ser mãe solo e ter sofrido bastante com os desafios disso, promover meu acesso à uma educação de qualidade.

À Professora San Romanelli, meus mais sinceros agradecimentos por ter tornado a caminhada mais leve e por me mostrar o real sentido da docência.

Agradeço, ainda, meu noivo, que me estendeu a mão nesses anos tão difíceis que antecederam a defesa da minha tese.

Por último, um agradecimento especial ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo financiamento de minha pesquisa ao longo dos quatro anos de doutorado.

RESUMO

BRAZ, Laís Müller Napoleão. *Mulheres e a ultradireita*: pautando o gênero no Brasil de Bolsonaro. Orientador: Luiz Augusto Campos. 2023. 187f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Nos últimos anos, a ascensão política de grupos conservadores vem chamando a atenção de inúmeros estudos acadêmicos recentes. Apesar das controvérsias em torno do conceito que melhor traduziria esses movimentos (Neoconservadorismo, Nova Direita, UltraDireita, Extrema direita etc.), duas características parecem marcá-los: primeiro, a defesa da família e dos papéis tradicionais de gênero na sociedade; e, segundo, uma presença considerável de lideranças femininas em seu interior. De que modo as questões de gênero são discutidas na esfera política por essas lideranças femininas? Como elas atuam politicamente? Esta tese busca responder a essas perguntas por meio da análise das falas das representantes políticas desses movimentos dentro da Câmara dos Deputados no período em que Jair Bolsonaro ocupou o cargo de Presidente da República, mais especificamente entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022.

Palavras-chave: extrema direita; neoconservadorismo; bolsonarismo; gênero.

ABSTRACT

BRAZ, Laís Müller Napoleão. *Women and the far-right: addressing gender in Bolsonaro's Brazil*. Orientador: Luiz Augusto Campos. 2023. 187f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

In recent years, the political rise of conservative groups has drawn the attention of numerous recent academic studies. Despite the controversies surrounding the concept that best translates these movements (Neoconservatism, New Right, UltraRight, Extreme Right, etc.), two characteristics seem to mark them: first, the defense of the family and traditional gender roles in society; and second, a considerable presence of female leaders within it. How are gender issues discussed in the political sphere by these female leaders? How do they act politically? This thesis seeks to answer these questions through the analysis of the speeches of the political representatives of these movements within the Chamber of Deputies in the period in which Jair Bolsonaro held the position of President of the Republic, more specifically between January 1, 2019 and December 31, 2022.

Keywords: Far right; neoconservadorism; bolsonarism; gender.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1- Governos de ultradireita no Norte Global 2008-2023.....	25
Quadro 2 - Governos de ultradireita no Sul Global 2008-2023.....	27
Quadro 3- Avanços progressistas e reações conservadoras desde 1988.....	29
Tabela 1- Dados das páginas no Facebook no momento da coleta de dados (2020).....	78
Gráfico 1- Série temporal do número de postagens no Facebook.....	79
Gráfico 2- Série temporal do número de compartilhamentos no Facebook.....	80
Tabela 2- Palavras e expressões mais frequentes, Damares Alves e Sara Winter.....	82
Tabela 3- Palavras e expressões mais frequentes, Tia Eron e Janaina Paschoal.....	83
Tabela 4- Palavras e expressões mais frequentes, Carla Zambelli e Joice Hasselmann.....	84
Tabela 5- Deputadas PSL.....	100
Gráfico 3- Total de eleitos por gênero (1994-2020).....	109
Gráfico 4 - Deputados Estaduais por gênero (1994-2018).....	109
Gráfico 5- Deputados Federais por gênero (1994-2018).....	110
Gráfico 6- Deputados Distritais por gênero (1998-2018).....	111
Gráfico 7- Governadores por gênero (1998-2018).....	111
Gráfico 8- Senadores por gênero (1994-2018).....	112
Gráfico 9- Prefeitos por gênero (2000-2020).....	112
Gráfico 10- Vereadores por gênero (2000-2020).....	113
Tabela 6- Discursos das Deputadas do PSL.....	114
Tabela 7- Projetos de Lei.....	131
Tabela 8- Projetos de Lei por Deputadas.....	140
Tabela 9- Projetos de Lei por Ano.....	140

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
ALESP	Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo
ANADEP	Associação Nacional dos Defensores Públicos Estaduais
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
BBC	British Broadcasting Corporation
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
Camde	Campanha da Mulher pela Democracia
CAMDE	Confederação da Mulher Democrática
CBN	Central Brasileira de Notícias
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPI	Comissão parlamentar de inquérito
CPMI	Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CUT	Central única dos Trabalhadores
CWA	Concerned Women for America
DEM	Partido Democratas
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
EUA	Estados Unidos da América
FCH	Fernando Henrique Cardoso
FECC	Fundo Estadual de Combate  Corrupção
FEFC	Fundo Especial de Financiamento de Campanha
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
IBES	Instituto Brasileiro para Excelência em Saúde
IEE	Instituto de Estudos Empresariais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econmica Aplicada
IWF	Independent's Women Forum
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgnero

MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEI	Microempreendedor individual
MFP	Ministério Público Federal
MNA	Movimento dos Não-alinhados
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEC	Projeto Emenda constitucional
PL	Projeto de Lei
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PP	Partido Progressista
PPL	Partido Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos Trabalhadores
PTN	Partido Trabalhista Nacional
RN	Rassemblement National
SBT	Sistema Brasileiro de Televisão
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	13
1	ULTRADIREITA NO BRASIL – COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?.....	20
1.1	Breve contexto global de avanço da ultradireita.....	20
1.1.1	<u>O avanço da ultradireita no Norte Global.....</u>	23
1.1.2	<u>O avanço da ultradireita no Sul Global.....</u>	26
1.2	Como chegamos aqui?.....	28
1.3	A ascensão da ultradireita no Brasil: perspectivas do fenômeno.....	32
1.3.1	<u>Perspectivas de movimentos sociais.....</u>	32
1.3.2	<u>Perspectivas institucionais.....</u>	39
2	GÊNERO E ULTRADIREITA.....	46
2.1	Sobre essencialismos de feminilidade.....	47
2.2	O homem e a mulher da ultradireita. O que pautam?.....	49
2.3	Performance de gênero na ultradireita.....	53
2.4	Quando a mulher de direita e o feminismo se encontram: leituras, apropriações e o caso de Joice Hasselmann.....	55
3	MULHERES DE DIREITA NO TOPO: NO SÉCULO PASSADO E NAS CAMPANHAS DE 2018.....	67
3.1	Novas direitas... e onde estão as mulheres?.....	69
3.2	Estudos sobre mulheres de direita.....	71
3.3	Mulheres da Ultradireita no Brasil.....	77
3.4	Utilização do Facebook.....	78
3.5	Pautas.....	81
3.6	Relação com Jair Bolsonaro.....	86
3.7	Análise.....	93
4	MULHERES DA ULTRADIREITA ELEITAS E SUAS PAUTAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS.....	97

4.1	Perfil das deputadas do PSL	100
4.2	Mapeamento da participação feminina na política brasileira	108
4.3	Análise de discursos	113
4.3.1	<u>Discursos relativos às mulheres e questões de gênero</u>	120
4.4	Análise dos projetos de lei	130
4.4.1	<u>Proposições que abordam gênero</u>	140
	CONCLUSÕES	171
	REFERÊNCIAS	174
	ANEXO A - Exemplo da análise dos Discursos da Deputada Chris Tonietto (PSL).....	186
	ANEXO B - Exemplo da análise dos Projetos de Lei da Deputada Caroline de Toni (PSL).....	187

INTRODUÇÃO

Há alguns anos, o Brasil virou palco de surgimento de um movimento político de coalizão neoconservadora, baseado em pautas como a defesa da família de moldes cristãos, do neoliberalismo, do punitivismo e do militarismo, e que teve como ápice a eleição do capitão da reserva Jair Bolsonaro para o cargo de Presidente da República. Para Rocha (2019), essa nova direita se origina da organização na internet de grupos de discussão e militância por parte de ativistas neoconservadores no auge do Lulismo, insatisfeitos com os avanços progressistas ocorridos desde o pacto da Promulgação da Constituição Federal de 1988, e que se beneficiaram do boom das redes sociais – em especial o Orkut –, para encontrar mais indivíduos insatisfeitos com os rumos que o país tomava e altamente empenhados em debater suas distintas visões de mundo. O movimento brasileiro foi amplamente também incentivado pelo avanço internacional do neoconservadorismo, como no caso dos Estados Unidos, palco de uma “aliança profana” entre a direita cristã, os conservadores e o empresariado, segundo Wendy Brown (2019).

Uma das principais bandeiras deste movimento é a que diz respeito ao restabelecimento da família patriarcal, por meio da mobilização de pautas de gênero. Ou seja, as questões de gênero figuram como um dos elementos principais da agenda da nova articulação neoconservadora brasileira. Para Junqueira (2018), quando feministas e ativistas do movimento LGBT ganham espaço, a reação radicalizada é justamente a da defesa conservadora da família tradicional ou “natural”, e dos desdobramentos de gênero que isto implica no debate público. Tal ativismo reage fortemente a diversas pautas ligadas à questão do gênero em seu sentido amplo (papéis sociais de gênero, performances de masculinidade e feminilidade, matrimônio, liberdade sexual, orientação sexual, sexualidade, violência contra a mulher, feminismo, anti-feminismo, paradigmas educacionais, dentre outros).

Enquanto um dos seus principais resultados, a reação ao crescimento da conquista de pautas progressistas em poucos anos se traduz em uma larga articulação que abarca desde segmentos da sociedade civil até blocos expressivos de representantes políticos. Segundo Lacerda (2018), há um movimento desde 2015 de orientação política neoconservadora na Câmara dos Deputados do Brasil, que se articula por meio de pautas de diferentes temas da agenda da direita contemporânea, e que englobam não só gênero, mas militarismo, anticomunismo e neoliberalismo, dentre outros. Entre as consequências desse recente movimento político no Brasil na seara institucional partidária, pode-se destacar a criação do partido NOVO, a orientação pragmática do PSC e PSL e o fortalecimento da candidatura de Jair Bolsonaro (ROCHA *et al*, 2021).

Se limitássemos a compreensão da atualidade somente à perspectiva da eleição do então Presidente da República, Jair Bolsonaro (que governou o país entre 1 de janeiro de 2019 e 31 de dezembro de 2022), não abrangeríamos o alcance de tal fenômeno. A radicalização da direita não se inicia e nem se encerra na trajetória deste indivíduo e de seu eleitorado, mas representa uma onda complexa que envolve diversas demandas sociais, políticas, culturais e econômicas que ajudaram na construção da narrativa não só de Bolsonaro, mas de diversas figuras públicas que também têm atuado no âmbito político. Essas são portadoras de um discurso que evidencia o complexo movimento de retomada de valores conservadores nos costumes e liberais na economia como reação aos anos de governos petistas. Este processo foi articulado e coordenado mediante um forte sentimento contra o Partido dos Trabalhadores (Antipetismo) e, também, ancorado na pauta anticorrupção – cimento necessário para a formação de uma frente portadora de valores religiosos, econômicos e morais em afinidade. Ainda no âmbito institucional, percebe-se também dentro deste movimento um crescimento na participação feminina na política. Nas eleições de 2018 houve um aumento de 51% de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados em relação a 2014. Nas assembleias legislativas, o crescimento foi de 41,2%, segundo dados públicos do Tribunal Superior Eleitoral. Esse aumento se deu particularmente dentro dos partidos de direita e centro-direita.

Além das características que funcionam como pano de fundo para o descontentamento do povo brasileiro nos últimos anos, como o combate à corrupção, à esquerda, ao comunismo e ao PT, há outras pautas em comum entre lideranças femininas no movimento. A defesa de um Estado Policial Máximo, punitivista e militarizado na agenda da segurança pública, coexiste com a defesa de um Estado Mínimo nas relações econômicas e familiares, este último de forma a preservar um modelo natural de família sem a intervenção do poder público. Nos discursos há um amplo espaço para a discussão sobre “ideologia de gênero”, ao mesmo tempo em que há a defesa da redução de impostos e das regulamentações comerciais, características do neoliberalismo – algo que configura uma fusão entre valores conservadores e princípios econômicos liberais (BROWN, 2019).

Na revisão bibliográfica levantada sobre gênero e movimentos de direita, dois eixos foram estabelecidos. Primeiramente, há estudos sobre mulheres em movimentos conservadores de diferentes países. Tais estudos se ocupam sobretudo de analisar atuações femininas em articulações ao longo do Século XX e não oferecem análises sobre o papel da mulher na nova configuração política, como veremos a seguir. O segundo eixo aponta estudos realizados nos últimos anos sobre o neoconservadorismo no Brasil, mas, apesar de oferecerem análises sobre a nova configuração, pecam em omitir o papel das mulheres, ou em colocá-las enquanto vítimas

ou progressistas. A resultante da análise conjunta destes dois eixos é que há uma lacuna na produção acadêmica no que diz respeito à estudos sobre mulheres de direita na atual articulação neoconservadora.

No Brasil, há ênfase em dois momentos históricos onde as mulheres de direita tiveram notável participação no século XX: a Ação Integralista Brasileira e o golpe de 1964. Segundo Morant I Arino (2019), a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi uma organização fascista fundada em 1932, enquanto reação à Velha República e resistência ao Estado Novo. As primeiras mulheres integralistas se uniram em Teófilo Otoni (MG), em dezembro de 1933. Cordeiro (2009) analisa a trajetória e posicionamentos da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), associação de mulheres de classe média e alta, criada no Rio de Janeiro em 1962 para fazer oposição ao governo João Goulart e denunciar o que consideravam uma infiltração comunista no país. O comunismo seria nocivo às famílias e à religião, provocando uma crise de valores na nação, além de ser uma forma autoritária de governo, contrária à democracia.

Além disso, foram as mulheres que organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Duas semanas antes da tomada de poder, segundo Power (2005), houve ainda uma manifestação feminina cujo contingente foi avaliado entre 500 e 800 mil mulheres nas ruas. Para Deutsch, (2002), este apoio certamente contribuiu para a legitimação do golpe por parte dos militares ocorrido nas semanas seguintes. Ligadas ao mundo doméstico, suas profissões ficavam em segundo plano e a permissão dos maridos era sempre necessária.

Olhando agora para o cenário internacional, no mesmo período da Ação Integralista Brasileira, houve a União fascista das mulheres britânicas, que apoiaram, segundo Gottlieb (2002), no decorrer dos anos 20 e 30, pautas aparentemente controversas no âmbito ideológico, como defesa do sufrágio e do fascismo. Na Espanha, tivemos o movimento das Falangistas, formadas por mulheres também ligadas a partidos fascistas. No Chile, houve movimento de mulheres conservadoras na segunda metade do século XX em favor do golpe militar. No caso chileno, essas mulheres se organizaram na Unidade Popular, de 1970 a 1973 (POWER, 2002). Nos Estados Unidos do Século XX, temos registros da participação de mulheres na Ku Klux Klan (BLEE, 1991; 2002). Segundo Blee, a participação feminina neste movimento chegou à marca de 1 milhão de mulheres. Ainda nos EUA, as mulheres de direita ganharam grande visibilidade com a nomeação de Sarah Palin como vice de John McCain em 2008, sendo esta a primeira vez em que uma mulher compôs a chapa presidencial do partido Republicano. Como explica Deckman (2016), esse episódio faz parte de um processo mais amplo, que se mostra na

forte atuação de mulheres no movimento Tea Party, lançado em 2009 como resposta à agenda do governo Obama.

Com base nos estudos aqui citados, pode se afirmar que um valor principal para a maioria das mulheres de direita é a afirmação da família e de seu papel maternal dentro desta, enquanto seu papel principal da vida. Em segundo lugar, para quase todas essas mulheres, a defesa da religião e a oposição à secularização da igualdade são igualmente importantes. Para muitas delas, a direita, que visa preservar a tradição, oferece segurança e proteção contra o que os ameaça. Há ainda o entendimento geral de que gênero não é socialmente construído, mas natural, assim como a noção de família; a feminilidade e a maternidade enquanto a essência da mulher; e a figura da feminilidade fortalecendo o programa da direita e ajudando a definir a ordem do dia. Em resumo, as impressões iniciais apontam para alguns valores em comum às mulheres do movimento do século XX, tais como: (i) a afirmação e defesa da instituição familiar de molde conservador, com ênfase nos papéis de mãe e de esposa (abordagem maternalista), (ii) defesa da religião e oposição à secularização da sociedade, (iii) essencialização da feminilidade e dos papéis de gênero e (iv) relação matrimonial simbolizando diferença e complementaridade, em oposição à concepção de opressão e dominação.

A partir disso, percebemos que a bibliografia sobre mulheres de direita nos grandes movimentos no século XX ao redor do mundo é considerável. Contudo, na tentativa de atualizar informações de estudos sobre gênero e participação política especificamente no caso brasileiro, o que se percebe é uma lacuna sobre a atuação e as pautas defendidas por mulheres.

No Brasil, foram organizados compilados de textos sobre diversos aspectos do que viria a ser esta articulação neoconservadora, bem como suas conexões com elementos pretéritos da história brasileira. No geral, pode-se dizer que esses escritos analisam a nova direita sob quatro prismas: 1) a utilização de internet e redes sociais (o meio); 2) as conexões com fatos e personagens prévios (trajetória); 3) o substrato ideológico a que aderem, como liberalismo e conservadorismo (conteúdo) e; 4) a presença de evangélicos, militantes, *think tanks*, da classe média e da periferia (atores). O caráter multifacetado desses empreendimentos, entretanto, esbarra num problema comum: o apagamento ou a inclusão precária das mulheres no cenário da nova direita.

Nessa literatura, é interessante notar como as mulheres aparecem mormente como progressistas ou como vítimas (quando aparecem). No primeiro sentido, o texto mais explícito é o de Pinheiro-Machado e Scalco (2018), que faz uma divisão entre a esperança como substantivo feminino e o ódio como substantivo masculino, dando a entender que suas

entrevistadas seriam todas progressistas, enquanto os meninos seriam conservadores ou, ao menos, bolsonaristas.

No geral, Dilma aparece como vítima de um golpe ou impeachment, ou, como salienta Piaia (2018), como vítima de machismo. Ribeiro (2018) enfatiza que não só Dilma, mas também Marielle foi vítima – nesse caso, de uma execução política. Embora denunciem violências políticas de fato, os trabalhos que vão nesse caminho dão a entender que a direita é masculina, contra uma esquerda que abarca as mulheres. Ainda no âmbito do desagenciamento, as mulheres aparecem como agregado social a qual se direcionam violências diretas, como aponta Telles (2018), mas também como alvo coletivo de agendas conservadoras, que querem controlar seus corpos, sobretudo na questão do aborto. Aqui são proeminentes os trabalhos sobre religião e política, especialmente os que focam nos evangélicos e na bancada evangélica, como Villazón (2015), Vieira (2018) e Souza (2018).

Há alguns estudos que mulheres políticas de direita são até mencionadas (FAGANELLO, 2015), mas nada se diz sobre elas. Pode-se dizer que as mulheres de direita são majoritariamente invisibilizadas na literatura brasileira sobre o tema, a despeito de muitas expoentes dessa parte do espectro político serem extremamente relevantes para entender a atual conjuntura. Quando aparecem, as mulheres não são sequer tematizadas.

Oblitera-se, por exemplo, que a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) foi fundadora do Nas Ruas, um dos movimentos que compunham os protestos pelo impeachment de Dilma. Joice Hasselmann conquistou 1.078.666 votos em 2018 e se elegeu a segunda deputada federal (independente de gênero) mais votada para a Câmara Federal em São Paulo e no Brasil, ficando atrás somente de Eduardo Bolsonaro – foi também a mulher deputada federal mais votada da história do país. Janaina Paschoal, eleita deputada estadual também pelo PSL-SP também em 2018, foi a deputada mais votada da história do Brasil (independente de gênero), tanto na esfera federal quanto na estadual, com 2.031.829 votos – passou nomes como Enéas, Tiririca, Russomano e o próprio filho do presidente.

Não se deve considerar as mulheres apenas como resistência ao avanço da direita, ou, pior, como manipuladas pelos homens de direita (Cordeiro, 2009). Analisar suas trajetórias e seus posicionamentos pode ajudar a complexificar a compreensão sobre o tempo presente, lacuna em que esta pesquisa pretende contribuir.

A partir desse cenário, busco, nesta tese, responder a seguinte pergunta: De que modo as questões de gênero são discutidas na esfera política por essas lideranças femininas? Em outras palavras, o objetivo principal desta tese é investigar as principais características que definem a participação de lideranças mulheres no movimento neoconservador, com a hipótese

de evidenciação da agenda de gênero no Brasil governado por Bolsonaro, com enfoque especial na 55ª legislatura da Câmara dos Deputados.

Estamos debatendo sobre um movimento político novo e recente que a literatura é pouco capaz de explicar em sua totalidade e que possui, como uma de suas principais características, a questão do gênero. O movimento político é novo e seu ineditismo é comprovado por dois fatos aparentemente contraditórios:

- 1) Defesa dos papéis tradicionais pautados na religião, na moral, e sobretudo num determinado conceito de família; e
- 2) O movimento é marcado pela expansão da participação feminina em um ambiente historicamente masculino e que assim o deve ser segundo conservadores tradicionais.

Como se caracteriza esse novo movimento político que ascendeu institucionalmente com as eleições presidenciais de 2018? O que ele tem de diferente do conservadorismo já conhecido? De que forma o gênero se destaca de suas demais pautas? Para isto, proponho analisar 1) participação em redes sociais das principais mulheres ligadas ao movimento bolsonarista em período anterior às eleições de 2018 e que não necessariamente se elegeram e 2) as parlamentares eleitas na última legislatura (2019-2022) que entraram em cargos institucionais por meio do Partido Social Liberal, que teve a maior bancada feminina partidária na Câmara.

Para o primeiro passo, impropriedade à raspagem de todas as publicações realizadas pelas principais expoentes do Bolsonarismo nas redes sociais, a serem Janaína Paschoal, Joice Hasselmann, Carla Zambelli, Damares Alves, Sara Winter e Tia Eron, com o intuito de capturar suas principais pautas e o seu engajamento. Para esta análise, utilizo a linguagem de programação *R*. As análises abarcam quais são suas principais pautas; como se situam pragmaticamente em relação ao presidente Jair Bolsonaro; e como se utilizam das redes sociais. Esse estudo se conforma, portanto, como uma exploração inicial sobre a liderança de mulheres na direita no espaço digital.

Em relação ao segundo ponto, realizei uma análise dos discursos em plenário e Projetos de Lei disponíveis no Portal da Câmara dos Deputados ([www.https://www.camara.leg.br/](https://www.camara.leg.br/)), relativos aos quatro anos de mandato de todas as dez deputadas eleitas pelo PSL. A escolha do PSL se deu baseada nas seguintes justificativas: ele simbolizou a ascensão da nova direita no Brasil, sendo o partido de Jair Bolsonaro; alcançou crescimento vertiginoso na quantidade de assentos na Câmara; possui a maior bancada feminina no parlamento ao lado do PT (ambos os partidos possuem 10 deputadas eleitas, sendo que o Partido

dos Trabalhadores possui a maior bancada partidária da casa e o PSL figura em segundo lugar); e tem sido palco de atuação das maiores lideranças femininas da articulação neoconservadora na casa.

A respeito da escolha pela análise da produção Legislativa e da realização de discursos em plenária realizados entre o início e o fim do mandato na 56ª Legislatura, as parlamentares possuem uma atuação/atividade significativamente maior do que seus pares de partido, apesar de estarem em menor quantidade – 10 deputadas e 43 deputados. A média de quantidade de discursos proferidos por deputado é de 41,35, enquanto as deputadas possuem média de 59 discursos por parlamentar. Já em relação à quantidade de Propostas Legislativas autorais, deputados do PSL possuem média de 83,84 por pessoa, enquanto no grupo de mulheres, a média é de 104 propostas por deputada.

O que se segue está dividido da seguinte forma. O capítulo 2 propõe uma análise da ascensão da Nova Direita especificamente no caso brasileiro, com diferentes perspectivas encontradas na literatura sobre tal fenômeno, cuja origem pode ser demonstrada a partir da insatisfação de parte da população com as prerrogativas do pacto de 1988 e os principais acontecimentos das décadas seguintes até a chegada de Jair Bolsonaro ao poder.

O capítulo 3 apresenta a relação entre gênero e a nova direita permeada pela performance da masculinidade bolsonarista. Aqui neste capítulo já é apresentado um estudo de caso acerca desta relação e do papel do anti-feminismo na retórica bolsonarista com a ex-Deputada Federal Joice Hasselmann (ex PSL).

O capítulo 4 apresenta os resultados de análises empíricas acerca das principais ideias inseridas na trajetória de campanha das eleições de 2018 em redes sociais de lideranças femininas de relevante destaque nacional no que concerne a contribuições significativas no processo de ascensão da nova direita no Brasil.

O capítulo 5 da tese trata das mulheres políticas da nova direita eleitas para a 56ª legislatura da Câmara dos Deputados. Nesta seção são encontrados os debates oriundos das análises realizadas de materiais parlamentares produzidos ao longo dos 4 anos de mandato, a serem, os discursos realizados em plenária e os projetos de Lei produzidos pelas então deputadas. Por último, encontra-se a conclusão, onde há uma síntese dos achados da pesquisa empírica juntamente com os principais pontos que lhes dão sustentação no debate da literatura.

1. ULTRADIREITA NO BRASIL – COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

Frente à ascensão de campos e atores políticos que se radicalizaram à direita, se multiplicaram as discussões conceituais e categorizações analíticas do fenômeno: há ampla discussão sobre novas direitas (ROCHA, 2019; CASIMIRO, 2018), sobre ultradireita (BALE & KALTWASSER, 2021), sobre direita populista (TANSCHKEIT, 2021), sobre extrema direita, sobre direita radical, entre diversas outras denominações. Segundo Mudde (2007), a direita radical possui 26 definições acadêmicas e sete características distintas. Nesta tese, opta-se por usar o termo “ultradireita”: enquanto a direita convencional é definida por atitudes leais ao sistema político democrático e posições programáticas moderadas, a ultradireita é definida por atitudes semileais ou desleais com relação ao sistema político democrático e posições programáticas radicais (BALE & KALTWASSER, 2021). No entanto, por se tratar de um campo político que se consolida recentemente no Brasil, nesta tese o termo “ultradireita” vai ser utilizado de forma intercambiável à “nova direita” e afins.

Neste capítulo, busca-se compreender o fenômeno que colocou uma crise na lâmina do microscópio da Ciência Política do Norte e do Sul global: a ascensão da ultradireita.

1.1. Breve contexto global de avanço da ultradireita

Líderes de ultradireita como Donald Trump, Marine Le Pen, Viktor Orbán, Narendra Modi, têm ganhado proeminência em muitos países nessa última década. Embora o fenômeno de crescimento dessa ultradireita esteja longe de ser derivado de um processo recente e tampouco seja hegemônico no âmbito global, o crescimento dessas forças políticas tem alterado os padrões de competição política e impactado diretamente na definição das agendas governamentais (INGLEHART & NORRIS, 2016). Assim, mesmo nos países em que a ultradireita não chegou diretamente ao poder, os tópicos e temas trazidos por essas forças políticas redimensionaram o debate político e inseriram novas perspectivas sobre o horizonte de continuidade da democracia.

O processo de transformação das forças políticas e o recrudescimento ultraconservador e reacionário acompanhou uma série de mudanças profundas na ordem internacional e nas dinâmicas domésticas globalmente. Em um recorte mais recente, a crise de 2007-8, a qual inaugurou o maior período de recessão financeira desde a crise de 1929, talvez, seja o maior evento-símbolo desse processo de erosão da ordem liberal internacional. Apesar disso, as

origens desse processo de desestruturação da ordem liberal, característica do pós-II Guerra Mundial, remontam à década de 1970.

Na década de 1970, a crise terminal do sistema Bretton-Woods, a ebulição de diversas convulsões sociais nos Estados Unidos e em outras partes do mundo, refletiam uma transformação de diversos pilares do sistema internacional naquele período. Ali, era observável que havia uma transição na hierarquia global. Com uma mudança na maneira como o sistema internacional liderado pelos Estados Unidos passava por mudanças profundas. Fiori (2000, p. 212) afirma que “a ameaça externa e a própria crise da sociedade americana, que se estendem através da década de 1970, acabam produzindo uma mudança na correlação de forças políticas dentro do Estado americano e depois, rapidamente, dentro do seu espaço hegemônico”. As mudanças sociais nos Estados Unidos e nas suas relações externas contribuíram para que as mudanças na sociedade e política americanas impactassem as dinâmicas políticas dos demais Estados, tanto dentre os aliados, quando para os países do chamado terceiro mundo. De acordo com Tavares (1997, p. 29), foi uma "visão estratégica da elite financeira e militar que chegou ao governo com a vitória de Ronald Reagan, em 1980”. Assim, segundo Brites (2021) esse novo quadro levou a uma sobrevalorização do dólar e a uma ampliação da ingerência dos EUA sobre os fluxos financeiros e sistemas bancários globais. De modo complementar, essas ações foram sustentadas pela propagação da ideologia neoliberal, que, de modo crescente, passaram a servir como elemento de confrontação e desestabilização das estratégias autonomistas de desenvolvimento que se disseminaram no terceiro mundo, principalmente, na América Latina e Ásia.

Essas mudanças impactaram as esferas securitária, política, social¹, energética, tecnológica (representadas pela digitalização) e cultural no âmbito global. E, ao contrário das perspectivas iniciais, a crise, que desencadeou mudanças multidimensionais, reforçou o papel preponderante dos EUA no Sistema Internacional, e não o enfraqueceu. A dimensão social das mudanças ocorridas nesse ínterim se manifestou de diversas formas. Destaca-se aqui, por exemplo, os efeitos do desencadeamento da Guerra às Drogas – que afetaram, de modo mais direto, as populações negras e de origem latina nos EUA e os países do terceiro mundo – o aumento da pobreza e fome de modo mais significativo em algumas regiões, principalmente, em regiões do Sul Global, como África e América Latina e África. Após o final da Guerra Fria,

¹ A dimensão social das mudanças ocorridas nesse período se manifestou de diversos modos. Destaca-se aqui os efeitos do desencadeamento da Guerra às Drogas – que afetaram, de modo mais direto, as populações negras e de origem latina nos EUA e os países do terceiro mundo – o aumento da pobreza e fome de modo mais agudo em algumas regiões, sobretudo na América Latina e África.

essa tendência de agudização dos problemas sociais no terceiro mundo e o crescimento das forças neoliberais favoreceram a preponderância de governos de direita pelo mundo.

No século XXI, a tendência de crescimento econômico global e a chegada de governos progressistas marcaram alterações nas relações internacionais. A ascensão de países do chamado Sul Global marcou uma nova fase da política internacional. O crescimento de países como China, Índia, Brasil, dentre outros países do antigo terceiro mundo, permitiu a emergência de um debate sobre o conteúdo ético da ordem internacional. Em comum, os governos desses países, grosso modo, tinham perspectivas progressistas, antineoliberais. O sucesso relativo desses países impulsionou reações nos países centrais e mudanças nas dinâmicas político-sociais domésticas desses países. Nesse contexto é que a crise financeira de 2007-8, a qual marca uma ruptura nesse ciclo virtuoso na economia global, representa um ponto de inflexão na trajetória da política internacional por duas razões principais. A primeira é porque acelerou a competição entre os países centrais e os países “emergentes”. No imediato pós-crise, as trajetórias de países como Brasil, China, Índia, dentre outros, se manteve, enquanto os efeitos da crise foram muito mais severos – ao menos no período mais próximo ao ápice da crise – nos países centrais, como Reino Unido e França, por exemplo. A segunda razão é porque favoreceu o fortalecimento de forças políticas críticas à globalização e antiestado. Ou seja, pode-se considerar, nesse sentido, a crise como um ponto de virada para a ascensão da ultradireita (BRITES, 2021; MUDDE, 2019; EATWELL & GOODWIN, 2018; KALB & HALMAI, 2011).

Assim, as últimas décadas foram marcadas pela pressão sobre a ordem liberal liderada pelos Estados Unidos devido ao crescimento de atores e movimentos internacionais iliberais. Essas pressões não vêm de fora apenas, mas acontecem a partir de dentro dos EUA, como demonstra a ascensão de Donald Trump ao poder em 2017. Esses movimentos são frequentemente descritos como antifeministas, anti-LGBT, anti-imigrantes e muitas vezes com traços de fascismo, e assentam-se na defesa de uma pretensa base civilizacional.

Embora existam particularidades nacionais que marcam cada contexto de crescimento da ultradireita, é a esse cenário mais amplo que se vincula a ascensão de ultradireita. Para além do contexto global, cabe destacar que existem similaridades que marcam a ascensão da ultradireita nos países do Norte Global, bem como semelhanças nos processos de fortalecimento dessas forças nos países do Sul Global.

De modo geral, o Norte Global corresponde ao que era definido como primeiro mundo durante a Guerra Fria. De modo expandido, incorpora o eixo dos países centrais e os vizinhos mais diretamente associados (TREFZER; JACKSON; MCKEE; DELLINGER, 2014). Em

outros termos, Norte Global não diz respeito, necessariamente, aos países do hemisfério norte. Os países do Norte Global estão atrelados ao centro dinâmico do capitalismo histórico. O conceito de Sul Global, por sua vez, de modo amplo, diz respeito aos países abrangidos pelo antigo terceiro mundo, incluindo os antigos países do Movimento dos Não-alinhados². Em outros termos, pode-se dizer que o Sul Global corresponde aos países que se inserem na ordem internacional capitalista de modo subalterno³. A seguir, apresenta-se um breve cenário de ascensão da ultradireita no Norte e no Sul Global, destacando os debates particulares em cada uma dessas regiões e suas implicações.

1.1.1. O avanço da ultradireita no Norte Global

A ascensão da ultradireita no Norte Global tem sido um dos principais processos políticos que marcam o contexto social daquelas sociedades nas últimas décadas. O debate em torno dos fatores que originaram o fortalecimento de forças políticas desse espectro tem pautado a política nas sociedades do denominado hemisfério ocidental. Pautas anti-imigração, antifeministas, anti-LGBT, antiglobalização, antiambientalista, encontraram ressonância em camadas crescentes dessas sociedades. Esse processo colocou em xeque a capacidade das sociedades liberais de seguirem sendo a base da ordem internacional, bem como trouxe clivagens significativas para a sociedade desses países.

Do ponto de vista histórico, o fortalecimento da agenda de ultradireita encontra raízes nas transformações societárias que marcaram os países do Norte global nos últimos cinquenta anos. No contexto europeu e norte-americano, desde o processo de desestruturação da ordem internacional que marcou a Guerra Fria, sintomas da crise do Estado de bem-estar social foram redimensionando o debate político. Como parte dessa transformação, que inicia ainda na década de 1970, àquela época, o neoliberalismo tornou-se a resposta política dos setores hegemônicos de algumas dessas sociedades, que passaram a adotar medidas antipopulares e voltadas a reduzir direitos sociais. Os governos de Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990), possivelmente, sejam os maiores expoentes das forças neoliberais que avançaram no Norte Global. Mais do que a representação do declínio do Estado de bem-estar social, o avanço do

² O Movimento dos Não-alinhados (MNA) surgiu no contexto da onda de descolonização no pós-II Guerra Mundial, na década de 1950. A Conferência de Bandung (1955), também conhecida como Conferência Afro-asiática, contou com a participação de países que, em sua maioria, recém haviam saído de experiências coloniais. Nesse sentido, o MNA nasce com um caráter anticolonialista e anti-imperialista.

³ A referência ao Sul e ao Norte global aqui adotada não pretende esgotar o debate em torno dessas definições. Basicamente, o objetivo é facilitar a definição de experiências distintas em relação ao perfil de ascensão das forças de ultradireita.

neoliberalismo foi central para a desagregação das organizações sociais coletivas e para o aumento da ineficiência do Estado.

Após o final da Guerra Fria, a esse quadro somou-se uma tendência crescente de aumento da desigualdade de renda. Segundo Inglehart & Norris (2016), alguns fatores materiais como a ampliação da automação tecnológica, o declínio da indústria manufatureira, o incremento dos fluxos globais de mão de obra, bens, pessoas e capital (especialmente o fluxo de migrantes e refugiados), a erosão do trabalho organizado coletivamente, ao mesmo passo que as redes de seguridade social foram erodidas à medida que avançaram as políticas de austeridade neoliberais, favoreceram a desestruturação social no Norte Global.

Essa perspectiva alinha-se com uma das linhas explicativas acerca do fenômeno de crescimento da ultradireita nos países centrais. De acordo com essa visão, a crescente insegurança econômica e privação de direitos sociais entre os excluídos da globalização fomentou uma espécie de ressentimento popular em relação às classes políticas. Esse cenário de deterioração econômica e, conseqüentemente, das condições sociais gerou uma crescente insatisfação entre trabalhadores não qualificados, aqueles de mais baixos salários, famílias dependentes de benefícios sociais, as populações brancas mais pobres vivendo em áreas centrais. Essas populações foram expostas ao discurso antiestablishment e xenofóbico proferido pela ultradireita. A ideia de que existem “culpados” desse quadro (imigrantes, globalização, elites intelectuais, etc.) ganhou tração e impulsionou o crescimento de partidos chauvinistas nesses países. Segundo Piketty (2018), “a globalização e a expansão educacional criaram novas dimensões de desigualdade e conflito, levando ao enfraquecimento das anteriores coalizões redistributivas de classe e ao desenvolvimento gradual de novas clivagens.”.

Outra explicação para esse fenômeno de crescimento da ultradireita é a do retrocesso cultural. Segundo essa perspectiva, o fortalecimento desse espectro político seria derivado, principalmente, de uma reação aos avanços culturais do campo progressista ao longo das últimas décadas. Embora a justificativa econômica não seja descartável de modo geral, a gênese do fenômeno estaria vinculada ao aumento da percepção de insegurança existencial por parte das sociedades ocidentais. O crescimento do cosmopolitismo nessas sociedades, bem como os avanços nos direitos individuais, na pauta de igualdade de gênero, racial, LGBT, e mesmo em temas como proteção ao meio ambiente, direitos humanos e migração, teria gerado uma ideia de que o *ethos* original dessas sociedades estaria sendo erodido (AKKERMAN; MUDDE; ZASLOVE, 2014; ART, 2011; BUSTIKOVA, 2014; INGLEHART & NORRIS, 2016; PIKETTY, 2018; FUKUSHIMA & FERRAZ, 2021). Essa visão de ameaça existencial encontrou ressonância, principalmente, entre a geração mais velha, especialmente, entre

homens brancos e setores menos educados. Esses setores não se sentem representados pelos avanços progressistas. O crescimento da ultradireita seria, portanto, resultado da disseminação desse sentimento em parcelas crescentes dessas sociedades.

Abaixo, são apresentados alguns dos países que experienciaram a chegada da ultradireita ao poder no Norte Global. Como pode ser observado, esse espectro político iliberal ganhou bastante força, mesmo em países centrais no contexto do liberalismo histórico, como é o caso de Reino Unido e Estados Unidos. Em ambos os países, o discurso anti-imigração e antiglobalização esteve no centro da plataforma política de Johnson e Trump.

Quadro 1 - Governos de ultradireita no Norte Global 2008-2023⁴

Ano	País	Político	Partido/Coalizão Política
2002 (2017)	Israel	Benjamin Netanyahu ⁵	Likud
2010	Hungria	Viktor Orbán	Fidesz - União Cívica Húngara
2015	Polônia	Andrzej Duda	Partido da Lei e Justiça
2017	Estados Unidos	Donald Trump	Partido Republicano
2019	Reino Unido	Boris Johnson	Partido Conservador
2022	Itália	Giorgia Meloni	Irmãos de Itália

Fonte: A autora, 2022.

Além dos governos em que os partidos de ultradireita chegaram ao poder de modo direto, em muitos países do norte global, especialmente na Europa, o fenômeno de ascensão da ultradireita tem se manifestado pela chegada desses partidos ao governo através de coalizões ou pelo crescimento em eleições gerais e/ou parlamentares. Esse processo de crescimento dos partidos de ultradireita pode ser observado, por exemplo, na França, com o crescimento do *Rassemblement National (RN)*⁶, liderado por Marine Le Pen, na Alemanha, o partido de ultradireita, *Alternativa para a Alemanha*, ganhou força nas eleições locais, na Finlândia, em que centro-esquerda perdeu as eleições em 2023, com o partido de ultradireita, *The Finns*, obtendo 46 assentos e tornando-se o segundo partido com o maior número de assentos, na Grécia, onde os partidos de ultradireita lograram entrar no parlamento, na Espanha, o partido *Vox* tem obtido representação significativa no parlamento espanhol.

Na Europa, o percentual médio de votos da ultradireita nas eleições parlamentares nacionais e no âmbito do continente, aumentou em quase três vezes desde a década de 1960,

⁴ O recorte temporal pós-2008 refere-se ao contexto pós-crise financeira global. A crise é entendida como um dos propulsores de clivagens sociais mais profundas globalmente.

⁵ Benjamin Netanyahu foi reconduzido para um sexto mandato como primeiro-ministro. Embora seja de um partido da direita israelense, ao passar do tempo foi aproximando-se de modo significativo da ultradireita israelense.

⁶ O *Rassemblement National (RN)* obteve 89 assentos na Assembleia Nacional francesa. Em comparação com as eleições de 2012 (2 assentos) e 2017 (8 assentos), o crescimento foi vertiginoso.

passando de cerca de 5,1% para 13,2%. Nesse cenário, os partidos de centro foram os que mais perderam espaço proporcionalmente. Em termos de assentos parlamentares, a participação aumentou de cerca de 3,8% para 12,8% (INGLEHART & NORRIS, 2016).

Esses índices evidenciam a robustez desse crescimento da ultradireita. Ou seja, o processo de fortalecimento desse espectro político, ao que tudo indica, não se trata de um fenômeno esporádico e desarticulado. Há um processo mais amplo de crescimento dessas pautas e que tem acontecido, com suas particularidades, no Sul Global igualmente.

1.1.2. O avanço da ultradireita no Sul Global

O crescimento da ultradireita não se restringiu ao Norte Global. De modo geral, as explicações acerca do fenômeno de ascensão da ultradireita são, em certa medida, universalizantes. As experiências do Norte Global, especialmente a dos EUA, são colocadas como referência para a explicação do fenômeno de ascensão da ultradireita globalmente. Apesar disso, para fins desse trabalho, entende-se que existem particularidades nos casos do Sul Global, como no Brasil, foco dessa tese. As diferenças centrais residem na própria concepção de Sul Global. Afinal, as sociedades de Ásia, África, América Latina são marcadas pelas questões raciais, são regiões com relações de trabalho distintas daquelas do Norte Global, são as regiões de origem da parcela mais significativa dos migrantes em âmbito global, dentre outras questões históricas, as quais colocam o Sul Global como um apêndice das economias centrais (MASOOD & NISAR, 2020; PINHEIRO-MACHADO & VARGAS-MAIA, 2023). Essa soma de fatores, por si só, justificam a necessidade de se olhar o fenômeno da ultradireita nessas regiões de modo específico. Mais do que isso, trata-se de um corpo de países bastante diverso e heterogêneo.

Os casos recentes de Turquia, Índia, Brasil e Filipinas são alguns dos exemplos de crescimento desse espectro político na Ásia e na América Latina. No entanto, ao contrário das explicações mais recorrentes do fenômeno no Norte Global, que dão conta da erosão do Estado de bem-estar social e do crescimento de um sentimento de ressentimento cultural, não se enquadram no cenário político do Sul Global precisamente. Como apontam Pinheiro-Machado & Vargas-Maia (2023; p. 3),

Quando Narendra Modi (em 2014, na Índia), Rodrigo Duterte (em 2016, nas Filipinas), e Jair Bolsonaro (no Brasil de 2018) chegaram ao poder, esses países não estavam em colapso de qualquer forma anterior de estado de bem-estar social; os pobres estavam saindo da linha de pobreza, e o autoritarismo não era uma novidade, mas o contrário: era uma grande promessa. A Índia e as Filipinas mantinham, continuamente, alta níveis de crescimento econômico. Embora o Brasil tenha eleito Bolsonaro em meio a uma recessão, o ressurgimento da direita radical ocorreu ao lado

de seu pico de crescimento desenvolvimento econômico (Rocha, 2018). Esses países não enfrentaram a chamada crise de refugiados, onde os imigrantes supostamente aproveitariam as oportunidades de trabalho da população. Em vez disso, eles estavam lidando com seus “inimigos internos” racializados. (PINHEIRO-MACHADO & VARGAS-MAIA, 2023; p. 3)⁷

O reconhecimento da particularidade desses casos não implica em afirmar que não existe qualquer relação entre os fenômenos no Norte e no Sul Global. Essa relação se materializa no apoio mútuo entre essas lideranças e mesmo na replicação de estratégias políticas e eleitorais. O caso brasileiro é bastante representativo dessa vinculação. Jair Bolsonaro e sua família sempre deixaram claro a inspiração em Trump e a busca por articulação com outros governos de ultradireita do Norte Global, como Hungria e Israel. Abaixo quadro com os principais expoentes da ultradireita que chegaram ao poder no Sul Global.

Quadro 2 - Governos de ultradireita no Sul Global 2008-2023

Ano	País	Político	Partido/Coalizão Política
2003 (2014) ⁸	Turquia	Recep Tayyip Erdogan	Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP)
2014	Índia	Narendra Modi	Partido Bharatiya Janata (BJP)
2016	Filipinas	Rodrigo Duterte	Partido Democrático das Filipinas – Poder Popular (PDP-Laban)
2019	El Salvador	Nayib Bukele	Grande Aliança pela Unidade Nacional
2019	Brasil	Jair Bolsonaro	Partido Social Liberal (PSL)

Fonte: A autora, 2022.

Apesar disso, importa reconhecer que, embora haja similaridades, os efeitos e as manifestações dessa ultradireita no Norte e no Sul Global, os efeitos são distintos nas sociedades do Sul Global. Esse processo deriva de duas razões principais. A primeira é a estrutura social desses países, muitos dos quais apresentam sistemas políticos democráticos, relativamente, recentes. Nesse sentido, o efeito de discursos e ações antifeministas, racistas afetam decisivamente o tecido social e geram efeitos mais profundos sobre a própria estabilidade democrática.

Além disso, como argumentam Pinheiro-Machado & Vargas-Maia (2023), mais do que resultado da desestruturação do Estado de bem-estar social e da ordem vigente, a ascensão da ultradireita no Sul Global deriva da persistência de forças conservadoras e reacionárias no jogo político. Em outros termos, pode-se dizer que as forças antidemocráticas ganharam força nas últimas décadas, aproveitando a vinculação com forças militares que fazem parte do

⁷ Tradução livre da autora.

⁸ Embora o Erdogan tenha chegado ao poder em 2003, como primeiro-ministro, a partir de 2013, considera-se que há um aprofundamento autoritário. Em 2014, Erdogan tornou-se presidente e ampliou iniciativas autocráticas e conservadoras, apoiadas no islamismo e no Kemalismo histórico na Turquia.

establishment político. O contexto, portanto, é distinto daquele que observamos no Norte Global, embora haja similaridades.

De modo geral, portanto, pode-se dizer que a ascensão da ultradireita é um fenômeno global, mas que apresenta características diferentes entre os países do Norte e do Sul Global. Isso decorre das diferenças dos contextos nacionais e da trajetória histórica de desenvolvimento e de formação sociopolítica. O caráter militarizado, com teor religioso acentuado e a defesa de uma ideia de nação coesa compõem esse quadro.

O caso brasileiro, nesse sentido, aproxima-se dessas experiências no Sul Global de modo geral. A ascensão da ultradireita em Bolsonaro apresenta esse caráter de vinculação com as forças militares brasileiras, bem como se utiliza de discursos religiosos, como na Índia de Modi, para legitimar suas ações. A seguir, analisa-se a ascensão da ultradireita no Brasil.

O Brasil também tem sido palco desta ascensão, simbolizada sobretudo na eleição à Presidência do – não tão – *outsider* Jair Bolsonaro. Rupturas, erosões e reformulações dos sistemas democráticos estão ocorrendo em tempo real, colocando suas possíveis causas e consequências sob as lentes examinadoras de curiosos e estudiosos por todas as partes. Embora seja desafiadora a análise de determinado fenômeno sem o devido distanciamento histórico dos fatos, é reconhecida a existência de grande esforço das Ciências Sociais em tentar nos oferecer alguns pontos cruciais das múltiplas crises democráticas, bem como de sistemas políticos e partidários, como o caso brasileiro, e de suas principais lideranças.

A proposta deste capítulo é apresentar diferentes perspectivas para explicar um mesmo fenômeno, a ascensão da ultradireita no Brasil. Busco demonstrar como o fenômeno aconteceu ocupando diversos espaços da política brasileira, desde espaços institucionais e de tomada de decisão até espaços de organizações coletivas e movimentos sociais. É apenas observando o fenômeno em sua heterogeneidade – mas como parte de um mesmo processo político e histórico - que se pode ter uma visão mais ampla e aprofundada das suas diversas engrenagens e instrumentos. Esse capítulo é uma tentativa, portanto, de contextualizar os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que levaram à uma nova configuração da política brasileira, e apontar que estes tomaram o lugar de um arranjo relativamente estabilizado desde 1988: a direita moderada *versus* a esquerda petista.

1.2 Como chegamos aqui?

Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, segundo Rocha et al (2021), determinados grupos passaram a fazer parte do debate na esfera pública brasileira, tais como

mulheres, pobres, negros e indígenas. Pela herança da direita envergonhada, a década de 90 foi de grandes avanços no campo progressista, sem reações por parte de conservadores. No fim dos anos 90 e sobretudo no decorrer dos 4 mandatos do PT, à medida que houve avanços em decisões institucionais para o campo progressista, houve também uma forte reação do campo conservador desta vez mais fortalecido pelo advento das redes sociais e pelo fortalecimento institucional que vemos a partir de 2014 (CAMPOS, 2014). Abaixo são apresentados alguns dos avanços progressistas e reacionários:

Quadro 3 - Avanços progressistas e reações conservadoras desde 1988 (Continua)

ANO	AVANÇOS PROGRESSISTAS	REAÇÕES CONSERVADORAS
1988	Pacto de 88 incluindo mulheres, pretos, pobres e indígenas na esfera pública; Educação universal; Liberdade de cátedra assegurada de livre manifestação intelectual.	
1990	Criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	
1996	PNDH-E – Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos 01	
1998	publicação de Normas Técnicas do Ministério da Saúde garantindo a realização do aborto legal no Sistema Único de Saúde (SUS)	Criação do blog de Olavo de Carvalho
2001	Surgimento das ações afirmativas	
2002	Eleição de Lula para Presidente da República	Criação do movimento e do site Mídia Sem Máscara
	PNDH-E – Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos 02	
	Criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) com status de Ministério	
2003	Instauração do Programa de Transferência de Renda Bolsa-Família	
2004		Programa Escola sem Partido
2005	publicação de Normas Técnicas do Ministério da Saúde garantindo a realização do aborto legal no Sistema Único de Saúde (SUS)	Desistência do Projeto de Lei progressista sobre aborto por conta de bispos, da bancada evangélica e do mensalão
2006	Reeleição de Lula para Presidente da República	
	Boom das redes sociais	Mensalão
	Aprovação da Lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, que possui mecanismos para coibir a violência doméstica contra as mulheres	Criação de espaços virtuais de engajamento por indivíduos contrários aos avanços progressistas e que se identificavam com princípios ultraliberais e/ou conservadores, encontrados sobretudo em comunidades no Orkut.
	Auge do Lulismo	Fundação do primeiro Movimento Brasil de Direita (MEB)
		2006 – 2010: Nascimento da Ultradireita
2008	Possibilidade de realizar o processo de redesignação sexual do fenótipo masculino para o feminino no SUS	

2009	Possibilidade de utilização do nome social no SUS	
	PNDH-E – Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos 03	
	Programa Nacional Escola sem Homofobia	
2010	Eleição de Dilma Rousseff para Presidenta da República	Críticas ao Programa nacional escola sem homofobia ou “Kit gay”
2011	Criação da Comissão da Nacional da verdade - CNV	Articulação entre Bolsonaro e a Ultradireita Suspensão do programa nacional Escola sem Homofobia
	Decisão do STF de reconhecer a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar, garantindo os mesmos direitos e deveres de companheiros em uniões estáveis;	2011 a 2014- Florescimento da Ultradireita 2011 a 2016 Ataques misóginos à presidenta
		Recorde de greves pelo Brasil – início do ciclo de protestos
2012	Decisão do STF de possibilitar interrupção da gestação de fetos anencéfalos.	
	Determinação da constitucionalidade das ações afirmativas no ensino superior pelo STF	
	Criação da Lei Federal de N. 12.711, que implementa Ações Afirmativas no Ensino Público Superior	
2013	Aprovação da Lei 12.845/2013, que trata da obrigatoriedade de atendimento na rede pública de pessoas em situação de violência sexual	Manifestações de julho de 2013
	Ampliação de direitos trabalhistas para trabalhadores domésticos	Criação da PL 1069/2013, que tipifica como “crime contra a vida o anúncio de meios abortivos e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”.
		Ataque pelas forças católicas e evangélicas junto ao movimento Escola Sem Partido à qualquer iniciativa relacionada à gênero, sexualidade e raça no contexto dos debates para a reformulação do Plano Nacional de Educação
2014	Reformulação do Plano Nacional de Educação	Operação Lava-jato
	Lei da Palmada - Lei nº 13.010/2014 que proíbe o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis e degradantes contra crianças e adolescentes no Brasil	Contestação da lisura das Eleições de 2014 por parte de Aécio Neves
	Reeleição de Dilma Rousseff	Início de pedidos de Impeachment contra Dilma Rousseff
2015	Aprovação da Lei 13.104/2015, que inclui o feminicídio no rol de crimes hediondos.	Criação da comissão especial para discutir o PL 6.583/2013, que estabelece o estatuto da família e exclui da definição de família quaisquer arranjos não formados por casais heterossexuais
		Eduardo Cunha autorizou o impeachment no mesmo dia em que o PT falou que não o apoiaria no processo de cassação na Comissão de Ética
		Criação da comissão para apreciar a PEC 171/1993, que propõe a diminuição da maioria penal

		Iniciativas de movimentos de desacreditação do sistema educacional, como “ideologia de gênero” e “escola sem partido”.
		Aprovação da redução da maioria penal na câmara dos deputados
2016	Possibilidade de utilização do nome social na administração pública federal	Impeachment da Presidenta Dilma Rousseff
		Aprovação da PEC 55 - Emenda Constitucional 95/2016 que estabeleceu o teto de gastos por 20 anos
2017		Aprovação da Reforma trabalhista (Lei 13.467/2017)
		Aprovação da Reforma da Previdência
2018	Movimento #EleNão	Assassinato político de Marielle Franco
		Ataque ao ônibus da caravana eleitoral de Lula
		Eleição de Bolsonaro para Presidência da República

Fonte: A autora, 2022.

Embora não necessariamente os avanços progressistas tenham implicado em reações conservadoras no mesmo campo, pode-se dizer que esse conjunto de iniciativas apresentadas no quadro acima se configura em uma reação ao espectro mais amplo por parte da Ultradireita, uma espécie de contraofensiva. O fato é que, em resumo, à medida que conquistas principalmente dos movimentos feminista e LGBT avançaram, os ultraliberais e conservadores se aliaram para impedir o avanço das pautas destes movimentos. Isso causou um grande choque progressista, que propiciou o terreno fértil para a nova direita, mas que também eclodiu no país o famoso ciclo de protestos de movimentos societários de junho de 2013.

A ultradireita surge na história recente como um movimento de ascensão vertiginosa e de alto contágio pelos mais diversos pontos do planeta. Um fenômeno como este, que, desde o nascimento, apresenta grande força e poder de influência, não pode e nem deve ser explicado sem o devido cuidado. Por impactar os mais diversos setores das sociedades, como economia, cultura, costumes, sistema jurídico, partidário e comportamento eleitoral, é imaginável que há muitas engrenagens operando de formas distintas sob uma mesma lógica de fins determinados. Para termos uma ideia inicial dessas diversas engrenagens, este capítulo propõe a divisão da literatura aqui utilizada em dois eixos: a perspectiva dos movimentos sociais e a perspectiva institucional. Esta divisão obedece a lógica dos atores políticos analisados em cada abordagem encontrada na bibliografia. Cada uma das perspectivas contribui de diferentes modos para que se possa enxergar e compreender esse fenômeno tão complexo de forma mais abrangente, ao proporcionar a visão de várias frentes para um mesmo acontecimento histórico. A partir disso, demonstra-se que as análises atuais criaram uma lacuna, a ser a perspectiva de gênero na análise do fenômeno citado.

1.3 A ascensão da ultradireita no Brasil: perspectivas do fenômeno

2.3.1 Perspectivas de Movimentos Sociais

A consolidação da ultradireita no Brasil é um fenômeno que não se manifesta apenas na institucionalidade. Pode-se observar que ele atravessa, também, as diferentes formas de organização coletiva no Brasil e no mundo. Para observar este fenômeno, nesta seção busca-se apresentar o trabalho de autoras e autores que vem discutindo a ascensão da ultradireita no Brasil a partir de um olhar para as bases: as organizações coletivas e populares e os movimentos sociais de seus mais diferentes tipos.

É possível afirmar o surgimento de uma nova direita no Brasil? Em caso positivo, como esta nasceu, se consolidou e o que, de fato, apresenta de novo? Guiada por esta pergunta, Camila Rocha (2019) demonstra a existência de uma nova direita brasileira que se origina a partir da sociedade civil, mais especificamente na organização via internet de grupos de discussão e de militância durante o auge do lulismo, entre 2006 e 2010. Isso se verifica a partir de uma reconstrução da atuação política dos membros dos chamados contrapúblico desde a sua origem até as eleições de 2018. Segundo a autora, os contrapúblico são esferas públicas performáticas onde os posicionamentos políticos e econômicos mais radicais e ácidos foram bem recebidos durante o período de alavancada progressista. Eles surgem enquanto reação a um público dominante formado principalmente pela mídia, militantes da esquerda, jornais de grande circulação e agências de financiamento, reagindo à chamada hegemonia da esquerda formada por organizações não governamentais, editoras de livros tradicionais, PT, PSDB, as ciências humanas em geral e os meios de comunicação em massa.

Esses contrapúblicos que começaram a se organizar na década de 2000, atuando em eleições de centros acadêmicos e diretórios estudantis de universidades públicas, influenciaram na formação do partido NOVO, a orientação programática do PSC e do PSL e fortaleceram a candidatura de Jair Bolsonaro passando, assim, a constituir o núcleo duro da ultradireita nas eleições de 2018. Esta nova direita, para Rocha (2019), tem como característica a rápida difusão de ideias de forma descentralizada e capilarizada e se ergue sob um amálgama inédito entre o ultraliberalismo econômico e a defesa de pautas conservadoras no que tange aos Direitos Humanos e às demandas específicas dos movimentos feminista, LGBT e das populações negra, indígena e quilombola.

A tese de Camila Rocha foca principalmente no contrapúblico ultraliberal, o único capaz de se organizar institucionalmente na sociedade civil de forma precoce. A internet foi o ambiente de surgimento e de consolidação destes grupos, graças a seu poder inédito de

protagonizar o surgimento da polarização e da fragmentação políticas, criando maiores possibilidades de mobilizações civis tanto à direita quanto à esquerda. É interessante notar que a maior parte das pessoas inseridas nos debates dos ambientes virtuais de articulação política à direita, que tinha a rede social Orkut como principal locus, eram indivíduos sem experiência política prévia, mas que se sentiam à vontade para falar o que pensavam na internet e compartilhavam sentimentos comuns de marginalidade e de exclusão nos espaços não virtuais, ditos dominados pelos pensamentos progressistas e esquerdistas (ROCHA, 2019).

Essa rede contra-hegemônica de forte capilarização e articulação atuou discretamente durante anos, mobilizando cada vez mais pessoas em prol de suas causas. Defensores do conservadorismo na agenda de costumes, os contrapúblicos tinham como ideologia modular o neoliberalismo – e para isso contavam com lideranças mais radicais, tais como os ultraliberais, militantes pró-mercado, um termo genérico para referência geral de atores que fizeram e ainda fazem parte do ecossistema internacional de organizações pró-mercado que surgem na década de 1940, organizadas sobretudo em *think tanks* (ROCHA, 2019). Estes ajudaram a forjar uma nova racionalidade e hoje possuem vasta capacidade de mobilização e capilarização. Um exemplo é a Rede Atlas, que conta com mais de 400 afiliados em mais de 80 países atualmente, mas há diversos outros.

No Brasil, as ideologias pró-mercado começaram a circular com mais força principalmente na década de 1960, mas foi só após a redemocratização que houve a fundação de um amálgama liberal-conservador. No final da década de 1970 e início dos anos 1980, alguns setores de empresários perceberam que os militares não estavam mais agindo a seu favor e lançaram campanha para a redemocratização. Ao mesmo tempo, diversos economistas estavam retornando ao país de suas pós-graduações em institutos de excelência nos estudos de economia, como a Escola de Chicago. Nesse contexto, os primeiros *think tanks* a ter atividade mais sólida no Brasil traduziram livros de grandes economistas pró-mercado com o objetivo de convencer os empresários a entrarem neste ecossistema intelectual. Isto, sobretudo, direcionado a indivíduos patrimonialistas, pois estavam em condição de monopólio, gerando lucros e com receio de concorrência na abertura dos mercados (ROCHA, 2019).

O início da década de 1990 foi o auge da atuação dos *think tanks* no Brasil, apesar de suas influências em Brasília ainda serem menores do que pretendiam. Com a eleição de Fernando Henrique Cardoso e a implementação de suas reformas liberais e de privatizações, os *think tanks* sofreram um curioso declínio. Isso ocorreu porque, a partir do momento em que o empresariado viu em FCH uma figura liberal que tomou o poder, deixou-se de fazer grandes investimentos nos *think tanks*, pois estes já haviam, em tese, cumprido seu papel. Outro

fenômeno observado por Rocha *et al* (2021) é a retração, em determinado momento, de *think tanks* e de atores mais alinhados a uma direita mais radical. É o que os autores chamam de direita envergonhada: toda e qualquer forma de aproximar a direita de FHC à direita da ditadura militar era mal vista, pois ninguém disputaria a herança negativa que os militares deixaram.

Afinal, Rocha (2019) aponta que desde a redemocratização havia algo de malvisto em as pessoas se assumirem de direita por haver uma associação com a ditadura militar. Isso foi um dos fatores de criação de um campo fértil para ideias e lideranças progressistas. A direita envergonhada só passaria a recuperar sua autoestima com o impacto do escândalo de corrupção do Mensalão e com a existência de espaços digitais de discussão de questões polêmicas sob anonimato, onde pessoas contra o governo mais popular da história tinham liberdade de se manifestar livremente.

Ligada à direita tradicional, a rede formada por diferentes contrapúblicos teve protagonismo e se popularizou principalmente em 2014, com a derrota de Aécio Neves. No entanto, já era possível visualizar a sua atuação desde as manifestações de 2013, com a fundação do Movimento Brasil Livre (MBL). Em primeiro de novembro de 2014, na cidade de São Paulo, aconteceu o primeiro protesto pró-impeachment, responsável por reunir pela primeira vez nas ruas todos os membros dos diferentes contrapúblicos atuantes na internet, como os intervencionistas, conservadores, liberal-conservadores e ultraliberais, segundo Rocha. Após isso, houve a abertura das mídias, editoras e meios partidários para estes grupos, que obtiveram algumas vitórias eleitorais no legislativo em 2016 e se aglutinaram em torno de uma frente ultraliberal-conservadora em 2018, elegendo deputados, senadores e o 38º Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro.

Segundo Rocha (2018) e Rocha *et al* (2021), houve grandes acontecimentos institucionais enquanto elementos fundamentais para a ascensão de uma nova direita no Brasil. Contudo, os autores se diferenciam de outras perspectivas e se encaixam na análise dos movimentos sociais por ter como tese o surgimento da nova direita a partir da sociedade civil, e não pelas vias institucionais. Passemos agora a uma autora que se ocupou de analisar as manifestações pró-impeachment.

Para Esther Solano (2019), a consequência do movimento internacional de insurgência de uma nova direita no contexto brasileiro é a eleição de Jair Bolsonaro ao cargo de Presidente da República. A onda bolsonarista desafiou as análises clássicas produzidas pela Ciência Política, que defendiam categoricamente dois critérios para a conquista do Palácio do Planalto, filiação a um partido político expressivo e um bom tempo de horário eleitoral gratuito televisivo, estrutura que Bolsonaro quebrou ao ganhar as eleições de 2018 filiado ao

insignificante PSL e contando com apenas 8 segundos de campanha na televisão. Isto ocorreu também nas casas legislativas, tanto em âmbito estadual quanto no federal, além de postos de governo em alguns estados.

Solano (2019) analisou o perfil político e ideológico de indivíduos nas manifestações e quais eram as suas motivações enquanto participantes desses atos. Ela conclui que o que chama de *bolsonarização social* já era, em retrospecto, evidente, comprovando a existência de um sentimento profundo e complexo de rejeição antissistema por trás da bandeira evidente do antipetismo e da anticorrupção, o que culminou com a eleição de Jair Bolsonaro e da ascensão da nova direita no caso brasileiro. A pesquisa da autora nos movimentos sociais alinhados à direita começou em 2015, se estendendo por 2016 e 2017, o que possibilitou uma projeção significativa das dinâmicas de construção de negações políticas, o que daria a base eleitoral necessária para a sangria eleitoral tucana e para que Bolsonaro fosse eleito à Presidência da República em 2018.

As principais pautas em evidência encontradas nos discursos dos manifestantes foram desconfiança/insatisfação com o sistema político como um todo, rejeição da política tradicional, antipetismo, antilulismo, anticomunismo, anticorrupção, defesa a Lava Jato e a busca por outsiders, lideranças que retratassem uma retórica de renovação baseada na concordância com a frustração em relação aos partidos e lideranças políticos – terreno fértil para o surgimento de figuras como Bolsonaro e Moro, com a busca por uma solução de fora do sistema, alguém com valores como honestidade e ética.

O processo penal do espetáculo, com o juiz que assume uma figura militante e as operações contra a corrupção como forma de criminalização teatralizada da política, aumenta o sentimento coletivo de que a política é uma tarefa desprezível e, portanto, deve ser negada e, inclusive, combatida (SOLANO, 2019, p.314).

Outra retórica presente nas entrevistas foi a meritocracia e o hiperindividualismo, a negação do coletivismo e exaltação do esforço individual. Percebe-se isso nas críticas às ações afirmativas, ao Programa Bolsa Família e demais políticas públicas inclusivas. O Estado precisaria ser reduzido, sua intervenção é abusiva e, portanto, deve ser combatida. As manifestações tinham como perfil, em sua maioria, eleitores que votaram em Aécio Neves, pessoas com alta escolaridade e renda igual ou superior a 5 salários-mínimos, uma elite insatisfeita (SOLANO, 2019).

A ultradireita nascida desses movimentos sociais se baseia, assim, na negação – antipetismo, antipartidarismo e antissistema. Sem programas ou proposições consistentes, baseia-se no discurso antissistêmico, o que demonstra a existência de um futuro incerto sem direções claras, a “política dos antagonismos”. Para Solano (2019), este é o momento em que o

espaço historicamente progressista das ruas é tomado pelos apoiadores da nova onda, simbolizada por um verdadeiro repertório patriótico, cujo embrião reside em 2013. As manifestações tinham como perfil, em sua maioria, eleitores que votaram em Aécio Neves, pessoas com alta escolaridade e renda igual ou superior a 5 salários-mínimos, uma elite insatisfeita.

Uma perspectiva complementar àquelas apresentadas por Rocha e Solano é aquela que entende os fenômenos recentes da história política brasileira e a ascensão da ultradireita a partir de ciclos políticos. Pode-se entender que as transformações políticas no Brasil, a partir de 2013, são a materialização da confluência de crise ou encerramento de ciclos de diversas naturezas no Brasil: há uma crise no ciclo econômico neoliberal com ensaios sociais-liberais, com a ruptura da coalizão de classes que orientou os primeiros governos petistas e com rápida diminuição do ritmo de crescimento econômico a partir de 2015 (SINGER, 2015). Ao mesmo tempo, há crise no ciclo político institucional, que será mais amplamente discutido na seção seguinte a esta. Para além disso, há crises nos ciclos de formas de organização coletiva e de formas de ativismo no Brasil (FERREIRA et al, 2023). Neste aspecto, em especial, junho de 2013 é observado com especial atenção.

Junho pode ser encarado como o momento definitivo em que se pode visualizar a finalização do grande ciclo de ação coletiva que, iniciado na década de 1970, organizou a redemocratização e forjou a constelação de movimentos sociais materializada no PT e nos movimentos ao redor deste (BOSCHI, 1987; SADER, 1998) e, na prática, tinha a hegemonia das ruas e das formas de organização populares. Enquanto Renato Boschi vê o associativismo (em diversas formas e níveis) como elemento central para o ciclo de ação coletiva que forjou o sistema político pós-redemocratização, Eder Sader observou novas configurações da esquerda e do sindicalismo florescendo, ao mesmo tempo que as Comunidades Eclesiais de Base (CEB) atuavam no mesmo sentido, construindo formas de organização coletiva. De forma complementar, Ana Maria Doimo (1995) afirma que o diferencial da construção deste ciclo de ações coletivas é justamente a presença de movimentos que se organizavam a partir da política no dia a dia: movimentos ligados ao combate ao aumento no custo de vida, movimentos ao redor do transporte público e da moradia, dentre outros. Pode-se observar que há todo um conjunto de movimentos e organizações populares que forjam os sentidos políticos – sobretudo aqueles coletivos – da própria democracia brasileira. E é isto que se transforma brutalmente em 2013.

Em diversos textos, Breno Bringel (BRINGEL, 2013; BRIGEL & PLEYERS, 2015; BRINGEL & DOMINGUES, 2018) aponta que as jornadas de junho representaram uma

abertura societária no Brasil. Ou seja, há uma abertura de novos espaços e a consolidação de novos atores – e, neste sentido, Bringel concorda com Rocha (2019) e Solano (2021) na medida em que também observa a consolidação de novos atores coletivos que mudam a dinâmica da política brasileira. No entanto, o autor interpreta que esta abertura sociopolítica é mais ampla: mais que novos movimentos sociais ou novas formas de organizações coletivas, o que há é um novo e grande movimento societário, com transformações em todas as formas de fazer a política no Brasil – uma mudança, de fato, nas placas tectônicas. As manifestações transbordaram os grupos políticos e organizações populares mais tradicionais e abrangeram a sociedade de forma mais ampla, o que cria novas possibilidades de política e horizontes de futuro – tanto à esquerda quanto à direita.

Ângela Alonso (2017) defende que a crise política de 2013 a 2016 é uma só, com três ciclos ou fases de conflito agudo marcados por intensos e frequentes protestos. O primeiro deles, chamado pela autora de o “ciclo mosaico”, compreende as mais de 470 manifestações ocorridas em junho de 2013, iniciadas pela insatisfação popular com o aumento das tarifas dos transportes públicos em algumas grandes cidades, e que logo alcançou uma quantidade vertiginosa de pautas distintas e de diferentes localidades pelo Brasil. Alonso (2017) aponta que esse ciclo foi protagonizado por manifestantes de três setores, autonomistas, socialistas e patriotas e contou com três fases: a eclosão do protesto, a diversificação de pautas e a massificação das manifestações por conta do alcance midiático e das manutenções inconsequentes das tarifas por parte de lideranças institucionais.

O “ciclo patriota”, que abarca os atos ocorridos entre março e abril de 2015, foi induzido por ânimos esquentados pela Lava Jato e teve como principais pautas o patriotismo, a anticorrupção e combate ao Programa Federal Mais Médicos. Seus manifestantes patriotas, frustrados com a derrota de Aécio Neves em 2014, foram às ruas defendendo forte retórica ligada ao conservadorismo moral, atacando minorias e pedindo intervenção militar e institucional. Nas faixas, a crítica se afunilou no impeachment de Dilma e na emergência de um líder alternativo à política profissional: “Somos todos Sérgio Moro”. No setor socialista, sindicatos e movimentos sociais, como CUT e o MST, também foram às ruas, pedindo reformas populares. Estes atos de esquerda foram marcadamente menores em número e impacto do que aqueles realizados pelos opositores ao Governo Federal. Segundo a autora, nesse momento

Se cristalizaram dois campos de ação estratégica apartados e opostos: um à esquerda, outro à direita do governo. Na virada para 2015, gravetos na fogueira: o PSDB pediu ao TSE a cassação do mandato de Dilma, alegando fraude nas apurações. O STF encarcerou lideranças petistas, e Eduardo Cunha, novo presidente da Câmara, instalou a CPI da Petrobrás (ALONSO, 2017, p.54).

Em um contínuo processo de agravamento, o clima de insatisfação nas ruas também se manifestava institucionalmente. Em outubro de 2015, Eduardo Cunha recebeu o pedido de impeachment de Bicudo, Reale Junior e Paschoal, como retaliação por ter virado réu na operação Lava Jato, o que culminou com o ciclo do Impeachment, de dezembro de 2015 a março de 2016, quando Lula foi levado coercitivamente para depor a mando de Sérgio Moro, reacendendo a militância petista.

Segundo Alonso (2017), neste momento se solidificou a retórica moralizadora da moralização pública, anticorrupção, e como moralismo, simbolizado nas pautas de defesa à pátria, religião e família tradicional nas ruas infestadas por manifestantes de patriotismo tão inflado quanto o pato da FIESP, enquanto Moro emergia como personificação da moralidade pública. Apesar de o setor socialista mobilizar a campanha #NãoVaiTerGolpe, ainda havia pouca mobilização na defesa da então presidenta, que só foi perceber seu desamparo político tardiamente ao nomear Lula para a pasta da Casa Civil, ação impugnada pelo STF dias depois. Nas palavras de Alonso,

Os três estilos de ativismo, misturados em 2013, desaguaram em dois grandes campos políticos em competição entre si pela direção do Estado: um pró, outro contra o impeachment. Quando a medida foi a voto na Câmara, no dia 31 de agosto, a cerca invisível de junho de 2013 virara muro metálico. Fincado na Esplanada dos Ministérios, simbolizou com perfeição o racha do país (p.76).

Segundo a autora, somente com a abertura do impeachment houve um deslocamento do processo político das ruas para as instituições. Ato cíclicos, manifestações contínuas e sentidos diferentes demonstram a falsa ideia da passividade do povo brasileiro. A singularidade da sobrevivência do Brasil a tantos protestos em direções contrárias sem um confronto aberto é feito encontrado em poucas sociedades, mas esses ciclos consecutivos de conflito deixaram como efeito colateral o terreno movediço sob o qual se ergueu o governo seguinte ao impeachment, uma conjuntura política sensível aos menores atos, com uma sociedade civil dividida, mobilizada e bem articulada na defesa de seus interesses. A mobilização nas ruas contra o PT não se repetiu na defesa de Michel Temer, que ficou marcado na história pelo maior índice de rejeição já registrado. Daí em diante, era claro o vácuo político e de liderança que foi criado no Brasil e que seria rapidamente preenchido por uma direita radicalizada, forjada sob o descontentamento de diversos setores e ciente do que a população brasileira gostaria de ouvir: uma renovação sem precedentes na história do país.

1.3.2 Perspectivas Institucionais

Na seção anterior, observou-se que a consolidação da ultradireita - ou nova direita, dado o processo político brasileiro – foi um fenômeno que veio desde as bases, ou seja, cresceu em movimentos sociais e organizações populares. No entanto, é um fenômeno visível também a nível institucional e presente nos espaços de poder e de tomada de decisão. Frente a isto, essa seção tem como objetivo apresentar algumas perspectivas a respeito deste aspecto do processo, apresentando uma breve cronologia dos acontecimentos.

Santos e Tanscheit (2019) possuem um olhar a partir da institucionalidade para a ascensão da nova direita radical no Brasil, sobretudo a partir da análise dos principais partidos do sistema partidário brasileiro nos anos anteriores às eleições de 2018. Os autores abordam os acontecimentos que culminaram com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 ao cargo de Presidente da República e da ascensão da nova direita no caso brasileiro. Os elementos centrais que proporcionaram a eleição de Bolsonaro e a ascensão da nova direita foram, para os autores, a atuação de operadores do sistema de justiça e as estratégias da direita moderada de conquistar o poder por vias não eleitorais frente à hegemonia petista. Essas estratégias são vistas em dois momentos: no apoio ao impeachment de Dilma Rousseff e na participação no governo de Temer.

A análise da vitória de Jair Bolsonaro nas eleições para o cargo de Presidência da República e da ascensão da nova direita no Brasil demonstrou que este processo consistiu na substituição da direita moderada pela direita radical – termo utilizado por Santos & Tanscheit (2019) e em consequências ainda não previstas disto para o futuro do sistema democrático brasileiro. Segundo os autores, esses novos arranjos são “um efeito inesperado e indesejado da estratégia adotada pela velha e moderada direita nos últimos cinco anos de redefinição do sistema partidário, estruturado desde a transição à democracia em torno do PT” (SANTOS & TANSCHHEIT, 2019, p.155). As bases do sistema partidário brasileiro, formadas pelo PSDB, MDB e PT e que funcionavam há 25 anos, entraram em processo de erosão na última meia década. Esta crise foi causada, sobretudo, pela politização de escândalos de corrupção e o impacto desta operação nos três principais partidos brasileiros. Em 2018, o sistema partidário completou 30 anos e esperava-se uma consolidação dos partidos frente ao eleitorado. Contudo, essa hegemonia é contestada e interrompida não por um fator externo, como no golpe de 1964, mas por uma crise de conflitos entre os três principais partidos de nosso sistema, que entra em colapso.

Ainda em 2018, ocorrem dois fenômenos eleitorais que são chave para a consolidação de “um novo e extremo tipo de direita”: a eleição de Bolsonaro e a ascensão do PSL no Congresso Nacional. Esses dois fenômenos eleitorais estão vinculados diretamente a dois acontecimentos, que são: a ruptura com as bases do sistema partidário em vigor e a troca de guarda na direita brasileira. As características deste momento inédito são o fim da polarização tradicional entre PSDB e PT em eleições presidenciais, a perda de representação no Congresso Nacional por parte dos três principais partidos que compunham o sistema partidário brasileiro, o que demonstra a rejeição popular à política adotada desde a redemocratização, e a substituição do PSDB pelo PSL no espectro da direita na câmara dos Deputados.

O que possibilitou essa eleição crítica (e surpreendente em muitas medidas) foram eventos prévios às eleições de 2018, o impacto e rejeição dos três principais partidos após operações de combate à corrupção e as estratégias adotadas pelo PSDB e MDB de ascensão ao poder por meio do a) impeachment de Dilma Rousseff e b) participação no governo de Michel Temer, o mais impopular da história do país. O impeachment em 2016 foi o auge do confronto entre a direita e a esquerda no Brasil, que vinha ganhando contornos de polarização desde as eleições de 2014: houve a radicalização do discurso da direita (materializado principalmente pela atuação de Aécio Neves) e a crise política e institucional que culminou com a quebra de normas democráticas básicas de convivência política.

Assim, de acordo com Santos e Tanscheit (2019), o processo de troca de guarda da direita brasileira foi justificado por alguns acontecimentos já citados, mas que merecem atenção. Primeiramente, a mudança no padrão da atuação do judiciário brasileiro nos últimos 30 anos e a ascensão da figura pública de Sérgio Moro foram fundamentais para a derrota da direita moderada e para o colapso do sistema partidário em 2018. Dois grandes acontecimentos ligados a Moro e ao sistema jurídico foram particularmente elementares para a crise que viria. O primeiro deles foi o processo de investigação de compras de votos parlamentares por parte do executivo petista, mais conhecido como Mensalão, iniciado em 2005 e com ápice em 2013 com a prisão de José Dirceu, apontado como o chefe do escândalo de corrupção.

Em 2014, apenas três dias após o encerramento da ação penal 470, o Mensalão, é iniciada a operação Lava Jato, realizada em conjunto com a Polícia Federal, Ministério Público e judiciário, com fins de investigar crimes de corrupção envolvendo o sistema político e o empresariado brasileiros. Apesar de não terem sido os primeiros casos de corrupção no país, a cobertura midiática nos dois momentos foi exaustiva, causando grande impacto na esfera pública. A Lava Jato atingiu sobretudo PT, PSDB e MDB, as bases do sistema partidário. A operação culminou com a prisão de Lula em 2018, impossibilitando o ex-presidente de disputar

as eleições que estariam por vir. Assim, os autores afirmam que a Lava Jato é diretamente responsável pela ascensão da nova direita, ao lado da estratégia da direita moderada frente à hegemonia petista.

Por quatro eleições presidenciais consecutivas, o PSDB foi derrotado pelo PT. Depois disso, buscaram vias não eleitorais para chegar ao poder. Primeiramente pediram auditoria da votação de 2014, o que deu início a uma forte crise política e institucional, fortalecida depois pela atuação do Congresso Nacional enquanto oposição à Dilma. No meio disso tudo, havia uma disputa entre governo federal e Eduardo Cunha (MDB), presidente da câmara dos deputados. Ele introduziu agenda política contrária ao programa petista e, após isso, o partido retirou o apoio a Cunha no conselho de ética da Câmara, o que fez com que ele se tornasse réu da Lava Jato. Nesse mesmo dia, Cunha revidou aceitando um dos pedidos de impeachment contra Dilma Rousseff. Depois disso, Temer rompe com Dilma através de uma carta pública, episódio emblemático na mídia brasileira. Por ser oposição ao governo federal, o impeachment foi aprovado pela câmara dos deputados. Interessante notar que, na votação na câmara e no senado, PSDB e PMDB, maiores bancadas depois do PT, foram os que mais votaram a favor do impeachment, assim como partidos que compuseram os governos de Lula e de Dilma.

O impeachment presidencial é identificado como a estratégia de reorganização e de ascensão ao poder pela “direita moderada” no país. A intensa campanha contrária ao impeachment do PT e das organizações como a central única dos trabalhadores (CUT) e o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra (MST), chamando-o de “golpe parlamentar”, conjugada aos discursos dos parlamentares na câmara dos deputados favoráveis ao impeachment, em que as suas justificativas não se relacionavam às razões pelas quais Rousseff estava sendo denunciada, contribuíram para que o ritual do impeachment intensificasse a polarização política e deslegitimasse tanto o governo quanto a oposição no país (SANTOS & TANSCHKEIT, 2019, p.172).

O Impeachment levou Michel Temer ao cargo de Presidente da República, apontado como o governo mais impopular da história, com apenas 4% de aprovação popular, taxa atribuída às suas reformas trabalhista e da previdência, no envolvimento na operação lava jato com forte exposição midiática e programa econômico rechaçado.

Em 2018, mais dois elementos marcam a disputa eleitoral: a decisão do TSE de indeferimento da candidatura de Lula, líder em todas as pesquisas; e a ausência de candidatura de sucessão do governo do PMDB. Temer não teve sucessor. Isso tirou o peso da tradicional disputa das últimas décadas e fez com que se esperasse a vitória de Alckmin, dono da maior coligação do país, dez organizações partidárias e dono da metade do tempo de propaganda eleitoral televisiva e com rico fundo partidário, o que não aconteceu. A rejeição aos principais partidos nacionais também se deu na composição da câmara dos deputados, assim como o

crescimento vertiginoso do PSL. Na Câmara, apenas o PT se manteve entre os principais partidos, mas MDB e PSDB foram substituídos por PSL e PP.

Nesta troca de guarda, a nova direita possui como características a ausência de rotinização e de partidos fortes, sendo dependentes de lideranças carismáticas. São contra políticas de combate à desigualdade socioeconômica e contra também a defesa e proteção de minorias, como as mulheres, população de negros e LGBTs. Santos e Tanscheit (2019) definem a direita atual como uma amálgama entre as direitas econômica, religiosa e a “lei e ordem”, ligada ao passado militar, reunidas sob a liderança de Bolsonaro. Possuem visão neoliberal e defesa do Estado mínimo, conservadorismo no âmbito comportamental e combate da influência do estado em questões individuais e familiares e hostilidade ao sistema político e supressão de opositores, os inimigos. Ela ainda será definida mais claramente no futuro, a depender dos desdobramentos recentes e próximos da dinâmica política brasileira.

O programa inovador da ultradireita representa novidade na direita e no sistema político de forma geral no Brasil. Se a velha direita era estadista e autoritária e a nova direita neoliberal foi democrática, Bolsonaro e PSL tomaram para si o autoritarismo da velha direita e o neoliberalismo da direita pós-ditadura, além de adotar agenda de conservadorismo comportamental e cunho religioso. No governo de Bolsonaro, o autoritarismo esteve presente na segurança pública, e o neoliberalismo é simbolizado na figura de Paulo Guedes, que realizou a reforma da Previdência e enxugou o Estado, deu continuidade à agenda de privatizações e vendas de propriedades da união o tanto quanto foi possível, além da abertura comercial e constituição de acordos bilaterais, notadamente com os EUA de Donald Trump. Com o slogan da campanha “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”, percebeu-se ainda uma forte ligação com o conservadorismo religioso negando direito a LGBTs e direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

A troca de guarda da direita moderada pela ultradireita é uma consequência não prevista e indesejada da estratégia utilizada pela direita moderada nesses dois momentos fundamentais que se situam historicamente nos últimos anos de redefinição de um sistema partidário que se estruturou desde a volta à democracia e ascensão do PT. Santos e Tanscheit (2019) afirmam que, embora a análise dos posicionamentos políticos do eleitorado seja uma das dimensões de exame da direita política – a análise da demanda – ela já não é a mais relevante para o caso, já que a ascensão da direita moderada não ocorreu via eleitoral. A segunda dimensão de análise da direita é a análise da oferta, ou seja, do programa e comportamento político das elites políticas - seara institucional. Aqui, vemos crítica tácita a análises que partem dos movimentos sociais e de atores não institucionais.

Ainda dentro do eixo da perspectiva institucional, apresenta-se a perspectiva de Lacerda (2018), que analisa especificamente a articulação e ativismo em torno de diferentes temas da direita contemporânea na Câmara dos Deputados. A autora tem como questões de pesquisa a existência de uma militância concertada nesses itens, a identificação de seus protagonistas e os argumentos que unem esses assuntos. Sua hipótese é a de que existe uma articulação neoconservadora na Câmara, configurando uma reelaboração do neoconservadorismo norte-americano no Brasil, se utilizando, para tal, da análise de votações em plenário, de proposições e do conteúdo de discursos parlamentares sobre os temas citados, e do perfil dos deputados autores dessas iniciativas – sua denominação religiosa e o pertencimento a bancadas.

A autora se ocupa de analisar a 55ª Legislatura da Câmara dos Deputados, iniciada em 2015, para observar a articulação em torno de diferentes temas da agenda legislativa contemporânea, o ativismo pela família tradicional, pelo punitivismo, neoliberalismo, combate ao bolivarianismo e defesa do Estado de Israel. Tal legislatura possuiu a composição mais conservadora do Congresso desde 1964, com extensão à ação já consolidada em nome da família tradicional, possuindo crescimento significativo na Câmara de uma Direita que defende radicalmente os valores do liberalismo econômico com intervenção limitada do Estado na economia no que se refere à garantia de igualdade de oportunidades.

A autora realiza análises sobre a promoção da moral sexual na Câmara, pautas legislativas sobre postulados criminais, agenda de política externa e atuação parlamentar na defesa do neoliberalismo. A partir disso, afirma a existência, desde 2015, de um movimento de orientação política neoconservadora na Câmara dos Deputados brasileira, unindo pautas como Valores morais religiosos e da família tradicional em reação ao feminismo e à agenda LGBT; punitivismo; militarismo anticomunismo e defesa de Israel e do neoliberalismo.

A contribuição de Lacerda (2018) reside no fato de que, muito embora as pautas aqui apresentadas já tenham sido pesquisadas de forma isolada, sua tese propõe a análise destas matérias de forma conjunta, comprovando a existência de uma articulação neoconservadora brasileira equivalente àquela encontrada na política norte-americana. Seus resultados apontam para a atuação de um grupo de deputados federais brasileiros correspondente à do movimento estrangeiro. Porém, a ação produzida no Brasil contém peculiaridades de um país de periferia, ou seja, a ação não tem efeito imperialista, como nos Estados Unidos, pelo contrário, privilegia uma inserção internacional hemisférica e não autônoma, e a defesa dos princípios neoliberais não é tão clara, possivelmente pelo fato de os parlamentares neoconservadores brasileiros terem um eleitorado pobre e carente de proteção estatal. A conexão das pautas é informada por um ideário neoconservador, que tem em seu cerne a defesa de valores cristãos e os valores da

família como resposta às disfunções sociais. Por fim, o protagonismo da ação neoconservadora brasileira é majoritariamente dos deputados evangélicos.

Nota-se que os primeiros autores analisaram partidos e acontecimentos institucionais, tais como operações anticorrupção do sistema judiciário e o impeachment. Já Lacerda analisa a atuação dos deputados e as pautas mobilizadas por estes, durante o mesmo recorte temporal. Ambos os estudos se ocupam de analisar o fenômeno da nova direita a partir do prisma de instituições e não de ações civis. No entanto, há complementaridade entre as duas contribuições para esta tese: a nível institucional, pode-se observar a mudança de guarda entre a direita tradicional moderada e a ultradireita – e isto é observável no Congresso Nacional, com a maior presença de pautas como o militarismo e punitivismo, a ampliação do neoliberalismo e, mais amplamente, o anticomunismo.

A ascensão da Nova Direita no Brasil é um fenômeno que perpassa as esferas regionais e nacionais, se encaixando no avanço da extrema direita no ocidente. Se fortaleceu graças a uma retórica baseada no discurso antissistema, mobilizando os sentimentos de frustração e de desesperança de cidadãos em relação aos partidos tradicionais, que viraram réus nas operações de combate a corrupção e, por consequência, responsáveis pelas crises econômicas e sociais.

De uma maneira geral, há uma clara disputa tanto entre intérpretes quanto de atores do fenômeno analisado, a ascensão de uma extrema, radical, nova direita, um Bolsonarismo ou uma articulação neoconservadora. Muitos termos disputando a conceituação de um mesmo objeto multifacetado e complexo, e que justamente por isso deve ser analisado por distintas frentes e perspectivas, sem as quais não é possível compreender o recente processo político brasileiro que ainda está em curso. Com seus distanciamentos e aproximações, a soma das abordagens mobilizadas neste trabalho com diferentes autores (as) e perspectivas nos mostra que a riqueza de distintas perspectivas permite ao leitor, seja um curioso ou um cientista, ter uma visão mais holística do fenômeno da ascensão da nova/extrema direita/neoconservadorismo, que tem na ausência de previsões do futuro sem direções claras a sua grande (in)certeza. Através das diferentes perspectivas de análise, é possível perceber qual é a agenda que guia atualmente o cenário político brasileiro e compreender a chegada ao poder de Jair Bolsonaro e de seus primeiros anos de governo no Brasil, reflexo da ascensão da nova direita.

Na busca em contribuir para a compreensão dos últimos anos e sem a pretensão de esgotar o debate sobre a nova direita e suas consequências para o Brasil, esse capítulo busca ser apenas um panorama acerca dos principais acontecimentos das últimas décadas que contribuíram para o atual fenômeno político que pode estar pondo em xeque as bases e normas

de existência do sistema democrático brasileiro. Busca, ainda, demonstrar a existência da lacuna de uma perspectiva de análise a partir do recorte de gênero, onde os homens não figurem enquanto os únicos protagonistas de algo que recebeu relevante contribuição de mulheres, condição que ousou dizer *sine qua non* para chegarmos aos dias atuais.

2. GÊNERO E ULTRADIREITA

O capítulo aqui apresentado busca falar sobre a importância atualmente silenciosa de figuras femininas no processo de radicalização da direita brasileira, abordando questões de gênero e anti-feminismo. Uma coisa é analisarmos a pauta de gênero da ultradireita e das mulheres conservadoras, mas outra coisa, igualmente importante, é a falsa ideia de que todas as mulheres são ou devem ser feministas, progressistas, e o fato de que na literatura específica sobre nova direita, elas são em geral retratadas como progressistas enquanto mulheres, ou, no máximo, vítimas, como Dilma (PIAIA, 2018).

O que está sendo chamado de mulher de direita aqui é uma dimensão posicional que envolve a questão do gênero, mas que é de direita porque se posiciona na arena política no espectro da Ultradireita, com características específicas ligadas ao novo momento situado historicamente abordado nesta tese. Define-se a Ultradireita, por conseguinte, como um neoconservadorismo ligado à moral e aos costumes, com um pensamento reacionário que idealiza o passado e que idealiza também um determinado lugar da mulher na sociedade como algo que é tradicional, familiarista e maternalista. Ao mesmo tempo, outras três performances são encontradas: a da feminilidade da mulher progressista ou vitimizada, a das mulheres políticas da Ultradireita, ativas na esfera pública e que se colocam como antifeministas, e a performance da masculinidade do homem Ultradireitista, que se propõe viril e agressivo em seus posicionamentos e violento contra seus adversários. Esta tese irá se ocupar de analisar as duas últimas performances, entendendo que são duas performances fabricadas e fabricáveis pela Ultradireita em específico.

É comum se dizer agora que o gênero se intersecta – ou melhor, interage – com raça e classe. Nós podemos adicionar que ele também interage constantemente com a nacionalidade e a posição no mundo. [...]Para entender o gênero, precisamos constantemente ir além do gênero. O mesmo se aplica para o inverso. Não podemos entender classe, raça ou desigualdade global sem constantemente se mover em direção ao gênero. Relações de gênero são um componente majoritário da estrutura social como um todo, e políticas de gênero estão entre os principais determinantes de nosso destino coletivo. (CONNELL, 2005, p. 74-74. Tradução minha).

Com relação à estrutura do capítulo, em primeiro lugar, há a necessidade de um debate mais teórico acerca do posicionamento das feminilidades e masculinidades enquanto produto situado historicamente, não naturalizado e não essencializador. O debate se justifica na busca pela visão de posturas diferentes encontradas em homens e mulheres na atualidade, mais especificamente em homens e mulheres da Ultradireita, com enfoque especial nas últimas. Em um segundo momento, haverá a busca das pautas de gênero no espaço contextualizado dentro

do movimento neoconservador, abordando características distintas de cada caso. O terceiro ponto diz respeito ao protagonismo da performance masculina na Ultradireita. Por último, o capítulo oferece um estudo de caso sobre anti-feminismo, por meio da abordagem de uma das mulheres analisadas na tese, Joice Hasselmann.

2.1 Sobre essencialismos de feminilidade

Da História, muitas vezes a mulher é excluída. Primeiramente o é ao nível do relato, o qual, passadas as efusões românticas, constitui-se como a representação do acontecimento político. [...] O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da História! (PERROT, 2017, p. 90).

Michelle Perrot foi uma das pioneiras ao procurar o feminino na história, rejeitando a ideia da dominação universal das mulheres (SAYÃO, 2003). O que interessava a Perrot era procurar nos aspectos da vida cotidiana, especialmente aqueles que têm sua importância diminuída na história por se passarem num suposto âmbito da vida privada, as ações femininas que foram capazes de alterar e subverter os processos de dominação masculina e as correlações de força em que estão inseridas. São movimentos de “contraposição ao poder (no singular) [...] mediante estratégias ligadas à vida cotidiana, as quais lhes conferem “poderes” (no plural) colocando ênfase em aspectos relacionais do convívio cotidiano” (SAYÃO, 1993, p. 127).

Perrot buscava ir além dos métodos tradicionais de se olhar para história, amplamente dominados pela narrativa hegemônica e masculina, “produtos de homens que têm o monopólio do texto e da coisa públicos” (PERROT, 2017, p. 91). O foco da análise passa, então, para “grupos, contextos e instituições nos quais homens e mulheres que, ao se relacionarem, produzem/reproduzem formas específicas e/ou inovadoras de relação que podem interferir diretamente em contextos sociais mais amplos” (SAYÃO, 2003, p. 139). É esse deslocamento analítico que permite passar de uma ótica de quase passividade, onde o dominante exerce seu poder sobre o dominado de maneira linear, para encarar a dominação masculina como uma lógica complexa e cheia de nuances, passível de transformações e adaptações (MEYER, 1996 *apud* SAYÃO, 2003), em que as mulheres podem também conquistar poderes e se inserirem em dinâmicas de opressão não só no papel de oprimidas.

Este movimento é fundamental para análise da atuação das mulheres durante diversos momentos da história brasileira. Se partíssemos de uma visão universalizante sobre a

dominação masculina e como ela é replicada nos diferentes ambientes, sobraria pouco para pensarmos a posição das mulheres nesses espaços – um papel que seria sempre relegado à submissão e a adoção de estereótipos de gênero. Por outro lado, se adotarmos um olhar mais atento às dinâmicas outras, podemos perceber uma miríade de formas em que as mulheres se inserem e ocupam os diferentes ambientes, transformando concepções prévias através de formas variadas de se relacionar com as concepções de masculinidade e feminilidade que lhes são imputadas, por exemplo.

Olhar para mulheres congressistas de ultradireita é fundamental para o entendimento do próprio fenômeno político em sua completude. É um fazer que se alinha ao exercício das feministas que há décadas buscam reescrever a história ao lançar luz para os lugares que as mulheres ocupam e ocuparam, e tirando-as dos papéis meras coadjuvantes. Esse exercício também significa olhar para as mulheres que se aproveitam das estruturas de poder masculinas e que as reforçam em seu próprio benefício – ainda que nunca em situação de total igualdade a suas contrapartes masculinas.

Ao nos debruçarmos sobre a atuação de mulheres parlamentares de ultradireita, podemos nos deparar com o mesmo paradoxo que, segundo Joan Scott (1996), as feministas contemporâneas das lutas pelos direitos civis das mulheres na Europa do século XIX encontraram: reivindicar a igualdade ou a diferença entre homens e mulheres? Com base na igualdade, poderia se argumentar que mulheres são iguais aos homens, são a mesma coisa, e essa mesmice (*sameness*, no original) deveria ser a base para reivindicar direitos iguais. Já a diferença significaria que homens e mulheres são diferentes e porque assim o são – ou apesar disso – merecem o mesmo tratamento.

De qualquer forma, ambas as aproximações atribuem identidades fixas a homens e mulheres, tornando possível assim uma certa forma de definição oficial das diferenças sexuais, que poderiam ser tomadas como um fenômeno natural – quando, na verdade, trata-se de um fenômeno indeterminado cujo significado está sempre em disputa (SCOTT, 1996). Essas contradições, tensões e disputas vão estar sempre presentes nas definições feministas sobre gênero. E elas são especialmente úteis para o objeto de estudos dessa tese.

Joan Scott tem, possivelmente, um dos textos mais referenciados sobre o conceito de gênero. Em “Gênero: uma categoria útil para a análise histórica”, a autora reforça gênero como uma forma de organizar socialmente a relação entre os sexos, sempre se afastando das visões biologicamente determinísticas sobre homens e mulheres, feminino e masculino. Ou seja, ao optar pelo termo "gênero" em vez de "sexo", a intenção é eliminar quaisquer noções de inevitabilidade biológica nos papéis e comportamentos de homens e mulheres, destacando que

esses são construídos socialmente e situados historicamente. Essa noção pode ser resumida no seguinte trecho do artigo de 2010 de Scott, em que buscou revisar o conceito de gênero e sua aplicabilidade:

[...] it is gender that produces meanings for sex and sexual difference, not sex that determines the meanings of gender. If that is the case, then (as some feminists have long insisted) there is not only no distinction between sex and gender, but gender is the key to sex. And if that is the case, then gender is a useful category of analysis because it requires us to historicize the ways sex and sexual difference have been conceived. (SCOTT, 2010, p. 13).

A polarização é algo inerente ao entendimento de masculinidade que surge com a modernidade ocidental – inclusive, segundo Connell (2005), era algo que não estava presente no imaginário social da Europa anterior ao século dezoito – e não um padrão universal e atemporal da dominação masculina, como defendido por Bourdieu.

Connell recusa qualquer definição essencialista acerca das relações de gênero, do que é “ser mulher” ou “ser homem”, afirmando que cada sociedade, cada momento histórico, nos variados grupos sociais, apresenta padrões diferentes de masculinidade e feminilidade – a própria existência de um conceito de masculinidade é contingente e histórica (CARVALHO, 2011). (...) Essas masculinidades e feminilidades podem seguir diferentes trajetórias ao longo do tempo, sendo sempre passíveis de contradições internas e rupturas históricas (ZUCATTO, 2018).

Da mesma maneira, ao longo da história, coexistiram – e coexistem – diversas formas de masculinidade e feminilidade: “a masculinidade do homem branco é construída não apenas em relação à mulher branca, mas também em relação ao homem negro” (CONNELL, 2005, p. 74. Tradução minha). Nessa teia, as diversas masculinidades estão em disputa permanente e dinâmica, num processo de disputa pela posição de masculinidade *hegemônica* – ainda que coexistam e se relacionem de maneiras diferentes.

2.2 O homem e a mulher da ultradireita. O que pautam?

A atuação das mulheres parlamentares da nova direita faz parte dos estudos recentes sobre feminismo e participação política no Brasil. A Ultradireita no Brasil implica uma série de pontos fundamentais para sua existência e ação política. No livro *Feminismos e política: Uma introdução*, Luís Felipe Miguel e Flávia Biroli mencionam os principais temas relacionados à luta feminista e suas problemáticas no contexto democrático brasileiro. Cabe destacar os principais pontos desta obra que apoiam o desenvolvimento desta pesquisa: a participação política, a dualidade entre público e privado, a família e a autonomia.

A possibilidade de participação política das mulheres, no contexto político do século XXI no Brasil, se dá a partir das suas capacidades de atuação perante as estruturas limitantes

do Estado. De acordo com Biroli, “a crítica às desigualdades de gênero está geneticamente ligada à crítica às fronteiras convencionais entre o público e o privado nas abordagens teóricas, na prática políticas, nas normas e nas instituições” (2021, p.36).

A dualidade entre a esfera pública e a esfera privada, de acordo com Miguel e Biroli (2014), determina as possibilidades de participação política das mulheres. Segundo Biroli, esta dualidade “é uma forma de isolar a política das relações de poder na vida cotidiana, negando ou desinflando o carácter político e conflitivo das relações de trabalho e das relações familiares” (2021, 33). Isto é, separando a vida pública da vida privada, o Estado se abstém do controle do ambiente doméstico. A experiência da mulher então, no contexto familiar, reduz as possibilidades da sua participação na vida pública. A delimitação das possibilidades da mulher se dá graças às relações abusivas e injustas no âmbito doméstico, como dito antes, pouco controlado.

Uma vez que se introduz o contrato, a dicotomia pertinente passa a ser entre a esfera privada e a esfera pública, civil – uma dicotomia que reflete a ordem da divisão sexual na condição natural, que também é uma diferença política. [...] As mulheres são incorporadas a uma esfera que ao mesmo tempo faz e não faz parte da sociedade civil, mas que está separada da esfera “civil”. A antinomia privado/público é uma outra expressão das divisões natural/civil e mulheres/homem. A esfera privada, feminina (natural) e a esfera pública, masculina (civil) são contrárias, mas uma adquire significado a partir da outra, e o sentido de liberdade civil da vida pública é ressaltado quando ele é contraposto à sujeição natural que caracteriza o domínio privado. [...] O significado do que é ser um “indivíduo”, produtor de contratos e civilmente livre, é revelado através da sujeição das mulheres dentro da esfera privada [...] Geralmente se admite que a esfera privada é o alicerce necessário e natural da vida civil – isto é, pública – mas ela é tratada como sendo irrelevante para os interesses dos teóricos e ativistas políticos. Desde 1972, pelo menos, quando apareceu Defesa dos direitos da mulher, de Mary Wollstonecraft, as feministas têm apontado insistentemente para a complexa interdependência das duas esferas, mas, cerca de dois séculos depois, a sociedade “civil” ainda é comumente tratada como um domínio que subsiste independentemente. (PATEMAN,2020, p. 28-9)

A problemática do espaço doméstico dialoga com outras duas ideias no trabalho de Miguel e Biroli. Por um lado, o trabalho doméstico, maioritariamente executado por mulheres, é pouco valorizado e mal remunerado. Por outro lado, as desigualdades entre homens e mulheres estabelecem as capacidades de decisão destas mulheres sobre seus corpos. “As formas de controle que assim se definem são, quase sempre, determinadas [...] por agendas morais de grupos religiosos ou tradicionalistas, que tendem a operar contrariamente a relações de gênero mais igualitárias e à autonomia das mulheres (Biroli, 2021, 45).

O tema do aborto se insere nesta discussão. Para entender a posição das parlamentares da nova direita no Brasil, o discurso “pró-vida” é fundamental para sua base ideológica. O discurso da nova direita se relaciona com as posições da Igreja Católica, “pró-escolha”, que

afirmam que “a vida é sagrada porque é criação divina”, mas que “não permite considerar de maneira adequada as vidas já presentes e existentes” (Biroli, 2021, p. 131). As discussões sobre o aborto no Brasil são caracterizadas por este posicionamento neoconservador.

No Brasil [...], a “defesa da família” tem sido palavra de ordem nas primeiras décadas do século XXI, em esforços que têm como objetivo retroceder nas exceções existentes à criminalização do aborto e que procuram anular decisões favoráveis à união entre pessoas do mesmo sexo, firmando o entendimento de que família, sexo e parentalidade são da ordem da natureza, não fatos sociais (BIROLI, 2017, 140-41).

Este entendimento é fundamental para entender os discursos da agenda das parlamentares da nova direita no Brasil. Não só a família, mas o modelo familiar heteronormativo, assume a posição central do discurso da nova direita. Os cuidados e responsabilidades na esfera doméstica são impostos às mulheres, limitando suas capacidades de atuação na vida pública. A realidade da família “não é da ordem do espontâneo, mas, sim, dos processos sociais, da interação entre o institucional, o simbólico e o material” (Biroli, 2017, p. 96). O trabalho doméstico, como dito antes, é pouco valorizado, criando diferenças econômicas entre homens e mulheres. Diferenças estas que são catalisadoras da desigualdade de gênero. Ainda, fundamental é a questão da multiplicidade de fatores que determinam a participação das mulheres na esfera pública e sua experiência na esfera privada.

“Família e maternidade são vividas de formas diferentes pelas mulheres [...], segundo sua posição relativa em outros eixos da opressão nas sociedades, como classe, raça e sexualidade” (Biroli, 2017, 104). Não se pode afirmar que todas as mulheres vivem as mesmas experiências e podem dialogar sobre os mesmos temas a partir de expectativas complementares. As experiências tanto na vida privada quanto na vida pública são perpassadas por dispositivos de classe, raça e sexualidade. As parlamentares mulheres no Congresso Nacional, da Ultradireita ou não, diferem em suas experiências cotidianas. No caso da prática política, como aponta Miguel, “as posições de representantes políticas tendem a ser monopolizadas por aquelas em situação privilegiada (profissionais brancas heterossexuais burguesas ou de classe média)” (2021, p. 106).

O que fica claro a partir destes trabalhos é que as agendas políticas das parlamentares da Ultradireita devem ser entendidas como consequências de um mecanismo de Estado que permite a participação de certas mulheres em detrimento de outras. Não somente pela questão óbvia da eleição e suas pautas eleitorais, mas por suas capacidades econômicas e sociais que permitem *certa* agência perante a temas relevantes da política brasileira. Grifo *certa* por acreditar que a participação das mulheres da nova direita no Congresso Nacional expressa o próprio controle das estruturais patriarcais do Estado sobre suas ações.

Relevante para esta discussão é o entendimento de Miguel, de que “os integrantes dos grupos dominantes também são mais bem treinados na produção do discurso adequado – ou, melhor, o tipo de discurso considerado adequado no campo político é mais próximo de seus padrões de fala, que são marcados positivamente, ao contrário do que ocorre com a fala dos grupos dominados” (2021, 109). Os discursos da Ultradireita são estabelecidos a partir de um programa político-discursivo.

Na obra *Gênero, neoconservadorismo e democracia*, Juan Marco Baggione, Maria das Dores Campos Machado e Flávia Biroli tratam dos temas que caracterizam o discurso neoconservador. A proteção da família é central para o discurso da Ultradireita.

Se pode destacar a persistência do conservadorismo no que diz respeito ao controle da reprodução e da sexualidade – sobretudo se tivermos em mente o foco na família heteronormativa como instituição social a ser preservada [...]” (Vaggione, Machado, Biroli, 2020).

A preservação da “família tradicional” pauta a agenda das parlamentares da nova direita no Congresso Nacional. Outro ponto fundamental no discurso da Ultradireita é a “ideologia de gênero”. “O recurso à “ideologia de gênero” como estratégia política tem sido uma forma de incidir sobre processos políticos mesmo quando o que está em questão não são diretrizes públicas específicas” (VAGGIONE *et al*, 2020). Biroli (2018) entende que a “ideologia de gênero” tem “servido para caricaturar os avanços e justificar a recusa de políticas para a igualdade de gênero e para a superação de preconceitos e violências”.

Para a nova direita, “a identificação com o religioso é um elemento relevante na consolidação de posicionamentos “pró-vida” / “pró-família” no sistema partidário, para além de motivações eleitorais”. O que se percebe é a instrumentalização da religião em pautas políticas. Esta dinâmica pode ser vista a partir da análise de discursos das parlamentares da nova direita relativas à defesa da família e aos direitos sexuais e reprodutivos. Como expõe Vaggione *et al*, há um exercício de mimificação, que expõe a unificação de temas conservadores e de base cristã/evangélica. As alianças partidárias estão relacionadas às temáticas, transcendendo “inclusive, identidades partidárias” (2020).

Outro tema mencionado é a educação sexual nas escolas. O entendimento é de que, para o ativismo conservador, “a educação sexual nas escolas é considerada uma forma de imposição da “ideologia de gênero” a crianças e adolescentes” (VAGGIONE *et al*, 2020). A agenda antigênero, segundo os autores,

Se difunde graças, entre outras coisas, aos seguintes fatores: a circulação dos líderes religiosos pelas diferentes sociedades, a construção de redes transnacionais “pró-vida” e “pró-família”, a organização de eventos internacionais em defesa de valores cristãos e/ou para a formação de novos quadros políticos nesse campo e as novas tecnologias de comunicação (2020).

Cabe destacar o papel da internacionalização do discurso neoconservador. A identificação com discursos políticos na América Latina e no mundo gera um sentimento de filiação e legitimidade às temáticas neoconservadoras.

Em relação à democracia, Vaggione, *et al* entendem que “a campanha contra a agenda da igualdade de gênero e da diversidade sexual se opõe a valores democráticos como laicidade, pluralidade e respeito aos oponentes políticos” (2020). A problemática está na instrumentalização dos discursos na ação política. Questões ideológicas são entendidas como inimigas da narrativa conservadora. O que expõem os autores é a existência de uma “agenda de investigação sobre a instrumentalização do combate à pauta da igualdade de gênero e da diversidade sexual por movimentos, líderes e governos de direita e extrema direita” (VAGGIONE, *et al*, 2020).

Os trabalhos analisados apresentam, como motivações para as pautas da nova direita, os avanços feitos pelos feminismos. O desenvolvimento de diálogos sobre gênero, educação sexual e diversidade se tornou uma ameaça aos grupos conservadores. Uma crítica importante é a identificação da “dimensão simbólica no embate público entre o ativismo neoconservador (cristão) com as feministas e os defensores da laicidade do Estado” (VAGGIONE *et al*, 2020). Ainda, as representantes da nova direita no Congresso Nacional não estão lá por acaso. São elas que “assumem a contestação das teses emancipatórias de outras mulheres [...]”. A participação das parlamentares da nova direita legitima a disseminação de temáticas conservadoras, fortalecendo instrumentos patriarcais na política brasileira.

3.3 Performance de gênero na ultradireita

Existe uma performance da masculinidade da Ultradireita brasileira onde a virilidade é medida pela violência animal. As mulheres políticas também são coniventes e é por isso que estão no meio: compartilham do mesmo *modus operandi* de fazer política, aquele apadrinhado por Olavo de Carvalho.

Uma retórica agressiva repleta de palavrões e humor ácido, sempre aludindo ao politicamente incorreto, buscando a restauração de hierarquias, valores e modos de vida tradicionais [...] Caráter performativo, causando choque e perturbação na ordem social. Desobedecem conscientemente e de forma disruptiva as regras de decoro estabelecidas pelos públicos dominantes [...] É um modo de abordagem necessariamente perturbador, indecoroso e chocante dos contrapúblicos. Maneira de combater a predominância das visões de mundo dos públicos dominantes (ROCHA *et al*, 2021, p.7).

Olavo de Carvalho contribuiu para o estereótipo da masculinidade violenta da Ultradireita. Para ele, “vulgaridades e abordagens agressivas devem ser usadas, pois são

necessárias [...] Linguagem polida nos obriga a respeitar quem não merece respeito”. Desistindo do debate, se iniciou o vale tudo para proteger crenças íntimas e tradicionais contra as pressões da esfera pública: “as únicas verdades verdadeiras são aquelas que supostamente vêm do coração”, disse o blogueiro (ROCHA, 2019).

Para o contrapúblico, o discurso crítico-racional é limitado em sua capacidade de questionar a posição mais poderosa dos públicos dominantes, exatamente porque esses públicos são estruturados por relações de dominantes, o que motiva o uso de uma política de choque para chamar a atenção da sociedade (ROCHA et al, 2021, p.9).

Os ultraliberais conheceram a retórica propagada por Olavo de Carvalho e de suas leituras de extremistas dos EUA. Seu argumento principal seria como ganhar uma discussão, seja por qual meio for, inclusive aqueles nada pedagógicos ou preocupados com conteúdo. Essa forma de debate acabou por ser aperfeiçoada e virou o símbolo da performance masculina agressiva da Ultradireita brasileira, onde o adversário não é apenas um player político, mas um inimigo a ser combatido. É a retórica da morte, como muitos militantes de esquerda assim denominam a forma violenta do embate político que surgiu nas redes sociais e ganhou proporção, notoriedade e aperfeiçoamento principalmente depois do grande colapso do pacto de 88 representado pelas manifestações de julho de 2013. Afinal, uma das grandes características do Bolsonarismo, segundo ROCHA (2019) é ser contra a inclusão de grupos antes excluídos nos debates públicos, dentre eles, o grupo representado por movimentos feministas e LGBTs, buscando influenciar não só a esfera pública, mas o próprio Estado brasileiro, ou seja, o capital e a ciência. Sobre a importância do gênero na redemocratização,

O caso do movimento feminista é particularmente importante para entender a dinâmica histórica da esfera pública brasileira, incluindo como públicos fracos se tornaram públicos fortes e as tensões entre públicos subalternos no contrapúblico subalternos (...) A partir dos anos 70, ainda em curso a ditadura,- feministas, brasileiros LGBT+, negros e indígenas e outros grupos sociais subalternos começaram a criar novas arenas discursivas alternativas nas quais os contradiscursos eram criados e difundidos. Esses grupos, apesar de terem poucos recursos, materiais e organizacionais em comparação com as elites, foram influentes na criação de uma nova constitucionalidade por meio do Pacto de 88, resultando em políticas públicas específicas, novos órgãos governamentais e novas instituições sob os governos democraticamente eleitos que se seguiram. Além disso, muitos deles passaram por um importante processo de institucionalização na sociedade civil durante as décadas de 1990 e 2000, o que deu às populações subalternas uma capacidade crescente de impactar o sistema político, a grande mídia, a indústria cultural, o mercado e o sistema educacional, na medida que seus públicos foram lentamente se transformando de fracos (sem poder de decisão) em fortes (com poder de decisão) (tradução minha) (ROCHA et al, 2021, p.65)

Com o assanhar dos ânimos entre ultraliberais e conservadores versus movimentos feministas e LGBTs, houve um choque progressista – a partir daí o sistema político não era mais capaz por si só de oferecer respostas e saídas às demandas urgentes e contraditórias de

uma mesma sociedade. Performances disruptivas relacionadas a gênero tanto no espectro da direita quando no da esquerda passaram a ser recorrentes – segmentos de ambos os lados passaram a utilizar a mesma linguagem com o intuito de chocar os espectadores. As reações conservadoras foram alimentadas por apresentações provocativas e agressivas e alguns grupos sociais subalternos de esquerda utilizaram a mesma estratégia da política de choque e contrapublicidade para chamar a atenção para suas pautas, como foi o caso das novas ativistas feministas – atos de transgressão, marcha das vadias, tensões fora e dentro do campo discursivo feminista, além de conflitos com o feminismo institucionalizado, o radical e o negro.

O que une os membros de qualquer contrapúblico é a percepção compartilhada de que suas visões de mundo estão subordinadas a uma perspectiva cultural dominante que os aliena, silencia, agride, menospreza e até ridiculariza, motivando seu recurso à contrapublicidade” (ROCHA et al apud WARNER, 2002, p.32).

A história da ascensão da Ultradireita se confunde com a própria história da construção de uma masculinidade pautada na contrapublicidade. Por todos os lados e em todas as etapas, movimentos e think tanks foram liderados por homens, como por exemplo IL, IBES, IEE, Vem Pras Ruas, Líber, MBL, MDB, Revoltados Online, think tanks anos 2000 e lideranças dos fóruns na internet. Camila Rocha (2019), por exemplo, se ocupou de descrever minuciosamente o surgimento da Nova Direita de forma detalhista acompanhando as lideranças do movimento, mas é fato que, de todo o seu livro, são mencionadas apenas três ou quatro lideranças femininas. Onde estão as mulheres? A ascensão da ultradireita não só é a história recente do combate à conquistas de gênero e sexualidade, mas também da luta contra as mulheres e contra os LGBTs.

2.4. Quando a mulher de direita e o feminismo se encontram: leituras, apropriações e o caso de Joice Hasselmann

Este espaço propõe pensar quais são as relações estabelecidas entre o feminismo e as mulheres de direita, com foco em três aspectos: como o feminismo enxerga as mulheres de direita; como essas mulheres se relacionam com o feminismo; e como a ex-deputada federal Joice Hasselmann se relaciona com o movimento. A presente investigação nos deixa entrever que o feminismo ora adota uma postura de aversão para com as mulheres de direita, ora uma postura condescendente. As agentes políticas à direita nem sempre são antifeministas, e muitas vezes produzem releituras liberais e/ou conservadoras das pautas relativas às mulheres. O caso de Hasselmann é exemplar nesse sentido: ainda que se ponha frequentemente contra o feminismo, ela matiza sua posição, dizendo que é apenas contra o vitimismo e soluções radicais. Outras vezes, aproxima-se de pautas feministas e caminha numa direção próxima ao feminismo

liberal. Por fim, recebe solidariedade por parte de outras mulheres, ainda que estas enfatizem as divergências existentes.

As manifestações pelo impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2015 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 são os marcos principais da ascensão de uma nova direita no Brasil. Em que pesem as análises recentemente elaboradas com as mais variadas perspectivas, as mulheres de direita têm sido deixadas de fora das reflexões. Joice Hasselmann, Janaina Paschoal, Carla Zambelli, Sara Winter, bem como o movimento Mulheres com Bolsonaro são personagens fundamentais para compreender a conjuntura da Ultradireita, mas não são devidamente olhadas. A questão de gênero é o principal mote do movimento e entre as mulheres desta nova direita há constantes posicionamentos de autoafirmação enquanto anti-feministas. Serão investigadas quais as relações são estabelecidas entre o feminismo e essas mulheres, com foco em três aspectos: como o feminismo enxerga as mulheres de direita; como essas mulheres se relacionam com o feminismo; e como a ex-deputada federal Joice Hasselmann se relaciona com o movimento e com questões feministas.

Em geral o feminismo tem como objeto de análise – e de crítica – o machismo (ou patriarcado) encarnado nas práticas masculinas. Algumas autoras, entretanto, lançaram-se a compreender como as mulheres podem contribuir para a manutenção de estruturas de opressão. Olhar para essas mulheres é basicamente olhar para a direita, ou seja, para um espectro ideológico que aceita a existência de algumas desigualdades (BOBBIO, 2001).

A teórica feminista e ativista social norte-americana bell hooks (2018) conheceu e se dedicou ao feminismo desde muito jovem, focando a interseccionalidade na discussão sobre raça, classe e gênero nas relações sociais opressivas. A autora entende o feminismo enquanto movimento fundamentalmente radical, posto que deve ser desenvolvida a prática e a teoria em conjunto para que ideias e ações sejam faces de uma mesma moeda na adesão à políticas feministas.

Uma de suas principais ideias é a de que a renúncia ao caráter radical do movimento feminista o deixou suscetível à incorporação pelo patriarcado de supremacia branca e capitalista. O feminismo desenvolvido e liderado por mulheres brancas e privilegiadas possui contradições e limitações que o tornam vulnerável e sectário, tornando-se o que a autora chama de “feminismo de poder” (2018, p. 55). Este seria um movimento reformista, onde não há a luta de caráter revolucionário com vistas às transformações na própria estrutura social vigente, na medida em que suas líderes e representantes – leia-se mulheres brancas, de alta escolaridade e de classes sociais e econômicas privilegiadas –, buscavam tão somente direitos iguais aos homens. Tal lógica reformista operou e ainda opera no reforço dos ideais brancos, classistas,

capitalistas e sexistas da sociedade patriarcal existente, ao suprimir e silenciar vozes e demandas de grupos de mulheres que não se encaixam naquele perfil de suas representantes.

Nos Estados Unidos, o movimento feminista inicialmente se desenvolveu e ainda se desenvolve na contemporaneidade com base em certas premissas tendenciosas sobre a natureza da condição social das mulheres. Tais premissas são formuladas com base nas demandas de mulheres brancas, com formação universitária, de classes abastadas, casadas, que se dedicavam a cuidar de seus lares e de seus filhos. Suas demandas referiam-se sobretudo, à possibilidade de inserção no mercado de trabalho, à libertação do trabalho doméstico e ao acesso em ambientes profissionais até então voltados apenas para homens. Segundo hooks, Friedan (1971), principal expoente desta visão,

Não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. Friedan transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, desviou a atenção de seu classismo, seu racismo, suas atitudes sexistas em relação à massa de mulheres norte-americanas. No contexto de seu livro, ela deixa claro que as mulheres que considerou vítimas de sexismo eram mulheres brancas com formação universitária que foram obrigadas pelo condicionamento sexista a permanecer em casa. (HOOKS, 2015, p. 194).

A crítica feita a Friedan por parte da expoente do feminismo radical não invalida os problemas específicos desse grupo seletivo de mulheres privilegiadas, mas defende que não eram as preocupações mais urgentes da maior parte das mulheres do país, que diariamente tinham que se preocupar com sua sobrevivência econômica, sua invisibilidade política e as discriminações étnico-raciais sofridas por elas e por suas famílias. A crítica abarca ainda a ideia de que esse “feminismo de poder”, ao universalizar a demanda de mulheres pela inserção no mercado de trabalho, ignorou o fato de que mulheres negras já há muito tempo trabalhavam fora de seus lares e longe de suas famílias, em sua maioria desempenhando funções no mercado informal e com baixas ou ausentes condições básicas trabalhistas, ou, ainda, sendo domésticas das casas de mulheres brancas e ricas. Isso demonstra que a principal demanda do feminismo reformista era feita por parte de mulheres que tinham o privilégio de possuírem tempo livre e dinheiro para optar pelos afazeres domésticos e familiares. O ponto de vista unidimensional dessas mulheres, para hooks, não deveria ser referência para a análise do impacto do sexismo, do classismo, do racismo e da opressão das mulheres estadunidenses. Seria no máximo uma perspectiva de relação de dominação entre gêneros, um conceito distinto do de opressão.

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência

sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade. Ser oprimida significa ausência de opções. É o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletiva das mulheres nos Estados Unidos. Muitas delas não participam da resistência organizada contra o sexismo precisamente porque o sexismo não tem significado de absoluta falta de opções. Elas podem saber que são discriminadas em função de sexo, mas não equiparam isso a opressão. No capitalismo, o patriarcado é estruturado de forma que o sexismo restrinja o comportamento das mulheres em algumas esferas, mesmo que, em outras, haja liberdade em relação a limitações. A ausência de restrições extremas leva muitas mulheres a ignorarem as áreas em que são exploradas ou discriminadas e pode até levá-las a imaginar que as mulheres não são oprimidas (HOOKS, 2015, p.197).

A recusa em enxergar as hierarquias de classe e de raça suprimiu o impacto destas variáveis enquanto fator relevante para o discurso do feminismo contemporâneo. Estas variáveis é que demonstram, de fato, a existência de mulheres oprimidas. O termo “opressão” é de extrema importância porque ele situa a luta feminista dentro de um quadro político radical de caráter revolucionário, antirracista e anticapitalista, mas foi apropriado indevidamente por mulheres conservadoras e liberais que lutavam pela promoção de seus interesses de classe e que ignoravam de forma deliberada outras de diferentes condições sociais.

O movimento contemporâneo sexista e classista produziu e ainda produz celebridades que atuam na mídia e que não só não se relacionam, mas silenciam através da fama e do prestígio questões que abarcam todas as mulheres, e não somente as privilegiadas. A luta coletiva, assim, cede espaço ao individualismo liberal.

Mulheres que não se opunham ao patriarcado, ao capitalismo, ao classismo e ao racismo se rotularam “feministas”. Suas expectativas eram variadas. Mulheres privilegiadas queriam igualdade social com os homens de sua classe, algumas queriam salário igual por trabalho igual, outras queriam um estilo de vida diferente. Muitas dessas preocupações legítimas foram facilmente cooptadas pelo patriarcado capitalista dominante (HOOKS, 2015, p. 200).

Não existe, para hooks, um coletivo homogêneo de mulheres cujas necessidades e demandas sejam homogêneas, sobretudo porque tal perspectiva exclui especialmente as mulheres negras do movimento feminista. Tal exclusão demonstra relações de dominação e de opressão entre as próprias mulheres, onde a voz silenciada em geral é a da mulher negra e pobre. Não é possível então haver uma visão epistemológica e semântica de uma categoria universalista de mulher, pois a narrativa feminista defendida por mulheres brancas e de classe média limita e se contrapõe ao projeto político de um feminismo radical e de uma teoria feminista baseada na interseccionalidade. A autora entende que a visão de mulheres negras, baseada em suas experiências de vida, pode contribuir com uma perspectiva de observação e

de entendimento distinto e rico “para criticar a hegemonia racista, classista e sexista dominante e vislumbrar e criar uma contra-hegemonia” (HOOKS, 2015, p. 208). De acordo com a autora,

[...] esse ponto de vista privilegiado não emerge da “autoridade da experiência”, mas da paixão da experiência, da paixão da lembrança. [...] É uma forma de saber que é frequentemente expressa através do corpo, o que sabe, o que foi profundamente inscrito nele através da experiência (HOOKS, 1991, p. 182-183).

Por conta disto, bell hooks defende que outras perspectivas sejam incorporadas a uma teoria feminista que busque a compreensão da relação entre opressão de classe, raça e gênero, dando atenção às tais visões vistas pelas reformistas enquanto mais revolucionárias e radicais. Estas novas perspectivas na verdade se aproximam mais de uma percepção das condições concretas da realidade das mulheres em diferentes posições dentro desta interseccionalidade, segundo hooks e podem, de fato, contribuir para a superação de paradigmas velhos e opressores e ofertar modelos reais de melhoria nas condições de vida das mulheres.

O entendimento de hooks é compartilhado pela filósofa Nancy Fraser, embora seu foco seja na questão de classe. Para Fraser (2013), o feminismo se tornou a “empregada do capitalismo” ao lutar contra os papéis de gênero e as desigualdades entre homens e mulheres, mas não questionar as relações de exploração a que todos os trabalhadores e trabalhadoras estão submetidos. Nesse sentido, os passos dados em direção à igualdade salarial entre homens e mulheres foram também passos na direção de uma diminuição da renda do salário, e uma diminuição geral dos rendimentos das famílias. Em outras palavras, a emancipação das mulheres na verdade seria apenas uma renovação da exploração no mundo do trabalho.

Além disso, Fraser (2017) é bastante crítica ao que chama de “neoliberalismo progressista”, isto é, o infeliz casamento entre luta por representatividade e aceitação do modelo vigente de distribuição de renda. Novamente, a autora aponta que não é possível resolver questões de gênero e questões de classe como âmbitos separados da vida social. Mais do que isso, assevera que muitas vezes o avanço de pautas progressistas se dá apenas na exata medida em que essas pautas não ameaçam o consenso neoliberal. Assim, o progressismo neoliberal seria uma forma de disputa política que despolitiza as relações de exploração.

De outra perspectiva, Andrea Dworkin escreveu detidamente sobre o tema das mulheres de direita em seu livro *Right Wing Women* (1983). Nele, a autora argumenta que muitas mulheres aderem à política conservadora porque manter o *status quo* da dominação patriarcal parece mais seguro. A direita fomenta e explora o medo das mulheres e oferece alternativas de proteção cavalheiresca, ao passo que propõe saídas individuais para que mulheres se tornem bem-sucedidas. Deste modo, Dworkin entende que às mulheres de direita falta a tomada de consciência de sua situação de mulheres exploradas.

Se Dworkin adota um tom condescendente com as mulheres de direita, hooks e Fraser acreditam que as mulheres podem ter um papel ativo na reprodução de estruturas de dominação. Todas as autoras, entretanto, rechaçam qualquer possibilidade de aliança entre o feminismo e pautas conservadoras. Essa relação, entretanto, tem se dado na prática, como veremos a seguir.

Na abordagem de Bobbio (2011), a diferença entre esquerda e direita reside na posição adotada em relação às desigualdades: a esquerda consideraria as desigualdades um problema a ser enfrentando politicamente, enquanto a direita conceberia as desigualdades como um dado natural, que pode ser mudado por esforço individual. Levando isso em conta e considerando que o feminismo é o movimento político pela busca da igualdade entre homens e mulheres, seria possível falar de feminismos de direita? Em que pese o aparente oxímoro, as diversas conquistas do feminismo ao longo do século XX (como direito ao voto e maior inserção no mercado de trabalho) fazem com que mulheres que entram na política sejam chamadas a ter alguma posição em relação ao movimento. Afinal, não fosse a luta feminista por participação, independência e autonomia, seria bastante difícil que mulheres conseguissem conquistar protagonismo político.

A pesquisa de Ronnee Schreiber (2008) aponta alguns caminhos para pensar a relação entre mulheres de direita e o movimento feminista. A autora estudou dois grupos conservadores nos Estados Unidos: o Concerned Women for America (CWA), focado no conservadorismo social, e o Independent's Women Forum (IWF), focado no liberalismo econômico. Para Schreiber, o que leva mulheres conservadoras a se organizarem enquanto mulheres, em espaços e grupos específicos, é, por um lado, a necessidade de tratar pautas conservadoras por uma perspectiva feminina e, por outro, de contrapor o discurso feminista no debate sobre pautas relativas às mulheres. Nesse sentido, essas organizações empregam um essencialismo estratégico, ou seja, apresentam-se como mulheres lutando por direitos das mulheres para contrapor o monopólio da legitimidade do movimento feminista de falar em nome de todo o grupo.

Desta maneira, tais organizações atuam sobre pautas caras ao feminismo, mas com um enquadramento conservador. No caso da violência contra as mulheres, a CWA defende que é a degradação moral, como na pornografia, o que pavimenta a cultura de violência de gênero. A IWF, por sua vez, critica a abrangência do que se entende como violência contra a mulher e o papel excessivamente intrusivo do Estado, que estaria mais a serviço de ideologias de esquerda e feministas. Em relação à saúde das mulheres, a CWA se põe frontalmente contra o aborto, considerando esta uma prática perigosa para as mulheres. Do outro lado, a IWF tem como foco a desregulamentação da indústria farmacêutica, alegando que esta teria mais liberdade para

produzir medicamentos benéficos às mulheres se não houvesse tamanho receio quanto às responsabilidades judiciais. Por fim, ambas as organizações convergem quanto ao fato de que as mulheres devem poder escolher ficar em casa para cuidar de seus filhos – e que isso influi na diferença salarial entre homens e mulheres. Nesse sentido, reforçam a existência de diferenças naturais entre os gêneros – que não consideram, porém, desigualdades.

O que Schreiber (2008) ressalta é que o feminismo promoveu mudanças estruturais e culturais que reposicionaram a mulher na sociedade e também deram lugar privilegiado aos movimentos feministas para defender os interesses das mulheres. É como resposta a essa força histórica que nascem grupos de mulheres à direita que buscam fazer convergir o conservadorismo e as pautas das mulheres. Esse movimento necessariamente passa pelo diálogo com o feminismo, por vezes reconhecendo os problemas que concernem às mulheres, ao mesmo tempo em que rechaçam as soluções apresentadas. Na seção seguinte, partiremos dos achados da autora para analisar um caso concreto no cenário brasileiro. Para isso, uma das deputadas de direita analisada nesta tese servirá de exemplificação para que se compreenda melhor a relação entre as mulheres de direita e o feminismo.

Joice Hasselmann nasceu em Ponta Grossa, Paraná. Jornalista de formação, começou a carreira como radialista na CBN e depois na BandNewsFM. Participou também de afiliadas da Record, do SBT e da Globo, tendo sido apresentadora na TV VEJA, com Reinaldo Azevedo, e no programa Os Pingos nos Is, junto a Felipe Moura Brasil. Hasselmann tem dois livros publicados sobre a Lava Jato: “Sérgio Moro: a história do homem por trás da operação que mudou o Brasil” e “Delatores: a ascensão e a queda dos 8 investigados na Lava Jato”. Em 2016 adentrou nas redes sociais, contando hoje com 911 mil inscritos em seu canal do YouTube, 2.048.325 seguidores no Facebook e mais de 349 mil no Twitter.

Em 2018, Joice, concorrendo pelo PSL, conquistou 1.078.666 votos e se elegeu a segunda deputada federal (independente de gênero) mais votada para a Câmara Federal em São Paulo e no Brasil, ficando atrás somente de Eduardo Bolsonaro – foi também a mulher deputada federal mais votada da história do país. Em 2019, tornou-se líder do governo no Congresso e cuidou da articulação política do governo Bolsonaro até outubro, quando foi substituída em meio a uma crise entre o presidente e seu partido. Nesse meio tempo, teve participação importante nas negociações pela reforma da previdência e na resolução de atritos entre membros do governo e destes com os outros poderes. Em 2020, a deputada foi candidata à prefeita de São Paulo pelo PSL, ainda que sem apoio formal dos aliados João Dória e Jair Bolsonaro. Esses feitos apontam para o lugar de destaque da então deputada em meio à nova direita. Vale lembrar que após o rompimento de laços com a família Bolsonaro, Joice

Hasselmann se candidatou novamente em 2022 para o cargo de deputada federal, mas dessa vez não obteve sucesso.

Analisaremos, por meio de entrevistas e outras declarações públicas realizadas entre 2018 e 2020, como a ex campeã de votos se posiciona: 1) quanto aos papéis e problemas das mulheres; 2) quanto às pautas relativas às mulheres e; 3) quanto ao feminismo e às feministas.

Em primeiro lugar, é possível perceber que Joice possui uma postura ambígua quanto aos problemas que afligem as mulheres. Numa mesma entrevista, diz que é preciso ter “gente decente” na política, independente de gênero, mas também reconhece que as mulheres sempre foram relegadas. De todo modo, considera que isso ocorre porque as próprias mulheres não se interessam por entrar na política: “Mulherada diz que política é um lugar muito sujo – e é realmente. A gente precisa entrar para limpar” (Marie Claire, 07/12/2018). A deputada diz ainda que não tem medo de estupro: “Sei me defender de um estupro. Krav magá. Com um movimento apenas, derrubo qualquer homem de qualquer tamanho que tente encostar em mim” (Marie Claire, 07/12/2018). Sobre machismo, relata:

Nunca fui vítima de machismo. Nenhum homem tentou a sorte comigo. E quero dizer: machismo é uma bandeirinha boba com a qual mulheres fortes podem lidar. Machismo é tão cafona quanto feminismo. Quero que as pessoas tenham liberdade e forças para que consigam encontrar seus caminhos. A mulher feminina forte sabe se impor. E isso é que eu quero ensinar às mulheres. A elas não deixarem ninguém falar alto com elas. (Marie Claire, 07/12/2018)⁹

Hasselmann reconhece a existência de questões que afetam negativamente a vida das mulheres, mas crê que muitas dessas questões são exageros, culpa das próprias mulheres e poderiam ser resolvidas com conscientização individual que produza mulheres livres e fortes. Nesse sentido, Joice se aproxima de um feminismo liberal, que prega o empoderamento individual como saída para os problemas das mulheres.

Apesar de afirmar que não tem projeto de lei para mulheres e que “os projetos têm que ser de nação, não podem ser segmentados” (Marie Claire, 07/12/2018), a deputada apresentou como um de seus primeiros atos na Câmara Federal o PL 11/2019, que tem como objetivo estender às autoridades policiais a prerrogativa de conceder medidas protetivas emergenciais em casos de violência contra as mulheres, como enquadrados pela Lei Maria da Penha. Sobre o PL, argumenta:

É um dos meus primeiros projetos e eu propus no primeiro dia de sessão. Justamente o endurecimento da Lei Maria da Penha, para que o delegado possa dar essa medida

⁹ Joice Hasselmann: a deputada de extrema direita que se compara a Bolsonaro e despreza o feminismo. Marie Claire, 07/12/2018. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2018/12/joice-hasselmanndeputada-de-extrema-direita-que-se-compara-bolsonaro-e-despreza-o-feminismo.html>

protetiva e, óbvio, né, que isso passa depois por um juiz, que vai referendar ou não. Mas a gente tem que dar a essa mulher a chance de fato ela ser protegida, porque quando ela vai denunciar e volta pra casa [é] que acontecem as agressões ainda mais violentas ou até a morte. Agora, isso é uma pauta que não é feminista, que não é machista; é racional. É de proteção a alguém que está sendo agredida e precisa de proteção. (Em Foco, 17/04/2019)¹⁰

Novamente, embora reconheça que as mulheres enfrentam problemas específicos, Joice enquadra a solução como algo meramente “racional”: o endurecimento da lei. Não é fortuito que políticas pensadas a partir do liberalismo tenham grande foco na iniciativa individual e na punição, haja vista que ambas as posturas recorrem à ideia de autogoverno. Desse modo, a postura de Hasselmann difere daquelas dos grupos estudados por Schreiber (2008), pois nem tenta encontrar o fundamento da violência por uma perspectiva conservadora – como estando ligada à pornografia, por exemplo –, nem ataca o papel (econômico) do Estado em seu combate. A visão individualista-punitivista da deputada se repete quando perguntada sobre o aborto em caso de estupro, que é previsto em lei:

Acho que é o que mais ou menos atende a situação que temos hoje. Mas o ideal mesmo é combater o estupro com castração química ou métodos parecidos com isso, sem progressão de pena. O estuprador tem que ser tratado como homicida porque muitas vezes ele mata a mulher por dentro. E, além do mais, tenho muito medo de flexibilizar as questões envolvendo o aborto num país em que temos, infelizmente, crianças começando a vida sexual com 10, 12 anos. E, ao invés da gente educar essas crianças, a gente permite o aborto. Então, temos que trabalhar na educação sexual. Resgatar a família dentro de casa, ensinar que criança tem que ser criança, tem que brincar de boneca. Eu, até casar, dormia com um urso de pelúcia. (Marie Claire, 07/12/2018)

Desta vez, para além da aposta liberal, surge um enquadramento propriamente conservador, que relega a educação sexual ao ambiente familiar, apartado do debate público. Sobre educação sexual nas escolas, segue a deputada federal:

Eu acho muito perigoso. Porque quando você joga isso para o ambiente escolar, você corre o risco de misturar isso com ideologia, e você não tem um atendimento personalizado, um atendimento único; você tem uma informação, e se ela for ideológica, você está disseminando para dezenas, centenas de crianças. (Em Foco, 17/04/2019)

O conservadorismo aparece também em suas críticas ferrenhas ao feminismo, ao qual se refere como “Gente chata pra caramba. [Mulher] arrancando blusa pra colocar peito na rua” (Folha de São Paulo, 18/10/2018)¹¹. Além dessa imagem repetida muitas vezes, Joice considera o movimento como caricatural e teatral, com “atos histriônicos e manifestações grotescas”

¹⁰ Joice Hasselmann, uma líder de olho no poder executivo. Em Foco, 17/04/2019. Disponível em: <https://canaisglobo.globo.com/assistir/c/p/v/7549132/>

¹¹ 'Quero ser o Bolsonaro de saias', diz a deputada eleita Joice Hasselmann. Folha de São Paulo, 18/10/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/quero-ser-o-bolsonarode-saias-diz-a-deputada-eleita-joyce-hasselmann.shtml>

(Valor Econômico, 01/02/2019)¹². De algum modo, sua leitura conservadora – do feminismo como distorção de valores – é próxima à dos grupos de mulheres conservadoras descritos por Schreiber (2008). Igualmente, a deputada enquadra o movimento como “anti-homem”: “eu acho que o feminismo se distorceu demais. Não é aquela coisa que você brigava para realmente ter um espaço, brigava pelo voto. Hoje o feminismo virou um grupo de mulheres [...] que quer atacar os homens” (Em Foco, 17/04/2019). Perguntada sobre essas declarações, Hasselmann explica:

As minhas declarações sobre feminismo, elas foram supervalorizadas. O que eu disse que não me representa: eu não gosto quando há uma manifestação, por exemplo, em praça pública e alguém arranca a blusa e sai em manifestação; isso não me representa, porque os meus valores são conservadores. Eu acho que uma mulher que sai por aí fazendo, eu não tenho nada a ver com isso, mas eu, particularmente, não me sinto representada por alguém que faz esse tipo de manifestação. O feminismo acabou se enveredando, pelo menos na parte mais caricatural e que mais aparece, para esse lado; mas eu descobri dentro da Câmara uma solidariedade da bancada feminina, e eu acho que essa é a questão que a gente tem que resgatar, é o movimento feminino, e não o feminista – não pode ser o machismo com o sinal trocado. Não pode ser a mulher contra o homem, o homem inimigo da mulher, não é isso, a gente tem que caminhar juntos, tem que construir políticas públicas juntos, o respeito juntos, então acho eu que o movimento feminino é o que tá faltando (Roda Viva, 21/10/2019)¹³.

Nesse momento, a deputada incorre numa contradição performática que acomete as mulheres de direita que dizem ser as verdadeiras representantes das mulheres: ela recusa separações entre homens e mulheres, ao mesmo tempo em que se reivindica mais apta a falar pelas mulheres, num ato de essencialismo estratégico contra o feminismo (SCHREIBER, 2008). Isto é, embora acredite que a política não deva levar em conta as mulheres como um grupo específico, Joice compreende que se colocar no debate enquanto mulher lhe dá a legitimidade para contrapor o movimento feminista e políticas mulheres de esquerda. Essa estratégia fica evidente na fala a seguir:

Terei um embate interessante com a Gleisi Hoffman. Já avisei a bancada que ela é da minha cota pessoal. Ela vai ser um boneco de ventríloquo do Lula e qualquer um que faça isso vai contar com a minha energia de oposição. Para esse tipo de enfrentamento tem que ser mulher, senão dá problema, como o que aconteceu com Bolsonaro quando ele teve aquele enfrentamento com a Maria do Rosário [...]. De mulher para mulher é diferente. Tudo o que ela precisar ouvir eu vou dizer. (Universa, 01/11/2018)¹⁴

¹² Janaina Paschoal e Joice Hasselmann, as novas caras da direita campeã de votos. Valor Econômico, 01/02/2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/br/economia/noticia/2019/02/01/janainapaschoal-e-joice-hasselmann-as-novas-caras-da-direita-campea-de-votos.ghtml>

¹³ Joice Hasselmann. Roda Viva, 21/10/2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QP1dWztRVQ>

¹⁴ "Feministas têm comportamento vexaminoso", diz Joice Hasselmann. Universa, 01/11/2018. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2018/11/01/entrevista-joicehasselmann-deputada-federal-mais-votada.htm>

Em outubro de 2019, Joice ficou ao lado do PSL numa querela com o presidente, o que lhe custou não somente o cargo de líder do Governo no Congresso, mas também a proximidade com o eleitorado de Bolsonaro. Num embate direto com um dos filhos do presidente, o deputado Eduardo Bolsonaro, a ex-líder acabou vítima de uma série de ataques virtuais, direcionados sobretudo à sua aparência – o mais frequente foi a associação ao desenho infantil de uma porca, a Peppa Pig. Segundo a então deputada, aquela foi a primeira vez em que sofreu machismo, mas reforçou que “eles atacariam se eu fosse homem ou mulher. Só que, pelo fato de ser mulher, eles atacam em relação a peso, em relação a imagem, em relação à aparência” (Roda Viva, 21/10/2019).

Mesmo com seu antagonismo declarado ao movimento, a ex parlamentar recebeu solidariedade de muitas feministas. Num tom mais duro, a jornalista Mariliz Pereira Jorge¹⁵ disse: “Joice não está colhendo o que plantou, é apenas vítima do machismo denunciado diariamente pelo feminismo, que ela despreza e considera ‘cafona’”. Num tom mais conciliatório, a ex-candidata à Vice-Presidência Manuela D’Ávila escreveu uma carta aberta a Joice, dizendo:

Como vai? Espero que sinta um pouco melhor e mais forte no dia de hoje. Nunca estivemos juntas, mas recentemente participamos, através do telefone, da gravação do podcast do “Agora que são elas”. Rimos um bocadinho em nosso debate. Naquela ocasião você ainda era líder do governo e divergia de mim com relação à existência do machismo no Congresso Nacional. Bastava “se impor no grito que tudo estaria resolvido”. Fico sinceramente triste por você ter percebido, na prática, que aquilo que eu dizia era real de uma maneira tão brutal e cruel. O machismo existe ali porque existe no mundo. Joice, eu sou sinceramente solidária a você porque sei o que você está vivendo. Mas queremos e precisamos que você fale. Sobre você, claro. Sobre sua dor. Diferente de mim, que fui vítima e pouco sabia sobre meus algozes, você esteve com eles até há pouco. Você pode e deve falar. Você pode informar à polícia, ao poder judiciário e à opinião pública tudo o que sabe sobre essa gangue que espalha mentiras para destruir as pessoas e, assim, governar o Brasil.¹⁶

Em sua carta, D’Ávila reforça a importância do feminismo e da união entre as mulheres, apontando como todas estão suscetíveis às violências machistas. Num tom evasivo, mas mais comedido do que de costume, Joice respondeu: “Manuela, agradeço suas palavras e lamento pela agressão q você e sua família sofreram. Eu jamais aprovaria isso. Estamos em campos

¹⁵ JORGE, Mariliz Pereira. Quem tem pena de Joice? Folha de São Paulo, 07/11/2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/marilizpereirajorge/2019/11/quem-tem-pena-dejoice.shtml> 12

¹⁶ "Sou solidária com o que você tem passado", diz Manuela D'Ávila a Joice. UOL, 06/11/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/11/06/sou-solidaria-com-o-que-voce-tem-passado-diz-manuela-davila-a-joice.htm>

políticos diametralmente opostos – sou de direita e você de esquerda – mas podemos nos respeitar até nas discordâncias. Obrigada pela solidariedade”¹⁷.

Esta buscou compreender as relações estabelecidas entre as feministas e as mulheres de direita, tendo como caso de estudo a deputada federal Joice Hasselmann. Na teoria, percebe-se que feministas rechaçam tanto a incorporação do liberalismo pelo feminismo, quanto a situação cômoda de mulheres conservadoras. Do outro lado, porém, entende-se que há incorporação de pautas e até mesmo propostas feministas à agenda de mulheres de direita. No caso específico de Joice, o que se vê é uma forte postura liberal, que defende que a mulher deve ser forte para combater violências que venha a sofrer. Ao mesmo tempo, a ex-parlamentar se utiliza do conservadorismo para se contrapor ao movimento feminista, rechaçando qualquer possibilidade de a ele ser associada. Entretanto, o que a realidade dos ataques misóginos demonstra é que há possibilidades de convergências entre mulheres de todos os matizes ideológicos, ainda que seja na postura mínima de solidariedade diante da violência machista.

¹⁷ Resposta de Joice a Manuela: "Podemos nos respeitar até nas discordâncias". UOL, 07/11/2019. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2019/11/07/resposta-de-joice-a-manuelapodemos-nos-respeitar-ate-nas-discordancias.htm> 1

3. MULHERES DE DIREITA NO TOPO: NO SÉCULO PASSADO E NAS CAMPANHAS DE 2018

Ao longo dos últimos anos, assistimos à ascensão de uma nova direita no Brasil em contraposição à direita tradicional composta por atores políticos que se abrigavam em partidos como PSDB, DEM e PMDB e intelectuais que povoavam a mídia e a opinião pública. No novo movimento, foram forjados atores coletivos e individuais que têm protagonizado as análises de tal fenômeno político. Entretanto, observa-se que a ênfase nestas análises tem sido dada a políticos homens. Estudos sobre mulheres de direita no Brasil são escassos, exceto quando se trata da notável participação destas na Ação Integralista Brasileira e nas marchas da família que contribuíram para o golpe de 1964. Em se tratando da nova direita, há uma lacuna sobre a presença e atuação das mulheres.

Para contribuir com o que foi identificado enquanto espaço a ser preenchido na literatura, esse capítulo tem como objeto de estudo lideranças femininas da nova direita e como objetivo geral a investigação da relação entre gênero e participação política nos complexos acontecimentos dos últimos anos no caso brasileiro. Mais especificamente, analisaremos a trajetória e posicionamentos de mulheres políticas, como Janáina Paschoal, Joice Hasselmann, Carla Zambelli, Damares Alves, Sara Winter e Tia Eron, demarcando a atuação estas lideranças de direita na contemporaneidade. O capítulo é guiado pela seguinte questão de pesquisa: Estas trajetórias contribuem para a compreensão do fenômeno da nova direita no Brasil? A hipótese do trabalho é a de que a análise proposta contribui não só para o entendimento da eleição de Jair Bolsonaro, e de seu primeiro ano de governo, enquanto símbolo da chegada ao poder da nova direita no Brasil, mas funciona, também, enquanto caracterização e explicação das próprias pautas que têm conduzido a articulação e a ascensão desta direita. Os métodos/técnicas de pesquisa utilizados são análise quantitativa e qualitativa das páginas das políticas em redes sociais para delimitar e compreender as pautas pelas quais se mobilizam, a posição destas lideranças atuais em relação ao atual governo, e ainda traçar semelhanças e divergências com relação a movimentos conservadores de mulheres em outros contextos históricos e geopolíticos. É demonstrado que, mesmo que pautas relativas às mulheres pudessem ser centrais nas agendas, não foram introduzidas no enquadramento maternalista /familista comum em movimentos do Século XX. Nota-se ainda alto grau de independência e estratégia quanto às alianças e desavenças produzidas no seio da nova direita, principalmente em torno do governo. A conclusão final demonstra que estas trajetórias contribuem para a compreensão da nova direita

no Brasil e que tal fenômeno não se limita e nem se explica somente com a eleição de uma liderança controversa e polêmica como o Capitão Bolsonaro.

Quando se fala e se escreve sobre os novos atores da ultradireita, é comum que se nomeiem ou se identifiquem apenas os homens. Vários fatos relevantes são ignorados, como por exemplo, que a hoje deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) foi fundadora do Nas Ruas, um dos movimentos que compunham os protestos pelo impeachment de Dilma. Não se dá o valor devido a Sara Winter, que rompeu com o grupo feminista Femen, assim como Carla Zambelli, e se tornou ávida militante antifeminista, também se incorporando aos protestos de 2015 e 2016. Não se conhece Tia Eron, a deputada baiana que votou pelo impeachment de Dilma e depois foi decisiva na cassação do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. Duas outras figuras são incontornáveis ao descrever essa conjuntura: Janaina Paschoal e Joice Hasselmann. A primeira, ex-deputada estadual pelo PSL de São Paulo, foi autora do pedido de impeachment que culminou na queda de Dilma, tendo sido ferrenha militante pelo processo de impedimento. Já Hasselmann, ex-deputada federal e ex-líder do governo no Congresso, além de autodenominada “biógrafa de Sérgio Moro”, foi apresentadora de programas de TV, mas fez sucesso mesmo nas redes sociais, tendo vídeos em seu canal do YouTube batendo a marca de 1 milhão de acessos.

Assim, para contribuir com o que parece uma lacuna na literatura sobre direitas no Brasil, o capítulo tem como objeto mais amplo as mulheres de direita e como objetivo geral a investigação de como essas mulheres participam da política, como se posicionam e como atuam. Mais especificamente, temos como objetivo compreender as já mencionadas Janaina Paschoal, Joice Hasselmann, Tia Eron, Carla Zambelli e Sara Winter, bem como a ex-ministra da Mulher e dos Direitos Humanos, Damares Alves. As questões a serem respondidas abarcam quais são suas principais pautas; como se situam pragmaticamente em relação ao presidente Jair Bolsonaro; e como se utilizam das redes sociais. Esse estudo se conforma, portanto, como uma exploração inicial sobre a liderança de mulheres na direita, e que abrirá caminhos para as análises mais substantivas do próximo capítulo.

Na primeira seção faremos breve incursão em publicações brasileiras recentes sobre novas direitas, observando se e como as mulheres aparecem. Na segunda seção, percorreremos os estudos existentes sobre mulheres de direita no Brasil e no mundo. Na terceira e última seção, faremos uma análise específica das postagens das seis políticas selecionadas no Facebook.

3.1 Novas direitas... e onde estão as mulheres?

A retomada de fôlego da direita nos últimos quatro anos despertou o interesse da opinião pública e da academia. Nesse ínterim, foram organizados compilados de textos sobre diversos aspectos do que viria a ser essa nova direita, bem como suas conexões com elementos pretéritos da história brasileira. O primeiro deles, “Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro”, foi um livro organizado ainda em 2015 por Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Codas. Outros dois, lançados ainda em 2018, são o dossiê da revista Teoria e Cultura denominado “Direitas no Brasil contemporâneo”, organizado por Jorge Chaloub, Pedro Lima e Fernando Perlatto, e o livro “O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil”, organizado por Esther Solano.

Juntas, essas três publicações somam 37 textos, escritos por 44 autores e autoras (dos quais são 12 mulheres). No geral, pode-se dizer que esses escritos analisam a nova direita sob quatro prismas: 1) a utilização de internet e redes sociais (o meio); 2) as conexões com fatos e personagens prévios (trajetória); 3) o substrato ideológico a que aderem, como liberalismo e conservadorismo (conteúdo) e; 4) a presença de evangélicos, militantes, *think tanks*, da classe média e da periferia (atores). O caráter multifacetado desses empreendimentos, entretanto, esbarra num problema comum: o apagamento ou a inclusão precária das mulheres no cenário da nova direita. É o que argumentaremos nos próximos parágrafos.

Um primeiro ponto importante a se ressaltar é que alguns dos textos trazem análises mais gerais, sem focar em atores concretos, o que não os tornam passíveis de uma observação quanto ao tratamento dado ao gênero – é o caso dos textos sobre direito, como Koerner e Schilling (2015) e Casara (2018). No polo oposto, mesmo quando enumeram diversos atores de direita, muitos textos não tecem qualquer palavra sobre mulheres, sendo os casos mais expressivos Puglia (2018), Rocha (2018), Marina Lacerda (2018) e Rocha *et al* (2021).

Nessa literatura, é interessante notar como as mulheres aparecem mormente como progressistas ou como vítimas. No primeiro sentido, o texto mais explícito é o de Pinheiro-Machado e Scalco (2018), que faz uma divisão entre a esperança como substantivo feminino e o ódio como substantivo masculino, dando a entender que suas entrevistadas seriam todas progressistas, enquanto os meninos seriam conservadores ou, ao menos, bolsonaristas.

No geral, Dilma aparece como vítima de um golpe ou impeachment, ou, como salienta Piaia (2018), como vítima de machismo. Ribeiro (2018) enfatiza que não só Dilma, mas também Marielle foi vítima – nesse caso, de uma execução política. Embora denunciem

violências políticas de fato, os trabalhos que vão nesse caminho dão a entender que a direita é masculina, contra uma esquerda que abarca as mulheres.

Ainda no âmbito do desagenciamento, as mulheres aparecem como agregado social a qual se direcionam violências diretas, como aponta Telles (2018), mas também como alvo coletivo de agendas conservadoras, que querem controlar seus corpos, sobretudo na questão do aborto. Aqui são proeminentes os trabalhos sobre religião e política, especialmente os que focam nos evangélicos e na bancada evangélica, como Villazón (2015), Vieira (2018) e Souza (2018).

Nesses três compilados sobre novas direitas analisados, poucos são os trabalhos que sequer mencionam mulheres de direita. Caso excepcional é o de Margaret Thatcher, ex-primeira-ministra do Reino Unido, citada quatro vezes como referência para a propagação do neoliberalismo nos anos 1980. Além de Thatcher, outras mulheres estrangeiras aparecem. Marine Le Pen, política de extrema-direita e segunda colocada nas eleições presidenciais da França em 2017, foi rapidamente citada em Carapanã (2018). Dale O’Leary, autora de “The Gender Agenda: Redefining Equality”, considerada precursora do ativismo contra a “ideologia de gênero”, foi lembrada por Santos (2018), bem como por Junqueira (2019). Suzanne Labin, autora francesa anticomunista, foi citada por Lima (2015) como fonte de inspiração para políticos como Carlos Lacerda e para a criação da Rede da Democracia, uma cadeia de emissoras de rádio que se dedicava à crítica do governo João Goulart. Por fim, Alencar (2018) faz breve menção à “esposa Edith Schaeffer” como uma das criadoras do L’abri, organização evangélica suíça.

Sobre o Brasil especificamente, Kaysel (2015) alude à “Confederação da Mulher Democrática (CAMDE)”. Provavelmente, como veremos adiante, o autor se refere à Campanha da Mulher pela Democracia (Camde). Faganello (2015) encontra Pra. Lea (PTN) e Bispa Simone (PPL) dentre os candidatos evangélicos para a Câmara Municipal de São Paulo em 2012. Valle (2018) aponta a existência de duas mulheres na executiva nacional do PSC (Julia Maria Godinho da Cruz Marinho e Denise Assumpção Fernandes), uma entre os parlamentares do PSC que integraram a Frente Parlamentar Evangélica na legislatura 2011-2014 (Julia Marinho) e duas do PRB que integraram essa bancada (Tia Eron e Rosangela Gomes). Elenca Eliziane Gama (PPS), Julia Marinho (PSC), Benedita da Silva (PT) e Geovania de Sá (PSDB) como parlamentares pertencentes à igreja Assembleia de Deus (ainda que nem todas sejam de direita). Assinala que Rosangela Gomes é Coordenadora Nacional do PRB Mulheres e Eron Vasconcelos – a quem o autor trata erroneamente no masculino – é Coordenadora Nacional do PRB Igualdade Social. Num grafo de Ribeiro (2018), Sara Winter aparece como relevante na

rede de direita, ainda que isso não seja tematizado pelo autor. Nesses casos, as mulheres são mencionadas, mas nada se diz sobre elas.

Tomando as obras sobre novas direitas como referência, portanto, pode-se dizer que as mulheres de direita são majoritariamente invisibilizadas na literatura sobre o tema, a despeito de muitas expoentes dessa parte do espectro político serem extremamente relevantes para entender a atual conjuntura. Quando aparecem, as mulheres não são sequer tematizadas.

Não se pode reeditar os erros que os estudos sobre a ditadura militar cometeram quanto ao apoio civil ao golpe e ao regime, isto é, não se deve considerar as mulheres apenas como resistência ao avanço da direita, ou, pior, como manipuladas pelos homens de direita (Cordeiro, 2009). Analisar suas trajetórias e seus posicionamentos pode ajudar a complexificar a compreensão sobre o tempo presente. Na seção a seguir, exploraremos o que há escrito sobre mulheres de direita.

3.2 Estudos sobre mulheres de direita

Há muitas justificativas para o estudo das mulheres de direita. Power (2005) sinaliza três razões para isto. Em primeiro lugar, a autora aponta a contribuição destas mulheres para a definição da política em suas nações, pois suas crenças, declarações e ações contribuem para a formação da cultura política e social de suas comunidades políticas e seus países. A segunda razão é a demonstração de um campo de possibilidades políticas feitas por e para mulheres e, ao mesmo tempo, um desafio à ideia de que mulheres são mais progressistas do que os homens. O terceiro ponto é que as mulheres da direita representam e demonstram as debilidades e fracassos dos movimentos progressistas e feministas - assim, o estudo dessas mulheres nos ajuda a entender a razão da rejeição ao feminismo e facilita as feministas a superar esse obstáculo para a/na construção de uma sociedade baseada na igualdade entre os gêneros.

Para entender melhor o motivo das mulheres terem adotado a direita ao longo da história, é necessário descobrir o que essas mulheres têm em comum. Há alguns mitos relacionados ao papel das mulheres nos movimentos políticos de direita, segundo Power (2005). O primeiro deles é o de que a mulher de direita não teria agenda própria, pois o homem seria sempre o ator político por trás. Um segundo mito diz respeito ao perfil socioeconômico de pessoas de direita, incluindo as mulheres, como indivíduos da alta esfera social que estariam apenas atuando politicamente com vistas à manutenção de seus privilégios. Segundo a autora, essa concepção não se aplica à América Latina e outros locais periféricos. Um exemplo que refuta isso é o movimento multiclassista de mulheres chilenas contra Allende (POWER, 2002).

No intuito de questionar estes mitos, elencamos alguns estudos sobre mulheres de direita no Brasil e no mundo, que servirão como ponto de referência para nossa discussão sobre as mulheres selecionadas para esse estudo. De um modo geral, podemos dizer que os estudos sobre mulheres de direita de saída sinalizam alguns pontos relevantes, como a contradição do mito da mulher de direita ser ingênua ou ser uma réplica do homem de direita; a escolha consciente de apoiar e ajudar a construir projetos dos quais faz parte; e o auxílio em partidos e movimentos de direita na implementação de suas agendas conservadoras.

Algumas das questões que norteiam tais estudos são: De que forma se dá o ativismo de mulheres de direita? Em quais dimensões operam? Há um fenômeno transnacional que ligue os diferentes movimentos de mulheres de direita? Como são recrutadas? Os valores são sempre os mesmos (maternidade, familismo e feminilidade)? Como se dá a inserção destas mulheres na política (via pais e maridos políticos)? Quais os pontos de aproximação com a retórica feminista (sufrágio, remuneração)? Quais são os discursos e estratégias discursivas de mulheres de direita? Existe um feminismo conservador? Essa variedade de questões é posta sobretudo na literatura estrangeira. No Brasil, há ênfase em dois momentos históricos onde as mulheres de direita tiveram notável participação no século XX: a Ação Integralista Brasileira e o golpe de 1964.

Segundo Morant I Arino (2019), a Ação Integralista Brasileira (AIB) foi uma organização fascista fundada em 1932, enquanto reação à Velha República e resistência ao Estado Novo. Seu fundador, Plínio Salgado, chegou a ser financiado por Mussolini. Primeiro, as mulheres ingressaram em grupos masculinos e depois fizeram seus próprios grupos. As primeiras mulheres integralistas se uniram em grupos femininos em Teófilo Otoni (MG), em dezembro de 1933. Foram incorporadas nas fileiras de partidos fascistas de forma consciente, voluntária e, por vezes, entusiasta. Defendendo pautas relacionadas à família e maternidade, representaram 20% da AIB. As integralistas eram chamadas de “Blusas Verdes”, em alusão ao uniforme do movimento. Este movimento coincidiu com o momento de mudanças e avanços sociais e legais importantes para as mulheres, como o sufrágio em 1932. No mesmo período histórico, houve ainda a União fascista das mulheres britânicas, que apoiaram, segundo Gottlieb (2002), no decorrer dos anos 20 e 30, pautas aparentemente controversas no âmbito ideológico, como defesa do sufrágio e do fascismo. Na Espanha, tivemos o movimento das Falangistas, formadas por mulheres também ligadas a partidos fascistas.

Embora de curta existência, A AIB foi a mobilização feminina mais efetiva do Cone Sul e a organização de extrema-direita que mobilizou mais mulheres no Brasil até os anos 60. Em geral, eram motivadas por homens de suas famílias, colegas de trabalho e de estudos e por

mulheres de seu círculo, mas possuíam um caráter autônomo de filiação, como resposta a motivações próprias de caráter político: nacionalismo, anticomunismo, combate à desordem social e confiança em um projeto revolucionário (POWER, 2005).

Inicialmente, as atividades destas fascistas no Brasil se limitavam a elaboração de utensílios decorados com o símbolo da AIB e à alfabetização. Com o passar do tempo, foram criando maior intimidade e conquistaram atividades não tradicionais, como menciona Morant I Arino (2019). Nas suas sedes, discutiam publicações e escutavam palestras sobre doutrina, gênero, política e finanças, oferecidas por homens e mulheres. Foram escritoras, oradoras, propagandistas, diretoras de revistas, autoras de artigos, vereadoras. Participaram de viagens e marchas pelo Brasil e realizaram dois grandes congressos que tiveram representantes de 11 estados brasileiros. Essas viagens passavam uma imagem de independência e modernidade.

Também havia tensões de gênero dentro do movimento. Houve resistência a seus ingressos por parte de homens, pois a política era vista enquanto uma atividade “masculina” e “violenta”, segundo Morant I Arino (2019). Comandantes fascistas mulheres tinham ainda pouca tendência a publicar suas experiências políticas, em comparação aos homens. Sobre o caráter essencialista da feminilidade,

Em novembro de 1937, milhares de integralistas desfilavam pelo centro do RJ, distribuíram-se ramalhetes de flores às 5 mil mulheres uniformizadas ali presentes para suavizar a imagem que davam como mulheres. Ao final, desfilaram com flores nas mãos, “*but they still looked like soldiers*” (expressão atribuída pelos autores a Deutsch, 2002).

Outra literatura mais detida sobre essa temática no Brasil certamente é a corrente historiográfica dedicada à reconstrução da narrativa sobre a ditadura militar, buscando enfatizar que o golpe não foi somente dos militares, mas contou também com o apoio civil. Nesse sentido, as organizações e manifestações de mulheres foram decisivas para a legitimação do golpe e, depois, do regime. Cordeiro (2009) analisa a trajetória e posicionamentos da Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), associação de mulheres de classe média e alta, criada no Rio de Janeiro em 1962 para fazer oposição ao governo João Goulart. As mulheres da Camde se organizaram com o objetivo de denunciar o que consideravam uma infiltração comunista no país, avalizada pelo presidente. O comunismo seria nocivo às famílias e à religião, provocando uma crise de valores na nação, além de ser uma forma autoritária de governo, contrária à democracia.

Próximas a Roberto Marinho – a Camde foi criada num auditório do jornal O Globo –, essas mulheres rotineiramente publicavam n’O Globo suas posições e denúncias, pressionando o governo e animando a opinião pública. Além disso, foram as mulheres que organizaram as Marchas da Família com Deus pela Liberdade. Duas semanas antes da tomada de poder,

segundo Power (2005), houve ainda uma manifestação feminina cujo contingente foi avaliado entre 500 e 800 mil mulheres nas ruas. Para Deutsch, (2002), este apoio certamente contribuiu para a legitimação do golpe por parte dos militares ocorrido nas semanas seguintes. No caso do Rio, a Camde estava na organização da marcha de 2 de abril de 1964, que, por ter sido realizada após o golpe, ficou conhecida como Marcha da Vitória.

Depois do golpe, a Camde atuou na defesa da eleição de Castello Branco para a presidência (entrando em conflito com Carlos Lacerda, com quem tiveram proximidade) e do AI-2, além de apoiarem Costa e Silva e o AI-5, em que pese sua menor interlocução com o governo e a diminuição de suas manifestações públicas. Antes de encerrar suas atividades em 1974, a Camde esteve inserida ainda na campanha “Ouro para o bem do Brasil”, reeditando a Revolução de 1932, e investiu principalmente na “preparação do povo para a democracia”, tendo como meta inculcar valores e regras de etiqueta na população favelada.

É interessante notar como as mulheres da Camde se apresentavam como mães, esposas e donas de casa, sendo essa a fonte de autenticidade de suas propostas – algo ressaltado pelo próprio regime militar. Sua fundadora e principal diretora, Amélia Molina Bastos, foi eleita duas vezes a “mãe do ano” pelo jornal O Globo. Ligadas ao mundo doméstico, suas profissões ficavam em segundo plano e a permissão dos maridos era sempre necessária. Mais do que isso, algumas das integrantes da associação eram esposas de membros de organizações golpistas, como o Ipes e o Ibad, além de Amélia ser irmã de membro do Serviço Secreto do Exército. Por esse motivo, grande parte da historiografia entende que a Camde foi, na verdade, uma criação dos maridos (e irmão) dessas mulheres, subestimando sua atuação.

No Chile, de forma similar ao Brasil, houve movimento de mulheres conservadoras na segunda metade do século XX contra um presidente à esquerda e em favor do golpe militar. No caso chileno, essas mulheres se organizaram na Unidade Popular, de 1970 a 1973 (POWER, 2002). As chilenas pobres estavam sendo prejudicadas pela crise econômica e tinham dificuldade de alimentar seus filhos, o que culminou em marchas contra Allende para assegurar o bem-estar de suas famílias e da nação. 60% das mulheres votaram contra Allende (na população masculina a votação foi de 50%). A expressiva votação da população feminina era a tradução da afirmação de seus papéis de mãe e esposa, pois, segundo Power, o então presidente prejudicava o exercício destes papéis.

Nos Estados Unidos do Século XX, temos registros da participação de mulheres na Ku Klux Klan (BLEE, 1991; 2002). A KKK se trata de uma série de movimentos violentos, extremistas e reacionários que atuaram na defesa, sobretudo, da supremacia branca e nacionalismo brancos. Segundo Blee, a participação feminina nestes movimentos chegou à

marca de 1 milhão de mulheres. Naquele país, entretanto, as mulheres de direita ganharam grande visibilidade com a nomeação de Sarah Palin como vice de John McCain em 2008, sendo esta a primeira vez em que uma mulher compôs a chapa presidencial do partido Republicano. Como explica Deckman (2016), esse episódio faz parte de um processo mais amplo, que se mostra na forte atuação de mulheres no movimento Tea Party. Lançado em 2009 como resposta à agenda do governo Obama, o Tea Party é um movimento que defende a redução do escopo e do nível de atuação do Estado e compreende uma série de organizações, algumas criadas a partir de 2009, mas outras preexistentes.

A maior presença de mulheres no Tea Party do que no partido Republicano se deve a dois motivos, sendo o primeiro a forma mais aberta de entrada e ascensão. Isso incentiva a participação de novos membros, que podem conquistar posições superiores na organização com maior facilidade e rapidez, além de poderem criar seções locais e promover atos em suas cidades. O segundo motivo diz respeito à organização e atuação online de parte do ativismo, que diminui os custos de participação, sobretudo para mães que têm que tomar conta da casa.

As mulheres estão presentes no movimento tanto em organizações mistas, como *Tea Party Patriots* e *Tea Party Express*, alcançando, inclusive, postos de direção, quanto em organizações próprias de mulheres, como *Smart Girl Politics* e *As a Mom... a Sisterhood of Mommy Patriots*. Essas duas últimas espelham as formas de se inserir na política das mulheres de direita nos EUA, não só no século XXI, mas mesmo na segunda metade do século XX. *As a Mom* reedita o conservadorismo maternal e religioso de organizações criadas nos anos 1970, como *Eagle Forum* e *Concerned Women for America*, tendo foco em pautas sociais e na defesa da família nuclear tradicional. Por outro lado, *Smart Girl Politics* não só se assemelha, como se relaciona com o *Independent Women's Forum*, fundado em 1991, que tem em seu cerne a pauta econômica.

De todo modo, inovadora no ativismo das mulheres do Tea Party é a utilização da identidade e da narrativa maternal para a defesa de uma política econômica libertariana, algo sintetizado na figura de Palin, autodenominada *Mama Grizzly*¹⁸. Nesse enquadramento, as mães saberiam na prática que a interferência do Estado grande (*big government*) é autoritária e mina a autonomia familiar na criação de seus filhos, e que as políticas de expansão da seguridade social colocariam em risco o futuro das novas gerações, que teriam que pagar altas taxas para

¹⁸ “Mama Grizzly” significa “mamãe cinzenta” e é uma alusão aos ursos cinzentos, cujas fêmeas são conhecidas pela agressividade ao proteger suas crias. Os ursos cinzentos são comuns no Alasca, estado dos EUA em que Sarah Palin foi governadora.

sustentar os mais velhos. Essas mulheres se colocam na política, portanto, como mães ferozes a defender sua prole do Estado grande. Como mostra Deckman, no entanto, esse discurso tem servido para angariar novas militantes, mas ainda não é bem aceito entre a maioria das mulheres dos EUA, mais propensas a defender a seguridade social. Um discurso que tem tido êxito em angariar militantes nos EUA é a busca por segurança após o atentado de 11 de setembro, mulheres que se politizaram motivadas pelo medo de novos atentados e acabaram adotando pautas da direita enquanto formas de promover de fato a segurança necessária à nação segundo Power (2005).

No caso das mulheres turcas e o movimento pelo direito de usar o véu (KESKIN, 2002), tal adereço não seria uma opressão entre as mulheres conservadoras da Turquia, mas um símbolo de afirmação do império islâmico, de suas identidade e cultura. Estas mulheres islâmicas de direita tinham repúdio às normas ocidentais e seculares de conduta, combatiam a globalização e o capitalismo. Segundo Power (2005), havia uma associação entre feminismo ao imperialismo ocidental, cujo estilo de vida seria decadente, imoral e inseguro. Por entenderem que a identidade de gênero é rígida, o feminismo ocidental e sua percepção social de gênero promoveriam a homossexualidade e afetariam negativamente a maternidade. A reação conservadora ao feminismo e ao movimento LGBT são apontados enquanto formas de crescimento dos movimentos de mulheres de direita, segundo Junqueira (2018), Bulgarelli (*no prelo*) e Aragusuku (2020).

Com base nos estudos aqui citados, pode se afirmar que um valor principal para a maioria das mulheres de direita é a afirmação da família e de seu papel maternal dentro desta, e quanto seu papel principal da vida. Em segundo lugar, para quase todas essas mulheres, a defesa da religião e a oposição à secularização da igualdade são igualmente importantes. Como terceiro ponto, há a conclusão de que, para muitas mulheres, a direita representa uma afirmação de sua própria identidade e de sua cultura. Por último, medo e sua relação com a busca por segurança, que para muitas mulheres é transmitida do indivíduo à família e à nação. Para muitas delas, a direita, que visa preservar a tradição, oferece segurança e proteção contra o que os ameaça. Como semelhanças nas conclusões destes estudos, há ainda o entendimento geral de que gênero não é restritivo, e nem socialmente construído, mas natural, assim como a noção de família; a feminilidade e a maternidade enquanto a essência da mulher; e a figura da feminilidade fortalecendo o programa da direita e ajudando a definir a ordem do dia.

A literatura sobre mulheres de direita mostra que, apesar destas se mobilizarem tanto por pautas sociais quanto econômicas, e se assentarem em diferentes níveis do espectro ideológico, a identidade e a narrativa maternais foram bastante recorrentes. De modo mais

amplo, pode-se dizer que a principal via de entrada das mulheres de direita na política, seja em termos de ativismo ou candidatura, tem a ver com o resgate do seu papel no mundo privado, sobretudo como responsáveis pela integridade da família e do lar, segundo Bacchetta e Power (2002). Nesse sentido, a gramática maternal pode tanto referendar a divisão generificada do público/privado, como também tornar públicos os problemas privados.

Pode-se dizer também que as mulheres têm diferentes relações com os governos de direita e mesmo com outros integrantes da direita, como se vê no rompimento entre a Camde e Carlos Lacerda no Brasil e nas críticas de militantes do *Tea Party* em relação ao establishment do partido Republicano. Não há, portanto, adesismo submisso, ainda que haja muitos momentos de aliança – e mesmo deferência – com os que estão no poder.

Finalmente, a relação entre mulheres de direita e a comunicação deve ser ressaltada como elemento relevante de sua atuação política. No caso da Camde, as publicações e divulgações no jornal O Globo foram essenciais para a visibilidade da associação e seus posicionamentos. Nesse caso, a comunicação não aparece como relevante para a organização interna, ainda que as coordenadoras da Campanha tivessem grande preocupação com o arquivamento e produção de memória. No caso do Tea Party, a comunicação, agora na forma da internet, aparece como crucial tanto para a organização como para a externalização das mães e donas de casa, que de outro modo não teriam o tempo necessário.

Na próxima seção, deter-nos-emos sobre algumas mulheres de direita que tiveram relevância no cenário político a partir da crise iniciada em 2013. Observaremos sua inserção na política, suas principais pautas e a forma de relação com o presidente Jair Bolsonaro, tomando como base suas postagens no Facebook.

3.3 Mulheres da Ultradireita no Brasil

A literatura tem apontado que entre os atores da extrema-direita é comum a percepção de que a mídia não lhes dá espaço e por isso a internet seria lugar propício para organização, formação, divulgação e mobilização política (Ellinas, 2018; Rocha, 2018). No caso brasileiro, embora o Orkut tenha sido importante para a formação de um contrapúblico ultraliberal, como aponta Rocha (2018), foi no Facebook que a (nova) direita conquistou seu espaço, sobretudo a partir de 2013, hegemonizando o debate público nesta rede social (Alves, 2019). O Facebook, vale dizer, é a rede social mais utilizada pelos brasileiros.

Como apontam algumas das autoras mencionadas na seção anterior, a comunicação é parte importante da atuação das mulheres de direita, sendo a internet ferramenta essencial para

as mulheres das novas direitas (Deckman, 2016). Por isso, nessa seção exploraremos os dados empíricos encontrados nas páginas de Facebook das seguintes políticas: Janaina Paschoal (deputada estadual, PSL-SP), Joice Hasselmann (deputada federal, PSL-SP), Carla Zambelli (deputada federal, PSL-SP), Damare Alves (ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sem partido), Sara Winter (ex-Secretária Nacional da Mulher, Democratas-RJ) e Tia Eron (ex-Secretária de Proteção da Mulher, REP-BA). Nosso objetivo não é fazer um levantamento exaustivo de todas as mulheres de direita no Brasil, mas comparar mulheres próximas à extrema direita em diferentes cargos, estados e partidos. Com isso, esperamos dar um passo adiante para entender quem são essas mulheres, o que defendem, e como se aproximam da extrema-direita.

Para a raspagem dos dados foi utilizado o pacote *RFacebook*, no *R*. Com ele, raspamos, através da API do Facebook, todas as postagens de cada página entre a data em que foram criadas e o último dia de 2019. O período foi definido para dar conta da trajetória dessas mulheres, bem como para entender suas posições e ações na campanha eleitoral de 2018 e no primeiro ano de Jair Bolsonaro como presidente, em 2019.

Nossa análise está centrada em três aspectos: 1) como cada uma dessas mulheres utilizou o Facebook ao longo do tempo e o que isso pode dizer sobre sua trajetória política; 2) quais são as pautas por elas defendidas; 3) que relação estabelecem com Jair Bolsonaro, antes e depois deste se tornar presidente. As técnicas e escolhas metodológicas serão discutidas em cada uma das subseções a seguir.

3.4 - Utilização do Facebook

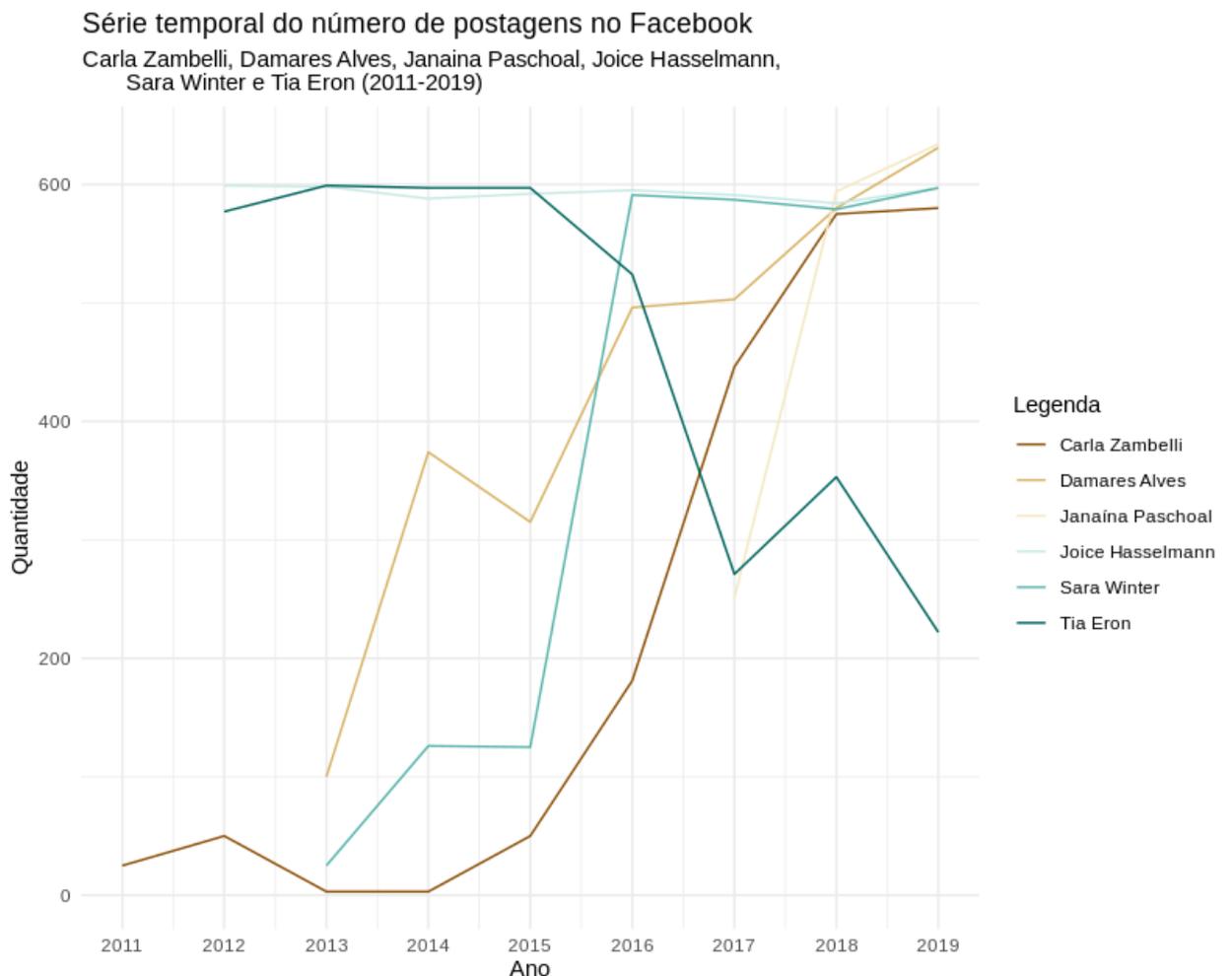
Nos próximos parágrafos analisaremos como cada uma das políticas selecionadas se utiliza do Facebook e o que isso diz sobre sua trajetória. A tabela abaixo dá uma dimensão comparativa entre data de criação da página e o número de seguidores. O primeiro dado é que Zambelli, Hasselmann e Eron entraram para a rede social antes dos protestos de 2013, enquanto Alves e Winter se inseriram logo após. Paschoal, por sua vez, só chegou ao Facebook depois do impeachment de Dilma. Além disso, pode-se observar que Joice é campeã absoluta em número de seguidores, enquanto Tia Eron tem alcance muito limitado.

Tabela 1 - Dados das páginas no Facebook no momento da coleta de dados (2020)

Página	Data de criação	Número de seguidores
Carla Zambelli	25/12/2011	757.675
Joice Hasselmann	19/01/2012	2.308.177
Tia Eron	16/03/2012	54.131
Damare Alves	13/08/2013	269.321
Sara Winter	27/09/2013	288.086
Janaina Paschoal	22/05/2017	524.037

Fonte: A autora, 2022.

Gráfico 1 - Série temporal do número de postagens no Facebook



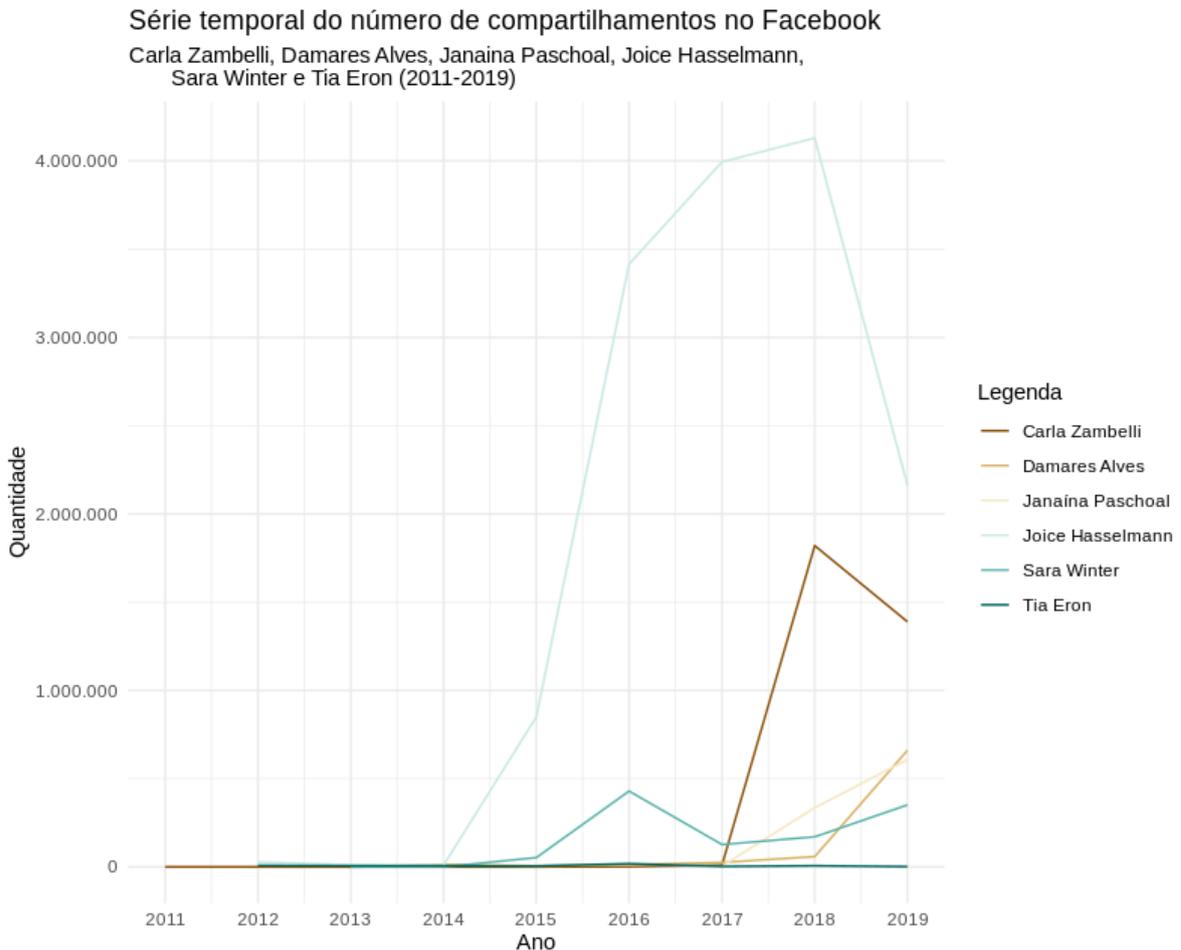
Fonte: A autora, 2022.

O gráfico 1 mostra a quantidade de postagens feita por cada página num ano. Podemos ver que, exceto pelo caso de Tia Eron, há uma utilização crescente do Facebook por parte das

políticas. Três anos, entretanto, registram picos de postagem: 1) 2014, ano da eleição presidencial que marcou a reeleição de Dilma e continuidade do PT no poder pelo quarto mandato consecutivo; 2) 2016, ano de intensificação de protestos que culminaram com o impeachment de Dilma e; 3) 2018, ano eleitoral que teve como desfecho a eleição de Jair Bolsonaro à presidência. Esses dados sugerem participação ativa dessas mulheres nos acontecimentos políticos recentes do país.

No caso do impeachment, todas foram a favor da queda de Dilma. Zambelli não só conclamou protestos, como o movimento que fundou, o NasRuas, apresentou pedido de impeachment da presidenta. Paschoal foi uma das autoras do pedido de impeachment que resultou no impedimento. Hasselmann atuou por meio da TV Veja e vídeos no Facebook e Youtube, cobrindo o desenrolar da crise política e convocando para protestos contra Dilma. Alves e Winter tiveram atuação mais virtual e indireta, enquanto Tia Eron seguiu a decisão de seu partido, o então Partido Republicano Brasileiro (PRB).

Gráfico 2 - Série temporal do número de compartilhamentos no Facebook



Fonte: A autora, 2022.

No gráfico 2, que representa a soma da quantidade de compartilhamentos recebida em cada postagem ao longo de um ano, pode-se perceber que Joice Hasselmann ganhou proeminência em 2015, mas teve crescimento exponencial em 2016. A jornalista atuou como porta-voz de um Brasil que clamava pela saída do PT do poder, ao mesmo tempo em que fornecia notícias alarmistas sobre o processo de impeachment. Sua crescente foi até 2018, quando se colou a Bolsonaro, estando constantemente junto ao então presidenciável. Nesse mesmo sentido, Carla Zambelli viu um salto em seus compartilhamentos em 2018, para assistir leve queda no ano seguinte. Hasselmann e Zambelli, que romperam em 2019, sofrem por suas posições constantes sobre feitos e desfeitos do governo. Nesse campo minado, como o gráfico mostra, Joice foi quem se saiu pior. Nomeada líder do governo no Congresso por Bolsonaro, a deputada federal foi destituída por ficar ao lado do PSL na rixa interna com o presidente.

É importante ressaltar que todas essas mulheres saíram vitoriosas em 2018, seja conquistando um cargo eletivo ou comissionado. Joice Hasselmann conquistou 1.078.666 votos e se elegeu a segunda deputada federal (independente de gênero) mais votada para a Câmara Federal em São Paulo e no Brasil, ficando atrás somente de Eduardo Bolsonaro – foi também a mulher deputada federal mais votada da história do país. Janaina Paschoal, eleita deputada estadual também pelo PSL-SP, foi a deputada mais votada da história do Brasil (independente de gênero), tanto na esfera federal quanto na estadual, com 2.031.829 votos – passou nomes como Enéas, Tiririca, Russomano e o próprio filho do presidente. Carla Zambelli não possui números exorbitantes, mas se elegeu deputada federal. Sara Winter e Tia Eron, por outro lado, não se elegeram para a Câmara, mas conseguiram cargos no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damarens Alves. A ministra continua no governo, mas Eron, então Secretária de Proteção da Mulher, e Winter, então Secretária Nacional da Mulher, foram exoneradas de seus cargos.

3.5 Pautas

Seguindo a análise das redes sociais das políticas de direita, focaremos agora na investigação de quais pautas são mobilizadas por elas, de quais são os temas mais recorrentes. Para tanto, analisaremos as postagens na página de Facebook de cada uma dessas mulheres, tendo como intervalo temporal de sua data de criação até 31 de dezembro de 2019. As técnicas utilizadas estão no bojo do que vem se chamando de mineração de textos, isto é, a transformação da linguagem natural (a linguagem como realmente utilizada por seres humanos em seu dia a dia) em linguagem passível de processamento, que gere dados quantitativos. Novamente, as

análises textuais serão feitas no âmbito da linguagem de programação *R*, com os pacotes *tm* e *tidytext*. Após a limpeza para remoção de palavras que têm pouco sentido substantivo, contamos a frequência dos termos e dos bigramas (Welbersa, Atteveldt & Benoit 2017).

Tabela 2 - Palavras e expressões mais frequentes, Damares Alves e Sara Winter

Damares Alves				Sara Winter			
Palavra	N	Expressão	N	Palavra	N	Expressão	N
crianças	1031	direitos humanos	165	livro	1844	salvando bebês	500
vida	679	crianças indígenas	129	feminismo	1137	pró vida	77
família	494	magno malta	120	bastidores	864	direitos humanos	47
direitos	384	audiência pública	83	aborto	861	movimento feminista	43
mulher	384	congresso nacional	70	mulheres	819	Jair Bolsonaro	38
indígenas	382	violência contra	52	bebês	773	vidasim abortonão	32
deus	371	igreja batista	45	vida	642	américa latina	25
povo	370	governo Bolsonaro	39	deus	248	violência doméstica	24
igreja	355	movimento brasil	38	crianças	212	violência obstétrica	20
aborto	350	povo indígenas	37	Bolsonaro	207	frei Galvão	19

Fonte: A autora, 2022.

Damares Alves e Sara Winter têm em comum a luta contra o aborto, encampando um movimento “pró-vida”. Esse é praticamente o tema único de Winter, que fez parte do grupo feminista Femen até 2013 e hoje se declara antifeminista, percurso que é sintetizado em seu livro “Vadia, não! Sete vezes que fui traída pelo Feminismo”. Pautas como o combate à

violência doméstica e a violência obstétrica são adotadas por uma perspectiva “pró-mulher”, mas contra o movimento feminista. Grande parte de suas postagens contém a chamada “Me ajude a continuar salvando bebês do aborto, contribua com até 5 reais, acesse [endereço do site para financiamento virtual]”. Ela possui também atuação transnacional, estabelecendo laços com mulheres conservadoras, principalmente na América Latina.

A atuação antiaborto de Damares tem outra fundamentação: o evangelismo e o ativismo em prol da infância. O combate à violência contra as mulheres e crianças faz parte de sua trajetória em parte como resposta ao estupro que sofreu aos seis anos de idade, quando diz ter sido salva por Jesus. Hoje ministra de Estado, Alves foi pastora na Igreja Batista da Lagoinha. Além disso, ao longo da vida, fez parte de organizações da sociedade civil em defesa de crianças e da juventude, o que inclui atuação missionária de denúncia de supostas violências de comunidades indígenas contra crianças, o que iria do aborto ao assassinato e maus tratos dessas crianças¹⁹. Antes de integrar o governo Bolsonaro, Damares Alves, que tem formação em direito, trabalhou na administração pública e foi assessora parlamentar, destacando-se sua atuação no mandato do senador federal Magno Malta.

Tabela 3 - Palavras e expressões mais frequentes, Tia Eron e Janaina Paschoal (Continua)

Tia Eron				Janaina Paschoal			
Palavra	N	Expressão	N	Palavra	N	Expressão	N
mulher	1176	PRB Bahia	127	parto	249	parto normal	86
PRB	863	deus bendiga	121	mulheres	219	supremo tribunal	20
Bahia	695	mulher negra	120	direito	134	lava jato	17
deus	665	igualdade racial	117	crianças	121	assembleia legislativa	16
Salvador	555	marcos pereira	90	crime	117	rede pública	16
Trabalho	317	PRB mulher	67	normal	117	audiência pública	15
cidade	315	partido republicano	59	reforma	113	direito penal	15
partido	284	Acm neto	56	Bolsonaro	95	constituição federal	14

¹⁹ A ministra é acusada de ter sequestrado uma criança da etnia Kamayurá. Em sua versão, Damares teria salvado a menina, que criou como sua filha.

negra	232	violência contra	49	professores	92	fazer parto	14
Igualdade	219	PRB igualdade	44	governo	78	candidaturas avulsas	13

Fonte: A autora, 2022.

Como mostra a tabela, Tia Eron e Janaina Paschoal também despendem bastante atenção para as causas das mulheres, mas sem o foco no combate ao aborto. Eron conjuga em boa parte de suas postagens o combate ao machismo e ao racismo, colocando-se enquanto mulher negra e pregando a igualdade. A religião faz parte de suas postagens, o que coaduna com o fato de ter integrado a Frente Parlamentar Evangélica e compor o partido Republicanos, do qual foi Coordenadora Nacional de Igualdade Social (FAGANELLO, 2015). Tia Eron efetivamente constrói o partido, anteriormente denominado PRB, que tem suas principais lideranças ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus. A ex-deputada federal tem forte atuação em Salvador, onde foi vereadora por quatro mandatos consecutivos (tornando-se a primeira vereadora negra da cidade), além de ter exercido o cargo de Secretária de Promoção Social de Combate à Pobreza na gestão ACM Neto.

Janaina Paschoal, por sua vez, trata pautas relativas às mulheres pela via da autonomia. Foi esse o fundamento para o seu PL sobre ensino de lutas para mulheres em escolas e para sua principal bandeira em seu primeiro ano de mandato na ALESP: a possibilidade de que a gestante opte pelo parto cesariano no SUS. A deputada estadual justifica sua adesão a essa pauta por sua atuação como professora de direito e como advogada, culpando “esquerdistas” por propagarem uma ideologia ou ditadura do parto normal. Em boa parte de suas postagens, Paschoal faz análises a partir do olhar do direito, tematizando principalmente decisões do STF, temas relativos à Lava Jato e propostas e feitos dos governos federal, estadual e municipal. Ao contrário de Tia Eron, que tem intensa vida partidária, Janaina defende a possibilidade de que haja candidaturas avulsas, o que converge com sua constante defesa da liberdade de pensamento - que avalia não ter existido durante os governos petistas.

Tabela 4 - Palavras e expressões mais frequentes, Carla Zambelli e Joice Hasselmann (Continua)

Carla Zambelli				Joice Hasselmann			
Palavra	N	Expressão	N	Palavra	N	Expressão	N
Bolsonaro	234	Jair Messias	57	Bolsonaro	420	Jair Messias	199
Nasruas	101	contra	31	lula	369	lava jato	103

		corrupção					
Lula	92	lava jato	25	Dilma	356	Sérgio Moro	64
PT	85	Sérgio Moro	20	Paraná	342	Dilma Rousseff	59
STF	78	Julio Casarin	17	Curitiba	323	Bolsonaro Bolsojice	57
Manifestação	66	Polícia Federal	17	Governo	278	Beto Richa	48
corrupção	60	av paulista	15	PT	233	ministério público	43
deus	60	pacote anticrime	15	Jair	215	nova previdência	36
Casarin	58	Peixoto Gomide	12	verdade	166	Gustavo Fruet	33
paulista	57	Abraham Weintraub	10	Moro	149	Eduardo Cunha	30

Fonte: A autora, 2022.

Essa última tabela põe lado a lado duas das principais atrizes na linha de frente do governo Bolsonaro. Além de defesa frequente do presidente, Carla Zambelli e Joice Hasselmann compartilham a pauta do combate à corrupção, que passa pelo antagonismo ao PT, a reverência constante à Lava Jato e pela exaltação de Sérgio Moro - antes Juiz Federal que condenou Lula, hoje ministro da Justiça e Segurança Pública de Jair Bolsonaro. Hasselmann costuma se apresentar como “biógrafa de Sérgio Moro” e atuou durante toda a sua vida no jornalismo, primeiro no Paraná, seu estado de origem, e depois em veículos de alcance nacional baseados em São Paulo. Eleita deputada federal, Joice foi líder do governo no Congresso até outubro de 2019, quando, na rixa entre a família Bolsonaro e o PSL, escolheu ficar ao lado do partido - e contra os filhos do presidente. A deputada teve atuação incessante na aprovação da Reforma da Previdência, promovendo negociações no legislativo federal e percorrendo o país convencendo políticos e empresários. Após a cizânia partidária, virou alvo de muitos bolsonaristas e rompeu com Zambelli, de quem foi próxima em muitos momentos, sobretudo nos protestos pelo impeachment de Dilma.

A deputada federal Carla Zambelli tem forte atuação em protestos de rua, sendo fundadora do movimento NasRuas, que tem como principal bandeira o combate à corrupção. É sempre na mobilização da população contra a corrupção que ela pauta suas posições e ações. Manifestações de rua a partir de 2013, mas intensificadas em 2015 e 2016; a defesa enérgica da condenação de Lula nos processos da Lava Jato; o apoio a Bolsonaro em 2018 para evitar o

retorno do PT; a militância pelo projeto Anticrime do ministro Moro; todas são ações ancoradas numa mesma visão de mundo. Diferente de Joice, que rompeu com governo, Zambelli segue sendo fiel escudeira de Bolsonaro e crítica de primeira hora do Congresso e do Judiciário.

3.6 - Relação com Jair Bolsonaro

Continuando a investigação sobre mulheres políticas de direita, esse tópico se propõe a analisar a relação entre as lideranças femininas e Jair Bolsonaro. Que tipo de relação essas mulheres estabelecem com a figura do atual presidente antes e durante a campanha presidencial, e no decorrer do primeiro ano de seu mandato? Quais as pautas que compartilham entre suas agendas? A hipótese aventada é a de que há causas e valores em comum entre as mulheres investigadas e Jair Bolsonaro, o que demonstra que a nova direita de fato é um movimento bem mais amplo e abrangente, anulando a potencialidade de explicar tal movimento somente como a legitimação e adoração ao discurso individual do polêmico e simbólico capitão.

Para isto, fizemos uma seleção das postagens em que Bolsonaro é citado, sendo localizados e coletados textos, vídeos, fotos e links desde a criação das páginas das seis mulheres analisadas. No total, foram analisados manual e individualmente 841 postagens contendo 553 vídeos, 174 fotos legendadas, 48 textos e 56 links compartilhados com legenda.

Tia Eron

Tia Eron possui poucas postagens em sua página oficial no facebook. Dessas, em apenas duas há referência ao atual presidente. Em 2019, tia Eron agradece a Damares e Bolsonaro pelo convite para assumir a pasta, em caráter totalmente técnico, da nova Secretaria Nacional De Políticas Públicas Para As Mulheres. A segunda postagem menciona a sanção, por parte do Presidente, de alteração da Lei Federal de N. ° 11.340, mais conhecida como Lei Maria da Penha, para que agressores sejam obrigados a ressarcir custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar.

Joice Hasselmann

A página de Joice Hasselmann possui 313 posts sobre Jair Bolsonaro entre 2015 e 2019. Desses posts, 294 são vídeos e apenas 19 fotos. No ano de 2015, a relação de Joice com o então deputado Jair Bolsonaro se limita a análises da jornalista sobre o cenário político brasileiro e a ascensão inicial da figura pública do deputado. Bolsonaro é constantemente citado enquanto

potencial candidato ao cargo de presidente, dotado de atributos necessários para as necessidades do Brasil pós-PT. A jornalista esteve presente em atos públicos com Bolsonaro, a quem descreveu como um homem de coragem e sem papas na língua. Ela e Bolsonaro fazem campanha para que seus seguidores não votem em partidos de esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores. Não havia uma relação pessoal próxima, como a que veio a se tornar no ano da campanha eleitoral. Em 2017, Bolsonaro ganha espaço na rede social de Hasselmann com o crescimento de sua figura pública e os constantes posicionamentos anticorrupção. Ao longo deste ano, a jornalista cita Bolsonaro em suas postagens quase sempre demonstrando as constantes polêmicas públicas protagonizadas por Bolsonaro e também em análises políticas sobre as futuras eleições de 2018.

Ontem, durante a nosso live, muitas pessoas me perguntaram o que eu acho do Bolsonaro. Eu já falei isso um milhão de vezes, e agora separei um trecho do vídeo para mostrar pra vocês. Eu conheço o Bolsonaro, ele é um homem extremamente gentil, honesto, e os problemas dele estão em torno das explosões que tem. De vez em quando ele fala demais, já sabemos e já conversei com ele a respeito disso. Ele é militar, tem ideias conservadoras, mas eu não conheço nada que desabone a honestidade dele. Acho que ele deve ser candidato, assim como o Álvaro Dias, o Caiado. Quero ver essa gente unida para derrubar o PT (Trecho de sua fala em live no Facebook).

Ainda no ano de 2017, a jornalista cobre todo o processo de mudança legenda do deputado ao Patriotas e depois ao PSL e vai estreitando os laços com a família Bolsonaro. Em 14 de março de 2018, Joice recebe “intimação” de Jair e Eduardo Bolsonaro para se candidatar a deputada federal por São Paulo. Atuando como jornalista, em setembro, Joice passa a compartilhar vídeos do palanque de Bolsonaro. A partir de então é que a deputada passa a apoiar publicamente Bolsonaro em suas redes, ainda que timidamente. Em julho, Joice diz que será candidata, cadastrando-se oficialmente no mês seguinte. A partir disso, a maior parte dos posts é sobre a campanha de Bolsonaro e de Joice, mostrando viagens e participação dos dois em palanques no período oficial de campanha.

De forma geral, Joice e Jair concordam em pautas como antipetismo e anticorrupção, redução do Estado, privatização e defesa da Lava Jato. Ambos tecem fortes críticas às chamadas “raposas velhas da política brasileira”. Nessa linha de defesa da renovação, posicionam-se contra urna eletrônica e contagem secreta de votos. São pela defesa da propriedade privada e da segurança no campo, com forte defesa ao armamentismo. Na política externa, defendem o Estado de Israel, são contra a Venezuela de Maduro, criticam a ONU e defendem acordo entre Brasil e Argentina a favor do livre comércio. Em relação a pautas sobre gênero, ambos coadunam nas críticas ao “kit gay”, ao feminismo, à “ideologia de gênero”, ao “politicamente

correto” e no apoio ao Projeto de Lei que impõe castração química enquanto punição nos casos de crime de estupro.

Em maio de 2019, Joice recebeu a Ordem do Rio Branco, honraria para destacar serviços meritórios ao país e virtudes cívicas. Durante o mandato, atuou com grande aproximação e adesão ao ministro Sérgio Moro, figura da qual foi biógrafa. Quanto à adesão a Jair Bolsonaro, esta só se mantém até o episódio de conflito envolvendo Eduardo Bolsonaro, o PSL e o Presidente. Em meio ao racha e à briga pública com Eduardo, Joice é destituída da liderança do governo no Congresso e rompe definitivamente com a família Bolsonaro.

Janaína Paschoal

Janaina Paschoal possui 52 postagens mencionando Bolsonaro, sendo um link, uma foto, 45 textos e 5 vídeos, entre 2017 e 2019. A atual deputada estadual diz que somente entrou nas redes sociais porque constantemente era vítima de páginas falsas com seu perfil e sentiu a necessidade de diferenciar a Janaina real daquela inventada pelas *fake news*. Disse que se sentiu surpresa ao, depois de entrar nas redes, ser vista como figura que propaga o ódio - logo ela que pediu serenidade aos seguidores de Bolsonaro após atentado contra o então candidato.

A deputada deixa claro, em 2017, que seu pensamento em nada tem a ver com o PSL e que acredita que Bolsonaro é o candidato com maior potencial para tirar o poder de quem domina há anos. Por este fato é que Janaína declara voto a Bolsonaro desde muito antes de decidir se candidatar a deputada estadual, buscando a manutenção do processo de depuração iniciado com o impeachment da presidenta Dilma. Com diferenças de pensamento em relação ao então deputado, Janaína declarou que seu apoio não é à pessoa de Bolsonaro, mas ao Brasil, embora ele tenha conquistado seu respeito. Filiada ao PSL, por conta da exigência da lei, Janaina diz que não é e nunca será uma pessoa de partido – vide sua defesa das candidaturas avulsas.

Em 2018, confirma a existência de divergências entre ela e Bolsonaro, mas diz que o amor pelo Brasil os une. No momento eleitoral, não se via enquanto bolsonarista, apenas exercia sua liberdade de apoiar o candidato com maior poder de “enfrentar o que precisa ser enfrentado”. Por conta disso, fez campanha para si e para Bolsonaro todos os dias, em todos os espaços que percorreu. Janaína fez uma chamada geral para que seus seguidores frequentassem manifestações e carreatas de apoio à candidatura de Jair Bolsonaro após o atentado, pois a visibilidade seria importante enquanto o candidato estivesse impossibilitado de estar nos palanques.

Após as eleições, Paschoal declara que o Brasil estaria sendo um exemplo para o mundo pois iniciou uma revolução de mãos vazias com a eleição de Bolsonaro. A chegada ao poder de seu aliado indicaria uma revolução de mentes livres, sem doutrinação, sem sangue e sem armas. Até meados de 2019, dizia constantemente que Bolsonaro era seu malvado favorito, principalmente quando a pauta era a possível crise entre Bolsonaro e Mourão. No início do primeiro ano de mandato, a jurista chegou a criticar um pedido de impeachment contra Bolsonaro, por não haver crime de responsabilidade. Como sabemos, após atitudes do presidente, esta opinião mudou radicalmente.

No mesmo ano, Janaina faz declaração polêmica pedindo a Bolsonaro que parasse de ouvir Olavo de Carvalho e os filhos, se mostrando contra a ida de Eduardo Bolsonaro para os Estados Unidos para assumir a embaixada brasileira. Houve ainda crítica à sanção por parte do presidente da criação do juiz de garantia e à legalidade de audiências de custódia, que, segundo a jurista, não traria ganhos para o sistema penal brasileiro, além de demonstrar um paradoxo, pois o próprio presidente criticava audiências de custódia. Estas tensões marcaram o início de um processo de ruptura que teve seu pico no ano de 2020.

As pautas em comum entre Paschoal e Bolsonaro incluem antipetismo, anticorrupção, defesa da Operação Lava Jato, crítica à Venezuela de Maduro, apoio à Reforma da Previdência, combate a um suposto comunismo nas universidades públicas, defesa da descentralização do poder e o fortalecimento das assembleias estaduais. Em relação ao armamentismo, apesar de ser uma pauta válida, a deputada se posiciona contra o gasto de recursos com publicidade da nova política de armas. Outro ponto de divergência foi o posicionamento sobre o golpe militar, demonstrado quando Paschoal declarou ter sido muito criticada em plenária por colegas ao dizer que deveríamos deixar 1964 para trás e cuidar de 2019. Ao longo do período analisado, Janaina não se mostrou adesista como outras lideranças, possuindo uma postura independente frente à figura do presidente e do partido. Prova disso é que não deixou de criticá-lo abertamente quando julgou necessário, citando, inclusive, a necessidade de um impeachment contra o ex-aliado.

Damare Alves

Damare Alves possui em sua página oficial do Facebook uma postagem citando Bolsonaro em 2014 e uma em 2017. A partir de março de 2018, a atual Ministra começa a utilizar a rede social com maior frequência, postando 7 links, 73 fotos, 2 textos e 38 vídeos, totalizando 120 postagens com menções ao Bolsonaro. Em uma destas postagens, a pastora afirma que em sua rotina segue o exemplo de Bolsonaro, que está atento à demanda dos brasileiros em espaços físicos, mas também nos virtuais.

Possui relações pessoais com a família Bolsonaro, demonstrando sua amizade com Eduardo Bolsonaro, que apoiou a candidatura do filho dela ao cargo de deputado federal do Paraná e com Flávio Bolsonaro, a quem apoiou na candidatura a Prefeito do Rio de Janeiro. Em 2018, apoiou campanha de Jair Bolsonaro e constantemente publicou atualizações de sua caravana pelo país, postando fotos e vídeos de mulheres, crianças, de comunidades ciganas e indígenas com o então candidato à Presidência do Brasil, demonstrando uma suposta aderência de minorias a Jair. Suas publicações cobrem ainda diversas manifestações nas ruas a favor de Bolsonaro. Após o primeiro turno, Damares posta vídeos de homens e mulheres do Nordeste comemorando a votação de Bolsonaro, região onde o candidato teve menos votos. Um vídeo particularmente polêmico mostra um teresinense comendo capim, após, segundo ele, Bolsonaro dizer que nordestino deveria comer tal planta, em uma clara analogia entre nordestinos e animais de pasto.

Em 2019, com o candidato já eleito ao cargo de Presidente, e Damares tornada ministra de Estado, ela segue apoiando Bolsonaro, compartilhando conquistas na redução de número de assassinatos – em especial o de agentes de segurança pública –, aumento de empregos, êxitos em políticas públicas de diversos segmentos, como as que se ocupam de assistir jovens desamparados, mulheres grávidas, de crianças com microcefalia e mulheres vítimas de violência doméstica, além de políticas de combate a automutilação e à dependência química entre meninos. Em contrapartida, Bolsonaro defende, em vídeo, a atuação de Damares como Ministra nacional da mulher, da família e dos direitos humanos, em 3 de maio de 2019.

Em relação às pautas em comum entre Bolsonaro e Damares sobre gênero e família, ambos são contra a descriminalização do aborto, contra o “kit-gay” e “ideologia de gênero”. Ambos concordam na defesa do Estado Mínimo nas relações familiares e a educação domiciliar enquanto direito. Sobre a questão indígena, Damares afirma que a FUNAI e o PT trataram o índio como “bicho” e que Bolsonaro vai tratá-lo como “gente”, pois possui conhecimento e assessoria para mudar a política indigenista, vendo-os enquanto qualquer cidadão brasileiro. A respeito da religião, a pastora apoia a expressiva presença da religião na conduta e em discursos oficiais do presidente. Damares defende Bolsonaro em evento nos EUA em relação à fala do presidente de nomear alguém “terrivelmente evangélico para o cargo de ministro do STF”. Segundo a Ministra, ter um evangélico na corte é algo natural, já que esta é igualitária. Na política externa, a ministra posta orações em apoio à Venezuela de Juan Guaidó e cita o mesmo apoio vindo de Bolsonaro. Apoia a fala de Bolsonaro em repúdio ao Macron quando este sugeriu que os problemas da Amazônia fossem discutidos pelo G7. Damares representou o

presidente Bolsonaro em eventos oficiais internacionais, tal como o encontro da terceira cúpula demográfica de Budapeste.

Sara Winter

Sara Winter possui 143 postagens relacionadas a Bolsonaro realizadas entre 2014 e 2019, sendo 48 links de notícias compartilhadas, 65 fotos e 30 vídeos. Das mulheres analisadas no presente estudo, Sara Winter certamente é a que possui a trajetória de relação mais peculiar com Jair Bolsonaro e com a direita. Como abordado em tópico anterior, Winter já foi uma liderança do movimento feminista FEMEN, atuando em diversas manifestações pró-aborto. Um de seus atos públicos teve como alvo o próprio Jair Bolsonaro em 2014. Na manifestação pacífica de rua, Sara aparece com seios à mostra, pintado no corpo a frase “Fora Bolsonaro”, pessoa que, segundo ela, representava “racismo, misoginia, transfobia, homofobia e outros preconceitos que nós queremos cortar, destruir”.

Em 2015, quase um ano depois, Sara posta em seu facebook tweet de Bolsonaro dizendo estar “Feliz por conversar alguns minutos com Sara Winter no telefone. As pessoas mudam, e pelo conversado, hoje ela é mãe e se arrepende de muitas coisas”. No mesmo post, Sara confirma que arrepende de seu passado e apoia o Projeto de Lei sobre estupro que prevê castração química. Ainda no mesmo post, Sara critica as feministas: “É aquela velha história das feministas: não pode punir o estuprador, mas pode punir o bebê com um aborto”. Sobre o afastamento do feminismo, Sara diz que já sofreu violência doméstica e abuso sexual e que se enganou ao achar que a esquerda acolheria isso. Essa reviravolta ideológica e o casamento com a nova direita são frutos de transformação que Sara sofreu no decorrer de sua gravidez e na retomada do contato com a religião, um processo descrito detalhadamente em sua autobiografia.

Em 2016, sua relação pessoal com Jair Bolsonaro se torna cada vez mais próxima. Sara diz estar ao lado do “mito” contra a doutrinação comunista feita nos jovens brasileiros. Afirmar ainda que o então deputado Jair Bolsonaro estaria fazendo mais pelas mulheres que o feminismo. Ao aceitar convite de Bolsonaro para integrar a Executiva do PSC jovem, Sara diz que conheceu o partido quando retornou à igreja e se afastou do movimento feminista. Sara fez caravana de campanha política com Bolsonaro. Junto ao deputado, subiu em palanques apoiando a futura candidatura de Jair à presidência da república. Militou também em campanha de Flávio Bolsonaro à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e de Carlos Bolsonaro como vereador do RJ.

No mesmo ano, Sara defende que o fato das feministas fazerem perseguição ideológica a Jair seria falta de bom senso e contribuiria para a continuação da cultura do estupro, pois o

deputado criou o PL 5398/13, que aumenta a pena para estupradores e promove a castração química. Divulgou em sua página vídeos de gays apoiadores de Bolsonaro, com o intuito de demonstrar que o deputado não seria homofóbico e que teria minorias em sua base eleitoral. Em 2017 e 2018, Sara Winter continua atuando ativamente em atos públicos a favor de Jair Bolsonaro. Se filiou ao DEM enquanto estratégia para concorrer a deputada federal, mas não se elegeu. Questionada sobre suposta traição, afirma lealdade à família Bolsonaro e não a um partido.

Sara depõe que o governo Bolsonaro acendeu o patriotismo no brasileiro e que está atraindo investimentos de todo o mundo, com crescimento do Banco Central e “maior repasse da história do Bolsa Família” por Bolsonaro. Apoiou e divulgou o discurso do Presidente Bolsonaro na ONU, onde ele afirmou diversas bandeiras polêmicas de sua campanha, como: “A Amazônia é nossa”; “Foro de São Paulo é um câncer”; “Venezuela e Cuba são ditadura”; “Trump é nosso amigo”. Atua como defensora das políticas governamentais sobre indígenas, defende o armamentismo e a autodefesa. Assim como Bolsonaro, ambos concordam que totalitários são os que desejam tirar o poder de autodefesa da mão do povo. Ambos apoiam ainda o fortalecimento da Polícia Militar enquanto pauta da segurança pública.

Outras pautas compartilhadas pelos dois são o antipetismo; anticorrupção; crítica à Rede Globo; controle de financiamento na ANCINE; defesa de políticas antidrogas; leilão do Pré-sal; apoio à criação do Partido Aliança Pelo Brasil; e combate às cotas para mulheres na política e cotas para trans em processos seletivos nas instituições educacionais. Há atuação conjunta de Winter, Jair Bolsonaro, Carlos Bolsonaro e Direitas Já contra a “ideologia de gênero” e a favor do movimento Escola sem partido. Atuam também no combate ao comunismo em universidades públicas. Na política externa, apoiam o governo venezuelano de Guaidó, opondo-se a Maduro. Assemelham-se ainda nas pautas religiosas, em defesa à vida e contra o aborto.

Carla Zambelli

A também ex-ativista Carla Zambelli possui 210 postagens relacionadas a Jair Bolsonaro, em período compreendido entre 2017 e 2019. Dentre estas, há 13 postagens de fotos, 1 texto e 186 vídeos de autoria própria. Em amplo apoio à campanha presidencial, viajou com Bolsonaro pelo Brasil e fez palanque ao seu lado no decorrer de 2017 e 2018. Nesses momentos, Zambelli chamava atenção para o clamor popular e o prestígio demonstrado ao então deputado, “um dos maiores defensores da justiça contra estupradores, por defender a castração química, além de ser um homem íntegro e honesto, defensor da família brasileira, que representa o fim da corrupção e a nova política”.

Em entrevista ao programa Pânico, Zambelli confessa que admira Bolsonaro desde 2015, mas não se manifestava publicamente antes porque era de um movimento apartidário. Ao sair do movimento, candidatou-se e pôde falar sobre isso, afirmando que defender Bolsonaro a deixou mais feliz. Carla destaca a sinceridade e humildade de Bolsonaro ao admitir que não entende de economia, diferente da especialista em economia que quebrou o país (referindo-se a Dilma).

Em 2018, após o atentado que culminou com Bolsonaro sendo esfaqueado, Carla Zambelli chamou os eleitores de Bolsonaro para converter votos brancos, nulos e indecisos. Nesse momento, comparou Bolsonaro a João Paulo II, ambos líderes “messiânicos” atacados e que sobreviveram graças ao poder divino.

Na primeira reunião com Bolsonaro no ano de 2019, herda o gabinete de Jair. Ao assumir a presidência, Bolsonaro assinou decreto baseado em projeto de Zambelli sobre pronomes de tratamento, que normatiza a proibição de pronomes de tratamento para funcionários de cargo público. A deputada continuou acompanhando o presidente em sua agenda. Em discursos presidenciais na ONU, na imprensa, no observatório da pecuária brasileira e em diversos eventos, demonstra relação muito próxima e entusiasta desde sua candidatura, campanha e mandato. No conflito entre o PSL e o presidente, Zambelli apoiou a família Bolsonaro. Pediu solidariedade e união ao povo brasileiro para com o presidente. Sobre o jeito grosseiro de Bolsonaro na imprensa, a deputada atribui isso à virtude da sinceridade e diz que a mídia é injusta com ele.

Zambelli apoia o armamentismo, assim como Bolsonaro. Posta vídeos em clubes de tiro, mostrando como municiar uma arma, falando sobre os procedimentos para que um cidadão consiga uma arma e defendendo a abertura do comércio brasileiro para comercialização de armas estrangeiras. Ambos defendem o militarismo e o punitivismo enquanto abordagem de Estado Máximo na agenda da segurança pública. Já em relação à economia, impostos e quantidade de órgãos e servidores, ambos defendem a redução estatal.

3.7 Análise

Os achados desse capítulo apontam tanto para a manutenção de tendências elencadas pelos estudos sobre mulheres de direita, quanto para distanciamentos substantivos. Quanto às aproximações, um primeiro aspecto é que essas mulheres tiveram lugar de destaque em conjunturas críticas, sobretudo no que concerne ao movimento que levou ao impeachment de Dilma, sendo Joice e Carla atuantes nas redes e nas ruas, enquanto Janaina foi autora do pedido

que levou à destituição da presidenta. Esse fato se assemelha à atuação de mulheres contra outros presidentes de esquerda, como nos casos de Getúlio Vargas e João Goulart no Brasil, Allende no Chile e Obama nos EUA.

Em segundo lugar, à exceção de Joice e Carla, todas elas trouxeram de maneira acentuada para sua agenda pautas relativas às mulheres, ainda que não pelo viés feminista. Destacam-se a questão do aborto e da violência contra as mulheres. Nesse sentido, nossa análise está em consonância com trabalhos que apontam que gênero influi decisivamente para apresentação de projetos relativos às questões das mulheres, independente do espectro ideológico (Rocha, 2017).

Por fim, as mulheres aqui analisadas também apresentam postura autônoma em relação a atores centrais da direita, como no caso das críticas das mulheres do Tea Party ao establishment do partido Republicano e do distanciamento da Camde em relação a Carlos Lacerda.

De uma forma geral, podemos afirmar que as seis lideranças femininas e Bolsonaro possuem similaridades em suas agendas. No que concerne à segurança pública, defendem o Estado Máximo punitivista, pautas armamentistas e o fortalecimento da polícia militar. Em relação ao armamentismo, Paschoal diverge no tocante à investimentos de recursos públicos em publicidade de política de armas. Na economia, as lideranças femininas e Bolsonaro concordam com a redução da máquina estatal, defendem o Estado neoliberal com redução de impostos, de órgãos e de servidores, além de todos pautarem a anticorrupção. O antipetismo e a crítica à velha política brasileira também figuram nas pautas compartilhadas. Na política externa, os sete defendem o Estado de Israel e o governo de Guaidó na Venezuela. Nas pautas sobre gênero, concordam no combate ao kit gay, ao feminismo e à ideologia de gênero e defendem a castração química enquanto punição nos casos de crime de estupro. Além de aproximações e similaridades, estas trajetórias tecem alianças importantes e rompimentos determinantes no cenário político brasileiro. Sara Winter passou de crítica a Bolsonaro a secretária no Ministério da Mulher de seu governo, ainda que por pouco tempo. Tia Eron também passou pelo ministério comandado por Dameres Alves. Carla Zambelli e Joice Hasselmann se aproximaram do então candidato a presidente, mas seguiram caminhos diferentes quando este foi eleito: Zambelli nunca teve cargo de destaque, mas sempre foi extremamente leal; enquanto Hasselmann passou do adesismo traduzido em liderança do governo no Congresso a inimiga da família Bolsonaro. Janaina Paschoal, por sua vez, estabelece uma relação de eterno apoio crítico.

Apesar dessas importantes aproximações com o que diz a literatura, há um aparente distanciamento entre as mulheres da nova direita brasileira e outras movimentações políticas de mulheres pelo mundo: a utilização de gramáticas maternalistas ou familistas como âncora e vitrine de suas posições e atuação política. Na verdade, apenas no caso de Sara Winter essa gramática é reivindicada. No caso de Tia Eron, o fato de ser mulher e negra aparece apenas pela gramática da igualdade. Para as outras mulheres, o gênero sequer é acionado como ponto de partida. Damares Alves ressalta sua atuação na sociedade civil, junto a Carla Zambelli, que enfatiza sua militância contra a corrupção. Hasselmann faz referência a sua atuação como jornalista e no combate à esquerda, enquanto Paschoal reitera o fato de ser professora de direito - mesmo quando apresenta projetos de lei relativos a questões das mulheres.

As impressões apontam para alguns valores em comum às mulheres do movimento do século XX, tais como: (i) a afirmação e defesa da instituição familiar de molde conservador, com ênfase nos papéis de mãe e de esposa (abordagem maternalista), (ii) defesa da religião e oposição à secularização da sociedade, (iii) afirmação de suas identidades e de sua cultura (como no caso de mulheres muçulmanas), (iv) medo e insegurança (mulheres norte-americanas pós 11 de setembro), assim como (v) essencialização da feminilidade e (vi) relação matrimonial simbolizando diferença e complementaridade, em oposição à concepção de opressão e dominação. Já em relação a mulheres da nova direita, no século XXI, a pesquisa aqui apresentada mostra ausência de alguns desses valores na agenda de atuais representantes brasileiras, como o enquadramento maternalista, familista e, em alguns casos, religioso.

A partir disso, percebe-se que a bibliografia sobre mulheres de direita é extensa, se ocupando de analisar os grandes movimentos no século XX ao redor do mundo e de algumas trajetórias pessoais. Contudo, na tentativa de atualizar informações de estudos sobre gênero e participação política, mais especificamente no caso brasileiro, o que se percebe é uma lacuna sobre mulheres situadas no movimento da nova direita, esforço realizado neste trabalho de maneira exploratória.

Em uma tentativa de comparar a bibliografia existente sobre aquelas mulheres ligadas a movimentos conservadores mais antigos e os achados no trabalho aqui apresentado sobre as lideranças atuais, percebemos semelhanças e diferenças elencadas acima. O mesmo pode-se dizer quando comparamos as pautas das mulheres da nova direita com as reivindicadas pelo presidente Bolsonaro. Contudo, as semelhanças se sobrepõem e as divergências não limitam a possibilidade de compreendermos o fenômeno da nova direita no Brasil. Através de suas pautas, é possível perceber qual é a agenda neoconservadora-ultraliberal que guia atualmente o cenário político brasileiro e compreender a chegada ao poder de Jair Bolsonaro e de seu governo no

Brasil, reflexo da ascensão da Ultradireita, confirmando a hipótese inicialmente levantada para responder nossa questão de pesquisa.

Além das características que funcionam como base e pano de fundo ao descontentamento do povo brasileiro nos últimos anos, como o combate à corrupção, à esquerda, ao comunismo e ao PT, há outras questões a serem consideradas na caracterização e na compreensão do fenômeno da Ultradireita no Brasil. A defesa de um Estado Máximo punitivista e militarizado na agenda da segurança pública coexiste com a defesa de um Estado Mínimo nas relações econômicas e familiares, de forma a preservar um modelo natural de família sem a intervenção do poder público (Junqueira, 2019), onde não há espaço para a ideologia de gênero e seus desdobramentos, ao mesmo tempo em que há a defesa da redução de impostos e das regulamentações comerciais, características próprias do neoliberalismo.

Se limitássemos a compreensão da ascensão da nova direita somente na perspectiva da eleição de uma figura destoante de muitos políticos de carreira ao cargo de Presidente da República, não abrangeríamos o alcance de tal fenômeno. Assim, pode-se afirmar que a insurgência da nova direita não se encerra na trajetória deste indivíduo e de seu eleitorado, mas representa uma “onda” complexa que envolve diversas demandas sociais, políticas, culturais e econômicas que ajudaram na construção da narrativa não só de Jair Bolsonaro, mas de diversas figuras públicas que também estão atuando no âmbito político. São portadoras de um discurso que simboliza e representa o movimento que constrói e que foi construído por estas lideranças em um complexo processo de retomada de valores conservadores e neoliberais enquanto output ao Pacto de 1988 e principalmente ao período anterior de governo petista, uma reação articulada e coordenada, que encontrou não só no antipetismo, mas na pauta da anticorrupção, o cimento necessário para a formação de uma complexa frente de insurgência de valores religiosos, econômicos e morais, que também foram lapidados a partir do incômodo e do combate ao fortalecimento dos movimentos feminista e LGBTQIA+.

4 MULHERES DA ULTRADIREITA ELEITAS E SUAS PAUTAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Este capítulo tem como objetivo expandir a análise empírica acerca do debate sobre gênero na Ultradireita. Conforme enunciado na introdução, serão abordadas as produções parlamentares das dez deputadas do Partido Social Liberal eleitas em 2018 para a 56ª Legislatura da Câmara dos Deputados, com o intuito de analisar quais as principais pautas que aparecem em seus discursos em plenária e em suas propostas parlamentares produzidos em todo o decorrer de seus mandatos (de 01/01/2019 a 31/12/2022), com enfoque especial na categoria gênero.

O capítulo conta com 4 seções. No início, é apresentado um breve debate acerca da participação feminina na política brasileira. Iniciada a primeira etapa, é demonstrado o perfil das mulheres integrantes do movimento da Ultradireita para entender a composição feminina na Câmara durante o pleito de 2018. Em uma segunda etapa, há demonstração da participação feminina na política brasileira. Através dos dados oficiais do Tribunal Superior Eleitoral foi possível mapear o cenário político brasileiro desde a redemocratização até as eleições de 2018 e entender a composição da política brasileira ao longo dos anos em termos de gênero. No decorrer da terceira etapa, foram analisados os discursos das deputadas do PSL. No total foram analisados 1.389 discursos das dez deputadas. Por fim, a última etapa consiste na análise dos Projetos de Lei - PLs - das parlamentares, para compor, em conjunto com os discursos, a narrativa *da* Ultradireita, com enfoque especial na categoria gênero, analisando o contexto das proposições e a lei em si. No total, foram analisados 693 Projetos de Lei, e mais especificamente, 58 eram relacionados a questões de gênero.

No Brasil, a luta pelo sufrágio feminino remonta ao século XIX, quando mulheres, principalmente da elite branca escolarizada, mobilizaram-se em favor da educação feminina e por mais participação na política. A luta pela educação foi primordial para possibilitar o acesso de mulheres à política. A imprensa feminina também teve papel importante na disseminação de ideais igualitários e defesa dos direitos civis, tais como o voto feminino, sem contar que mulheres atuantes neste período também se classificavam como abolicionistas. Mesmo com o fim da monarquia, a primeira Constituinte Republicana do Brasil, promulgada em 1891, excluía mulheres do pleito eleitoral.

Em 1910, foi fundado o Partido Republicano Feminino, o primeiro partido fundado por feministas, dentre elas Leolinda de Figueiredo Daltro, onde o sufrágio feminino e o acesso à cidadania completa eram as suas principais pautas. Em 1920, foi fundado o Partido Liberal

Feminino, criado por Julita Monteiro Soares. Em 1922, foi inaugurada a Fundação Brasileira pelo Progresso Feminino - FBPF - (CPDOC), pela bióloga Bertha Lutz, recém-chegada dos EUA e da Europa e que exportou ideais emancipatórios (MELO E THOMÉ, 2018)

Chegada a crise da primeira República e a subida de Getúlio Vargas ao poder, finalmente chegou a vez das mulheres terem acesso ao sufrágio: em 1932, lhes foi concedido o direito ao voto. A partir deste marco histórico, mulheres passaram a atuar na política brasileira. Em 1933 somente uma mulher foi eleita, a médica Carlota Pereira de Queiroz, ocupando o cargo de Deputada Federal pelo estado de São Paulo, contra 214 homens. Bertha Lutz foi eleita como suplente do deputado federal Cândido Pessoa, pelo DF, e assumiu em 1936 com a morte do deputado. Carlota de Queiroz instaurou o primeiro projeto nacional de serviços sociais no país e Bertha apresentou o projeto do Estatuto da Mulher, propondo a "reformulação da legislação brasileira quanto ao trabalho feminino e a criação do Departamento Nacional da Mulher" (MELO E THOMÉ, 2018 p.65).

Em 1934, foram realizadas eleições para as assembleias legislativas e prefeituras e foram eleitas 11 deputadas estaduais e 11 vereadoras (MELO E THOMÉ, 2018, p.66). Em 1937, Getúlio Vargas instaurou o Estado Novo, fechando o parlamento brasileiro. O regime vigorou até 1945. No fim deste período, foram convocadas novas eleições, porém nenhuma mulher foi eleita, apesar de 17 mulheres terem se apresentado como candidatas. Na década de 1950, somente duas mulheres foram eleitas deputadas federais: Ivete Vargas (PTB/SP) e Nita Costa (PTB/BA). Por fim, nas eleições de 1963 a 1967, seis mulheres foram eleitas. (MELO E THOMÉ, 2018)

Acerca da sub-representatividade no recorte democrático da política brasileira, Katarina Brazil (2020) realiza um estudo a partir da análise do funcionamento dos partidos políticos, considerados "instituições essenciais à democracia brasileira" (BRAZIL, 2020, p.2), considerando que ela se funda principalmente no modelo representativo. O foco da análise está em entender o funcionamento interno dos partidos políticos e sua estrutura como elo entre a sociedade e a política, dentro de um contexto democrático, no qual o partido deveria refletir o princípio da igualdade. A autora descobre que a baixa representatividade das mulheres na política não é "um fenômeno meramente político-eleitoral ou intrapartidário" (BRAZIL, 2020, p.2), mas sim relacionado à socialização das mulheres e os diversos tipos de exclusão que elas sofrem no âmbito social e político e como isso se reflete nas dinâmicas intrapartidárias.

A autora identificou que de 2014 a 2018 houve um aumento expressivo no número de deputadas eleitas, passando de 51 a 77. Dando uma explicação jurídica para esse aumento, ela argumenta que isso se deu devido a política de cotas que "assegurou 30% dos recursos do Fundo

Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) às candidaturas do sexo minoritário", porém "sem fixar o percentual máximo, o que visou à equiparação com o percentual da cota das candidaturas e mulheres nos partidos" (BRAZIL, 2020, p.135). Assim, ela acredita que este "inédito salto" estaria ligado à "maior viabilidade das candidaturas em função do maior aporte financeiro às campanhas" (BRAZIL, 2020, p.135), mas reconhece que "são tantas as possíveis variáveis político-eleitorais envolvidas em um aumento da bancada feminina dessa magnitude, que não se pode afirmar que o aumento foi resultado direto da lei de cotas e da decisão do STF de 2018" (BRAZIL, 2020, p. 136).

Dado que o partido que elegeu a segunda maior bancada feminina na Câmara foi o PSL, a autora analisou o estatuto do partido, assim como as deputadas eleitas pelo mesmo, para entender se houve uma mudança jurídica capaz de explicar o aumento do número de mulheres pelo viés da Direita. Katarina infere que o "partido não dedica atenção especial ao incremento da participação feminina, apenas reproduzindo estritamente o que exige a lei" (BRAZIL, 2020, p. 144). É observado que, apesar do partido existir desde 1994, todas as deputadas "foram eleitas para seu primeiro mandato" (BRAZIL, 2020, p.144) e, curiosamente, o número de candidatas passou de 1 a 52, de 2014 a 2018. Segundo a autora, "isso se deu na esteira da candidatura e eleição de Jair Bolsonaro à presidência, com votação de 46,23% no primeiro turno, o que produziu um efeito multiplicador, que se refletiu no salto da bancada em geral e no da feminina [...]" (BRAZIL, 2020, p.144). Também, "o perfil ideológico das candidatas segue o presidente eleito, cuja popularidade e a expressiva votação no primeiro turno podem ter alavancado nomes novos, muitos sem relação anterior com a política eleitoral" (BRAZIL, 2020, p. 144).

Importante notar que, de acordo com a teoria política feminista, a representação feminina pode ser analisada sob o viés descritivo ou substantivo. Segundo Sanchez (2017), a representação descritiva "foca-se na presença das mulheres, sem entrar no conteúdo dessa representação", já na substantiva, "analisa-se o conteúdo da representação, ou seja, seu aumento da representação feminina nas casas legislativas terá como resultado a formulação e o incremento de políticas que visem à igualdade de gênero (Sanchez *apud* BRAZIL, 2020). Nesse sentido, Brazil (2020) argumenta que "o número de Deputados Federais eleitas pelo PSL constitui, sem dúvida, um ganho em termos de representação descritiva", mas " não se pode afirmar que esse aumento da presença de mulheres na câmara, embora histórico, se converta em avanços representativos no âmbito das pautas femininas e do movimento feminista" (BRAZIL, 2020, p.145).

4.1. Perfil das deputadas do PSL

Com base no marco teórico citado, a pesquisa no âmbito da Iniciação Científica foi dividida em quatro etapas. A primeira etapa consistiu em um estudo sobre o perfil das mulheres integrantes do movimento *bolsonarista* para entender a composição feminina na Câmara durante o pleito de 2018. Em um primeiro momento o foco foi mais amplo, englobando todas as mulheres da direita atual, em seguida, foram analisadas as dez deputadas eleitas pelo PSL em 2018 (Tabela 1), a segunda maior bancada feminina na Câmara, composta por mulheres novas na política e de um partido que nunca havia eleito uma mulher.

Nesta etapa, foram utilizados dados públicos do site oficial da Câmara dos Deputados²⁰ sobre o perfil das deputadas eleitas. A partir destes dados, eu sistematizei as principais informações sobre essas mulheres, tais como troca de partido, mandato, entre outros. Em seguida, a partir de fontes secundárias - tais como notícias de jornais, blogs pessoais, site oficial dos partidos políticos - realizei um breve histórico dessas mulheres, quem elas são, de onde vieram, se tinham algum vínculo com a política, seus princípios e ideais, segundo a mídia. Essa foi uma etapa importante para a escolha das deputadas e direcionar as próximas etapas. A partir deste levantamento do perfil das deputadas foi possível identificar padrões nas trocas de partido e alinhamento ou não com o *bolsonarismo*, movimento o qual busco estudar.

Tabela 5 - Deputadas PSL

Nome	Partido Político com o qual se elegeu em 2019	Partido Político no final do mandato 2022	UF	Status	Participou da legislaturas anteriores?
Alê Silva	PSL	REPUBLICANOS	MG	Deputada	Não
Aline Sleutjes	PSL	PROS	PR	Deputada	Não
Carla Zambelli	PSL	PL	SP	Deputada	Não
Caroline de Toni	PSL	PL	SC	Deputada	Não
Chris Tonietto	PSL	PL	RJ	Deputada	Não
Dra. Soraya Manato	PSL	PTB	ES	Deputada	Não
Joice Hasselmann	PSL	PSDB	SP	Deputada	Não
Major Fabiana	PSL	PL	RJ	Deputada	Não
Professora Dayane F PSL		UNIÃO	BA	Deputada	Não

Fonte: A autora, 2022.

²⁰Site Oficial da Câmara dos Deputados. Quem são os Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=&legislatura=55&sexo=F&pagina=3>>

Através da plataforma de dados abertos do governo federal do Brasil²¹ foi possível acessar a lista de candidatos para cada ano de eleição e assim montar a base de dados primária. Considerando o período da redemocratização até as eleições de 2018, foi possível observar as tendências históricas da composição da política brasileira em termos de gênero. Para os propósitos desta análise, a repartição por gênero está dividida de maneira binária - homem e mulher - de acordo com as declarações de cadastramento de cada candidato, oficializados pelo governo federal. Foi levado em consideração os seguintes cargos: Deputados - distritais, estaduais e federais -, governadores, senadores, prefeitos e vereadores. A comparação se dará por meio de gráficos comparativos, com o número proporcional de cadeiras ocupadas por cada gênero.

O Partido Social Liberal - PSL - foi fundado em 1994 e tinha como presidente nacional Luciano Caldas Biva. O partido fundiu-se com o partido Democratas - DEM -, em fevereiro de 2022 para compor o partido UNIÃO Brasil (TSE, 2022). Segundo o partido, os seus ideais eram: liberalismo econômico, iniciativa privada, federalismo, governo limitado, estado de direito e império da lei, conservadorismo, democracia representativa, transparente e plural, qualidade de vida com inclusão social (Blog PSL). Sua orientação histórica é social-liberal, porém desde a chegada de Bolsonaro à presidência, o partido tem sido "liberal na economia e conservador nos costumes" (Blog PSL). O próprio partido se identifica como sendo liberal de direita. Contudo, críticos apontam que o modo de governar de Bolsonaro - ainda enquanto membro do partido -, ou o chamado *bolsonarismo*, pende para a extrema-direita (VASCONCELLOS, 2016). O PSL enfrentou questões internas que resultaram no rompimento de Bolsonaro com o partido. Jair Bolsonaro entrou em desacordo com o presidente da sigla, Luciano Bivar, criando assim uma quebra dentro do partido (SOARES, 2019). A ala *bolsonarista* do partido apoiava Eduardo Bolsonaro na liderança do partido e os bivaristas, por outro lado, conseguiram manter o Delegado Waldir no posto (EXAME, 2019).

Ao analisar o perfil das deputadas eleitas pelo PSL, segundo a grande mídia, foi possível identificar padrões nas suas trajetórias ao longo do mandato. É comum a troca de partidos por parte das deputadas ao longo dos quatro anos de mandato. Todas elas, sem exceção, mudaram de sigla partidária. Pela lei vigente, a troca de partido sem perda do mandato pode ocorrer caso (i) o partido tenha sido fundido a outro, (ii) a migração seja feita para um partido recém-criado, (iii) for verificado desvio no programa partidário, (iv) o deputado ter sofrido discriminação

²¹TSE. Estatísticas Eleitorais. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapt/seai/r/sig-candidaturas/g%C3%AAnero?session=8865888224628>>.

pessoal dentro do partido e, finalmente, (v) durante o período da janela partidária (MATOS, 2019).

Em outubro de 2021, o partido do PSL fundiu-se ao DEM para formar o União Brasil, assim, as deputadas que passaram a integrar o União Brasil não mudaram de partido, foi somente uma mudança de sigla. Assim, as trocas foram as seguintes: Joice Hasselmann passou a integrar o União em 2022, e depois migrou para o PSDB. Bia Kicis, Chris Tonietto, Carla Zambelli, Caroline de Toni e Major Fabiana passaram a integrar o União em 2022, e depois, migraram para o PL, partido o qual o Presidente Jair Bolsonaro também se filiou. Aline Sletjtes passou a integrar o União em 2022 e depois migrou para o PROS. Alê Silva, depois de integrar o União, migrou para o Republicanos. A Professora Dayane Pimentel passou a integrar o União. Por fim, Dra Soraya Manato passou a integrar o União e, em seguida, mudou para o PTB. Em uma futura pesquisa, vale identificar em que ocasião ocorreram essas trocas e o que elas representam ideologicamente.

Assim, foi possível identificar três principais caminhos na troca partidária ao longo do mandato. Em primeiro, deputadas que se elegeram com o PSL e passaram a integrar o PL, seguidoras fiéis de Bolsonaro uma vez que o presidente mudou para a sigla. Em segundo, as deputadas que se elegeram com o PSL, mas que romperam com o *bolsonarismo*. Em terceiro, as deputadas que se elegeram com o PSL e não seguiram para a sigla do PL, mas ainda assim o apoiam e adotam os ideais *bolsonaristas*.

Deputadas que se elegeram com o PSL e passaram a integrar o PL

Carla Zambelli estava em seu primeiro mandato como deputada federal; foi eleita em 2018, pelo PSL-SP, e hoje integra o PL. Ela é formada em Planejamento Estratégico Empresarial, pela Universidade Nove de Julho - Uninove. Foi gerente de projetos na KPMG Consultoria (Câmara dos Deputados). Seu contato com a política se deu em 2011, quando "atuou como uma das criadoras do movimento ativista de direita "Nas Ruas", centrado no combate à corrupção e à impunidade" (CPDOC). O movimento ganhou notoriedade por sua participação em protestos a favor do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Ainda nesse contexto, a deputada publicou, em 2018, um livro intitulado Não foi Golpe - Os bastidores da luta nas ruas pelo Impeachment de Dilma (CPDOC). A deputada é próxima de Jair Bolsonaro e adepta a todas as crenças consideradas *bolsonaristas*. Ela lidera a chamada bancada monarquista na Câmara e defende a volta da monarquia no país. É adepta aos ideais ultraconservadores cristãos de Olavo de Carvalho, tais como luta contra o casamento gay, contra a "ideologia de gênero", o fim das demarcações das terras indígenas, contra o aborto,

negação do aquecimento global e luta permanente contra o comunismo (Blog Partido Verde). Zambelli se posiciona contra a política de cotas para mulheres, negros e homossexuais e critica a bancada feminista na Câmara por considerá-la demasiada de esquerda (HAJE, 2018). Além disso, foi motor de desinformação ao defender o uso da hidroxicloroquina para tratamento da Covid-19, método não comprovado cientificamente (Notícias UOL, 2020).

Ao longo do seu mandato, a deputada se envolveu em diversos escândalos. Em primeiro, foi condenada pela Justiça do Rio de Janeiro ao fazer uma publicação na página “Brasil nas ruas”, ligada ao movimento "Nas Ruas", ferindo moralmente a imagem do deputado federal Jean Wyllys do PSOL. Em segundo, alegou que intermediaria uma futura indicação do ex-ministro Sérgio Moro ao Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, ela foi levada ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados por declarações ofensivas a minorias ou parlamentares (VARELA, 2022). Por fim, ela foi convocada para depor no inquérito das fake news por ameaças contra ministros do STF (RIBEIRO, 2020).

Caroline de Toni foi eleita para o seu primeiro mandato como deputada federal em 2018 pelo PSL-SC e é atualmente filiada ao PL. Ela é formada em Direito pela Universidade Comunitária da Região Chapecó - Unochapecó - e mestranda em Direito Público pelo Centro Universitário Estácio de Santa Catarina (Câmara dos Deputados). Caroline foi aluna de Olavo de Carvalho e se considera uma ativista conservadora. Já foi apresentadora do Detona News no canal Terça Livre e autora do primeiro pedido de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff. Além disso, foi "vice-líder do governo na Câmara em 2019 por indicação de Bolsonaro, 3ª Vice-Presidente da CCJC e relatora da PEC da Prisão em 2ª Instância, do MEI Caminhoneiro e da Lei 13.968/19 que tipificou o crime de incitação ao suicídio e à automutilação" (Blog pessoal Caroline de Toni). Ela é ex-membro do Movimento Brasil Livre (MBL) e defende a Escola Sem Partido (TURTELLI, 2020). A deputada se posiciona contra as cotas femininas nas eleições. Em agosto de 2020, ela apresentou um projeto de lei que visa acabar com a cota de 30% de mulheres que os partidos políticos precisam cumprir na hora de lançarem sua candidatura. Se fundando em uma argumentação relativa à "ideologia de gênero", ela argumenta que a legislação deve ser aplicada igualmente a todos, sem discriminação por gênero (TURTELLI, 2020).

Christine Tonietto, mais conhecida por Chris Tonietto, está em seu primeiro mandato como deputada federal; foi eleita em 2018, pelo PSL-RJ e hoje integra o PL. É formada em Direito pela Universidade Federal Fluminense. Chris Tonietto é assumidamente conservadora e se diz "feminina, mas jamais feminista". Para ela, o movimento feminista não passa de uma ideologia. Ela é membro da Igreja Católica e é conhecida pelo emblema "Viva Cristo Rei", que

profere no final de seus discursos. Antes de ser eleita deputada, ela enfrentou o ministro Roberto Barroso, do STF, quanto à temática do aborto. Seu posicionamento é pró-vida e pró-família, seguindo uma moral cristã. Além disso, alega que sua formação intelectual vem de Carlos Nougué, filósofo tomista, e de Olavo de Carvalho (DIAS LIMA, 2018). Por fim, em julho de 2022, Chris Tonietto foi condenada, pelo Ministério Público Federal (MFP), a pagar R\$50.000,00 a centros de cidadania LGBT por postagem, no Facebook, que relacionou a homossexualidade à pedofilia (G1, 2022).

Fabiana Silva de Souza, mais conhecida por Major Fabiana, se elegeu pela primeira vez em 2018, para o cargo de deputada federal pelo PSL-RJ. Migrou para o partido UNIÃO e agora integra o PL. Ela é policial militar do Rio de Janeiro. Licenciou-se do seu mandato de deputada federal para assumir o cargo de Secretária de Vitimização e Amparo à Pessoa com Deficiência, no Estado do Rio de Janeiro, a partir de 7 de agosto de 2019. Em outubro de 2019, reassumiu seu cargo de deputada (Câmara dos Deputados). Ela é fiel apoiadora e próxima da família Bolsonaro. Ameaçou sair de seu partido para seguir o presidente na tentativa de criação de um novo partido (Congresso em Foco, 2019). Suas atividades partidárias incluem vice-líder do Governo, vice-líder do Bloco PSL e, por fim, vice-líder do PL.

Beatriz Kicis, mais conhecida por Bia Kicis, foi eleita deputada federal pelo PRP-DF em 2018. Ela é formada em direito pela Universidade de Brasília - UnB e procuradora aposentada do Distrito Federal (JGB, 2021). Ela migrou para o PSL, em 2019, e sofreu ameaças de expulsão do partido por infidelidade partidária, uma vez que apoiou a criação de um novo partido por Jair Bolsonaro, que seria a Aliança pelo Brasil (BBC, 2021). Desde então, migrou para o UNIÃO e terminou o mandato no PL.

Bia Kicis foi eleita, em março de 2021, presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A CCJ é a comissão mais importante da Casa pois é encarregada pela avaliação da constitucionalidade dos projetos apresentados e pela avaliação da viabilidade das PECs (Propostas de Emenda à Constituição) e dos pedidos de impeachment (BBC, 2021). Frente às oposições, ela prometeu ser "serena, democrática e inclusiva", mas sem deixar de lado as pautas conservadoras (Redação RBA, 2021). Kicis é investigada no inquérito das fake news, uma investigação iniciada em 2019 para "apurar ataques contra o STF (Supremo Tribunal Federal) e seus ministros por meio de notícias falsas, calúnias e ameaças" (BBC, 2021). Dona de uma postura negacionista em relação à pandemia, divulgou conteúdo se posicionando contra as recomendações das autoridades sanitárias, defendendo, por exemplo, o uso da cloroquina e também se posicionou contra a vacina e o uso de máscaras, chegando a apresentar um projeto de lei que desobrigaria tal uso (Redação RBA, 2021). Ela também foi

acusada de racismo e denunciada ao STF após postagem em suas redes de uma foto que mostrava os ex-ministros Sérgio Moro e Henrique Mandetta com os rostos pintados de preto satirizando suas buscas por emprego na categoria de cotas raciais (BBC, 2021). Por fim, teve sua conta nas redes sociais, Instagram e Youtube, temporariamente impedidas, devido à divulgação de Fake News (Redação ISTOÉ, 2022).

Em 2020, Bia Kicis votou contra a aprovação do novo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), é defensora do projeto Escola Sem Partido e chegou a propor o "controle ideológico dos professores em sala de aula" (BBC, 2021). A então parlamentar abriu um requerimento junto à Câmara para que esta fizesse uma nota de repúdio ao governo chinês culpando-o pelo coronavírus. Defendeu, ainda, um projeto que preza pela instauração do voto impresso (BBC, 2021). Além disso, integrou a frente parlamentar evangélica (Gazeta do Povo). Bia Kicis se posicionou contra as cotas femininas nas eleições; em 2019, a deputada se mostrou favorável à proposta da presidente do Podemos, deputada Renata Abreu (SP), quanto ao "fim das punições aos partidos caso o número mínimo de candidatas na eleição não seja cumprido" (TURTELLI, 2020).

Deputadas que se elegeram o PSL, mas romperam com o bolsonarismo

Joice Cristina Hasselmann é natural de Ponta Grossa, no Paraná, filha de um caminhoneiro e de uma padeira e formou-se em jornalismo. Iniciou sua carreira na BandNews FM Curitiba, trabalhou na AERP - Rede Estadual de Rádios da Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná -, Rede Massa - filiada ao SBT - na RIC TV, foi correspondente do jornal O Globo entre 2006 e 2012, foi âncora do programa Os Pingos nos Is, da rádio Jovem Pan, e produziu e protagonizou, em 2018, a websérie Pensando Juntos. Em 2015 foi punida pelo Comitê de Ética do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná por plágio. É também autora do livro Sérgio Moro: A História do Homem Por Trás da *Operação que mudou o Brasil*, lançado em 2016 (Redação ISTOÉ DINHEIRO, 2021).

No âmbito político, ela participou, em 2016, da votação do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff como convidada, participando também das manifestações contrárias ao governo à época. Joice também participou da comissão especial criada para analisar o projeto de lei n. 4.850, que ficou conhecido pela alcunha de "10 Medidas contra a corrupção" (CPDOC). Em 2018, Joice foi eleita Deputada Federal pelo PSL, com 1 milhão de votos, sendo a segunda deputada mais votada do país (G1, 2021). Foi aliada de Jair Bolsonaro e líder do governo no Congresso Nacional, porém, foi destituída quando houve uma divisão interna no PSL (Redação ISTOÉ DINHEIRO, 2021). Participa das frentes parlamentares da Segurança

Pública e em Defesa do *Homeschooling* (Gazeta do Povo). Se considera conservadora, tem posição contrária ao feminismo e tem grande influência nas suas redes sociais. Seus discursos dizem respeito, principalmente, ao combate à corrupção e à proteção da família (CPDOC). Em 2020, Joice foi candidata à Prefeitura de São Paulo, mas não chegou ao segundo turno (G1, 2021).

Após crise interna no PSL, em 2019, Joice rompeu com a família Bolsonaro. A partir disso, recebeu ataques dos filhos do presidente nas redes sociais, alegou sofrer perseguição dentro da legenda e entrou então com um pedido no TSE de desfiliação por "justa causa". Se filiou, em seguida, ao PSDB, para apoiar João Doria, governador de São Paulo, que também havia rompido com Bolsonaro. Nesse contexto, participou de uma sessão da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News e denunciou o que seria chamado de "milícia virtual", isto é, "uma rede de ataques orquestrados pelas redes sociais que teria entre seus mandantes um grande número de assessores de parlamentares de direita, além dos filhos do presidente Jair Bolsonaro" (CPDOC).

Dayane Pimentel é natural de Feira de Santana, na Bahia. Em seu primeiro mandato como deputada federal, foi eleita pelo PSL e se manteve na sigla - o partido fundiu-se com o DEM, para formar o UNIÃO (Câmara dos Deputados). Dayane foi aliada de Jair Bolsonaro e se autodeclarou "deputada federal de Jair Bolsonaro na Bahia", durante as eleições de 2018. A parlamentar rompeu com o presidente após briga interna dentro do partido: não concordou com a articulação do presidente para indicar o filho, Eduardo Bolsonaro, para assumir a liderança do partido na Câmara. Foi cotada para assumir a coordenação estadual da campanha do ex-ministro Sérgio Moro à presidência da República (MENDES, 2021). Dayane defendeu pautas mais conservadoras, coordenou a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Marítima e faz parte das frentes parlamentares em Defesa do Homeschooling e da bancada evangélica.

Deputadas que se elegeram com o PSL, não migraram para o PL, mas ainda apoiam o Bolsonarismo

Alessandra Silva, eleita pela primeira vez em 2018, pelo PSL, é advogada e perita contábil. Teve uma infância difícil com a sua família biológica, viveu na rua com insegurança alimentar. Aos 7 anos, foi adotada por uma família alemã que deu a ela maiores oportunidades (Blog Alê Silva). Acabou largando a escola no 4º ano e só retomou os estudos aos 16 anos. Trabalhou como "agricultora, empregada doméstica, operadora de caixa, projetista e secretária" (SARDINHA, 2019) e formou-se em Direito pela Fadivale, faculdade de direito do Vale do Rio Doce, em contabilidade pela Uniube, universidade de Uberaba, e em atuariais pela PUC (Blog

Alê Silva). Entrou para a política em 2018 e foi eleita na chamada "onda bolsonarista". Se identificou com a direita conservadora e seu material de campanha a descrevia como "conservadora, cristã e idealizadora de um Estado Mínimo". Seu discurso girou em torno da segurança pública e da preservação da família (SARDINHA, 2019). Ela se posicionou publicamente contra o aborto e a ideologia de gênero e foi "a favor do combate à legalização das drogas e da exploração sexual de crianças e adolescentes" (Blog Alê Silva).

Alessandra elegeu-se com o PSL, mas na crise interna do partido, a apoiadora de Bolsonaro acusou o Ministro do Turismo, Marcelo Álvaro Antônio, de comandar candidaturas laranjas para desvio de verba pública durante as eleições. Em seguida alegou estar sendo ameaçada de morte pelo mesmo (SARDINHA, 2019). Em meio à crise no partido, a deputada e mais quatro parlamentares foram afastados da atividade partidária por ataques ao partido e ao presidente (VIVAS, 2021 e EXAME, 2019). Também foi retirada da Comissão de Finanças e Tributação (ERNESTO, 2019). Em fevereiro de 2022, passou a integrar o Republicanos.

Aline Sleutjers foi eleita pelo PSL em seu primeiro mandato como deputada federal e depois passou a integrar o PROS. Formou-se em Educação Física com Pós-Graduação em Gestão Escolar (Câmara dos Deputados). Fez parte da frente parlamentar da Segurança Pública, Ética e Contra a Corrupção (FECC) (Gazeta do Povo). Foi a primeira mulher a ser eleita presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (Correio Campos, 2021). Aline Sleutjers entrou para a política quando foi eleita vereadora em Castro pelo PSDB de 2005 a 2008; e para um segundo mandato, de 2013 a 2016, pelo PSDC (Câmara dos Deputados). Em 2018, foi eleita deputada federal pelo estado do Paraná. Em 2020, o ministro Alexandre de Moraes abriu um inquérito para "apurar a organização de atos contra a democracia no país", e então solicitou a quebra dos sigilos bancários de dez deputados, incluindo Aline Sleutjers. O processo teve como alvo manifestantes defensores do fechamento do Congresso, do STF e da rendição do AI-5, o ato institucional que endureceu o regime militar (G1, 2020).

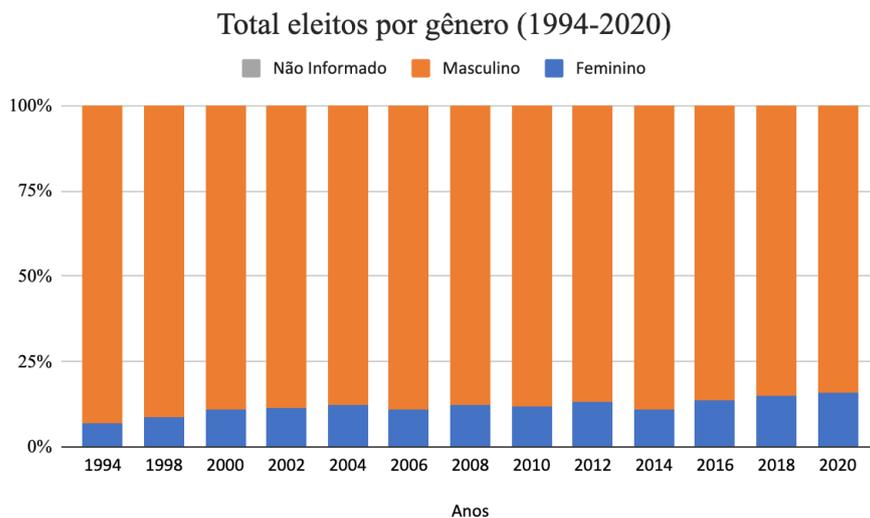
Dra. Soraya Manato, médica ginecologista, foi eleita, em 2018, para seu primeiro mandato como deputada federal pelo PSL-ES (Câmara dos Deputados). Sua atividade na Câmara incluiu participação na Comissão de Seguridade Social e Família, e nas frentes parlamentares da Segurança Pública, Combate à Corrupção e a Evangélica (Gazeta do Povo).

4.2. Mapeamento da participação feminina na política brasileira

Em 1988 foi promulgada a Constituição Cidadã, colocando fim aos vinte anos da ditadura Civil-Militar no Brasil e, a partir deste momento, restabeleceu-se o Estado Democrático de Direito, assim como as instituições democráticas. Iniciou-se o período de redemocratização, no qual se restabeleceram as normas eleitorais e políticas, tal como conhecemos hoje: o Brasil é uma República Federativa presidencialista, no qual ocorrem eleições a cada dois anos, intercalando eleições para Presidente, governadores, deputados e senadores, com eleições para prefeitos e vereadores. Os mandatos têm duração de quatro anos, ou oito anos no caso de senadores. Assim, para os propósitos desta análise serão levados em conta os últimos trinta anos.

A participação feminina na política se deu de forma lenta e gradual neste período, com uma predominância histórica de homens ocupando cargos públicos. Um mecanismo para tentar reverter essa situação e aumentar o número de mulheres na política foi a Lei nº 12.034, de 2009, a lei de cotas femininas. O objetivo desta medida é "ampliar a representação feminina na esfera política" e "facilitar a entrada de mulheres na política ao determinar vagas em uma proporção definida de presença no partido, candidaturas ou cadeiras no parlamento" (MELO E THOMÉ, 2018). No Brasil, a legislação determina que "cada partido ou coligação deve preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo, nas eleições para Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais" (TSE, 2023). Além disso, "os partidos devem destinar ao menos 5% do fundo partidário para programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, assim como pelo menos 10% do tempo de rádio e TV para promover a participação política feminina" (MELO E THOMÉ, 2018).

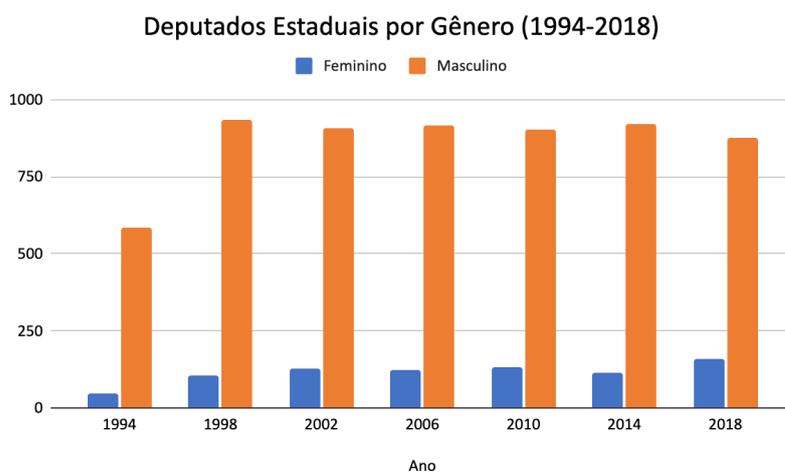
Gráfico 3 - Total de eleitos por gênero (1994-2020)



Fonte: A autora, 2022.

Ao observar o total de eleitos por gênero desde 1994 a 2020 (gráfico 3), é possível observar um aumento progressivo no número de mulheres eleitas em todo o país para todos os cargos. Em 1994, 6,9% dos cargos políticos eram ocupados por mulheres, em comparação com 2020, no qual esse número passou para 16%. Esta ainda é uma porcentagem muito baixa, revelando que há um longo percurso pela frente para alcançar a representatividade igualitária de gêneros.

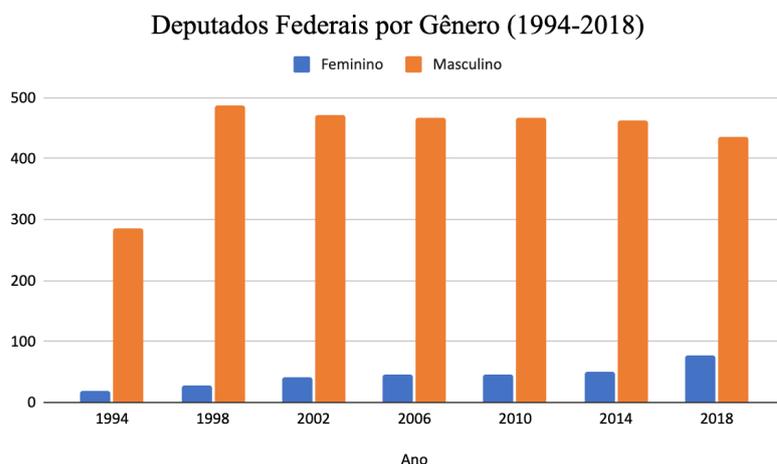
Gráfico 4 - Deputados Estaduais por gênero (1994-2018)



Fonte: A autora, 2022.

A tendência também pode ser observada cargo a cargo. O número de mulheres eleitas para o cargo de deputada estadual passou de 46 em 1994 a 160 em 2018 (gráfico 4), considerando um total de 631 deputados estaduais eleitos no primeiro ano e 1035 no último.

Gráfico 5 - Deputados Federais por gênero (1994-2018)

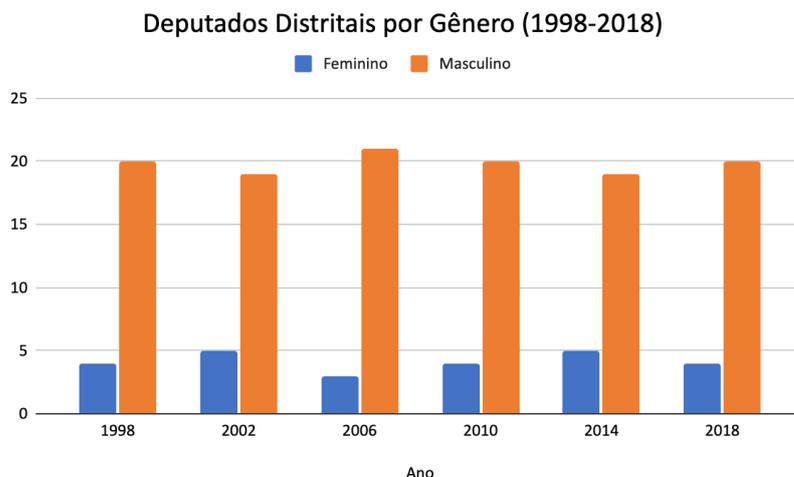


Fonte: A autora, 2022.

Já para o cargo de deputado federal, em 1994 foram eleitas 18 mulheres, ao passo que em 2018 esse número passou para 77, considerando um total de 513 cadeiras (gráfico 5). Em ambos os casos, o aumento parece gradual a cada ano eleitoral, revelando assim uma tendência histórica de aumento do número de mulheres na política brasileira.

Para os cargos de deputados estaduais, governadores e senadores o número de eleitas não seguiu um aumento linear. Para o cargo de deputados distritais os anos 2002 e 2014 tiveram cinco mulheres eleitas para o cargo, de um total de 24 cadeiras (gráfico 6).

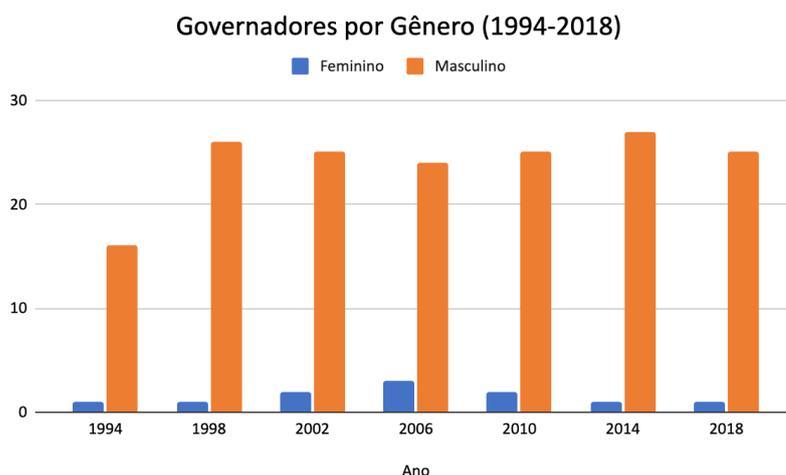
Gráfico 6 - Deputados Distritais por gênero (1998-2018)



Fonte: A autora, 2022.

Nos anos 1998, 2010 e 2018 esse número foi equivalente a quatro e, finalmente, em 2006 somente três mulheres foram eleitas para o cargo. Já para o cargo de governadores, 2006 foi o ano em que foi eleito um maior número de mulheres, totalizando três cadeiras, o que ainda é um número baixíssimo (gráfico 7).

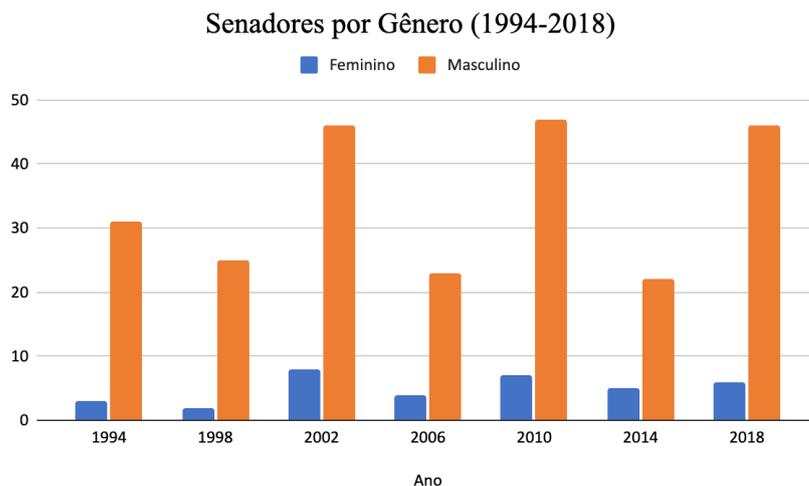
Gráfico 7 - Governadores por gênero (1994-2018)



Fonte: A autora, 2022.

Por fim, para o cargo de senador, em 2002 e 2010 foram eleitas oito e sete, respectivamente, mulheres senadoras (gráfico 8).

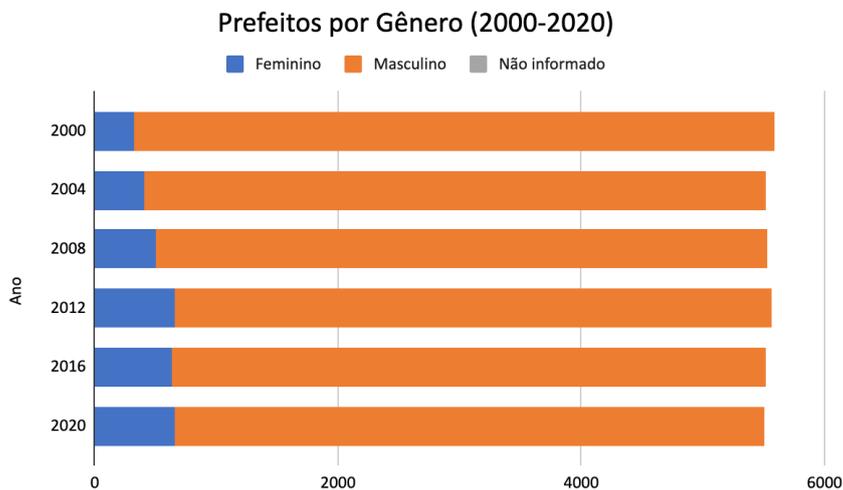
Gráfico 8 - Senadores por gênero (1994-2018)



Fonte: A autora, 2022.

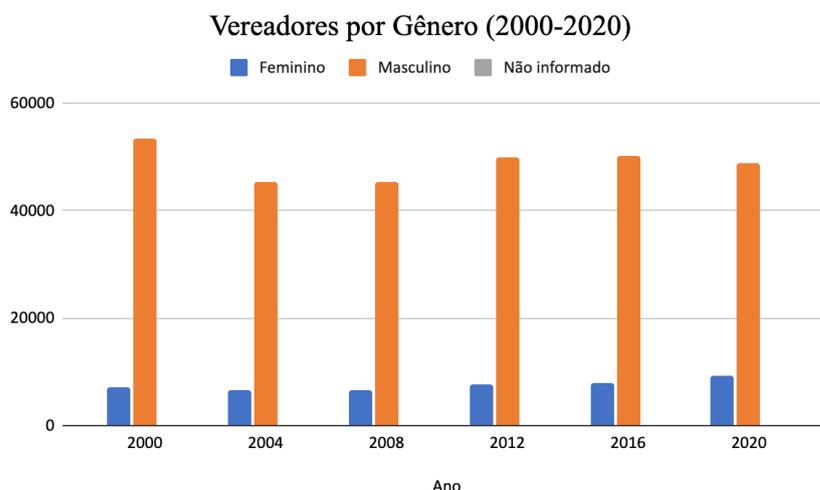
Para os cargos de prefeito e vereador, o aumento do número de mulheres também foi progressivo. Mas, ainda muito baixo quando comparado ao número de homens eleitos (gráficos 9 e 10).

Gráfico 9 - Prefeitos por gênero (2000-2020)



Fonte: A autora, 2022.

Gráfico 10 - Vereadores por gênero (2000-2020)



Fonte: A autora, 2022.

Em suma, conclui-se que o número de mulheres na política brasileira tende a aumentar a cada ano eleitoral, como reflexo de um processo histórico. Contudo, vale notar que o número de mulheres na política, quando comparado com o número de homens, ainda é muito baixo. Grandes conquistas vêm sendo atingidas ao longo dos anos, mas a luta por maior participação feminina na política ainda é uma luta necessária.

4.3 Análise de discursos

A terceira etapa deste capítulo tem como objetivo entender, na prática, quais as principais pautas defendidas por essas deputadas e qual sua articulação com a questão do gênero. Os discursos, como unidade de análise, são capazes de evidenciar a narrativa da Ultradireita pois são utilizados não só como instrumento de diálogo com políticos aliados, mas podem também ser empregados para marketing pessoal e divulgados no programa A Voz do Brasil, isto é, na relação com a base eleitoral de cada deputada.

Houve coleta de informações suficientes para criar uma base de dados contendo todos os discursos e uma classificação por temas e posicionamentos ideológicos. As variáveis levadas em consideração foram: Ano, Data, Sessão, Tipo de Discurso, Partido, Resumo, Tema Abordado, Citações, Observações (**Anexo A**).

Os dados foram extraídos do site oficial da Câmara dos Deputados, onde é possível acessar na íntegra todos os discursos proferidos no Congresso.²² O recorte temporal é o período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, relativo à 56ª legislatura. No total, foram analisados 1.389 discursos, totalizando os discursos proferidos pelas dez deputadas eleitas pelo partido do PSL (Tabela 6). Além disso, esses discursos podem ser considerados um termômetro da narrativa da Ultradireita dentro da Câmara.

Tabela 6 - Discursos das Deputadas do PSL

Nome Deputada	Total discursos
Dra Soraya Manato	537
Professora Dayane Pimentel	18
Major Fabiana	16
Caroline de Toni	46
Alê Silva	96
Carla Zambelli	47
Chris Tonietto	49
Aline Sleutjes	111
Bia Kicis	267
Joice Hasselmann	202
TOTAL	1389

Fonte: A autora, 2022.

²²Site oficial da Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Página Inicial → Atividade Legislativa → Discursos e Debates; Filtros: *Nome Deputada*; Partido: PSL; Período: 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022; Pesquisar em: Plenário.

Joice Hasselmann

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: discurso de mulher empoderada, conta suas dificuldades como mulher durante a sua trajetória pessoal, é contra a violência verbal dentro da Câmara, em especial, relacionado ao caso de Eduardo Bolsonaro que a intimidou diversas vezes. Defende a Lei Maria da Penha e discute violência doméstica durante a pandemia. Defende o empreendedorismo feminino. Vai em defesa das mulheres ucranianas ofendidas pelo Deputado Arthur do Val. Elaborou um curso de capacitação de mulheres para aumentar a participação feminina na política;
- Economia: defesa da previdência, INSS, lei orçamentária, propostas contra a fome, auxílio emergencial, transparência fiscal, lei trabalhista, FGTS, PRONAMPE.
- Ideologia: Discurso contra a corrupção e contra o PT, defende a atuação de Sérgio Moro; também se posiciona em favor da CPI das fake news;
- Educação: defende uma educação moral e cívica;
- Saúde: covid-19, telemedicina, em favor das medidas protetivas contra o Covid19 como o uso de máscaras e vacina, acusa irresponsabilidade de Bolsonaro;
- Direito: combate ao tráfico de drogas e prisão em segunda instância; Administração pública e regulações jurídicas;
- Infraestrutura: saneamento básico;
- Medidas de defesa do meio-ambiente;
- Relação com Bolsonaro: defende Bolsonaro durante o primeiro ano de mandato, mas rompe com o presidente e o acusa de adotar um caráter antidemocrático e de ser irresponsável durante a gestão da pandemia.

Bia Kicis

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: se posiciona contra a chamada "ideologia de gênero", defende Escola Sem Partido; associa o feminismo ao vandalismo; defende mulheres no âmbito da segurança pública; é contra o aborto; dá preferência ao sexo biológico para definição de gênero em competições esportivas; Defende a família em moldes patriarcais;
- Economia: revoga a PEC da Bengala; defende a reforma da previdência e benefícios para PMs; leis trabalhistas, carteira verde e amarelo; auxílio emergencial; reforma tributária; INSS;

- Ideologia: Discurso anti-esquerda, contra o PT, anti-socialismo; usa Marielle como contra-exemplo; acusa paralelo entre Lula e PCC; alega que não houve golpe em 64; chama de falsa a acusação de nazismo;
- Educação: Defende homeschooling e educação mais patriota (militar);
- Saúde: contra as medidas protetivas, por exemplo o *lockdown* e a vacina obrigatória; defende o uso da cloroquina, mulheres gestantes e vacina da covid-19; combate ao uso de drogas; associa o Covid-19 à China; e critica a utilização de máscaras;
- Direito: Administração pública e segurança pública; acusa judiciário de abuso de autoridade;
- Mídia: Contra a "censura" no caso da PL das Fake News e defende liberdade de expressão; é contra Folha de S.Paulo;
- Religião: Valores cristãos.
- Armamentismo: Defende posse de arma.
- Defende Daniel Silveira.
- Eleições: defende voto impresso; reclama das punições impostas a deputados do PSL; fundo eleitoral; questiona resultado eleições 2022;
- Relação com Jair Bolsonaro: Defende e respalda o então presidente durante todo o mandato.

Aline Sleutjes

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: participou de Conferência da ONU sobre mulheres;
- Economia: legislação trabalhista, regularização fundiária; auxílio emergencial; agricultura, inflação; preço do combustível; reforma fiscal; auxílio Brasil; PEC dos combustíveis;
- Ideologia: Contra corrupção, em favor da Lava-Jato; faz um paralelo entre o Talibã e a esquerda no Brasil; a oposição seria responsável por atos antidemocráticos;
- Saúde: covid-19, FIES, telemedicina, contra o *lockdown* e em favor do uso da cloroquina;
- Meio-ambiente: proteção de animais de rodeio; licenciamento ambiental; defesa do agronegócio; defesa de Bolsonaro quanto às queimadas na Amazônia;
- Eleições: em favor do voto impresso;
- Habitação: Defende Programa Casa Verde e Amarela;
- Defende Daniel Silveira.

- Relação com Jair Bolsonaro: Defende governo de Jair Bolsonaro e todos os seus aliados dentre Ricardo Salles e Ernesto Araújo.

Chris Tonietto

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: defesa dos valores morais e da família tradicional patriarcal; contra o aborto; defesa dos direitos do Nascituro; contra violência contra a mulher;
- Economia: defende reforma da previdência; impactos fiscais;
- Ideologia: Discurso contra a esquerda, contra Foro de São Paulo, defesa de Jair Bolsonaro, menciona caso Marielle Franco e defende Bolsonaro; reclama de "censura" contra a direita, se posiciona contra a atuação do judiciário;
- Educação: defende uma educação sem influência do "globalismo";
- Direito: Defende prisão em segunda instância;
- Religião: defesa dos valores cristãos;
- Administração pública e segurança pública;
- Defende símbolos nacionais e patrimônio histórico;
- Defende Daniel Silveira.

Carla Zambelli

Dentre os principais temas abordados pela deputada estão:

- Gênero: contra violência contra a mulher; assédio moral; violência doméstica contra crianças e adolescentes; contra cotas femininas na política; defende reforma eleitoral;
- Economia: defende empresariado; em favor da reforma da previdência; BNDES; auxílio Brasil; mercado de carbono;
- Ideologia: Contra a Esquerda, acusa MST de terrorismo; associa lei de Anistia à Esquerda; contra Lula; acusa esquerda de abuso de autoridade; contra governador Doria; defende Moro; contra Venezuela; em favor de medidas anticorrupção; Homenagem à Israel;
- Meio-ambiente: licenciamento ambiental;
- Armamentismo: Defende porte de armas e se justifica por ter portado arma no período pré-eleições de 2022;
- Administração pública;
- Defende Daniel Silveira.

Alê Silva

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: critica violência doméstica contra crianças e adolescentes; dialoga com Ministério da Mulher; defende modalidade esportiva grau (empinar moto), esporte que, segundo ela, também é praticado por meninas; violência política contra a mulher; acusa a Esquerda de apoiar a violência contra a mulher;
- Economia: defende reforma da previdência; leis trabalhistas; auxílio Brasil; defende liberalismo econômico; preço do combustível; PEC dos precatórios; piso salarial para enfermagem;
- Ideologia: Manifestação pró-Bolsonaro e contra a oposição; contra atuação do MST; contra Lula; acusa o PT de má gestão da Petrobras; acusa o PT de ter relação com o narcotráfico; defende liberdade de expressão e é contra a PL das fake news;
- Educação política;
- Saúde: a favor da vacina do covid-19, mas contra o lockdown;
- Armamentismo: Defende porte de armas;
- Eleições: Defende fundo partidário; defende voto impresso;
- Segurança pública: se preocupa com o número de assassinatos; Combate ao narcotráfico;
- Administração pública; emendas parlamentares para a sua região;
- Defende Daniel Silveira;
- Infraestrutura e transporte;

Caroline de Toni

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: menção ao aborto como "militância progressista"; contra cotas femininas na política; contra violência contra a mulher e estupro; Defesa da família tradicional;
- Economia: gastos do governo; defesa do agronegócio;
- Ideologia: Defende agenda anticorrupção; ataque à Oposição; contra a esquerda e o uso medicinal do cannabidiol (associado à esquerda); Homenagem à monarquia; Discurso de liberdade de expressão; defende meios informais de comunicação; contra CPMI das fake news;
- Educação: defende o homeschooling;
- Administração pública: contra o judiciário;
- Eleições: defende voto impresso;

Major Fabiana

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Economia;
- Ideologia: ataque à oposição;
- Saúde: críticas ao lockdown na pandemia;
- Meio-ambiente: a favor do agronegócio;
- Código de Trânsito e segurança;

Professora Dayane Pimentel

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: defende mulheres e democracia;
- Economia: defesa da reforma da previdência; agricultura familiar;
- Ideologia: contra a Oposição; defende Sérgio Moro; defende a liberdade de expressão;
- Eleições: defende o fundo eleitoral;
- Defende cultura da Bahia;
- Segurança e infraestrutura;
- Relação com Jair Bolsonaro: É alvo de críticas por rompimento com o Bolsonarismo.

Dra. Soraya Manato

Dentre os principais temas abordados pela deputada, estão:

- Gênero: é contra violência contra a mulher e violência contra crianças e adolescentes; defende Casa da Mulher Brasileira para acolhimento de mulheres vítima de violência, operação resguardo e Lei Maria da Penha;
- Economia: a favor da produção rural e do agronegócio;
- Ideologia: Discurso anti-Esquerda e anticorrupção; contra Lula; Defesa de Bolsonaro; contra pedido de impeachment de Bolsonaro;
- Educação: meio de recuperar a moral;
- Saúde: defende vacina covid-19; idosos; CPI da Cloroquina; crítica ao uso do cannabidiol;
- Eleições: sistema eleitoral; defende voto impresso; reforma eleitoral;
- Administração pública: acusa fraude no DETRAN.

4.3.1. Discursos relativos às mulheres e questões de gênero

O objetivo da análise de discursos é identificar os seus posicionamentos e, em particular, entender como as deputadas se posicionam em relação às questões de gênero. A deputada Major Fabiana foi a única que não teve nenhuma fala relativa às mulheres e questões de gênero.

Joice Hasselmann

Joice Hasselmann foi a mulher mais votada para o cargo de deputada federal nas eleições de 2018. Ao lado de Jair Bolsonaro, ela era seu braço-direito e o acompanhou em toda a campanha política pré-eleições.

eu começo este breve pronunciamento agradecendo aos brasileiros de São Paulo que me deram 1.078.666 votos e me fizeram a mulher mais votada da história desta Casa. Quero dizer que vou honrar cada um desses votos. Será vista aqui a Deputada do Brasil trabalhando.

Em 2018, ela defende o presidente:

Dois Parlamentares aqui do Partido dos Trabalhadores subiram a esta tribuna para criticar o nosso Presidente da República, Jair Bolsonaro, e também o nosso Sergio Moro, superministro da Justiça. Um dos Parlamentares disse que o nosso Presidente é machista. Pois eu, aqui, na condição de mulher, filiada ao partido do Presidente da República, ao nosso PSL, mulher mais votada da história desta Casa, que fez campanha junto às mulheres, ao lado do Presidente Bolsonaro, estou aqui para dizer que o nosso Presidente foi o único da história - o único! - que deu espaço para que sua esposa fizesse o discurso durante a posse dele, o primeiro discurso a ser ouvido foi o da nossa Primeira-Dama, Michelle Bolsonaro. E aí? Que machista é esse que leva com ele essa bancada feminina do PSL e outras mulheres tantas de partidos aliados que fizeram campanha ao lado do nosso Presidente da República?

Uma pauta importante para a deputada foi a defesa da reforma da previdência:

eu recebo cobranças, Presidente, de algumas mulheres feministas, que perguntam: "Joice, você defende que homens e mulheres contribuam o mesmo tempo e se aposentem com a mesma idade?". Sim. Sim. Essas meninas... Eu tenho uma filha e um filho. A minha filha e o meu filho terão o mesmo dever e o mesmo direito. Isso é para aqueles que estão chegando. Mas, em caso de dupla jornada da mulher, e mesmo do homem - quantos viúvos criam dois, três, quatro filhos sozinhos -, nesse caso, nós teremos uma excepcional saída, Presidente, tanto para homens quanto para as mulheres.

Em 2019, após rachadura interna no PSL e descontentamento com a gestão do presidente frente à pandemia do Covid-19, a deputada se afastou de Jair Bolsonaro e rompeu com o bolsonarismo:

Eu tenho respeito, ainda, profundo pelo Presidente da República, pela história dele. Não concordo com muita coisa que ele está fazendo, em parte, devido à postura do Presidente. Acho que ele se apequenou em alguns momentos na cadeira. Isso é triste para mim, porque eu fiz campanha no Brasil inteiro por esse homem. Quando eu comecei a fazer campanha pelo Presidente da República, ele tinha 76% de rejeição entre as mulheres.

Após o rompimento, a deputada passou a sofrer diversas ameaças do clã bolsonarista:

Qual foi o meu crime? Discordar uma única vez - uma única vez! Discordar do quê? Discordar de um golpe, discordar do meu Presidente, do homem que eu ajudei a eleger. Muitas vezes eu disse a ele que ele lembrava o meu avô, quem, na verdade, foi o meu pai. Meu crime foi discordar de ele se apequenar. Eu discordei de ele se apequenar. Se o Presidente olhar para mim e disser: "Carrega essa arma e dispara na minha cabeça". Eu vou dizer: "Eu não vou fazer isso". "Mas eu estou mandando." "Mas eu vou não fazer." Foi mais ou menos a mesma coisa. O Presidente da República, o homem mais importante, o mais poderoso deste País não pode virar lobista de quem quer que seja, de partido que seja. Não pode! Por isso, eu discordei. Eu avisei: "Está errado, Presidente, o senhor é maior do que isso. Não faça! Não faça! Não se apequene! O senhor foi eleito para ser Presidente. Com todo respeito aos seus filhos, eles não são o Presidente. Se quiserem ser, saiam, disputem a eleição, ganhem. [...] Essa moça, que lutou a vida inteira contra a corrupção, que é assumidamente de direita, lutou, e continua lutando, contra a ideologia de esquerda, mas todos aqui sabem que eu os respeito, pois chegaram aqui, como eu, pelas urnas. Mas não precisamos concordar uns com os outros, também não precisamos nos odiar porque estamos em partidos diferentes. Essa moça que está aqui já foi ameaçada de morte. Essa moça que está aqui recebeu a cabeça de um bicho, há pouco menos de 1 ano, em casa, com um singelo bilhete de que a próxima cabeça decepada seria a minha.

Ainda fragilizada pelas ameaças que sofreu, ela passou por complicações médicas e teve de operar o útero.

Então, àqueles que tentam, mesmo num momento como este, usar da crueldade, da maldade, da sujeira para atacar uma mulher, na condição de mulher e não de Deputada, que foi parar numa UTI, com um sangramento constante e que teve que se submeter a essas cirurgias, eu peço que pensem, porque muitos de vocês têm irmãs, todos têm mãe - viva ou morta, mas mãe -, têm esposas, alguns, filhos, filhas. Pensem nas mulheres que podem passar por isso.

A violência contra a mulher é uma bandeira importante para a deputada e, após rompimento com o Bolsonarismo, ela passou a adotar uma visão mais conciliadora:

Eu peço sensibilidade a todos aqui. Os índices de violência contra mulheres e crianças dispararam. Os índices de estupro dispararam. Não se trata aqui de ideologia. Eu conversei com os meus colegas de esquerda e disse a eles: "Eu entendo que há um posicionamento ideológico, mas nós temos que pensar agora na vida dessas crianças". Nós temos que pensar que o lugar mais seguro para essas crianças é a escola, e os dados mostram isso.

Sr. Presidente, seguindo a linha do que disse a Deputada Jandira Feghali, nós Parlamentares mulheres da Direita, como eu, mulheres da Esquerda, como Jandira Feghali, Alice Portugal e Perpétua Almeida, e mulheres do Centro, todas nós nos reunimos para encaminhar uma representação ao Conselho de Ética, justamente por esse caso, que é escabroso, envolvendo o Deputado Eduardo Bolsonaro. O Deputado acabou de sair do Conselho de Ética! Saiu do Conselho de Ética semana passada, e vai conseguir voltar pelas suas próprias palavras, pelo seu próprio esforço.

Ela defende o empreendedorismo feminino com um projeto intitulado o "Banco da Mulher", uma

linha de crédito atrelada à capacitação e ao acompanhamento da mulher. É uma linha de crédito com juros mais baixos do que o juro tradicional do mercado. Assim, ela vai

poder empreender. A maior liberdade para uma mulher é a liberdade econômica. É essa liberdade que muitas vezes pode tirá-la inclusive dos processos de violência.

Também criou um curso gratuito intitulado “Mulheres no Poder”, para capacitar mulheres para a política:

Esse curso não é apenas do meu partido, nem de partido nenhum; é um curso para que as mulheres possam realmente se entender ideologicamente e entender como buscar um partido, como trazer um partido para si e conhecer o caminho exato da legislação eleitoral para o lançamento de uma campanha e a programação de uma campanha". Então, nós mulheres temos que estar prontas para assumir os espaços de poder, seja na política partidária, seja na política do dia a dia, seja como líder de comunidade, seja como líder de entidade. É com isso que eu sonho e é isso o que eu quero. Então, eu trago essa contribuição.

Dividir as nossas histórias com outras mulheres, para que elas tenham um caminho mais fácil do que o nosso para chegar aqui, é obrigação e dever de cada uma de nós e de cada um dos Srs. Deputados. Não é obrigação só das mulheres, não! Isso é obrigação de cada um dos senhores, de cada um dos partidos. É inacreditável que, num curso como esse, eu tenha que ensinar às mulheres como não serem usadas como laranjas por partidos. Isso tem que dar cadeia. Isso tem que dar cadeia.

Bia Kicis

A deputada Bia Kicis se posiciona a favor da Escola Sem Partido e contra a chamada "ideologia de gênero" propagada nas escolas. Segundo ela,

O que ocorre é que professores - na verdade, pessoas travestidas de professores - têm desrespeitado infinitas vezes as nossas crianças e adolescentes, além de terem desrespeitado também o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral e a consciência moral e religiosa dos pais, da família, e não do professor. Nós assistimos com muita tristeza a essas crianças sendo doutrinadas, inclusive sendo iniciadas precocemente na chamada ideologia de gênero e sendo sexualizadas.

Também se coloca contra a atuação de grupos LGBT+:

A pervertida e constante tentativa de reengenharia social nega a verdade; cerceia a liberdade de expressão; clama por mais direitos permissivos para grupos, como o LGBT, muito além dos atribuídos a demais cidadãos; promove a alienação de criaturas em relação à lei da natureza e à própria realidade social; apregoa a defesa da diversidade; porém, promove o ódio contra os que não se subjugam à sua cartilha intolerante e permanentemente ataca e procura destruir os valores das famílias.

Ademais, ela defende o sexo biológico para definir o gênero em competições esportivas:

Devemos falar sobre mulheres biológicas, como elas estão sendo prejudicadas por essa política e por essa agenda, e falar em sua defesa. A política da orientação sexual de identidade de gênero impõe uma ortodoxia sexual radical aprovada por LGBTs que é responsável por esta confusão de hoje.

A deputada Bia Kicis apoiou os ideais monarquistas e homenageia a princesa Isabel:

Quero cumprimentar todas as mulheres, todas as Beneditas da Silva, todas as Cristinas, todas as Isabeis, todas as Marias, todas as Sandras, todas as mulheres do Brasil, porque hoje estamos homenageando uma mulher muito antes de se pensar em empoderamento, aí está uma verdadeira mulher poderosa, que nos representa a todas as mulheres e ao povo livre do Brasil.

Considerando que a pandemia do Covid-19 eclodiu em pleno mandato, assuntos relativos às medidas protetivas e gestão da pandemia foram salientes. Nesse caso, Bia Kicis atribui à uma mulher o uso da hidroxicloroquina:

Essa foi uma pauta muito ideologizada no debate público, pois o presidente Jair Bolsonaro passou a recomendar o uso do medicamento sem respaldo médico nacional e internacional. Assim, a discussão tornou-se mais ideológica do que científica. Ainda nesse contexto, a deputada também defendeu que mulheres grávidas tivessem o direito de não tomar a vacina do covid-19: "nós estamos aqui para preservar o direito da gestante que tenha imunidade natural e que não queira tomar vacina".

Uma de suas principais pautas é a violência contra a mulher. Ela parabeniza a PF pela Operação Resguardo, na qual "mais de 8 mil agressores de mulheres foram presos". Além de se posicionar contra as "saidinhas" de detentos, buscando proteger as mulheres de violência. Bia utiliza desta bandeira também para defender o porte de armas: "nós iremos começar a mudar essa história, votando projetos que, esses sim, visam a proteger o cidadão de bem e mandar para a cadeia, para trás das grades, bandido, criminoso! E quero dizer mais: mulher armada não é estuprada".

Kicis também se posiciona contra o aborto. Ao fazer menção ao caso da menina de 11 anos que sofreu um estupro e teve o direito de abortar, Bia diz

Eu acho que nos faz refletir sobre os rumos que queremos tomar, porque existe, sim, um movimento progressista que avança querendo a liberação do aborto, e sabemos que nos Estados Unidos já existe até, em alguns locais, autorização para aborto até os 9 meses! Isso é uma verdadeira tragédia!

Por fim ela respalda a Primeira-Ministra da Itália, Giorgia Meloni, da extrema-direita italiana:

A liberdade é o principal valor em que se baseia a democracia, uma barreira contra qualquer tentação totalitária, conforme Giorgia Meloni, Primeira-Ministra da Itália, uma mulher corajosa, uma mulher que está reverberando no mundo os valores cristãos, os valores da família, os valores da liberdade.

Aline Sleutjes

Em seu primeiro discurso, Aline Sleutjes já pauta os seus ideais:

Vou trabalhar principalmente pelo agronegócio, pelo cooperativismo, pela educação, pela família, sem esquecer as pautas específicas de cada Município; tenham a certeza de que elegeram uma mulher de fibra, guerreira, dedicada, lutadora, que dará seu melhor - como sempre fiz em todas as minhas funções; como uma boa professora, serei uma excelente aluna nesta Casa.

Aline foi a primeira mulher a presidir a Comissão de Agricultura e além disso foi Vice-Líder do Governo na Câmara e Vice-Líder do Governo no Congresso.

A então deputada adota um discurso de defesa das mulheres: “Quero registrar que, na semana passada, estive nos Estados Unidos, participando de um evento na ONU, representando as mulheres do nosso País, vendo as políticas públicas para as mulheres. Para mim, foi um orgulho”.

E adota um posicionamento conciliador:

É neste intuito que estou correndo à Secretaria da Mulher: para unir as mulheres, para unir este Congresso, unir os homens de bem deste Congresso, para defenderem os interesses da mulher brasileira, que não tem que ficar discriminada, porque tem capacidade, tem possibilidade, tem estudo, tem determinação e tem honra; Saibam, mulheres, que estamos juntas para lutar pelas famílias, lutar pelo Brasil, lutar pelo bem comum.

Segundo ela,

A mulher é símbolo de força, de dedicação, de comprometimento, de responsabilidade, de trabalho, de amor, de dedicação. Ainda assim, o reconhecimento também das nossas credenciais, há tão pouco tempo, nas bandeiras, nas lutas e nas conquistas das mulheres, em especial na área política.

Aline é defensora do governo Bolsonaro e da atuação de sua mulher, Michelle Bolsonaro:

Nós podemos também colocar aqui as conquistas da nossa Primeira-Dama Michelle Bolsonaro. Sabemos do seu trabalho importantíssimo, tanto assistencial quanto social, e que representa tão bem a mulher brasileira, inclusive tratando, com especificidade, a questão dos deficientes. São fatos incontestáveis, não apenas em números, mas também em realização, em um Governo que está comprometido com a mulher e com a família. Precisamos respeitar as mulheres que desejam permanecer sendo do lar, mães, apenas esposas, cuidando dos afazeres domésticos e da educação dos filhos. Elas também têm o direito de escolher essa vivência. E nós mulheres temos que respeitar isso.

Chris Tonietto

Em seu primeiro discurso, a então deputada Chris Tonietto deixa claro os seus posicionamentos e crenças: "quero reafirmar aqui o meu compromisso moral em defesa da vida, desde a concepção, em defesa da família, dos valores cristãos, em combate ao aborto, à ideologia de gênero, à corrupção e à criminalidade". Ela adota um discurso da ordem moral e religiosa além da defesa da família tradicional: "seguindo essa mesma linha do Governo, comprometo-me a lutar contra o ensino da ideologia de gênero nas escolas e pela garantia do princípio da subsidiariedade, que dá à sociedade - e, portanto, aos pais - a prioridade na educação de nossas crianças".

Chris defende o governo Bolsonaro: "nós estamos num Governo, o Governo do Presidente Bolsonaro, que também é comprometido com os valores da Nação brasileira, valores

esses que são, sim, por excelência, morais, cristãos". Nesta lógica, ela se compromete a combater a sexualidade, um valor que não seria cristão.

Eu louvo, sim, a campanha Tudo tem seu Tempo. É necessário que olhemos, sim, para o corpo como um templo do Espírito Santo. Por que não dizer isso? O Ministério está trazendo essa pauta de abstinência sexual justamente para mostrar ao jovem que ele precisa respeitar o tempo de cada coisa e que ele precisa também assumir as consequências dos seus atos, assumir suas próprias responsabilidades.

A então deputada se colocou contra a instituição da Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, pois, segundo ela, a Lei Maria da Penha - conteúdo proposto para campanha - tem pontos "polêmicos e problemáticos, como, por exemplo, as questões de gênero e dos famigerados direitos sexuais e reprodutivos".

Assim como Bia Kicis, Chris apoia ideais monarquistas e faz menção à Princesa Isabel:

Amiga e obediente, discípula do Papa Leão XIII, Isabel sabia amar a liberdade, respeitando a ordem, [...] sabia governar com autoridade, lembrando-se de que esta lhe fora conferida por Deus e deveria ser exercida em nome d'Ele. Que a nossa grande libertadora, a Princesa Isabel, possa servir para ele e para nós como exemplo máximo de coragem, equilíbrio, piedade e magnanimidade. Isabel salvou sua alma, salvou sua vida e salvou o Brasil da vergonha da escravidão, o que lhe custou a coroa. Louvemos a Deus que hoje nossa República, tão bela como ideia e marcada por tantos erros e desatinos no mundo real, queira homenagear a mãe da liberdade, que infelizmente transformamos, ao longo de um século, em algo quase tão triste quanto a escravidão. Que Deus nos conceda, pela intercessão de Nossa Senhora de Fátima, cujo dia celebramos ontem, o privilégio de continuar o grande trabalho cristão e civilizador de nossa libertadora! E que possamos, com a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, saudá-la um dia no reino dos céus. Viva a princesa Isabel! Viva o Brasil! E viva Cristo Rei, de quem ela e eu somos servos!

Chris Tonietto se posiciona contra o aborto, mesmo em casos de anencefalia do feto, e mobiliza um discurso da ordem moral religiosa:

O motivo que me faz subir a esta tribuna hoje é a profunda indignação, o profundo pesar, diante de tantos bebês que estão sendo ameaçados de execução sumária. Infelizmente, os discípulos de Herodes parece que, mais uma vez, festejam o massacre dos inocentes.

Além disso, Tonietto é grande defensora do Estatuto do Nascituro, para criminalizar qualquer mulher que pratique aborto e adota um discurso agressivo contra feministas defensoras do aborto, além de associar à prática à Esquerda:

Eu trouxe aqui uma réplica real de um bebê de 24 semanas. (A oradora exhibe réplica de bebê de 24 semanas.) Como podemos ver, trata-se de um bebê totalmente formado. Um bebê com 24 semanas, naturalmente, sente dores, cheiros, um bebê que sabe muito bem identificar os sons, até mesmo o som da voz dos seus pais. No entanto, esse bebê, infelizmente, está sendo ameaçado, está sendo sentenciado à morte, sem chance de defesa. - Estão legalizando a morte e promovendo a cultura da morte. É uma pena ver que o ativismo judicial se presta a promover e a chancelar a cultura da morte. - Meus caros, nós sabemos que, pelas evidências científicas, a vida começa na concepção. - É uma pena, mas parece que muitas pessoas têm sede de sangue. Há uma onda vermelha, uma onda de sangue que se espalha pela América. - É impressionante, por igual, a hipocrisia que há nos discursos. Há narrativas de diversos Deputados que, durante toda a pandemia, estiveram falando em defesa da vida, mas que festejaram ou

aplaudiram a cultura da morte. Estou falando de Parlamentares que, de forma canalha e hipócrita, aplaudiram o assassinato intrauterino. Digo isso porque o aborto é um eufemismo de assassinato, é um homicídio. A única diferença é o momento da execução.

Além disso, Chris se posicionou contra o caso de uma menina de 11 anos que sofreu um estupro e tinha o direito legal de abortar.

Carla Zambelli

A então deputada Carla Zambelli pauta a violência contra a mulher e defende o governo Bolsonaro.

Este Governo tem trabalhado a questão da violência contra a mulher, principalmente pelas ações da Ministra Damares, que tem um projeto muito bonito, o da Casa Mulher Brasileira, ao qual inclusive destinei 850 mil reais em emendas para construção de casas, no Estado de São Paulo, para abrigar mulheres vítimas de violência doméstica.

Além disso, considera o "aumento de pena para pessoas que cometem crimes contra mulheres [...] muito simbólico e importante" para o país. A então deputada traz uma discussão de cunho ideológico sobre o caso de Marielle e utiliza-se do exemplo para defender Jair Bolsonaro: "Nós também queremos saber quem matou Marielle, assim como também queremos saber quem matou Anderson, o motorista que dirigia o carro da Marielle. Quem mandou matar o Bolsonaro?"

Zambelli também demonstra ideais monarquistas: "foi no Governo imperial, em uma das primeiras Constituições, que as liberdades foram garantidas", e presta homenagem à Princesa Isabel como sendo uma "uma mulher de coragem, uma mulher empoderada de verdade". Além disso, faz um paralelo com o racismo no país e os valores cristãos:

Se hoje os negros podem participar de eleições, foi graças a essa mulher maravilhosa. Se Marielle pôde ser Vereadora, foi graças à Princesa Isabel. E se também nós hoje podemos conviver, de preferência de forma pacífica - talvez não por vontade de alguns -, é graças à educação cristã que o Império nos proporcionou.

Ainda na temática do racismo, Carla Zambelli alega ter sofrido racismo reverso por parte de uma mulher por ela ser branca: "essa moça que está de óculos disse que eu sou uma vergonha porque eu sou branca. Isso é racismo, racismo contra as pessoas brancas. Não existe só racismo de brancos contra negros ou de brancos contra chineses. O racismo também está presente nos negros contra o branco."

Por fim, a deputada também se posiciona contra as cotas femininas na política: "*faço questão de estar aqui para defender isso [posicionamento contra cotas] porque sou mulher e estou na política sem fundo partidário e sem precisar de cota*". Se posiciona, ainda, contra a ideia de oficializar isto na Constituição:

No momento em que colocamos isso na Constituição, principalmente no momento em que damos um peso diferente ao voto da mulher e ao voto do negro, nós estamos discriminando quem não é negro e quem não é mulher, estamos discriminando os brancos e também estamos discriminando outras minorias, eventualmente outras pessoas, e estamos discriminando os homens [...] Mudar a Constituição para dar peso 2 para uma mulher? Por quê? Por que nós mulheres, que já somos poderosas, precisamos ser empoderadas? Por que precisamos ter mais dinheiro caso sejamos votadas? Não. A mulher precisa votar na mulher porque se sente representada por ela, não por causa de mais dinheiro, não por causa de mais dinheiro na campanha.

Alê Silva

Em seu primeiro discurso na Câmara dos deputados, Alê Silva conta sua trajetória de menina pobre que estudou e depois entrou para a política: "uma menina pobre que hoje é de Direita, Direita que avança as ideologias do liberalismo e do conservadorismo". Alê defende a adoção de medidas contra a violência doméstica, em particular contra crianças e adolescentes:

Sr. Presidente, desde quando cheguei a esta Casa, em 2019, muito ouvi falar em combate à violência doméstica, mas o foco era a mulher e pouco se falava no combate à violência doméstica com foco, por exemplo, na criança ou no idoso, que muitas vezes sofrem violência doméstica dentro de casa e nem mesmo têm como pedir socorro.

No início do mandato, a então deputada adotou uma visão mais conciliadora com a Oposição. Contudo, no decorrer dos anos, radicalizou-se e passou a atacar a Esquerda. Nesse sentido, alegou ter sofrido misoginia seletiva por ser mulher de direita:

Presidente, subo a esta tribuna também para falar sobre a misoginia seletiva que existe nesta Casa por parte de alguns Deputados e Deputadas, que tanto dizem defender a mulher - que tanto dizem defender a mulher! -, principalmente contra a violência política. Pois bem, hoje eu fui atacada por um Deputado do PT! Atacada! Ele me caluniou na Comissão, o.k.? Isso eu poderia considerar como uma violência política. Isso eu poderia considerar como uma violência contra a mulher. Mas aquelas que aqui dentro tanto dizem nos defender ficaram quietinhas. Esse silêncio é ensurdecedor!

Além disso, em plena campanha eleitoral de 2022, passou a associar casos de estupro com a esquerda, assim como associou a imagem de mulheres "imorais" a apoiadoras de Lula:

Eu fiquei estarecida com a notícia desse último fim de semana sobre o estupro de uma mulher que estava sob efeito de sedativos e em um momento que deveria ser o mais sublime da sua vida, o momento em que ela estava dando à luz. E quem a estuprou? Um esquerdista! Sim, está lá nas redes sociais dele, simpatizante da Esquerda. E com certeza era um lulista, sim. Com certeza, um lulista cometeu esse crime bárbaro contra uma mulher indefesa, contra uma mulher sedada. E, por falar em mulher, essa dona aí, essa cantora que bestifica a mulher, que torna a mulher uma coisa, até já declarou o seu voto em Lula.

Caroline de Toni

Caroline de Toni se coloca explicitamente contra as feministas e defende o governo de Jair Bolsonaro como sendo favorável às mulheres: "O PSL e o Governo apoiam as mulheres e as pautas femininas". Ela alega que "não precisamos ser feministas para apoiar essas pautas", mas desde que "ressaltem a proximidade da mãe com a criança". Nesse sentido, defende pautas

que ressaltam o papel da mulher como mãe e criadora dos seus filhos. Em relação ao núcleo familiar e questões de gênero, ela alega que "consta no art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos que aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos", ou seja, reserva à família transmitir moralidade aos seus filhos. Além disso, Caroline repudiou a representação movida por Procuradores Federais, capitaneados pela Subprocuradora-Geral dos Direitos dos Cidadãos, Deborah Duprat, contra a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, por improbidade administrativa e como forma de argumentação acusou a Subprocuradora da República de "militante progressista", por ser feminista e ter supostamente liderado "movimentos como a liberação do aborto, do uso da maconha" e estar associada à "militâncias de esquerda dentro da Procuradoria". Ou seja, é um discurso violento que classifica feministas, esquerdistas e imorais dentro de uma mesma categoria.

A então deputada também se posiciona contra a lei de cotas femininas na política: "eu sou mulher, mas sou contra esta proposta; quero deixar isso bem claro". Segundo ela é uma proposta "absolutamente inconstitucional, já que fere a democracia representativa e o princípio da igualdade de todos perante a lei". No início da discussão ela declarou que protocolou "um kit obstrução" pois é uma pauta que dividiria o povo brasileiro. Por fim, ela trata da violência contra a mulher e parabeniza ação conduzida contra um estuprador, se colocando contra a "saidinha de Natal", momento que, segundo ela, é propício para que o condenado volta a cometer crimes.

Professora Dayane Pimentel

A deputada Professora Dayane Pimentel rompeu com o Bolsonarismo e foi acusada de "traidora nível hard" por ter participado "dos atos que pediam o impeachment do Presidente Jair Bolsonaro", ela se justifica:

Como sabem, ajudei a elegê-lo e apoiei esse Governo, mas, com o decorrer dos meses, enxerguei que fomos enganados: as ideias de mudança propagadas na campanha transformaram-se em mais do mesmo. Como cidadã e Parlamentar, discordei desse caminho. Mas cometi, aos olhos dos radicais, um crime grave: discordar, ter opinião própria, não enxergar um governante além daquilo que ele é e não como um deus.

Dayane sofreu diversas ameaças da ala *bolsonarista* do governo, em particular, do filho do Presidente da República:

Em um momento em que o País enfrenta sérios problemas econômicos, sociais e sanitários, este Deputado agride a honra e ameaça quem se coloca contrário ao Governo. Este homem, nobres colegas, publicou uma foto minha com um alvo em meu rosto! Uma tentativa de intimidação? Um sinal aos seus comparsas? Um meme, como os criminosos digitais costumam definir? Seja o que for, a ameaça está clara.

Professora Dayane alega que "as práticas cotidianas de violências físicas, morais e psicológicas contra o sexo feminino, infelizmente, ainda são constantes neste País!". E conclui que: "pior do que um bolsonarista fanático, só um esquerdista radical; e pior do que um esquerdista extremado, só um bolsonarista convicto".

Dra. Soraya Manato

Dra. Soraya Manato defende em primeiro lugar o governo Bolsonaro e os seus valores. Segundo ela, o PSL dá "reais oportunidades para mulheres e outras minorias, com equidade para toda a população"; e continua: "como mulher, cidadã e representante das mulheres capixabas no Parlamento, fico feliz por ter o Governo Bolsonaro um olhar especial e diferente para a proteção da mulher". Ela também defende a primeira-dama, Michelle Bolsonaro: "na condição de mulher, cristã, mãe e esposa" ela não indaga "calúnias que estão denegrindo a imagem da Primeira-Dama", considerada "uma serva de deus". Por fim, nega o envolvimento de Bolsonaro na morte da Vereadora Marielle Franco e ataca a Oposição: "a Direita não tem nada a ver com a morte da Vereadora"; há evidência "totalmente arbitrada pela Esquerda"; "Esses insuportáveis inimigos de Bolsonaro não têm limites, não têm ética, não têm moral".

Uma de suas principais pautas é a violência contra a mulher: "milhares de mulheres têm sido mortas a troco de nada, e famílias estão sendo destruídas diariamente", "essa epidemia tem que ser combatida com urgência". "Como mulher, médica e defensora da vida e da família," Soraya pede que o presidente implemente certas sugestões para combater violência doméstica contra mulheres. Ela defende projetos como a implementação do Botão de Pânico, A Casa da Mulher Brasileira e a implementação do agosto Lilás, como mês da conscientização contra a violência doméstica: "Chega de abusos! Chega de ameaças! Chega de intimidação! Chega de violência sexual! Este mês representa essa conscientização, e nós mulheres somos totalmente a favor".

Soraya alega ser contra a violência política e adota um discurso de defesa das mulheres:

Nós, mulheres, somos muito desrespeitadas neste País, que é machista [...] agora, é um absurdo que, nesta Casa de Leis, os homens desrespeitem a mulher; é um absurdo que esses demagogos subam à tribuna para falar da igualdade entre brancos, pretos e índios, homossexuais, bissexuais e heterossexuais; portanto, quero dizer uma coisa: quem exige respeito deve também respeitar.

Em seguida, pede respeito para com as mulheres de Direita: "nós somos de direita, mas nós também temos que ser respeitadas." Ela alega sofrer violência por "parte de nossas digníssimas colegas de esquerda" pois estas a acusaram de serem "laranjas".

Soraya se posiciona contra o aborto e a ideologia de gênero nas Escolas, defendendo também a Escola Sem Partido. Nesse sentido, se considera uma "parlamentar de direita, conservadora, cristã" que defende os valores da família. Ela se refere ao caso de uma menina de 10 anos que sofreu abuso sexual e abortou em Recife como "um crime, um infanticídio", "isso é um assassinato". Ela atribui à Esquerda esse tipo de "assassinato".

Por fim, Soraya defende mais políticas públicas voltadas para a saúde da mulher, como cuidados com câncer de mama e de colo de útero. Também incentiva a participação de mais mulheres em áreas da tecnologia.

4.4 Análise dos projetos de lei

Na mesma lógica da etapa anterior, a quarta etapa consiste na análise dos Projetos de Lei das dez deputadas do PSL propostos durante os quatro anos de mandato (2019-2022). Uma análise dos projetos de lei revela não só o posicionamento das então deputadas bolsonaristas, mas também suas visões de futuro sobre o que esperam do país. Para além dos discursos, os projetos de lei visam impor um regimento à população e moldar comportamentos sociais, sob pena em caso de descumprimento, uma vez que aprovados os projetos de lei eles tornam-se legalmente vinculantes. Assim, são um conjunto de normas que revelam o pensamento da Ultradireita e mostram quais ideais essas pessoas pretendem institucionalizar no país.

Em um primeiro momento, foram analisadas as principais temáticas abordadas, e em seguida, houve enfoque na análise mais minuciosa nos PLs relativos aos direitos das mulheres. O objetivo desta análise é entender quais os posicionamentos das então deputadas quanto às pautas sobre gênero e temáticas tais como empreendedorismo feminino, violência contra a mulher, aborto e maternidade. Para tal, foram coletados os dados em uma tabela levando em consideração o Ano, Tipo da Proposta, Ementa, Tema Abordado, Autores e Coautores, UF, Partido, Status da Proposta e Citações (Anexo 2).

Os dados foram extraídos do site oficial da Câmara dos Deputados, onde é possível acessar na íntegra todos os Projetos de Lei propostos no Congresso.²³ O recorte temporal é o período de 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022, relativo à 56ª legislatura. A análise foi feita em dois tempos diferentes: em um primeiro momento, os dois primeiros anos do

²³Site oficial da Câmara dos Deputados, disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>>. Página Inicial → Atividade Legislativa → Discursos e Debates; Filtros: *Nome Deputada*; Partido: PSL; Período: 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022; Pesquisar em: Plenário.

mandato, 2019 e 2020, e, em um segundo momento, os dois últimos anos, 2021 e 2022 (Tabela 7). Vale notar que um Projeto de Lei pode ser escrito por um ou mais autores, revelando projetos de coautoria entre as então deputadas selecionadas. Assim, ao todo, foram analisados 558 projetos de lei e dentre estes 58 estão relacionados a questões de gênero.

Tabela 7 - Projetos de Lei

Nome Deputada	Total de proposições	Proposições que abordam questões de gênero
Dra Soraya Manato	213	17
Professora Dayane Pimentel	30	5
Major Fabiana	65	5
Caroline de Toni	46	5
Alê Silva	50	5
Carla Zambelli	81	9
Chris Tonietto	62	16
Aline Sleutjes	40	2
Bia Kicis	52	3
Joice Hasselmann	54	6

Fonte: A autora, 2022.

Joice Hasselmann

Joice elaborou 54 proposições, dentre 2 transformadas em norma jurídica, 3 retiradas pela autora, 1 arquivada, e 48 em trâmite. Seis proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: violência doméstica, medidas protetivas, aumento da proteção da vítima, aumento da pena para o agressor, capacitação profissionais para combater a violência contra a mulher, empreendedorismo feminino, crimes contra a diversidade de gênero;
- Educação: formação técnica profissional, Estatuto do Aprendiz, "Escola Sem Partido", distribuição de recursos para a educação;
- Combate à corrupção;
- Proteção do meio-ambiente;
- Sistema Penal e Penitenciário Juvenil: Estatuto da Criança e do Adolescente;

- Saúde: pandemia do Covid-19, telemedicina, cuidado com o idoso, medidas sanitárias durante a pandemia, tributos em equipamentos Covid-19;
- Economia: transações imobiliárias, auxílio financeiro durante a pandemia, financiamento da Seguridade Social, transferência de recursos durante a pandemia, concessões às companhias aéreas, turismo, desemprego, microempresários, crédito a empresas, Covid-19 e pagamento anuidades, apoio a microempresas, lei de incentivos,
- Código de Trânsito;
- Estatuto OAB;
- Tecnologia e segurança: administração pública e militares, tecnologia e forças armadas;
- Combate às fake news, publicidade institucional;
- Código Penal: combate ao crime organizado, crimes relacionados a doenças pandêmicas, crimes ligados à infração de medidas sanitárias.

Bia Kicis

A então deputada elaborou 52 proposições, dentre 2 arquivadas, 8 prontas para pauta, 1 transformada em norma jurídica e 41 em trâmite. Três proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: punição para imposição de 'ideologia de gênero', combate à violência contra mulher, castração química para criminosos, gênero e esporte;
- Economia: programa de desenvolvimento regional, aposentadoria, revoga "PEC da Bengala", reforma da previdência;
- Código Penal: prisão em segunda instância, julgamento de crimes contra a humanidade, ações inconstitucionais, cerceamento ilegítimo, lei de crimes hediondos, Habeas Corpus;
- Corrupção: crime lavagem de dinheiro;
- Eleições e indicações para cargos públicos: defende cédulas físicas, idade limite para indicação judiciário;
- Código Civil: direitos de personalidade, unificação documentos de identidade;
- Educação: ensino superior, estatuto OAB, homeschooling, Escola Sem Partido;
- Cidadania: defende monarquia, proibição apologia ao nazismo e comunismo, aumentar multa civil, multa administrativa, anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão', crime da falsa acusação de nazismo;
- Registro de imóveis;
- Alimentação: regulamentação;

- Segurança Pública: Fundo Nacional de Segurança Pública;
- Saúde: contra as medidas sanitárias e uso de máscara obrigatório e isolamento social, pandemia, contra obrigatoriedade vacina COVID-19, cinoterapia (terapia para cães), piso salarial agentes de saúde;
- Tecnologia e segurança: tecnologia para as forças armadas;
- Internet: contra regulamentação internet sob a luz da liberdade de expressão;
- Homenagens e calendários: Instauração Ano Nacional Fernando Sabino, Olavo de carvalho como herói nacional.

Aline Sleutjes

A deputada elaborou 40 proposições, dentre 2 arquivadas, 1 retirada pela autora, 1 transformada em norma jurídica, 2 prontas para pauta e 34 em trâmite. Duas proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: questões de gênero e esporte, Lei Maria da Penha e definição do conceito de violência sexual;
- Código Penal: ação do MST;
- Saúde: SUS, doenças pré-natais, pandemia Covid-19, cinoterapia (terapia para cães), piso salarial agentes de saúde;
- Educação: Escola Sem Partido, educação e pandemia, volta às aulas presenciais;
- Segurança: Fundo Nacional de Segurança Pública, prevenção de incêndios em instalações em áreas rurais;
- Economia: imposto de renda, previdência, agropecuária, lei de incentivos, preço do petróleo, assistência financeira da União, Fundo de Participação dos Municípios, pecuária, fumicultores;
- Meio-ambiente e turismo rural, agricultura familiar;
- Internet: contra regulamentação internet a luz da liberdade de expressão;
- Cidadania: anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão';
- Administração pública: Conselho Nacional do Ministério Público;
- Combate ao crime organizado e tráfico de animais.

Chris Tonietto

A deputada elaborou 62 proposições, dentre 5 prontas para pauta, 1 retirada pela autora e 56 em trâmite. Dezesesseis proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: totalmente contra o aborto (mesmo em caso de estupro), criminalização do aborto legal, defesa direitos do 'nascituro', violência sexual e gravidez, entrega legal / adoção, veta o aborto sob modalidade de telemedicina, Estatuto do Nascituro, dignidade sexual de crianças e adolescentes;
- Educação: homeschooling, Escola Sem Partido;
- Saúde: defende direito de se abster a tomar a vacina do Covid-19;
- Código de Processo Civil: código do consumidor, multa civil e multa administrativa;
- Código Penal: prisão em segunda instância, prisão preventiva, endurecimento regime aberto/fechado, homicídio contra menores, lei de crimes hediondos contra menores de 14 anos, pedofilia;
- Religião: defesa de cultos religiosos, cultos religiosos e pandemia;
- Código de trânsito;
- Administração pública: reforma do Judiciário, lei de transparência ONGs;
- Tecnologia e Segurança: Lei de Segurança Nacional, tecnologia para as Forças Armadas;
- Cidadania e cultura: defende monarquia, anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão', contra o uso da linguagem neutra;
- Economia: gestão da pandemia, corte de gastos, regalias ex-presidentes;
- Combate ao crime organizado e ao tráfico de drogas;
- Internet: contra regulação da internet a luz da liberdade de expressão;
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Afeta Indiretamente mulheres: homicídio contra menores, Lei de Crimes Hediondos contra menores de 14 anos.

Carla Zambelli

A deputada elaborou 81 proposições, dentre 1 transformada em norma jurídica, 2 arquivadas, 2 retiradas pela autora e 76 em trâmite. Nove proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: maternidade no SUS, punição para imposição de 'ideologia de gênero', infanticídio, contra aborto, violência sexual e gravidez, saúde menstrual, concursos públicos e tratamento de câncer, violência doméstica e familiar e crimes contra crianças e adolescentes, estupro e aborto, direitos do nascituro, exploração sexual;
- Educação: Escola Cívico-Militar, primeiros socorros nas escolas, Escola Sem Partido, preservação biodiversidade, aulas presenciais, classificação indicativa de obras musicais em plataformas de streaming;
- Código Penal: prisão preventiva, estatuto do idoso, corrupção, homicídio contra crianças, falsidade ideológica;
- Cidadania e administração pública: eleições e pesquisas eleitorais, lei dos crimes hediondos, multa civil e multa administrativa, prerrogativas parlamentares, plágio, crime de falsa acusação de nazismo, defesa da monarquia, patrimônio histórico, proibição apologia ao nazismo e comunismo, crimes contra a bandeira nacional, anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão';
- Saúde: microcefalia, pandemia e vacina Covid-19, contra medidas sanitárias de isolamento social, telemedicina, cirurgia robótica;
- Código de Trânsito;
- Segurança Pública: Fundo Nacional de Segurança Pública, Direitos Humanos e segurança pública, tecnologia e forças armadas;
- Internet: contra regulação da internet a luz da liberdade de expressão, proteção de dados;
- Medidas contraterrorismo;
- Economia: teto constitucional, pandemia e economia, Código de Defesa do Consumidor, liberdade econômica indígena;
- Código civil e animais: leis para rinhas de cães, natureza jurídica dos animais, tráfico de animais;
- Meio-ambiente;
- Religião: contrato de locação para templos religiosos, crimes contra o sentimento religioso;
- Homenagem a Olavo de Carvalho.

Alê Silva

A deputada elaborou 50 proposições, dentre 1 transformada em norma jurídica, 1 arquivada e 48 em trâmite. Cinco proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: maternidade no SUS, gênero e esporte, saúde menstrual, violência doméstica e familiar e crimes contra crianças e adolescentes, Estatuto do Nascituro, violência sexual e Lei Maria da Penha;
- Meio-ambiente: crimes ambientais, proteção dos animais;
- Economia: petróleo, gastos públicos, educação e economia, saúde e economia, programa de redistribuição de renda Bolsa Família, repasse de verba;
- Segurança: definição do termo 'legítima defesa'; tecnologia e forças armadas, porte de armas;
- Saúde: pandemia Covid-19, defesa da cloroquina, vacina Covid-19;
- Código Penal: corrupção, vítimas de violência, lei de crimes hediondos;
- Administração pública: lei de crimes hediondos, multa civil e multa administrativa, prerrogativas parlamentares, improbidade administrativas / rachadinha;
- Cidadania e código civil: crime de falsa acusação de nazismo, anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão', Leis Trabalhistas;
- Administração pública: eleições, serviços essenciais;
- Código de trânsito;
- Educação: Escola Sem Partido;
- Internet: contra regulação Internet à luz da 'liberdade de expressão', controle divulgação de dados pandemia, tratamento de dados.

Caroline de Toni

A deputada elaborou 46 proposições, dentre 2 transformadas em norma jurídica, 2 arquivadas, 2 retiradas pela autora e 40 em trâmite. Cinco proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: contra cotas femininas na política, contra uso do pronome neutro, saúde e crime contra dignidade sexual, gênero e esporte, violência sexual e Lei Maria da Penha;
- Código Penal: prisão em segunda instância, invasão de dispositivos eletrônicos;
- Educação: homeschooling, Escola Sem Partido, OAB;
- Economia: gasolina, privatização, lei de incentivos, isenção de imposto à pessoas com deficiência, produtores rurais;
- Segurança: porte de armas, tecnologia e forças armadas, direitos aos bombeiros;
- Meio-ambiente;
- Saúde: pandemia Covid-19, contra uso de máscara obrigatório para todos;

- Cidadania: unificação documentos de identidade, símbolos nacional(istas), defesa monarquia, contra uso do pronome neutro, proibição apologia ao nazismo e comunismo, anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão';
- Administração pública: fundo eleitoral e pandemia, propaganda eleitoral, judiciário, prerrogativas parlamentares, Código Eleitoral, judiciário;
- Internet: contra regulação internet a luz da "liberdade de expressão";
- Homenagens: Maria Leopoldina e Princesa Isabel, Dom Pedro II, Olavo de Carvalho.

Major Fabiana

A deputada elaborou 65 proposições, dentre 2 arquivadas e 63 em trâmite. Cinco proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: definição do conceito legal de 'gênero', estupro, aumento da pena para violência contra mulher, aborto;
- Saúde: atendimento para bombeiros e policiais, pessoa com deficiência, pandemia Covid-19, cinoterapia (terapia para cães), contra passaporte da vacina Covid-19;
- Código de Processo Penal Militar;
- Código Penal: posse de arma falsa, prisão especial policiais e bombeiros, proteção policiais e bombeiros, crimes de responsabilidade, código penal de estelionato, homicídios contra crianças, lei de execução penal, idosos;
- Segurança Pública: Fundo Nacional de Segurança Pública, porte de armas, Direitos Humanos e segurança pública, tecnologia e forças armadas;
- Cidadania: anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão', proibição apologia ao nazismo e comunismo, crimes contra a bandeira nacional, defesa símbolos nacionais tais como a bandeira nacional;
- Economia: finanças do estado, teto constitucional, imposto de renda e Fundos dos Direitos da criança e do adolescente, previdência, código tributário nacional, uso de energia elétrica;
- Administração pública: condena propaganda eleitoral dentro das instituições de ensino, liberalização pedágios para agentes públicos, lei dos crimes hediondos, multa civil e administrativa, prerrogativas parlamentares, lei de responsabilidade, lei dos partidos políticos;

- Internet: contra regulação internet a luz da liberdade de expressão, estelionato virtual, crime de "censura das redes sociais";
- Medidas contra o terrorismo, contra a corrupção;
- Código de trânsito;
- Homenagem: Olavo de Carvalho.

Professora Dayane Pimentel

A deputada elaborou 30 proposições, dentre 2 arquivadas, 2 retiradas pela autora e 26 em trâmite. Cinco proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: violência doméstica durante a pandemia, mulheres e prestação de serviço sexual, dados de violência doméstica;
- Estatuto Criança e Adolescente: primeira infância;
- Saúde: plano de saúde, aparelhos hospitalares, SUS, alimentação SUS, agentes de saúde, Covid-19;
- Educação: atendimento psicológico na educação básica, contra cotas raciais ensino médio e técnico, contra cotas raciais ensino superior, meia entrada servidores educação pública, currículo escolar, bibliotecas escolares, propaganda política;
- Internet: proteção de dados;
- Administração pública;
- Transparência sobre posse de terras;
- Código Penal;
- Indiretamente favorece mulheres: estatuto da criança e adolescente e proteção testemunhas de violência, código de processo penal.

Dra Soraya Manato

A deputada elaborou 213 proposições, dentre 10 transformadas em norma jurídica, 12 arquivadas, 4 retiradas pela autora e 187 em trâmite. Dezesete proposições dizem respeito às mulheres.

Temas abordados:

- Gênero: estupro, mulheres e internet, combate à violência contra a mulher, Lei Maria da Penha, licença maternidade, questões de gênero, transexualidade, amamentação, contracepção feminina, código penal, violência sexual e Lei Maria da Penha;

- Administração pública: corrupção, transparência, aeronáutica, concursos públicos, eleição, divulgação pesquisas eleitorais, estatuto jurídico da empresa pública, trabalho portuário, lei de crimes hediondos, multa civil e administrativa, prerrogativas parlamentares, Conselho Nacional de Justiça;
- Alimentação: agropecuária, alimentação na saúde;
- Saúde: pandemia Covid-19, aparelhos hospitalares, idosos, medidas preventivas Covid-19, pessoa com deficiência, remédios, bolsa médico residente, doenças neonatais, telemedicina, vacina Covid-19;
- Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Economia: auxílio médicos, Bolsa Família, direitos do consumidor, auxílio-doença, empréstimos hospitalares, previdência, fies, finanças do estado, financiamento durante a pandemia, impostos, imposto importação, linhas de crédito BNDES, transparência recursos públicos, imposto exportação Mercosul, imposto de renda, empresas privadas, fiscalização, imóveis da União, piso salarial;
- Cidadania: cadastramento armas, código de Processo Civil, passagens aéreas, saneamento básico, uso de energia elétrica, transporte aéreo, anistia para aqueles que cometeram crimes relacionados a política e 'liberdade de expressão';
- Código de Trânsito;
- Código Penal: racismo, Lei dos Juizados, especiais cíveis e criminais, homicídio contra crianças;
- Internet: contra regulação Internet, lei de acesso à informação, divulgação dados pandemia, proteção de dados, fake news, regulação de dados, marco civil da internet, lei de acesso à informação;
- Direitos Humanos: adoção;
- Religião;
- Segurança Pública: forças armadas e tecnologia, suicídio;
- Meio-ambiente: Selo Biocombustível Socioambiental, Selo Biocombustível Social;
- Tráfico de animais;
- Educação: desenvolvimento científico, transporte escolar, aulas presenciais;
- Homenagens e dias feriados: Abril Azul relativo ao acolhimento familiar, Dia do café Conilon (ES), Dia Nacional Médico Radiologista;
- Indiretamente afeta mulheres: tráfico de bebês.

4.4.1. Proposições que abordam gênero

Tabela 8 - Projetos de Lei por Deputadas

Nome Deputada	Total de proposições por deputada	Proposições que abordam questões de gênero e mulheres por deputada	Porcentagem
Dra Soraya Manato	213	17	8%
Professora Dayane Pimentel	30	5	17%
Major Fabiana	65	5	8%
Caroline de Toni	46	5	11%
Alê Silva	50	5	10%
Carla Zambelli	81	9	11%
Chris Tonietto	62	16	26%
Aline Sleutjes	40	2	5%
Bia Kicis	52	3	6%
Joice Hasselmann	54	6	11%

Fonte: A autora, 2022.

Tabela 9 - Projetos de Lei por Ano

Anos	Proposições que abordam questões de gênero e mulheres
2019	14
2020	21
2021	14
2022	9
TOTAL	58

Fonte: A autora, 2022.

Um mesmo projeto de lei pode ser escrito por uma ou mais deputadas e o número total de propostas que abordam questões de gênero e mulheres é de 58 para o período de 2019 a 2022. A seguir, será abordado cada projeto de lei e seu status referente à situação da proposta

em fevereiro de 2023, ou seja, muitos dos PLs podem já ter mudado de status no decorrer da elaboração desta tese.

1. [Projeto de Lei PL 11/2019](#)

Esta é uma proposta de lei de autoria de **Joice Hasselmann (PSL)** que "acrescenta o dispositivo à Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006 para autorizar a autoridade policial a aplicar as medidas protetivas de urgência previstas no inciso II do art. 22 e nos incisos I e II do art. 23 da mesma lei", ou seja, "esta lei dispõe sobre o direito da vítima de violência doméstica ter o seu pedido de medida protetiva concedido pela autoridade policial".

Status: Aguardando Designação - Aguardando Devolução de Relator que deixou de ser Membro.

2. [Projeto de Lei PL 5096/2020](#)

Este projeto de lei "altera o Decreto – Lei 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal - para dispor sobre a audiência de instrução e julgamento nos casos de crimes contra a dignidade sexual." Esta proposta foi transformada em norma jurídica e dispõe de uma nova ementa: esta lei "altera os Decretos-Leis n°s 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas e para estabelecer causa de aumento de pena no crime de coação no curso do processo (Lei Mariana Ferrer)."

Status: Transformado em Norma Jurídica

Esta proposta foi escrita em co-autoria por Lídice da Mata (PSB), Marcelo Nilo (PSB), Wilson da Fetaemg (PSB), João H. Campos (PSB), Tereza Nelma (PSDB), Jandira Feghali (PCdoB), Dulce Miranda (MDB), Rodrigo Agostinho (PSB), Rose Modesto (PSDB), Mara Rocha (PSDB), Iracema Portella (PP), **Joice Hasselmann (PSL)**, Angela Amin (PP), Talíria Petrone (PSOL), Joenia Wapichana (REDE), Tabata Amaral (PDT), Áurea Carolina (PSOL), Sâmia Bomfim (PSOL), Erika Kokay (PT), Luiza Erundina (PSOL), Marília Arraes (PT), Norma Ayub (DEM), Maria do Rosário (PT), Aline Gurgel (REPUBLICANOS), Daniela do Waguinho (MDB) e Fernanda Melchionna (PSOL).

O debate acerca desta lei surgiu após o caso Mariana Ferrer. A influenciadora foi estuprada pelo empresário André de Camargo Aranha e este foi inocentado por "estupro culposo". O caso repercutiu nas redes sociais e vídeos da audiência revelam que a vítima foi humilhada pelo advogado de defesa de Aranha, mostrando, por exemplo, "cópias de fotos

sensuais produzidas pela jovem enquanto modelo profissional antes do crime como reforço ao argumento de que a relação foi consensual"(ALVES, 2020). A fim de evitar que esta situação se repita, foi proposto o seguinte projeto de lei com a justificativa de que "tais circunstâncias nos fazem refletir se o Poder Judiciário está de fato preparado para cuidar dessas mulheres vítimas de violências sexuais"; "a Justiça deve ser local de acolhimento para a mulher e não de tortura psicológica"; "a vítima tem que se sentir segura ao buscar ajuda das autoridades públicas."

3. [Projeto de Lei PL 641/2020](#)

Este projeto de lei "implementa medidas de combate à violência doméstica e familiar" visando "o aumento de pena nos casos de lesão corporal que envolvem relações domésticas, de hospitalidade ou de parentesco" além da "majoração das penas dos crimes de ameaça e contra a honra quando ocorrerem em contexto de violência contra a mulher" e a "inaplicabilidade de escusas absolutórias no caso de violência patrimonial cometida contra a mulher na mesma situação". Segundo os autores, é um projeto de lei importante uma vez que "o relatório Atlas da Violência 2019 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) indica que houve um crescimento dos homicídios femininos no Brasil em 2017, com cerca de 13 assassinatos por dia".

Status: Tramitando em Conjunto.

Esta PL foi escrita em co-autoria por Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM), Dulce Miranda (MDB), Angela Amin (PP), Professora Rosa Neide (PT), Carmen Zanotto (CIDADANIA), Mariana Carvalho (PSDB), Norma Ayub (DEM), João Alberto Soares Neto - Advogado (REDE), Joenia Wapichana (PSB), Rosana Valle (MDB), Elcione Barbalho (MDB), Daniela do Waguinho (PL), Flávia Arruda (PL), Shéridan (PSDB), **Joice Hasselmann (PSL)**, **Major Fabiana (PSL)**, Soraya Santos (PL).

4. [Projeto de Lei 4282/2021](#)

Este projeto de lei, escrito por **Joice Hasselmann (PSL)**, "estabelece diretrizes para capacitação de profissionais de segurança pública e militares das forças armadas, em matérias relativas à violência contra mulher". Este projeto tem por objetivo "otimizar a ação dos membros dos órgãos de segurança pública e militares das Forças Armadas nos crimes contra a mulher, bem como combater a violência que existe nesses mesmos órgãos, de acordo com o

objetivo e diretrizes previstos na Política Nacional de Enfrentamento a Violência contra a Mulher."

Situação: Tramitando em Conjunto

5. [Projeto de Lei 2589/2021](#)

Este projeto de lei visa instituir “o Programa Crédito da Mulher no âmbito das instituições financeiras oficiais federais e dispõe sobre medidas para o fomento ao empreendedorismo feminino por meio do crédito, bem como altera a Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, a Lei nº 13.483, de 21 de setembro de 2017, e a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020”.

Este projeto de lei foi escrito por **Joice Hasselmann (PSL)**, Iracema Portella (PP), Maria Rosas (REPUBLICANOS), Leda Sadala (AVANTE), Celina Leão (PP), Daniela do Waguiño (MDB), Norma Ayub (DEM), Vilson da Fetaemg (PSB), Tereza Nelma (PSDB), Professora Rosa Neide (PT), Jaqueline Cassol (PP), Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM), Mara Rocha (PSDB), Edna Henrique (PSDB), Bia Cavassa (PSDB), Rose Modesto (PSDB), Rosana Valle (PSB), Célio Studart (PV), Tabata Amaral (PDT), Alice Portugal (PCdoB), Pompeo de Mattos (PDT), Angela Amin (PP).

Status: Tramitando em Conjunto

Considerando o contexto da pandemia do Covid-19, o grupo de representantes argumenta que “o momento de pandemia e de crise pelo qual o país passa mostrou que muitas mulheres acabaram se tornando empreendedoras dentro de casa não em razão de terem sido preparadas para isso ou de terem recursos próprios para investir em um pequeno negócio, mas sim pela necessidade de, rapidamente, terem de sustentar toda a sua família, mesmo após perderem o emprego”. Assim, “os bancos públicos e as políticas governamentais são essenciais para melhorar a inserção produtiva e financeira das mulheres, criando projetos libertadores do ponto de vista econômico”.

6. [Projeto de Lei 1234/2022](#)

Este projeto de lei, proposto por **Joice Hasselmann (PSDB)**, “dispõe sobre a criação de Delegacias Especializadas no Combate aos Crimes contra a Diversidade no âmbito dos Estados.” Nesse caso, a autora define diversidade como “o respeito à multiplicidade étnica, cultural, de gênero, religião, cor, procedência nacional e de orientação sexual dos cidadãos, brasileiros ou estrangeiros, em território nacional.”

Status: Aguardando Designação de Relator

7. [Projeto de Lei PL 3492/2019](#)

Este projeto de lei "altera os arts. 75, 121 e 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para prever o homicídio e lesão corporal de criança e adolescente como circunstância qualificadora do crime de homicídio e da lesão corporal e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o homicídio contra criança e adolescente e para impor ideologia de gênero no rol dos crimes hediondos". Segundo os autores, essa lei visa aumentar a pena de reclusão para criminosos que cometerem homicídio por "imposição de ideologia de gênero". Entende-se por "imposição de ideologia de gênero" quando "o crime envolve (i) menosprezo ou discriminação ao sexo biológico; (ii) imposição de ideologia quanto à existência de sexo biológico neutro; e (iii) imposição de ideologia para inversão do sexo biológico".

Esta PL foi escrita em coautoria por **Carla Zambelli (PSL)**, **Bia Kicis (PSL)**, Eduardo Bolsonaro (PSL), e Ottaci Nascimento (SOLIDARIEDADE).

Status: Pronta para Pauta.

O projeto usa como justificativa os casos de assassinato de Rhuan Maycon da Silva Castro e Isabella Nardoni. O primeiro caso diz respeito ao assassinato de um menino de 9 anos, por sua mãe e companheira, por ódio à família do pai da criança; ambas as mulheres foram julgadas e condenadas. Segundo o projeto de lei proposto "há crescente escalada da violência contra crianças no Brasil como exemplo, o menino Rhuan Maycon da Silva Castro, de 9 anos de idade, barbaramente seviciado, torturado, emasculado, a fim de fazê-lo transgênero". O segundo caso diz respeito ao assassinato da menina Isabella Nardoni, que ocorreu em 2008, ao ser jogada pela janela pelo pai e pela madrasta.²⁴ Não há indícios de que estes casos se relacionem com "imposição de ideologia de gênero". Nesse caso, a justificação para elaboração deste projeto não ficou muito clara, o que indicia que pode ter tido uma certa manipulação na narrativa destes casos por parte dos deputados.

8. [Projeto de Lei PL 5112/2020](#)

Este projeto de lei é de autoria da deputada **Bia Kicis (PSL)** e "altera a redação do parágrafo único do artigo 83, dos artigos 213, caput e §§ 1º e 2º e 217-A, caput e §§ 3º e 4º, todos do Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) e acrescenta o artigo

²⁴ Memória Globo. [Caso Isabella Nardoni](#). G1. Publicado em: 28/10/2021. Acesso em: 01/12/2022.

2º-A à Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990". Nesse caso, este projeto de lei propõe que "para o condenado por crime doloso, cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, a concessão do livramento ficará também subordinada à constatação de condições pessoais que façam presumir que o liberado não voltará a delinquir", nos casos dos crimes previstos nos artigos 213 e 217-A - crime de estupro e estupro de vulnerável - "somente poderá ser concedido se o condenado já tiver concluído, com resultado satisfatório, tratamento químico voluntário para inibição do desejo sexual", ou seja, castração química. Segundo o PL, "a castração química consiste em uma forma temporária de restrição da libido, onde o uso de medicamentos hormonais ocasionará a perda do apetite sexual do indivíduo do sexo masculino".

Status: Tramitando em Conjunto.

9. [Projeto de Lei PL 3396/2020](#)

Este projeto de lei "estabelece o sexo biológico como o único critério para definir o gênero dos atletas em competições organizadas pelas entidades de administração do desporto no Brasil". A justificativa é de que "a participação de transexuais no esporte deve ser pautada pelo respeito à realidade, que faz com que a questão esteja centrada na participação de mulheres transgêneros em ligas esportivas femininas". A ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel é citada por ter dito que "ideologias não podem se sobrepôr à biologia humana, a ponto de transformar o 'politicamente correto' em 'politicamente insano'". Segundo as autoras, "se continuarmos a ignorar a tirania do politicamente correto e aplaudir a desigualdade em nome da igualdade, brevemente teremos seleções femininas compostas basicamente por transexuais". Assim, segundo elas, "não se pode permitir que a inclusão de uns implique a exclusão de outros, como ocorre no caso de atletas transgêneros ingressando no esporte feminino, o que, a médio e longo prazo, implicará a exclusão das mulheres".

Este PL foi escrito em coautoria por **Bia Kicis (PSL)**, **Dra Soraya Manato (PSL)**, Paula Belmonte (CIDADANIA), **Alê Silva (PSL)**, Mara Rocha (PSDB), Lauriete (PL), **Aline Sleutjes (PSL)**, **Major Fabiana (PSL)**.

Status: Tramitando em Conjunto

10. [Projeto de Lei 2014/2022](#)

Este projeto de lei "altera o artigo 7 inciso III da Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha -, sobre o conceito de violência sexual." Na prática, este projeto de lei visa excluir do inciso III art 7 os seguintes trechos:

"Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I -

II -

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, [à gravidez], ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; [ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos];"

Esta proposta foi escrita por Carla Dickson (UNIÃO); **Aline Sleutjes (PROS)**; Nelho Bezerra (?); Sóstenes Cavalcante (PL); **Dra. Soraya Manato (PTB)**; Greyce Elias (AVANTE); João Campos (REPUBLICANOS); Alan Rick (UNIÃO); Diego Garcia (REPUBLICANOS); Luiz Lima (PL); Enrico Misasi (MDB); Osmar Serraglio (PP); Eliza Virgínia (?); Pastor Eurico (PL); **Alê Silva (REPUBLICANOS)**; **Caroline de Toni (PL)**.

Status: Aguardando Designação de Relator

Esta proposta de lei surgiu após o caso de uma menina de 11 anos que foi estuprada e teve o direito de abortar em junho de 2022, em Santa Catarina (BORGES, 2022). Como reação, os deputados propuseram essa mudança na legislação para proteger o ‘nascituro’, sob a ótica da proteção dos direitos humanos. Nesse caso, os autores não consideram um ato de violência sexual uma pessoa induzir a outra à gravidez, o que na realidade, pode ser interpretado como estupro.

11. [Projeto de Lei PL 4150/2019](#)

Este projeto de lei, escrito por **Chris Tonietto (PSL)**, "dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil". A nova redação sendo: "Art. 2º A personalidade civil do ser humano começa desde a sua concepção."

Ela alega que:

"Diz o artigo 2º do atual Código Civil, de 2002: "A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida". Logo, o nascituro ainda não é pessoa. Será pessoa, isto é, sujeito de direitos, se nascer com vida. Sem prejuízo, continua o mesmo artigo: "(...) mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro". Logo, o nascituro tem direitos, portanto, é pessoa desde a concepção.

Status: Pronto para Pauta.

12. [Projeto de Lei PL 4149/2019](#)

Este projeto de lei é de autoria da deputada **Chris Tonietto (PSL)** e visa instituir a Semana Nacional do Nascituro. Segundo a PL, "a Semana do Nascituro tem como objetivo: (i) a promoção de políticas públicas que visem a melhor proteção ao nascituro; (ii) a propagação de ações que valorizem a vida desde a concepção; e (iii) a realização de debates, palestras, seminários, congressos e prêmios que abordem a temática da defesa da vida e promovam ações concretas de combate à Cultura da Morte." O nascituro nesse caso se refere aos "bebês ainda não nascidos, frágeis e sem voz no ventre materno". Para a autora, "a afirmação dos direitos do nascituro por esta Casa é [...] a defesa de nossa democracia". Por fim, ela alega que "a Semana Nacional do Nascituro, uma vez estabelecida, preste o devido respeito aos milhares de bebês assassinados anualmente no ventre de suas mães, e contribua para o fortalecimento de uma cultura de valorização da vida e de responsabilidade pessoal e social em nosso país". A implicação desta lei é o reconhecimento de status de indivíduo para fetos ainda no ventre de suas mães e permite assim um pretexto legal contra o aborto.

Status: Tramitando em Conjunto

13. [Projeto de Lei PL 2893/2019](#)

Este projeto de lei "revoga o art. 128 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal)", ou seja, "revoga o dispositivo que trata do aborto necessário e do aborto em caso de estupro". Esta lei foi escrita por **Chris Tonietto (PSL)** e Filipe Barros (PSL). Como justificativa para revogar o aborto legal - que só é permitido em caso de estupro ou quando é uma gravidez de risco - os autores alegam que "uma simples leitura atenta do artigo 128 do Código Penal bastaria para concluir que nele não está contido um direito de abortar, mas tão-somente uma não aplicação da pena após o fato já consumado". Para eles, "a expressão 'não se pune', que inicia o caput do artigo, não nos permite ir além". Assim, segundo eles, "é difícil imaginar o caso em que a morte do bebê, por si só, —cause a salvação da vida da gestante, seja um —meio utilizado para curá-la"; na verdade, "a morte do nascituro não traz benefício algum para a gestante". O nascituro, como sujeito e detentor de direitos não seria: "capaz de praticar atos culpáveis (por exemplo, uma agressão injusta) que lhe tire o direito à vida. Das três pessoas envolvidas no crime do estupro — o estuproador, a mulher estuprada, a criança concebida — certamente não se poderá negar a absoluta inocência da última. A provocação de sua morte é uma injustiça monstruosa, cuja arbitrariedade fere frontalmente os dispositivos constitucionais que protegem a vida".

Status: Aguardando Parecer

14. [Projeto de Lei PL 564/2019](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Chris Tonietto (PSL)**, "dispõe sobre a representação e defesa dos interesses do nascituro". Segundo ela, "a presente lei tem o objetivo de suprir uma lacuna no ordenamento jurídico brasileiro, no que se refere à definição explícita acerca da representação legal dos interesses da pessoa humana já concebida e ainda não nascida". A consequência deste projeto de lei seria que "nos processos judiciais em que se discuta interesses de nascituro será obrigatória a intervenção do Ministério Público, que funcionará como fiscal da lei". Assim, o objetivo desta lei é conferir o status de sujeito ao feto, um ente detentor de direitos que implica na perda de voz da mulher, gestora do feto.

Status: Tramitando em Conjunto

15. [Projeto de Lei PL 2787/2020](#)

Este projeto de lei, de co-autoria entre **Chris Tonietto (PSL)** e **Major Fabiana (PSL)**, "altera o inciso I do § 2º do art. 218-B do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), dando-lhe nova redação, a fim de estender os efeitos da norma para quando o crime de que trata o artigo for cometido contra pessoa de idade igual a 14 (quatorze) anos". Na realidade, este projeto de lei visa cobrir uma lacuna na legislação já existente referente ao crime de exploração sexual. Segundo as autoras, "é de comum entendimento jurisprudencial e doutrinário que a conduta de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa menor de 14 (quatorze) anos é tipificada pelo art. 217-A do Código Penal, ao passo que praticar a mesma conduta contra pessoa maior de 14 (quatorze) anos e menor de 18 (dezoito) é incursa no inciso I do § 2º do art. 218-B do mesmo diploma legal." Contudo "aquele que comete o ato anteriormente expresso contra alguém no dia do 14º (décimo quarto) aniversário de sua vítima, comete fato atípico, ou seja, não é passível de responsabilização de qualquer forma".

Status: Aguardando Parecer

16. [Projeto de Lei PL 1979/2020](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Chris Tonietto (PSL)**, "altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a fim de incluir o nascituro no âmbito da proteção integral de que trata a Lei". Assim, "considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa desde a sua concepção até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade". Segundo a autora, "o direito à vida é, inegavelmente, o maior e mais importante dos direitos, já que, para se fruir das demais categorias de direitos, é necessário

estar vivo". Assim, "em virtude de todo o sistema jurídico nacional, faz-se mister proteger os direitos do nascituro, reconhecendo-lhe o status de pessoa, em igualdade de condições com os já nascidos". Observa-se que a deputada está tentando criar uma rede robusta de leis contra o aborto legal.

Status: Tramitando em Conjunto

17. [Projeto de Lei PL 1977/2020](#)

Este projeto de lei, escrito por **Chris Tonietto (PSL)**, **Carla Zambelli (PSL)**, Filipe Barros (PSL), João Campos (REPUBLICANOS), Eros Biondini (PROS) e Francisco Jr.(PSD) "altera e revoga dispositivos da Lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, a fim de aprimorar sua redação", mas foi retirado pelo autor. Contudo, sua justificativa era de que " na atual redação do inciso IV do artigo 3º da Lei ("profilaxia da gravidez") que se busca alterar, há o uso incorreto do termo "profilaxia", sabidamente definido como "utilização de procedimentos ou recursos que buscam prevenir doenças". Também, "relativizar o termo "violência sexual" (conforme artigo 2º) acaba por afrontar dois fatores essenciais que devem permear nosso ordenamento jurídico, quais sejam: a busca pela justiça – poder-dever inalienável do aplicador do direito – e a eficácia das normas jurídicas – que vem a ser quando tais normas produzem o efeito desejado pelo legislador".

Status: Retirado pelo Autor

18. [Projeto de Lei PL 1945/2020](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Chris Tonietto (PSL)**, "altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fins de inclusão de causa de aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia ou malformação do feto" [...] "em razão do comprometimento do Estado brasileiro com a vida em todos os seus momentos, desde a concepção até a morte natural". Segundo a autora: "A prática das mais contrárias à lei natural, o aborto fere de forma claríssima o código moral que todo homem traz inscrito em sua consciência, e que pertence ao patrimônio comum de todos os povos, religiões e culturas. O aborto é sempre um homicídio, ou pelo menos o risco que se corre cegamente de cometê-lo. E pior, trata-se de um crime cometido contra a vítima mais frágil que se pode imaginar: a do bebê no ventre de sua mãe!".

Status: Tramitando em Conjunto

19. [Projeto de Lei PL 581/2020](#)

Este projeto de lei, escrito por **Chris Tonietto (PSL)**, "altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de dispor sobre a imprescritibilidade dos crimes dolosos contra a vida." Assim, "o presente Projeto de Lei tem por objetivo primordial tornar imprescritíveis os crimes dolosos contra a vida, discriminados na parte especial do Código Penal, no Título Dos Crimes Contra a Pessoa, Capítulo I, Dos Crimes contra a Vida, quais sejam: homicídio, induzimento, instigação ou auxílio ao suicídio, infanticídio e aborto". Segundo a autora:

"Nos casos referentes ao aborto, contudo, há grande dificuldade de justa aplicação das penas devidas, principalmente por conta da grande pressão político-ideológica (que já constitui uma força permanente, justificando a necessidade de apresentação desta proposição) que, através dos mais diversos recursos jurídicos, vem conseguindo, gradualmente e através da multiplicação de casos excepcionais em que não caberia punição, legalizar na prática o homicídio intrauterino".

Status: Tramitando em Conjunto

20. [Projeto de Lei PL 580/2020](#)

Este projeto de lei, escrito por **Chris Tonietto (PSL)** e Carla Dickson (PROS), "inclui a alínea e ao inciso I do art. 7º do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), a fim de prever a aplicação da extraterritorialidade incondicionada aos crimes dolosos contra a vida, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil". Ou seja, esta proposta tem por objetivo "tipificar, no rol de hipóteses do inciso I do art. 7º do Código Penal, a aplicação da extraterritorialidade incondicionada (§1º do mesmo artigo) aos crimes dolosos contra a vida cometidos sob jurisdição estrangeira por brasileiros ou domiciliados no Brasil, mesmo que não previstos juridicamente no país onde o fato tenha ocorrido." O objetivo desta lei é incriminar mulheres que realizem um aborto em um outro país, mesmo que neste país o aborto seja legalizado.

Status: Aguardando Designação de Relator

21. [Projeto de Lei 1938/2021](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Chris Tonietto (PSL)**, "dispõe sobre a afixação de placas informativas, nas unidades públicas e privadas de saúde situadas no território nacional, versando sobre a Entrega Legal, instituída pela Lei nº 13.509, de 22 de novembro de 2017." A autora visa dar mais visibilidade ao Instituto da Entrega Legal, "que dispõe sobre a possibilidade

de entrega de nascituro ou recém-nascido à Justiça da Infância e da Juventude", que, segundo ela, "infelizmente ainda não é satisfatoriamente conhecido."

Status: Tramitando em Conjunto

22. [Projeto de Lei 1515/2021](#)

Este projeto de lei, apresentado por **Chris Tonietto (PSL)**, visa acrescentar "parágrafo único ao art. 4º da Lei nº 13.989, de 15 de abril de 2020, a fim de vedar a realização de qualquer procedimento de natureza abortiva na modalidade ‘telemedicina’”. A autora alega que: "tendo em vista a conjuntura de promoção e incentivo ao aborto por parte dos que podem ser chamados de ‘promotores da cultura da morte’, no Brasil, este Projeto de Lei objetiva reprimir a ação de tais indivíduos que, aproveitando-se do contexto de crise sanitária pela qual o país passa, estão se utilizando de forma oportunista da vigência da Lei nº 13.989/20, que autoriza a prática da chamada ‘telemedicina’ em caráter emergencial enquanto durar a crise ocasionada pelo coronavírus (SARS-CoV-2), para disseminar a prática delituosa do aborto." Em suma, a então deputada acredita que mulheres têm se aproveitado da telemedicina para a realização de abortos e, com este projeto de lei, visa combater este fenômeno. Além disso, ela argumenta que haveria um "profundo engajamento de pessoas e entidades ligadas à Organização das Nações Unidas (ONU) interessadas na promoção do aborto no Brasil, como é o caso de alguns organismos internacionais, que têm por objetivo difundir a cultura da morte".

Status: Pronta para Pauta

23. [Projeto de Lei 434/2021](#)

Este projeto de lei, proposto por **Chris Tonietto (PSL)** e **Alê Silva (REPUBLICANOS)**, visa instituir o "Estatuto do Nascituro, que dispõe sobre a proteção integral do nascituro e dá outras providências."

Pontos relevantes do estatuto:

"Art. 2º Nascituro é o indivíduo humano concebido, mas ainda não nascido."

"Art. 8º Ao nascituro é assegurado, no Sistema Único de Saúde, o atendimento em igualdade de condições com a criança já nascida."

"Art. 13 O nascituro concebido em razão de ato de violência sexual goza dos mesmos direitos de que gozam todos os nascituros,"

"Art. 14 Jamais será admitido causar diretamente a morte do nascituro"

O Art. 14 é o mais relevante, pois impossibilitaria em qualquer condição o aborto.

Status: Tramitando em Conjunto.

24. [Projeto de Lei 299/2021](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Chris Tonietto (PSL)**, "dá nova redação ao artigo 5º da Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, a fim de proibir qualquer forma de manipulação experimental, comercialização e descarte de embriões humanos."

Para a deputada a "premissa de que existe vida humana desde a concepção" é incontestável, ainda segundo ela, "a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), ratificada pelo Brasil desde 1992, deixa claro, em seu Artigo 3, que "toda pessoa tem direito ao reconhecimento de sua personalidade jurídica"" assim dando personalidade jurídica ao embrião desde a sua concepção.

Status: Tramitando em Conjunto

25. [Projeto de Lei 1893/2022](#)

Este projeto de lei, escrito por **Chris Tonietto (PL)**, "cria e estabelece que seja regulado, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, conselho consultivo de combate aos crimes contra a vida." A proposta para esta lei é criar o Conselho Nacional de Combate aos Crimes Contra a Vida, no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública. Nesse caso, o órgão possuiria "natureza consultiva, sugestiva e de acompanhamento das ações que prezem pela inviolabilidade do direito à vida, na forma de: I - prevenção do crime de homicídio e suas qualificadoras, definidos pela legislação penal; II - combate aos crimes de aborto e de infanticídio, definidos pela legislação penal; III - combate às formas de atentado indireto contra os incisos anteriores." Assim, a deputada alega que "a presente proposição objetiva fortalecer as ações voltadas à defesa da vida e aos combates dos crimes contra a vida, ora tipificados pelo Código Penal Brasileiro".

Status: Devolvida ao Autor

26. [Projeto de Lei 1753/2022](#)

Este projeto de lei, escrito por **Chris Tonietto (PL)**, "acrescenta dispositivos à Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014, a fim de que as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil atendam aos interesses do nascituro, da criança e do adolescente." Segundo a deputada, o objetivo desta proposta é vedar "parcerias por parte da Administração Pública com organizações da sociedade civil que tenham interesse na promoção da legalização do aborto, além de inserir a defesa do nascituro, da criança e do adolescente no rol de princípios e valores da Lei que se busca aperfeiçoar." Ela cita o exemplo da Fundação

MacArthur, que atuaria em prol da "promoção do aborto e, de forma indireta, sob o codinome de "direitos sexuais e reprodutivos"". Ela também cita entidades, tais como "Católicas" pelo Direito de Decidir, CFEMEA, SOS - Corpo – Gênero e Cidadania etc".

Status: Aguardando Designação de Relator

27. [Projeto de Lei PL 3635/2019](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Carla Zambelli (PSL)**, **Alê Silva (PSL)** e Filipe Barros (PSL), visa garantir à gestante a "possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal", no sistema público de saúde. Segundo os autores, o intuito deste projeto é "conferir voz às mulheres que, desde sempre, foram caladas pelo sistema e, por incrível que pareça, agora, são caladas por aqueles que costumam se apresentar como defensores dos oprimidos". Para eles, "ocorre que as mulheres mais vítimas de negativa de analgesia e de negativa do procedimento solicitado são as pobres e negras", assim "este é um projeto de lei que preserva a vida, a saúde e a dignidade humana, importantíssimos direitos fundamentais". Este projeto implicaria na "inclusão social", uma vez que "as mulheres da rede privada (particular ou conveniada) têm o direito de escolher não sentir dor e de recorrer a um procedimento que, sabidamente, salva mulheres e crianças" e eles acreditam que o mesmo deve ser conferido às mulheres na rede pública.

Status: Tramitando em Conjunto

28. [Projeto de Lei PL 1787/2019](#)

Este projeto de lei "altera a Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016, e a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, para ampliar os direitos de mães, pais e crianças vítimas de microcefalia e sequelas neurológicas decorrentes de doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*". A justificativa é de que a "Lei nº 13.301, de 27 de junho de 2016, foi aprovada no Brasil como uma resposta do Estado frente à epidemia causada pelo zika vírus em 2015 e que esteve associada ao aumento do número de recém-nascidos com microcefalia" [...] contudo, "a Associação Nacional dos Defensores Públicos Estaduais – ANADEP ingressou com uma ação direta de inconstitucionalidade – ADI nº 5.581/DF, cumulada com arguição de descumprimento de preceito fundamental, pedindo, entre outras coisas, o 'aborto preventivo', em que a mulher, angustiada com a possibilidade de vir a ter um filho com deficiência, poderia pedir o aborto"; "trata-se, outrossim, de um pedido de um aborto eugênico". Logo, "para sanar quaisquer

dúvidas com relação à nossa intenção de proteger a família, a mãe, e a criança, propomos o seguinte projeto de lei que atende a tudo o que pede a ADI 5581, menos o aborto".

O projeto foi escrito por Diego Garcia (PODEMOS), Ossesio Silva (PRB), Renata Abreu (PODEMOS), Pastor Sargento Isidório (AVANTE), Jesus Sérgio (PDT), **Carla Zambelli (PSL)**, Liziane Bayer (PSB), João Campos (PRB), Enrico Misasi (PV), Alan Rick (DEM), David Soares (DEM), Francisco Jr. (PSD), Marcos Pereira (PRB), Miguel Lombardi (PR), Eros Biondini (PROS), Dr. Jaziel (PR), Gilberto Nascimento (PSC), Schiavinato (PP), e Lincoln Portela (PR).

Status: Tramitando em Conjunto

29. [Projeto de Lei 3518/2021](#)

Este projeto de lei, escrito por **Alê Silva (PSL)** e **Carla Zambelli (PSL)**, visa criar o "Fundo Para Promoção e Proteção da Saúde Menstrual", que teria por finalidade "receber doações para a aquisição e distribuição de absorventes íntimos femininos".

As autoras saem de defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro que vetou dispositivos do PL 4968/2019 que "Institui o Programa de Fornecimento de Absorventes Higiênicos nas escolas públicas que ofertam anos finais do ensino fundamental e ensino médio" alegando que faltava ordenamento jurídico à proposição. Além disso, elas alegam que "é importante destacar que nosso governo não é contra políticas para classes mais necessitadas", mas sim contra "o assistencialismo demagógico"; o governo apoiaria "cidadãos livres da dependência ao Estado, com capacidade laboral e capazes de suprirem suas próprias necessidades".

Status: Tramitando em Conjunto

30. [Projeto de Lei 3245/2021](#)

Este projeto de lei, escrito por **Carla Zambelli (PSL)**, visa estabelecer "como critério de desempate em concursos públicos a preferência para candidata do sexo feminino em tratamento ou em período de remissão de câncer". Neste sentido, esta seria uma prática importante para "contribuir para uma melhoria na qualidade de vida da pessoa com câncer e de seus familiares, bem como que possam proporcionar um bem-estar pessoal, social e econômico a estes."

Status: Aguardando Designação de Relator

31. [Projeto de Lei 232/2021](#)

Este projeto de lei, escrito por **Carla Zambelli (PSL)** e **Major Fabiana (PSL)**, "altera o inciso IV do artigo 3º da lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para tornar obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual". Segundo as autoras: "o presente projeto de lei tem por objetivo melhorar o cenário da saúde da mulher no Brasil, de modo que se torne obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual"; "no atual contexto brasileiro, não há obrigatoriedade da comprovação do abuso sexual para realização do aborto, o que configura uma abertura maior para pessoas adeptas à ideologia do aborto como, por exemplo, mulheres que não são vítimas de violência sexual, mas procuram o atendimento do SUS para interromper a gravidez indesejada."

Status: Tramitando em Conjunto

32. [Projeto de Lei 883/2022](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Carla Zambelli (PSL)**, "altera o Código Civil para incluir disposições referentes ao direito do nascituro e cria, no Código Penal, o crime de incitação ao aborto. Nesse caso, os criminosos seriam "aqueles que defendem, estimulam ou validam o assassinato de fetos praticam condutas que são reprováveis à luz dos valores sobre os quais a nossa sociedade foi formada". Segundo a deputada, "o aborto é uma prática sem qualquer respaldo constitucional, legal, moral ou social, portanto, é simples a caracterização do aborto como uma conduta ilícita: simplesmente não encontra lastro na Constituição, que assegura o direito à vida como inviolável, e encontra expressa vedação no Código Civil, que assegura a integralidade dos direitos do nascituro, e no Código Penal, que expressamente tem tal conduta por tipificada como crime". A proposta baseia-se quatro pilares: "1) assegura aos nascituros máxima proteção, impedindo que possa o Poder Judiciário extrapolar, neste aspecto, aquilo que o povo brasileiro decidiu através de seus representantes eleitos e positivado em lei; 2) possibilita que avós de crianças assassinadas pelos pais possam deserdar estes de sua herança; 3) proíbe a prática profissional por aqueles que cometam tal crime; e 4) aumenta a pena daqueles que promovam a incitação pública de sua prática."

Status: Tramitando em Conjunto

33. [Projeto de Lei 464/2022](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Carla Zambelli (UNIÃO)**, "altera o Código Penal, para prever hipóteses de agravamento de penas, e altera o crime de estelionato", neste caso, relativo à exploração sexual. A autora alega que há "possibilidade de avanço na proteção jurídica a pessoas em situação de vulnerabilidade que sejam vítimas de fraudes, e, ainda a necessidade de reprimenda a pessoas que, mediante meios fraudulentos, captam recursos para, por meio da prática de "turismo sexual" ou outras formas de exploração de pessoas, atingirem satisfação pessoal, especialmente quando as vítimas se encontram em estado de vulnerabilidade, seja econômica, política ou social, em razão de conflitos, guerras e outras calamidades."

Status: Aguardando Designação de Relator

34. [Projeto de Lei PL 5385/2020](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Caroline de Toni (PSL)**, "estabelece medidas de proteção ao direito dos estudantes brasileiros ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com a norma culta e orientações legais de ensino, na forma que menciona", isto é, contra o uso da linguagem inclusiva, como o uso do pronome neutro. Para a autora "é absolutamente autoritário, ditatorial e antidemocrático que movimentos de minorias, tais como os que propagam o chamado 'dialeto' ou 'linguagem não-binária ou neutra', que hodiernamente toma de assalto as escolas, pretendam modificar a língua oficial impondo diretamente nas salas de aula, o ensino de uma linguagem que substitua a gramática e a língua oficial, sem antes ter submetido tal pretensão a uma decisão geral da nação, após amplo debate social, político, filosófico e jurídico e sem aprovação maciça da população brasileira".

Status: Tramitando em Conjunto

35. [Projeto de Lei PL 4213/2020](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Caroline de Toni (PSL)**, "altera a Lei nº 9.504/97 para extinguir a reserva mínima de 30% das vagas para mulheres nas candidaturas para mandatos eletivos preenchidos pelo sistema proporcional". Para a autora, "para além de toda carga ideológica que cerca o tema igualdade de gênero, o fato é que, estritamente do ponto de vista prático, desde que essa famigerada cota foi inserida na legislação eleitoral pela Lei nº 12.034/2009, os partidos políticos têm enfrentado uma série de problemas com aplicação da referida norma". Além disso, ela argumenta que "conquanto seja louvável o incentivo à participação feminina na política, é inegável que infelizmente apenas uma parcela muito

pequena das mulheres de fato se interessa por desenvolver atividade político-partidária"; "por óbvio, é desejável que com o passar do tempo essa disparidade seja vencida." A chave argumentativa da autora passa pela dificuldade enfrentada pelos partidos políticos e não pela chave da defesa dos direitos das mulheres; para ela a intenção deste projeto está "longe de tentar marginalizar a participação feminina nas eleições", mas está "tentando minimizar a insegurança jurídica por que passam os partidos políticos durante o processo eleitoral".

Status: Tramitando em Conjunto

36. [Projeto de Lei 3944/2021](#)

Este projeto de lei, escrito por **Caroline de Toni (PSL)**, "disciplina o acesso ao prontuário médico nos casos de suspeita de crime contra dignidade sexual praticado contra crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou incapazes sob qualquer forma."

Pela lei atual, "a propriedade do prontuário médico é do paciente, não do médico", ou seja, o médico não pode revelar o conteúdo do prontuário sem a autorização do paciente. Contudo, a autora identificou uma brecha: "nos casos de suspeita de crime contra dignidade sexual praticado contra crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência ou incapazes sob qualquer forma, o direito de acesso ao prontuário pode restar nas mãos do perpetrador – o responsável legal –, que naturalmente negará sua liberação à autoridade policial", além disso, o "tempo necessário até a obtenção de uma ordem judicial é injustificável, porque durante ele o criminoso pode fugir, ou mesmo novos abusos ocorrer". Logo, essa proposta visa minimizar essa brecha permitindo que quando se trata de violência contra a dignidade sexual não seja preciso autorização do responsável legal.

Status: Aguardando Parecer.

37. [Projeto de Lei 2146/2022](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Caroline de Toni (PL)**, "dispõe o sexo biológico como definidor das modalidades femininas e masculinas nas competições esportivas no território brasileiro.

A autora argumenta que: "infelizmente, um dos assuntos que mais vem ganhando terreno na atualidade, o qual se camufla como uma agenda positiva e altruísta, é "igualdade de gênero", que vai muito além da paridade de direitos e oportunidades entre homens e mulheres." Para ela, o conceito de igualdade de gênero vai contra o princípio de família: "o referido assunto [igualdade de gênero], vendido pelos setores mais ideologizados da sociedade (jornais, universidades e show business em geral) como o caminho ideal para a sociedade perfeita,

esconde uma agenda perversa e maligna que tem por objetivo desconstruir os conceitos nucleares de homem, mulher e família"; "muito embora aqui não tenha como discorrer sobre todos os pútridos argumentos apresentados pelos defensores dessa agenda (o que inclui até mesmo a eterna luta de classes preconizada por marxistas), o fato é que essa "igualdade de gênero" pretende sim causar uma confusão mental sobre o que é feminino, o que é masculino e o que é uma família". Ela conclui que: "a luta por uma justa igualdade entre homens e mulheres é um óbvio e inegável dever de todo parlamentar brasileiro, porém dar azo às mais desarrazoadas ideologias através da confusão dos conceitos naturais de homem, mulher e família é uma afronta ao bom senso e à própria noção de justiça". Em suma, a autora associa uma ideologia política ao conceito de gênero.

Status: Tramitando em Conjunto

38. [Projeto de Lei PL 2578/2020](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Major Fabiana (PSL)** e Filipe Barros (PSL), "determina que tanto o sexo biológico como as características sexuais primárias e cromossômicas definem o gênero do indivíduo no Brasil". Assim esta lei estabelece que:

"Art. 1º. O gênero de um indivíduo é baseado no sexo biológico ao nascer e nas características sexuais primárias e cromossômicas.

Parágrafo Único. Entendem-se como características sexuais primárias e cromossômicas aquelas que o indivíduo possui no momento de seu nascimento."

Segundo os autores, "nas últimas décadas o termo "gênero" tem recebido significados múltiplos, provocado grandes confusões no campo legislativo e favorecido grupos de pressão hostis à instituição da família". Nesse sentido, "ideólogos ligados às tendências mais extremistas do feminismo mundial, estrategicamente, passaram a usar o termo com um significado inventado por eles mesmos". Os autores alegam que "segundo os defensores desse novo conceito, gênero seria apenas um papel social flexível e fluido que cada um representaria como e quando quisesse, independentemente do que a biologia determine como tendências masculinas e femininas"; nesse sentido, os autores acreditam que é uma teoria "desprovida de embasamento científico sério e contradiz diretamente descobertas no campo das neurociências" e são, portanto, contra o que se chama "ideologia de gênero". Além disso, para os deputados "é importante destacar, contudo, que para esses ideólogos, seu novo conceito de "gênero" é diferente da homossexualidade, na qual um indivíduo sente atração por outro do mesmo sexo"; "eles chegam a negar a origem sexual biológica e suas consequências, afirmando que ninguém nasce homem ou mulher, mas que cada indivíduo deve construir sua própria identidade, isto é,

seu gênero, ao longo da vida", ideia que os autores acham inconcebível. Para eles, "diante do exposto, fica evidente a diferença entre a que o legislador comum se refere quando usa o termo – que seria um sinônimo para sexo biológico – e o que os entusiastas da ideologia de gênero querem que ele signifique".

Status: Aguardando Designação de Relator

39. [Projeto de Lei PL 3223/2020](#)

Este projeto de lei, escrito pela **Professora Dayane Pimentel (PSL)**, "assegura medidas de combate e prevenção à violência doméstica, durante a vigência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, ou enquanto durarem medidas de quarentena e restrições de atividades no contexto da pandemia do COVID-19 (Novo Corona vírus)".

Segundo a autora, "no atual momento de isolamento social é indiscutível o aumento de violência doméstica" [...] "dados recentes divulgados por plantões judiciários e centros de apoio à mulher mostram que o confinamento, por conta da pandemia de coronavírus, elevou em 50% os casos de violência doméstica em estados como o Rio de Janeiro e São Paulo". Assim, "o presente Projeto de Lei visa buscar maior segurança neste tempo de isolamento social, em que a mulher é de certa forma obrigada a conviver com o agressor por 24h, gerando confiança através das visitas periódicas feitas por policiais, para essas mulheres vítimas de violência doméstica"; "como exemplo, temos a ‘Patrulha Maria da Penha’ que são grupos de policiais voluntários, onde o seu principal objetivo é evitar a reincidência da violência contra a mulher e o feminicídio".

Status: Arquivada.

40. [Projeto de Lei 4534/2021](#)

Este projeto de lei visa acrescentar "o Capítulo I - B ao Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tratar do crime de condicionamento de dever de ofício à prestação de atividade sexual."

Esta proposta foi escrita por Tabata Amaral (PSB); Felipe Rigoni (PSL); Fábio Trad (PSD); Alex Manente (CIDADANIA); Aureo Ribeiro (SOLIDARIEDADE); Adriana Ventura (NOVO); Carla Dickson (PROS); Roberto de Lucena (PODE); **Professora Dayane Pimentel (UNIÃO)**; Tiago Mitraud (NOVO); Professor Israel Batista (PV); Lucas Gonzalez (NOVO); Rodrigo Agostinho (PSB); Leda Sadala (AVANTE); Alexis Fonteyne (NOVO); Bira do Pindaré (PSB);

Os autores tinham em vista elaborar uma lei que equivalesse ao termo em língua inglesa "sextortion", que trataria-se de "uma forma de corrupção, em que a vantagem indevida é a prática de um ato sexual exigida da vítima". Contudo, essa definição seria falha, "por não alcançar, por exemplo, o professor que condiciona a aprovação de uma aluna à prática de um ato sexual, ou o profissional de saúde que condiciona a feitura de um laudo à atividade sexual por parte da vítima". Assim, eles estabeleceram esta lei, com pena de reclusão, de dois a seis anos, "para a mera conduta de condicionar a prestação de serviço ou a prática de ato de ofício à atividade sexual por parte da vítima"; "no caso de o ato sexual ser efetivamente praticado, a pena cominada é de reclusão, de seis a dez anos, a mesma pena cominada ao estupro simples (CP, art. 213, caput)."

Status: Pronto para Pauta.

41. [Projeto de Lei 3666/2021](#)

Este projeto de lei, escrito por **Professora Dayane Pimentel (PSL)**, "dispõe sobre a criação de banco de dados contendo informações relevantes sobre pessoas condenadas por violência doméstica". A ideia é que o Poder Executivo crie "um cadastro nacional de pessoas condenadas por violência doméstica ou intrafamiliar, em quaisquer de suas formas, inclusive as relacionadas a crianças e adolescentes e idosos, para consulta pública". O banco de dados proposto é "uma iniciativa para tentar diminuir a dimensão desse problema, ao permitir que qualquer cidadão tenha acesso a informações sobre acusados de violência doméstica, em quaisquer de suas formas, com o objetivo de evitar potenciais reincidências."

Status: Aguardando Parecer.

42. [Projeto de Lei 2608/2022](#)

Este projeto de lei, escrito por **Professora Dayane Pimentel (UNIÃO)**, visa alterar "os arts. 10 e 46, do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, aumentando os prazos para a conclusão do inquérito policial e para o oferecimento da denúncia, quando se tratar de crime hediondo ou equiparado". Esta lei favorecerá indiretamente as mulheres que sofrem de violência sexual e o inquérito para feminicídio.

Status: Tramitando em Conjunto.

43. [Projeto de Lei 1502/2022](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Professora Dayane Pimentel (UNIÃO)**, altera a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que "Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e

do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)." Esta proposta visa favorecer a proteção de crianças que testemunham contra crimes de violência, como por exemplo, violência doméstica ou violência contra mulheres.

Status: Aguardando Designação de Relator.

44. [Projeto de Lei PL 5445/2019](#)

Este projeto de lei, de **Dra Soraya Manato (PSL)**, "dispõe sobre nova hipótese de anulação do casamento e disciplina matéria correlata, alterando os artigos 1.557, 1.559 e 1.560 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e dá outras providências", no caso "incluir entre as causas de anulação do casamento, por vício de vontade, a omissão, por parte de um dos cônjuges, da condição de transgenitalização".

Status: Aguardando Parecer.

45. [Projeto de Lei PL 5678/2019](#)

Este projeto de lei, de **Dra Soraya Manato (PSL)**, "altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a concessão de benefício previdenciário à mulher que for obrigada a se afastar do trabalho em razão de situação de violência doméstica." Segundo a autora, "a situação de violência doméstica e familiar é uma das mais graves vivenciadas pelas mulheres. A pressão psicológica que as mulheres enfrentam nessa situação é muito intensa, pois sofrem atos de violência cometidos por pessoas de sua confiança e muitas vezes pai de seus filhos"; "em alguns casos, a mulher fica submetida a uma situação de extrema vulnerabilidade, sendo necessário, para poderem se sentir seguras ou até mesmo para sobreviver, abandonar seus lares e seus empregos". Este projeto de lei visa combater essa situação.

Status: Tramitando em Conjunto.

46. [Projeto de Lei PL 4349/2019](#)

Este projeto de lei, escrito por **Dra Soraya Manato (PSL)**, "estabelece a obrigatoriedade de aviso de saúde que especifica em fotos de modelos que forem manipuladas digitalmente". Nesse caso, é uma lei que visa "combater a veiculação de imagens deturpadas de modelos, sobretudo de mulheres na imprensa, em campanhas políticas, fotografias de arte, embalagens de produtos e comerciais". Segundo a autora, "a divulgação desses padrões irrealistas de beleza, muitas vezes exibidos no mundo da moda, podem causar vários tipos de

problemas psicológicos, principalmente desordens alimentares em jovens que buscam um padrão inatingível de beleza". Também, "revistas de moda, grifes de luxo, outdoors nos principais pontos de grande visibilidade das cidades, anúncios na internet e em todos os outros meios midiáticos têm manipulado imagens digitalmente para fazer modelos parecerem mais magras, aumentar seus seios, branquear seus dentes, alongar suas pernas e eliminar rugas, eliminar "pneuzinhos", criando um padrão inatingível de beleza que só leva à frustração milhões de jovens, adolescentes que se deparam com esses anúncios. Muitas vezes causando sérios distúrbios alimentares". Em suma, esse projeto de lei visa combater os padrões de beleza feminina impostos e esperados pela sociedade.

Status: Pronto para Pauta.

47. [Projeto de Lei PL 4770/2019](#)

Escrito por **Dra Soraya Manato (PSL)**, este projeto de lei "dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos e entidades públicas federais e dá outras providências". A autora argumenta que "uma recente conquista das servidoras públicas foi a ampliação da licença maternidade para 180 dias, porém, voltar ao trabalho depois da licença maternidade é um momento de tensão para as famílias dessas mulheres", pois "além da saudade da servidora por ter que ficar longe do filho, existem as questões sobre onde e com quem deixar a criança e a preocupação em preservar o aleitamento materno apesar da retomada da rotina de trabalho". Em vista disso, ela propõe a instalação de salas de amamentação nos órgãos públicos federais.

Status: Tramitando em Conjunto.

48. [Projeto de Lei PL 5928/2019](#)

Este projeto de lei, de **Dra Soraya Manato (PSL)**, "dispõe sobre a imediata prisão do agressor, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006", a Lei Maria da Penha. Sabe-se que "a situação das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar é dramática em todo o Brasil". A autora alega que: "cumprindo meu dever constitucional, inauguro o processo legislativo a fim de diminuir o prazo para o encaminhamento de pedido de medida protetiva, de quarenta e oito para vinte e quatro horas, e, na ocasião, o magistrado deverá, de pronto, já deliberar sobre a imediata prisão do agressor".

Status: Tramitando em Conjunto.

49. [Projeto de Lei PL 4087/2019](#)

Escrito por **Dra Soraya Manato (PSL)**, este projeto de lei "altera a Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, que "Cria o Programa Empresa Cidadã, destinado à prorrogação da licença-maternidade mediante concessão de incentivo fiscal, e altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991", para prorrogar as licenças maternidade e paternidade em caso de nascimento de prematuro". A deputada considera que "a lei que instituiu o Programa não contemplou a situação especial em que o bebê nasce prematuro e precisa de internação hospitalar, necessitando de cuidados de saúde mais complexos e por mais tempo do que as crianças nascidas na data prevista."

Status: Tramitando em Conjunto.

50. [Projeto de Lei PL 2762/2020](#)

Este projeto de lei "altera a Lei nº 13.982, de 2 de abril de 2020, que estabelece medidas excepcionais de proteção social adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19) responsável pelo surto de 2019, acrescentando o §13 ao art. 2º, para incluir a mulher vítima de violência doméstica como beneficiária do benefício emergencial." O intuito deste projeto de lei é de que "mulheres vítimas de violência doméstica possam se sentir confiantes e aptas a denunciar e procurar abrigo, assegurando também, seus filhos, quando tiverem, a dependência financeira ao agressor deve ser estirpada e subsidiada, neste momento de pandemia".

Este PL foi escrito por Paula Belmonte (CIDADANIA), Carmen Zanotto (CIDADANIA), **Dra Soraya Manato (PSL)**, Patricia Ferraz (PODEMOS), Talíria Petrone (PSOL), Norma Ayub (DEM), Mariana Carvalho (PSDB), Dulce Miranda (MDB), Fernanda Melchionna (PSOL), Bia Cavassa (PSDB), Tereza Nelma (PSDB), Rejane Dias (PT), Luiza Erundina (PSOL), Angela Amin (PP), Alice Portugal (PCdoB).

Status: Tramitando em Conjunto.

51. [Projeto de Lei PL 2311/2020](#)

Este projeto de lei "acrescenta o §4º ao art. 24-A da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para determinar a decretação de prisão preventiva em caso de descumprimento de medida protetiva por parte do agressor". Para os autores, "a previsão de decretação de prisão preventiva em face do descumprimento de medidas protetivas urgentes, no âmbito da Lei Maria da Penha, em casos de violência doméstica, é de suma importância como forma de frear, coibir e ao menos mitigar os efeitos e os riscos que muitas das vítimas

são obrigadas a conviver de forma constante, às sombras do seu algoz (agressor), em que pese terem sido aplicadas medidas protetivas urgentes". Eles alegam que "é comum que vítimas de violência doméstica venham a aumentar estatísticas de violência doméstica com vítima fatal mesmo com medidas protetivas urgentes decretadas e vigentes, as quais desde sua decretação já denotavam de que o agressor não iria cumpri-las."

Escrito por Paula Belmonte (CIDADANIA), Norma Ayub (DEM), **Dra Soraya Manato (PSL)**, Talíria Petrone (PSOL), Patricia Ferraz (PODEMOS), Mariana Carvalho (PSDB), Dulce Miranda (MDB), Bia Cavassa (PSDB), Tabata Amaral (PDT), Rejane Dias (PT), Carmen Zanotto (CIDADANIA), Leda Sadala (AVANTE), Angela Amin (PP), Alice Portugal (PCdoB) e Daniela do Waguiho (MDB).

Status: Tramitando em Conjunto.

52. [Projeto de Lei PL 1291/2020](#)

Este projeto de lei visa assegurar "medidas de combate e prevenção à violência doméstica previstas na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - e no Código Penal durante a vigência da Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 ou durante a declaração de estado de emergência de caráter humanitário e sanitário em território nacional." Este PL foi transformado em norma jurídica sob a nova ementa:

"Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019".

Esta lei foi escrita por Maria do Rosário (PT), Professora Rosa Neide (PT), Margarida Salomão (PT), Mariana Carvalho (PSDB), Luizianne Lins (PT), Gleisi Hoffmann (PT), **Dra Soraya Manato (PSL)**, Professora Marcivania (PCdoB), Luiza Erundina (PSOL), Rejane Dias (PT), Talíria Petrone (PSOL), Clarissa Garotinho (PROS), Sâmia Bomfim (PSOL), Lídice da Mata (PSB), Luisa Canziani (PTB), Margarete Coelho (PP), Tereza Nelma (PSDB), Soraya Santos (PL), Marília Arraes (PT), Patricia Ferraz (PODEMOS), Marina Santos (SOLIDARIEDADE), Fernanda Melchionna (PSOL), Dulce Miranda (MDB), Leda Sadala (AVANTE), Paula Belmonte (CIDADANIA), Tabata Amaral (PDT), Benedita da Silva (PT), Natália Bonavides (PT), Perpétua Almeida (PCdoB), Erika Kokay (PT), Flávia Arruda (PL) e Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM).

Segundo as autoras, "de acordo com a Recomendação de dez organismos das Nações Unidas especializados em Direitos Humanos expedida no dia 23/03/2020, as mulheres se encontram, no período de vigência da Pandemia do Coronavírus e sob ordem de afastamento social, entre os cinco grupos mais vulneráveis às violências". Logo, "para os casos de estupro, feminicídio tentado e feminicídio consumado sejam assegurados atendimentos presenciais, inclusive domiciliares, de forma a reduzir os impactos da pandemia na vida e na integridade das mulheres, e que toda a sociedade possa ser alertada, através de campanha pelos meios de comunicação sobre os canais de denúncia da violência contra a mulher".

Status: Transformado em Norma Jurídica.

53. [Projeto de Lei PL 4716/2020](#)

Este projeto de lei, de autoria de **Dra Soraya Manato (PSL)**, "altera o art. 217-A do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal" em vista de "aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável e estabelecer causas de aumento e diminuição de pena". Está descrito no PL que o "estupro de vulnerável é um crime abominável, que deve ser duramente combatido". Além disso, o "Estado deve dispensar tratamento penal mais rigoroso ao criminoso que se aproveita da condição de vulnerabilidade da vítima para satisfazer sua lascívia".

Status: Tramitando em Conjunto.

54. [Projeto de Lei PL 64/2020](#)

Este projeto de lei, escrito por **Dra Soraya Manato (PSL)** e Mariana Carvalho (PSDB), "altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 para dispor sobre a violência contra a mulher por meios digitais e dá outras providências". Elas argumentam que "como é por todos sabido, a violência doméstica e familiar contra a mulher é um problema estrutural no país, que aflige milhares de mulheres e não faz distinção de classe social, etnia ou região"; "ademais, por motivos que são difíceis de estimar, casos de extrema violência que culminaram na morte de mulheres ocorreram com ainda mais frequência nos últimos anos". Além disso, "o ciberespaço é um local que não necessita de presença física para que as pessoas possam se relacionar, felicitando assim os casos de violência. O espaço digital – ciberespaço – se popularizou recentemente, na década de 1990. Por isso faz-se necessária legislação para tal". Logo, o objetivo deste PL é de "ampliar as configurações do crime de violência doméstica e familiar contra a mulher".

Status: Tramitando em Conjunto.

55. [Projeto de Lei PL 2560/2020](#)

Este projeto de lei visa alterar "a redação do inciso II, do artigo 12-C da Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para autorizar a concessão de medida protetiva de urgência, de ofício, pelo Delegado". O objetivo deste PL é "possibilitar que, em casos de urgência e necessidade de proteção rápida e efetiva da vítima, o delegado possa conceder medida protetiva de urgência, com posterior anuência da autoridade judicial competente, no prazo de 24 horas". O intuito desta proposta é "dar maior celeridade e proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e por conseguinte garantir maior efetividade e eficácia à lei e às medidas nelas previstas, considerando que estas medidas são uns dos principais instrumentos de amparo às mulheres para garantir a sua integridade psicológica, física, moral e patrimonial até que a vítima consiga buscar proteção jurisdicional".

Este PL foi escrito por Paula Belmonte (CIDADANIA), **Dra Soraya Manato (PSL)**, Talíria Petrone (PSOL), Patricia Ferraz (PODEMOS), Norma Ayub (DEM), Dulce Miranda (MDB), Bia Cavassa (PSDB), Angela Amin (PP), Carmen Zanotto (CIDADANIA), Alice Portugal (PCdoB), Daniela do Waguinho (MDB).

Status: Aguardando Parecer.

56. [Projeto de Lei PL 63/2020](#)

Este projeto de lei, da **Dra Soraya Manato (PSL)**, "dispõe sobre a possibilidade de interceptação de comunicações telefônicas, prevista na Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista". Segundo a deputada, a "Lei nº 11.340, de 2006, conhecida como "Lei Maria da Penha", possui o compromisso constitucional de criar ferramentas apropriadas ao enfrentamento da grande problemática que assola muitas mulheres no Brasil e no mundo, qual seja, a violência de gênero". Assim, ela acredita "ser indispensável a apresentação desta proposição, a fim de que seja possibilitado o manejo de tal instrumento aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, visto que, na maior parte das vezes, a coleta de provas só pode ser realizada de forma robusta com o seu auxílio".

Status: Tramitando em Conjunto.

57. [Projeto de Lei 3382/2021](#)

Este projeto de lei, escrito por **Dra. Soraya Manato (PSL)**, visa alterar "a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre a saúde suplementar, para proibir a exigência de consentimento de cônjuge ou companheiro para autorização ou reembolso de procedimentos de contracepção. Segundo a deputada, "condicionar o uso de contraceptivos a autorização de cônjuge ou companheiro importaria em redução da capacidade para decisões sobre o próprio corpo, em manifesta violação ao princípio da dignidade humana (art. 1º, III, da Constituição da República)."

Status: Tramitando em Conjunto...

58. [Projeto de Lei 3112/2021](#)

Este projeto de lei, proposto pela deputada **Dra. Soraya Manato (PSL)**, visa alterar "o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para aumentar a pena do crime de lesão corporal praticado contra a mulher, por razões da condição do sexo feminino". A então deputada argumenta que "a violência contra a mulher é uma prática que assola nosso País e deve ser duramente combatida, por meio de mecanismos que inibam a ação dos criminosos", assim "o recrudescimento do tratamento penal dispensado aos agressores é medida que se revela necessária para desestimular o cometimento de delitos dessa natureza". Em vista do combate à violência contra a mulher, a deputada sugeriu o aumento da pena para agressores, mas tem em mente que "tal sanção não se mostra apta a coibir os abusos físicos decorrentes dos casos de violência contra a mulher", contudo, o objetivo é "frear esse tipo de comportamento doentio".

Status: Tramitando em Conjunto.

No total foram 58 propostas de lei relacionadas a questões de gênero e mulheres, nas quais há pontos de convergência e de divergência entre as diferentes lideranças políticas. Há também propostas que foram escritas em coautoria entre duas ou mais deputadas.

Projetos de lei relacionados à violência doméstica, violência sexual, aumento da pena para o agressor, aumento do aparato legal de proteção à vítima e elaboração de medidas protetivas são abordados por quase todas as deputadas. Nesse contexto, são pautas ligadas principalmente à proteção das mulheres contra abusos sexuais. É importante levar em consideração o contexto de calamidade pública decretado em 2020, devido à pandemia do Covid-19, assim, muitas das pautas estão ligadas a medidas protetivas de mulheres vítimas de violência no contexto de isolamento social e emergência sanitária.

Com relação às divergências entre as pautas defendidas pelas então deputadas, por um lado, deputadas como Joice Hasselmann, Dra Soraya Manato e Professora Dayane Pimentel (com atuação mais relevante nos dois últimos anos de mandato) propuseram pautas mais progressistas no que tange às mulheres. Estas são pautas ligadas à proteção de mulheres contra violência doméstica, aumento do escopo da Lei Maria da Penha, capacitação de profissionais para combate à violência doméstica, maiores direitos às mulheres em fase de amamentação e licença maternidade, contracepção feminina, proteção de mulheres quanto à exposição e prestação de serviço sexual, empreendedorismo feminino (principalmente no âmbito da pandemia do Covid-19) e, por fim, coleta e transparência de dados sobre agressores e violência doméstica. Também, em um escopo mais amplo, crimes contra diversidade de gênero.

Por outro lado, deputadas como Chris Tonietto, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Major Fabiana, Bia Kicis (com maior atuação nos dois primeiros anos de mandato) e Alê Silva (com maior atuação nos dois últimos anos de mandato) propuseram leis mais radicais e polêmicas, fundamentadas no conservadorismo. Dentre elas, Major Fabiana propôs a definição legal de gênero que estaria relacionada ao sexo biológico do indivíduo, o que revela um tradicionalismo na definição legal do conceito de gênero. Bia Kicis e Carla Zambelli propuseram o aumento de pena para crimes de homicídios relacionados à "imposição de ideologia de gênero", revelando assim um assunto sensível às conservadoras. Carla Zambelli, Chris Tonietto e Alê Silva, em nome da defesa da família, se posicionam contra o aborto, mesmo em seu contexto legal, isto é, em caso de estupro, anencefalia do feto ou quando a gestante corre risco de vida. Chris Tonietto propôs uma rede legislativa para conceder direitos ao 'nascituro', isto é, o feto a partir de sua concepção como ente detentor de direitos, fazendo assim com que o aborto não seja permitido em hipótese alguma uma vez que o nascituro teria direito à vida. Nesse sentido, Alê Silva assinou em coautoria com Chris Tonietto o Estatuto do Nascituro, compartilhando dos mesmos ideais. Caroline de Toni fez uma proposta para eliminar as cotas femininas na política, isto é, uma medida regressista, que culminaria na perda de direitos por parte das mulheres. Além disso, ela propôs a criminalização do uso do pronome neutro, outra medida de retaliação quanto à expansão dos direitos relacionados às questões de gênero.

Uma pauta em comum entre as mais conservadoras é relacionada à temática de gênero e esporte, que visa definir o sexo biológico como o único critério para definir o gênero dos atletas em competições esportivas (Bia Kicis - PSL-, Dra Soraya Manato - PSL-, Alê Silva - PSL -, Aline Sleutjes - PSL -, Major Fabiana - PSL - e Caroline de Toni - PL-). Por fim, uma proposta que também chamou atenção foi a redefinição do conceito de violência sexual, que surgiu em um contexto de fervorosa discussão sobre o aborto e, nesse caso, a ideia seria excluir

o ato de forçar uma mulher à gravidez da definição legal de violência sexual. A direta consequência disso seria que impedir uma pessoa de abortar (por mais que ela tenha sido vítima de estupro, por exemplo) não configuraria mais como direito oriundo do sofrimento do crime de violência sexual. Além disso, as então deputadas também buscaram excluir o ato de limitar ou anular o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos de uma mulher da definição legal de violência sexual. São signatárias deste projeto Aline Sleutjes (PROS), Dra. Soraya Manato (PTB), Alê Silva (REPUBLICANOS) e Caroline de Toni (PL).

Nota-se, contudo, que alguns projetos propostos pelas conservadoras também se enquadram na casa progressista. Carla Zambelli e Alê Silva propuseram maiores direitos às mulheres grávidas no SUS, como por exemplo, o direito à cesariana e a criação de um Fundo Para Promoção e Proteção da Saúde Menstrual. Porém, esta última proposta deve ser analisada com cautela uma vez que foi elaborada em um contexto em que o então Presidente Jair Bolsonaro havia vetado uma proposta de distribuição gratuita de absorventes nas escolas e gerado grande debate público a esse respeito.

Por fim, a deputada Aline Sleutjes não teve uma atuação tão significativa no que tange às questões de gênero. Ela assinou somente duas proposições em coautoria com as demais deputadas relacionadas à definição do conceito de violência sexual e questões de gênero e esporte.

Das 58 propostas, observa-se que, no final do mandato de quatro anos, somente Joice Hasselmann e Dra Soraya Manato tiveram seus projetos de lei transformados em normas jurídicas. Os dois projetos aprovados referem-se à Lei Mariana Ferrer (PL 5096/2020) e ao enfrentamento à violência doméstica (PL 1291/2020). Ambos os projetos de lei foram escritos em coautoria com deputados de todos os espectros políticos, o que nos revela que pautas mais radicais não têm aprovação na Câmara dos Deputados.

Finalmente, uma observação relevante é a troca de partidos por parte das deputadas ao longo dos quatro anos de mandato. Todas elas, sem exceção, mudaram de sigla partidária. Pela lei vigente, a troca de partido sem perda do mandato pode ocorrer caso (i) o partido tenha sido fundido a outro, (ii) a migração seja feita para um partido recém-criado, (iii) for verificado desvio no programa partidário, (iv) o deputado ter sofrido discriminação pessoal dentro do partido e, finalmente, (v) durante o período da janela partidária (MATOS, 2019). Em outubro de 2021, o partido do PSL fundiu-se ao DEM para formar o União Brasil, assim, as deputadas que passaram a integrar o União Brasil não mudaram de partido, foi somente uma mudança de sigla. Assim, as trocas foram as seguintes: Joice Hasselmann passou a integrar o União em 2022, e depois migrou para o PSDB. Bia Kicis, Chris Tonietto, Carla Zambelli, Caroline de

Toni e Major Fabiana passaram a integrar o União em 2022, e depois, migraram para o PL, partido cujo Presidente Jair Bolsonaro também se filiou. Aline Sleutjes passou a integrar o União em 2022 e depois migrou para o PROS. Alê Silva, depois de integrar o União, migrou para o Republicanos. A Professora Dayane Pimentel passou a integrar o União. Por fim, Dra. Soraya Manato passou a integrar o União e, em seguida, mudou para o PTB. Em uma futura pesquisa, vale identificar em que ocasião ocorreram essas trocas e o que elas representam ideologicamente.

CONCLUSÕES

No decorrer desta tese, analisamos de que modo lideranças femininas da extrema direita lidaram com questões de gênero em sua prática política. Esta nova direita foi enxergada sob vários ângulos diferentes – redes sociais, entrevistas, análises de discursos e de propostas parlamentares. A Ultradireita é abordada por quase todos os estudos citados enquanto um movimento político majoritariamente masculino, fato este que essa pesquisa buscou complexificar ao incorporar análises não só de gênero, mas analisar as próprias mulheres do movimento. A relevância da reflexão se justifica pelos atuais processos de desestabilização da democracia encontrados nos mais diversos países do mundo com tendência a governos de nova direita e, em especial, no Brasil, onde o fenômeno se apresenta por meio das vestes do Bolsonarismo.

Aqui se defende que, dentre várias pautas, o gênero é o principal campo onde são travadas as batalhas de integrantes da Ultradireita. Por exemplo, uma das principais bandeiras do movimento da Ultradireita é a que diz respeito ao restabelecimento da família patriarcal, por meio da mobilização de pautas de gênero e sexualidade enquanto substrato de apoio para tal defesa. Há duas racionalidades operando em uma mesma conjuntura que tende a rejeitar a modernidade e sua ruptura de paradigmas tradicionais: neoliberal e conservadora. Ambas as racionalidades convergem na defesa da moral do antinaturalismo da família. Há a tentativa de enfatizar o coletivo em detrimento do individual, ao mesmo tempo em que as moralidades tradicional e cristã operam como respostas às disfunções sociais, ao lado dos valores familiares.

Os movimentos feministas e de LGBTs são alguns dos responsáveis, antagonizando com ultraliberais e conservadores, do grande choque progressista e do colapso do sistema político que tem nas Manifestações de julho de 2013 a sua demonstração pragmática. Tal choque se tratou de uma circunstância onde os avanços progressistas no campo do gênero sofreram uma contraofensiva conservadora.

Em convergência com os estudos existentes sobre a questão do gênero no conservadorismo, mostramos como o gênero costuma aparecer nos discursos como uma dimensão que não é socialmente construída, mas natural, assim como a noção de família, a feminilidade e a maternidade enquanto a essência da mulher. No entanto, a maior parte da literatura peca em não abordar a questão da participação das mulheres nestes processos. Afinal, temos visto que as mulheres são protagonistas nos acontecimentos dos últimos anos: tanto no espectro alinhado à direita, com a eleição de deputadas com votações recordes, como nos

movimentos e organizações de progressista e de esquerda, como o importante movimento do #EleNão realizado por mulheres em 2018.

No entanto, as lideranças femininas da Ultradireita são diferentes das mulheres da direita tradicional – quebram essencialismos, feminilidades já existentes, a docilidade na subserviência ou vitimismo, e a lógica do espaço público versus o privado, pois versam sobre temas e frequentam espaços considerados historicamente como masculinos e não se limitam a discutir somente as questões de gênero ou, mais especificamente, aquelas questões relativas à um estereótipo específico do que deve ser a mulher. É demonstrado que, mesmo que pautas relativas às mulheres pudessem ser centrais nas agendas, não foram introduzidas no enquadramento maternalista /familista comum em movimentos do Século XX. Embora se declarem antifeministas, são mulheres de carreiras de sucesso, o que demonstra um paradoxo.

Essas mulheres são espelhos dessa nova articulação política, ao mesmo tempo em que funcionam enquanto chave de compreensão das principais pautas que direcionam o cenário político marcado pelo Bolsonarismo. De um modo geral, podemos dizer que os estudos sobre mulheres de direita sinalizam alguns pontos relevantes, como a contradição do mito da mulher de direita ser ingênua ou ser uma réplica do homem de direita; a escolha consciente de apoiar e ajudar a construir projetos dos quais faz parte; e o auxílio em partidos e movimentos de direita na implementação de suas agendas conservadoras. Ainda, as lideranças femininas políticas aqui estudadas são mulheres que se aproveitam das estruturas de poder masculinas e que as reforçam em seu próprio benefício – ainda que nunca em situação de total igualdade a suas contrapartes masculinas. Ou seja, a respeito do agenciamento das mulheres da Ultradireita, elas são verdadeiras lideranças, mas ainda assim convergem com os homens bolsonaristas com relação às pautas.

Na busca em contribuir com uma lacuna na literatura sobre direitas no Brasil e sem a pretensão de esgotar o debate sobre as mulheres brasileiras da nova direita, esta tese já nos permite vislumbrar um amplo e rico campo para pesquisas. Na limitação de conceitos que abarquem a área de estudo para compreendê-la melhor, espera-se contribuir para o desenvolvimento de teorias que consigam abranger e contemplar as mulheres da Ultradireita. Há pontos importantes que merecem ser aprofundados em pesquisas futuras. O que chama atenção nesse modelo político é a participação ativa de mulheres na política. Nessa nova onda, as mulheres assumem cargos políticos e elas não necessariamente usam a porta do feminismo. Outros questionamentos vieram à superfície no decorrer da elaboração desta tese e merecem espaço para pensarmos o futuro deste campo de pesquisa. Sabemos sobre a articulação política de movimentos sociais conservadores de mulheres no Séc. XX, mas e quanto as lideranças do

novo fenômeno? Destacam-se movimentos sociais com unidade política ou o contexto tem demonstrado uma maior prevalência de lideranças individuais e avulsas, descoladas de coletividades femininas? Haveria uma reconfiguração da figura feminina na política, onde os papéis coadjuvantes, de tons maternalistas, encontrados em movimentos e partidos do Séc. XX, seriam substituídos pelo protagonismo de trajetórias individuais? As mulheres estariam agindo agora de forma mais independente e mais forte? Ou estes movimentos ainda não foram devidamente colocados frente às lentes da observação científica? Em caso de grupos organizados politicamente, de que forma estas articulações são construídas na atualidade? O que move estas interações? Existem semelhanças ou diferenças das antigas articulações? Até que ponto a mulher da nova direita se mobiliza através de redes de contato interestaduais e transnacionais, trocando recursos e experiências, construindo e reproduzindo ideias e narrativas com suas semelhantes atuantes em outras localidades? Evidências apontam para a existência de coletivos de mulheres de direita organizadas politicamente, mas há necessidade de uma investigação atenta. A existência e consequente entendimento desses possíveis laços é indispensável para compreender melhor a mulher da Ultradireita.

Por último, é necessário dizer que mulher é fruto histórico. A história contada é a história dos homens. É justo que o movimento da ultradireita tenha sido aqui contado por mulheres, um verdadeiro ato de revolução.

REFERÊNCIAS

- AKKERMAN, Agnes ; MUDDE, Mudde; ZASLOVE, Andrej. How populist are the people? Measuring populist attitudes in voters. *Comparative Political Studies*, 47:1324–53, 2014.
- ALENCAR, G., 2018. Evangélicos e a Nova Direita no Brasil: os discursos conservadores do “neocalvinismo” e as interlocuções com a política. *Teoria e Cultura*, 13(2), pp. 101-117.
- ALONSO, A. (2017). “*A Política das Ruas*”. *Novos Estudos*, n. especial, 49-58.
- ALVES, M., 2019. *Desarranjo da visibilidade, desordem informacional e polarização no Brasil entre 2013 e 2018*. Tese de doutorado em Comunicação. UFF: Niterói.
- ALVES, Schirlei. [Julgamento de influencer Mariana Ferrer termina com tese inédita de 'estupro culposo' e advogado humilhando jovem](#). The Intercept Brasil. Publicado em: 03/11/2020. Acesso em: 30/11/2022.
- ART, D. *Inside the radical right: The development of anti-immigrant parties in Western Europe*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2011.
- BACCHETTA, Paola; Power, Margaret. 2002. *Right-Wing Women: From conservatives to extremists around the world*. Francis & Taylor Group: New York.
- BALE, Tim. KALTWASSER, Cristobal. *Riding the populist wave. Europe’s Mainstream Right in Crisis*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2021.
- BBC News Brasil*. 2021. “Quem é Bia Kicis, bolsonarista que vai assumir a comissão mais importante da Câmara”, 2 de março de 2021. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55925999>.
- BIROLI, F. A reação Contra Gênero e a Democracia. *Nueva Sociedad*, NUSO N°2019, Dezembro 2019. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/reacao-contra-o-genero-e-democracia/>>. Acesso em: Março 2023.
- BIROLI, Flávia. “O debate sobre aborto” em Miguel, Luis F; Biroli, Flávia. *Feminismo e política: Uma introdução*. Boitempo, 2021. Kindle Version.
- BIROLI, Flávia. “O público e o privado” em Miguel, Luis F; Biroli, Flávia. *Feminismo e política: Uma introdução*. Boitempo, 2021. Kindle Version.
- BIROLI, Flávia. *Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil*. Boitempo: São Paulo, 2017.
- BLEE, Kathleen M. 1991. *Women of the Klan. Racism and Gender in the 1920s*. University of California Press: Berkeley.

BLEE, Kathleen. *The Gendered Organization of Hate: Women in the U.S. Ku Klux Klan*. 2002. In Bacchetta, Paola; Power, Margaret. *Right-Wing Women: From conservatives to extremists around the world*. Francis & Taylor Group: New York.

Blog Alê Silva. “Biografia da Deputada Federal Alê Silva”. s.d. *Alê Silva* (blog). Acedido a 26 de julho de 2022. <https://alesilvaoficial.com.br/biografia-ale-silva/>.

Blog Caroline de Toni. “Deputada Federal Caroline De Toni #EndireitaBrasil #AquiÉFichaLimpa #PorTodaSantaCatarina”. s.d. Acedido a 20 de julho de 2022. <https://www.carolinedetoni.com.br/>.

Blog Partido Verde. 2019. “CARLA ZAMBELLI E SUA TURMA DE MONARQUISTAS SE ALIARAM A BOLSONARO PARA REVOGAR AVANÇOS DO SÉCULO 20”. *Partido Verde* (blog). 17 de maio de 2019. <https://pv.org.br/carla-zambelli-e-sua-turma-de-monarquistas-se-aliaram-a-bolsonaro-para-revogar-avancos-do-seculo-20/>.

Blog PSL “O PSL”. s.d. *Partido Social Liberal – PSL* (blog). Acedido a 21 de julho de 2022. <https://psl.org.br/ops/>.

BOBBIO, N. *Direita e Esquerda*. São Paulo: UNESP, 2001.

BORGES, Carolina e Clarissa Batisttela. 2022. [Menina de 11 anos que foi estuprada em SC consegue fazer aborto, diz MPF](https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/23/menina-de-11-anos-que-foi-estuprada-em-sc-consegue-fazer-aborto-diz-mpf.ghtml) G1. Publicado em: 23/06/2022. Acesso em: 23/02/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2022/06/23/menina-de-11-anos-que-foi-estuprada-em-sc-consegue-fazer-aborto-diz-mpf.ghtml>.

BOSCHI, Renato. *A arte da associação: política de base e democracia no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1987.

BRAZIL, K. *Mulheres na Política Brasileira: Reflexões sobre Gênero e Democracia Intrapartidária*. Rio de Janeiro: Editora Lumen, 2020. 280 p.

BRINGEL, Breno. “Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”. *Insight Inteligência*. São Paulo, ano XVI, n. 62, p. 43-51, jul.-set. 2013.

BRINGEL, Breno. DOMINGUES, José Maurício. *Brasil, Cambio de era: crisis, protestas e ciclos políticos*. Catarata: Madrid, 2018.

BUSTIKOVA, Lenka. *Revenge of the Radical Right*. **Comparative Political Studies** 47:1738–65, 2014.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. “Biografia do(a) Deputado(a) Federal Aline Sleutjes”. s.d. Portal da Câmara dos Deputados. Acedido a 26 de julho de 2022. <https://www.camara.leg.br/deputados/204400/biografia>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. s.d. “Biografia do(a) Deputado(a) Federal Carla Zambelli”. s.d. Portal da Câmara dos Deputados. Acedido a 19 de julho de 2022. <https://www.camara.leg.br/deputados/204507/biografia>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. s.d. “Biografia do(a) Deputado(a) Federal Caroline de Toni”. s.d. Portal da Câmara dos Deputados. <https://www.camara.leg.br/deputados/204369/biografia>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. s.d. “Biografia do(a) Deputado(a) Federal Chris Tonietto”. s.d. Portal da Câmara dos Deputados. Acedido a 20 de julho de 2022.
<https://www.camara.leg.br/deputados/204462/biografia>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. s.d. “Biografia do(a) Deputado(a) Federal Professora Dayane Pimentel”. s.d. Portal da Câmara dos Deputados. Acedido a 26 de julho de 2022.
<https://www.camara.leg.br/deputados/204565/biografia>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. s.d. “Biografia do(a) Deputado(a) Federal Dra. Soraya Manato”. s.d. Portal da Câmara dos Deputados. Acedido a 25 de julho de 2022.
<https://www.camara.leg.br/deputados/81297/biografia>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. s.d. “Biografia do(a) Deputado(a) Federal Major Fabiana”. s.d. Portal da Câmara dos Deputados. Acedido a 20 de julho de 2022.
<https://www.camara.leg.br/deputados/204458/biografia>.

CARAPANÃ, 2018. A Nova Direita e a normalização do nazismo e do fascismo. In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

CASARA, R., 2018. Precisamos falar da “direita jurídica”. In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

CHALOUB, J. G. S. & LIMA, P. L. & PERLATTO, F., orgs. 2018. Direitas no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, 13(2).

CONGRESSO EM FOCO. 2019. “Quem são os deputados que devem ir com Bolsonaro para o novo partido”, 12 de novembro de 2019.
<https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/area/governo/quem-sao-os-deputados-que-devem-ir-com-bolsonaro-para-o-novo-partido/>.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONWAY, M., SCRIVENS, R. & MACNAIR, L, 2019. Right-Wing Extremists’ Persistent Online Presence: History and Contemporary Trends. *ICCT Policy Brief*. DOI: 10.19165/2019.3.12

CORDEIRO, J. M., 2009. *Direitas em movimento: a Campanha da Mulher pela Democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CORREIO CAMPOS. 2021. “Deputada Federal Aline Sleutjes pode mudar de partido para as eleições de 2022 | Correio dos Campos - Notícias dos Campos Gerais”. Deputada Federal Aline Sleutjes pode mudar de partido para as eleições de 2022 | Correio dos Campos - Notícias dos Campos Gerais. 30 de novembro de 2021.
<https://correiodoscamos.com.br/castro/2021/11/30/deputada-federal-aline-sleutjes-pode-mudar-de-partido-para-as-eleicoes-de-2022>.

COSTA, B. D. et al. *Feminismo em Disputa: um estudo sobre o imaginário político das mulheres brasileiras*. 1. ed. São Paulo: Boitempo: Instituto Update, 2022.

CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do. s.d. “Carla Zambelli Salgado”. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Acedido a 19 de julho de 2022a. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carla-zambelli-salgado>.

CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do. s.d. "FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO". CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Acedido a 29 de agosto de 2022. <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/federacao-brasileira-pelo-progresso-feminino>.

CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do. s.d. “Joice Cristina Hasselmann”. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Acedido a 26 de julho de 2022b. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joyce-cristina-hasselmann>.

CPDOC-Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do. s.d. “PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)”. CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Acedido a 21 de julho de 2022d. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-social-liberal-psl>.

CRUZ, S. V. & Kaysel, A. & Cudas, G., orgs., 2015. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo.

DECKMAN, M., 2016. *Tea Party Women: Mama Grizzlies, Grassroots Leaders, and the Changing Face of the American Right*. New York: New York University Press.

DEUTSCH, Sandra McGee. 2002. Spartan Mothers: Fascist Women in Brazil in the 1930s. In Bacchetta, Paola; Power, Margaret. *Right-Wing Women: From conservatives to extremists around the world*. Francis & Taylor Group: New York.

DIAS LIMA, Jônatas. 2018. “Quem é Chris Tonietto, a jovem católica que já enfrentou um ministro do STF e chega à Câmara em 2019”. *Gazeta do Povo*. Acedido a 20 de julho de 2022. <https://www.semprefamilia.com.br/blogs/blog-da-vida/quem-e-chris-tonietto-a-jovem-catolica-que-ja-enfrentou-um-ministro-do-stf-e-chega-a-camara-em-2019/>.

DOIMO, Ana Maria. *A vez a oz do popular: moimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Anpocs, 1995.

DWORKIN, A. *Right-wing women: the politics of domesticated females*. London: Women's Press, 1983.

EATWELL, R. & GOODWIN, M.. **National populism: The revolt against liberal democracy**. New York, Penguin UK, 2018.

ELLINAS, A. A., 2018. Media and the Radical Right. In J. Rydgren, ed. *The Oxford Handbook of the Radical Right*. New York: Oxford University Press, pp. 390-410.

ERNESTO, Marcelo. 2019. “Racha no PSL afeta deputada mineira punida pelo partido - Política - Estado de Minas”. *Estado de Minas*, 10 de dezembro de 2019. https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/10/12/interna_politica,1092206/racha-no-psl-afeta-deputada-mineira-punida-pelo-partido.shtml.

EXAME. 2019. “PSL decreta suspensão de cinco parlamentares e alega ataques a partido”, 18 de outubro de 2019. <https://exame.com/brasil/psl-decreta-suspensao-de-cinco-parlamentares-dizem-lideres/>.

FAGANELLO, M. A., 2015. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In S. V. Cruz & A. Kaysel & G. Cotas. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo. pp. 145-161.

FERREIRA, Daniel. ZUCATTO, Giovana. CLOSS, Marília. OLIVEIRA, Raul. GONZALEZ, Vitoria. Ciclos políticos, econômicos e de protesto no Brasil contemporâneo. In: TAVARES, Francisco. BALLESTRIN, Luciana. MENDONÇA, Ricardo. Junho de 2013: sociedade, política e democracia no Brasil. Editora da UERJ: Rio de Janeiro, 2022.

FRASER, N. How feminism became capitalism's handmaiden - and how to reclaim it. The Guardian, 2013.

FRASER, N. The End of Progressive Neoliberalism. Dissent Magazine, 2017.

FUKUSHIMA, Kátia Alves; FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. *A ascensão da extrema direita e as consequências para as democracias*. *Argum.*, Vitória, v. 13, n. 2, p. 4-5, maio/ago. 2021.

G1. 2022. “Deputada bolsonarista Chris Tonietto é condenada a pagar R\$ 50 mil por postagem que relaciona LGBTQIA+ à pedofilia”, 15 de julho de 2022. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2022/07/15/deputada-chris-tonietto-e-condenada-a-pagar-r-50-mil-por-postagem-que-relaciona-lgbtqia-a-pedofilia.ghtml>.

G1. 2022. s.d. “Joice Hasselmann se filia ao PSDB | São Paulo | G1”. 2021, 10 de julho de 2021. <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/07/joyce-hasselmann-se-filia-ao-psdb.ghtml>.

G1. 2022. s.d. 2020. “Entenda inquérito do STF sobre manifestações antidemocráticas | Política | G1”, 15 de junho de 2020. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/15/entenda-inquerito-do-stf-sobre-manifestacoes-antidemocraticas.ghtml>.

G1. 2022. s.d. 2020. [Caso Rhuan Maycon: mãe e companheira que esquartejaram menino são julgadas no DF | Distrito Federal | G1](#). Publicado em: 25/11/2020. Acesso em: 01/12/2022.

GAZETA DO POVO. “Bia Kicis”. s.d. Gazeta do Povo. Acedido a 20 de julho de 2022. <https://www.gazetadopovo.com.br/tudo-sobre/bia-kicis/>.

GAZETA DO POVO. s.d. “Dra Soraya Manato”. s.d. Gazeta do Povo. Acedido a 25 de julho de 2022. <https://www.gazetadopovo.com.br/tudo-sobre/dra-soraya-manato/>.

GAZETA DO POVO. s.d. “Joice Hasselmann”. s.d. Gazeta do Povo. Acedido a 26 de julho de 2022. <https://www.gazetadopovo.com.br/tudo-sobre/joyce-hasselmann/>.

GAZETA DO POVO. s.d. “Aline Sleutjes”. s.d. Gazeta do Povo. Acedido a 26 de julho de 2022. <https://www.gazetadopovo.com.br/tudo-sobre/aline-sleutjes/>.

GAZETA DO POVO. s.d. “Professora Dayane Pimentel”. s.d. Gazeta do Povo. Acedido a 26 de julho de 2022. <https://www.gazetadopovo.com.br/tudo-sobre/professora-dayane-pimentel/>.

GOTTLIEB, Julie V. 2002. *Female Fanatics: Women's Sphere in the British Union of Fascists*. In Bacchetta, Paola; Power, Margaret. *Right-Wing Women: From conservatives to extremists around the world*. Francis & Taylor Group: New York.

GRANDIN, Felipe. 2018. "PSL é o partido que ganhou maior número de votos na eleição para a Câmara; MDB e PSDB são os que mais perderam". G1, 10 de novembro de 2018. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/11/psl-e-o-partido-que-ganhou-maior-numero-de-votos-na-eleicao-para-a-camara-mdb-e-o-que-mais-perdeu.ghtml>.

HAJE, Lara. 2018. "Carla Zambelli defende combate à corrupção e critica atuação da bancada feminina - Notícias". Portal da Câmara dos Deputados. 15 de outubro de 2018. <https://www.camara.leg.br/noticias/546213-carla-zambelli-defende-combate-a-corrupcao-e-critica-atuacao-da-bancada-feminina/>.

HOOKS, b. *Dig Deep: Beyond Lean In*. The feminist wire. 2013.

HOOKS, b. Essentialism and Experience. *American Literary History*, v. 3, n. 1, p. 172-183, 1991.

HOOKS, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*. Brasília, n. 16, p. 193-210, Abril 2015.

HOOKS, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

INGLEHART, Ronald; NORRIS, Pipa. **Trump, Brexit, and the rise of Populism: economic have-nots and cultural backlash**. Harvard Kennedy School, Working Paper Series, 2016.

INOCÊNCIO, A. F.; GALETTI, C. C. H. Neoconservadorismo Moral na Agenda Política das Novas Direitas. *Revista Desigualdade & Diversidade, D&D*, n.21, 2021. 118-135.

ISTOÉ DINHEIRO. 2021. "Conheça a carreira de Joice Hasselmann - ISTOÉ DINHEIRO", 26 de julho de 2021. <https://www.istoedinheiro.com.br/conheca-a-carreira-de-joice-hasselmann-1/>.

ISTOÉ. 2022. "Bia Kicis é bloqueada no YouTube após live com conteúdo antivacina - ISTOÉ Independente", 3 de janeiro de 2022. <https://istoe.com.br/bia-kicis-e-bloqueada-no-youtube-apos-live-com-conteudo-antivacina/>.

JGB, Redação do Jornal Grande. 2021. "Investigada pelo STF, extremista Bia Kicis é eleita presidente da CCJ da Câmara dos Deputados". *Jornal Grande Bahia (JGB)*, 10 de março de 2021. <https://www.jornalgrandebahia.com.br/2021/03/investigada-pelo-stf-extremista-bia-kicis-e-eleita-presidente-da-ccj-da-camara-dos-deputados/>.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. 2018. A invenção da "ideologia de gênero": a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero. *Rev. psicol. polít.*, v. 18, n. 43, p. 449-502.

KALB, D. & HALMAI, G. (eds.). **Headlines of nation, subtexts of class: Working class populism and the return of the repressed in neoliberal Europe**. Vol. 15. New York, Berghahn Books, 2011.

KAYSEL, A., 2015. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In S. V. Cruz & A. Kaysel & G. Codas. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo. pp. 49-73.

KESKIN, Burcak. 2002. Confronting Double Patriarchy: The Case of Islamist Women in Turkey. In Bacchetta, Paola; Power, Margaret. *Right-Wing Women: From conservatives to extremists around the world*. Francis & Taylor Group: New York.

KOERNER, A. & Schilling, F., 2015. O direito regenerará a República? Notas sobre política e racionalidade jurídica na atual ofensiva conservadora. In S. V. Cruz & A. Kaysel & G. Codas. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo. pp. 75-89.

LACERDA, Marina Basso. 2018. *Neoconservadorismo: punitivismo, familismo e neoliberalismo na Câmara dos Deputados*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

LIMA, V. A., 2015. A direita e os meios de comunicação. In S. V. Cruz & A. Kaysel & G. Codas. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo. pp. 91-113.

MASOOD, A. & NISAR, M. A.. *Speaking out: A postcolonial critique of the academic discourse on far- right populism*. **Organization**. 27(1), 162– 173, 2020.

MATOS, Vitor. [Saiba quais são as condições para um deputado trocar de partido sem risco de perder o mandato | Política | G1](#). G1. Publicado em: 15/10/2019. Acesso em: 28/02/2023.

MATTOSO, Camila, Fábio Fabrini, Ranier Bragon, e Bernardo Caram. 2018. “Partido de Bolsonaro, PSL pula de nanico a 2ª bancada da Câmara”. *Folha de S.Paulo*, 8 de outubro de 2018, seç. Poder. <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/psl-partido-de-bolsonaro-pula-de-nanico-a-2a-bancada-da-camara.shtml>.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. *Mulheres e Poder: história, ideias e indicadores*. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2018. 192 p..

MENDES, Sandy. 2021. “Deputada ex-aliada de Bolsonaro vai coordenar campanha de Moro na Bahia”. Congresso em Foco. 18 de novembro de 2021. <https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/projeto-bula/nota/deputada-ex-aliada-de-bolsonaro-vai-coordenar-campanha-estadual-de-moro/>.

MIGUEL, Luis Felipe. “Gênero e representação política”. em Miguel, Luis F; Biroli, Flávia. *Feminismo e política: Uma introdução*. Boitempo, 2021. Kindle Version.

MORANT I Arino, Tony. 2019. Uma primeira aproximação comparada ao fascismo feminino no Brasil e na Espanha (1932-1937). *Locus: Revista de História*, v. 25, n. 2.

MUDDE, C. . *The far right today*. London, Polity Press, 2019.

UOL. 2020. “Carla Zambelli diz que está com covid-19 e fará uso da hidroxicloroquina [19/08/2020]”. 2020, 19 de agosto de 2020. <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/19/carla-zambelli-esta-com-covid-19-e-fara-tratamento-com-hidroxicloroquina.htm>.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. São Paulo, Paz e Terra, 2020.

PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Terra e Paz, 2017.

PIAIA, V. R., 2018. Rumores, fake news e o impeachment de Dilma Rousseff. *Teoria e Cultura*, 13(2), pp. 22-39.

PIKETTY, Thomas. *Brahmin Left vs Merchant Right: Rising Inequality & the Changing Structure of Political Conflict (Evidence from France, Britain and the US, 1948-2017)*. Working Paper Series, n° 7, World Inequality Lab, 2018. Disponível em: <http://piketty.pse.ens.fr/files/Piketty2018.pdf>

PINHEIRO-MACHADO, R. & SCALCO, L. M., 2018. Da esperança ao ódio: a juventude periférica bolsonarista. In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; VARGAS-MAIA, Tatiana. *The Rise of the Radical Right in the Global South*. Routledge: Londres, 2023.

POWER, Margaret. 2002. *Right-Wing Women in Chile. Feminine Power and the Struggle against Allende, 1964-1973*. University Park, PA., Pennsylvania State University Press.

POWER, Margaret. 2005. La mujer de la derecha en America Latina y en el mundo: una perspectiva comparativa. *Revista de Estudios Históricos*, Volumen 2, N°1.

PUGLIA, L. S., 2018. Gramsci e os intelectuais de direita no Brasil contemporâneo. *Teoria e Cultura*, 13(2), pp. 40-54.

Redação RBA. 2021. “Câmara confirma extremista Bia Kicis na presidência da CCJ”. 3 de outubro de 2021. <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2021/03/camara-confirma-extremista-bia-kicis-na-presidencia-da-ccj/>.

RIBEIRO, Amanda, e Bruno Fávero. 2020. “Deputados investigados por ‘fake news’ publicam dois tweets críticos ao STF por dia em três meses | Aos Fatos”, 28 de maio de 2020. <https://www.aosfatos.org/noticias/deputados-investigados-por-fake-news-publicam-dois-tweets-criticos-ao-stf-por-dia-em-tres-meses/aosfatos.org/noticias/deputados-investigados-por-fake-news-publicam-dois-tweets-criticos-ao-stf-por-dia-em-tres-meses/>.

RIBEIRO, M. M., 2018. Antipetismo e conservadorismo no Facebook. In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

RIBEIRO, S., 2018. Feminismo: um caminho longo à frente. In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

ROCHA, C. M., 2017. A bancada feminina representa os interesses das mulheres? Uma análise da atividade legislativa em prol das mulheres na Câmara dos Deputados (1995-2014). In *9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política*. Montevideu.

ROCHA, C., 2018. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

- ROCHA, C., 2019. *Menos Marx, Mais Mises: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)*. Tese de doutorado em Ciência Política. USP: São Paulo.
- ROCHA, Camila, SOLANO, Esther; MEDEIROS, Jonas. The Bolsonaro paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil. Springer, 2021 ed. 2021.
- SANTOS, F. e Tanscheit, T. 2019. “*Quando velhos atores saem de cena: a ascensão da nova direita política no Brasil*”. *colomb.int.* [online]., n.99, pp.151-186.
- SANTOS, R. M., 2018. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola sem Partido entre 2014 e 2018. *Teoria e Cultura*, 13(2), pp. 118-134.
- SANTOS, Rayani Mariano dos. Conservadorismo na Câmara dos Deputados: Discursos sobre “ideologia de gênero” e Escola Sem Partido entre 2014 e 2018> In: *Teoria e Cultura*, Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais – UFJF. Volume 3, n. 2. Dezembro, 2018.
- SARDINHA, Edson. 2019. “Alê Silva: quem é a deputada do PSL que denunciou o ministro do Turismo”. *Congresso em Foco*. 5 de outubro de 2019.
<https://congressoemfoco.uol.com.br/amp/projeto-bula/reportagem/ale-silva-quem-e-a-deputada-do-psl-que-denunciou-o-ministro-do-turismo/>.
- SAYÃO, D. T. Corpo, poder e dominação: um diálogo com Michelle Perrot e Pierre Bourdieu. *Perspectiva*, Florianópolis, 21, Janeiro-Julho 2003
- SCHREIBER, R. Righting Feminism: Conservative Women and American Politics. New York: Oxford University Press, 2008.
- SCOTT, Joan Wallach. Gender: A Useful Category of Historical Analysis, *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, dezembro, 1986, pp. 1053-1075.
- SCOTT. Gender: Still a Useful Category of Analysis? *Diogenes*, v. 225, 2010, pp. 7–14
- SCOTT. Only Paradoxes to Offer: French Feminists and the Rights of Man. Harvard University Press, 1996.
- SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, Pátria e Família: As mulheres no golpe de 1964*. Petrópolis, Brazil, vozes, 1985.
- SOARES, Olavo. 2019. “Dinheiro, poder, eleições: o que está em jogo na possível saída de Bolsonaro do PSL”. *Gazeta do Povo*, 10 de setembro de 2019, seq. republica.
<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/saida-bolsonaro-psl-ameaca-desfiliacao-poder-dinheiro/>.
- SOARES. 2021. “Convenção coletiva formaliza fusão PSL-DEM e criação do União Brasil”. *Gazeta do Povo*, 10 de maio de 2021, seq. republica.
<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/convencao-coletiva-formaliza-fusao-psl-dem-e-criacao-do-uniao-brasil/>.
- SOLANO, E. “*A bolsonarização do Brasil*.” Pp. 250-262 in *Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje*, edited by S.r.H. Abranches. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 2019.

SOLANO, E., org., 2018. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

SOUZA, N. Z. R., 2018. Em defesa da moral cristã? Fundamentos e justificativas da bancada evangélica nos projetos de lei anti aborto. *Teoria e Cultura*, 13(2), pp. 135-150.

TANSCHKEIT, Talita. Jair Bolsonaro and the defining attributes of the populist radical right in Brazil. In: BALE, Tim. KALTWASSER, Cristobal. Riding the populist wave. Europe's Mainstream Right in Crisis. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2021.

TELES, E., 2018. A produção do inimigo e a insistência do Brasil violento e de exceção. In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

TREFZER, Annette; JACKSON, Jeffrey T.; MCKEE, Kathryn; DELLINGER, Kirsten. **The Global South**, Vol. 8, No. 2, The Global South and/in the Global North: Interdisciplinary Investigations (Fall 2014), pp. 1-15. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/10.2979/globalsouth.8.2.1.pdf?refreqid=excelsior%3A7baebe526130e1196eacbf940bb5da&ab_segments=&origin=&initiator=&acceptTC=1

TSE. "TSE aprova registro do partido União Brasil". s.d. Justiça Eleitoral. Acedido a 21 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Fevereiro/tse-aprova-registro-do-partido-uniao-brasil>.

TSE. 2023. "Mulheres e política: decisões do TSE combatem fraude à cota de gênero". Justiça Eleitoral. Acedido a 05 de julho de 2023.

TURTELLI, Camila, e Emily Behnke. 2020. "Deputada olavista quer acabar com cota feminina nas eleições", 20 de agosto de 2020. <https://www.terra.com.br/noticias/eleicoes/deputada-olavista-quer-acabar-com-cota-feminina-nas-eleicoes,bcb27af5c879e77f7f7be620be112328a3zynm610.html>.

VAGGIONE, Juan Marco. "A restauração legal: o neoconservadorismo e o direito na América Latina" em Biroli, Flavia (ed.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020. Versão kindle.

VAGGIONE, Juan Marco; Machado, Maria das Dores Campos; Biroli, Flávia. "Introdução Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina" em Biroli, Flavia (ed.). *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020. Versão kindle.

VALLE, V. S. M., 2018. Direita religiosa e partidos políticos no Brasil: os casos do PRB e do PSC. *Teoria e Cultura*, 13(2), pp. 85-100.

VARELA, Gabrielle. 2022. "Conselho de Ética abre processos contra Eduardo Bolsonaro, Bia Kicis, Carla Zambelli". *CNN Brasil*, 24 de abril de 2022. <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/conselho-de-etica-abre-processos-contr-eduardo-bolsonaro-bia-kicis-carla-zambelli/>.

VASCONCELLOS, Fábio. s.d. "Maioria dos partidos se posiciona como de Centro. Veja quem sobra no campo da Direita e da Esquerda". Na base dos dados - O Globo. 2016. Acedido a 14 de julho de 2022. <https://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos->

[dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html](https://www.g1.com.br/politica/dados/post/maioria-dos-partidos-se-posiciona-como-de-centro-veja-quem-sobra-no-campo-da-direita-e-da-esquerda.html).

VIEIRA, H., 2018. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In E. Solano, org. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo.

VILLAZÓN, J. C., 2015. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In S. V. Cruz & A. Kaysel & G. Cudas. *Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Perseu Abramo. pp. 163-175.

VIVAS, Fernanda, Elisa Clavery, e Fernanda Calgaro. 2019. “PSL decide suspender cinco deputados das atividades partidárias | Política | G1”. *G1*, 18 de outubro de 2019. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/18/psl-decide-suspender-cinco-deputados-de-atividades-partidarias.ghtml>.

WELBERSA, K., ATTEVELDT, W. V. & BENOIT, K., 2017. Text Analysis in R. *Communication Methods and Measures*, 11(4), pp. 245-265.

ZIRBEL, I. Ondas do Feminismo. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, v.7, nº2, p. 10-31, 2021.

ZUCATTO, Giovana Esther. “*Não se nasce militar, torna-se militar*”: Uma análise do processo de inserção feminina nas Forças Armadas Brasileiras. 2018. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018. 87f.

DADOS:

Site Oficial da Câmara dos Deputados. Quem são os Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/quem-sao/resultado?search=&partido=&uf=&legislatura=55&sexo=F&pagina=3>

Site oficial da Câmara dos Deputados, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Página Inicial → Atividade Legislativa → Discursos e Debates; Filtros: *Nome Deputada*; Partido: PSL; Período: 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022; Pesquisar em: Plenário.

Site oficial da Câmara dos Deputados, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/discursos-e-notas-taquigraficas>. Página Inicial → Atividade Legislativa → Discursos e Debates; Filtros: *Nome Deputada*; Partido: PSL; Período: 1 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2022; Pesquisar em: Plenário.

TSE. Estatísticas Eleitorais. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-candidaturas/g%C3%AAnero?session=8865888224628>>.

ANEXOS A - Exemplo da análise dos discursos da deputada Chris Tonietto (PSL)

Ano	Data	Sessão	Tipo	Link	Partido	Resumo	Tema	Principais Phases	Observações
2019	05/02/2019	1.2019	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES		PSL	Agradecimento aos eleitores do Estado do Rio de Janeiro pela eleição do orador. Compromissos de atuação parlamentar em defesa da vida, da família e dos valores cristãos, e contra o aborto, a ideologia de gênero, a corrupção e a criminalidade.	valores morais e aborto	<p>- "Quero reafirmar aqui o meu compromisso moral em defesa da vida, desde a concepção, em defesa da família, dos valores cristãos, em combate ao aborto, à ideologia de gênero, à corrupção e à criminalidade. Conclamo a juventude brasileira a não pensar e esperar em nossa Nação. Quero servir à minha Pátria com todo o amor, com toda a ética, a idoneidade, a moral e o vigor que tanto inspira a minha fé católica. Desejo a todos um excelente e abençoado mandato e que Deus abençoe nossas ações aqui nesta Casa Legislativa."</p> <p>- Contra globalismo: "Felizmente, um novo tempo reservado pela divina providência à nossa Nação desortina-se diante nós. Novas alianças no plano internacional afastam do nosso País as ditaduras socialistas e abraça em novos investimentos e cooperação no plano econômico. Década de subserviência às agendas culturais e políticas da ONU são gradativamente abandonadas em prol de uma correta reafirmação da soberania nacional e do antigo modelo bilateral de relações internacionais. Tudo promete um crescimento econômico e uma prosperidade sem precedentes para o nosso País."</p> <p>- Defesa da família: "Segundo esta mesma linha do Governo, comprometo-me a lutar contra o ensino da ideologia de gênero nas escolas e pela garantia do princípio da subsidiariedade, que dá à sociedade - e, portanto, aos pais - a prioridade na educação de nossas crianças. Comprometo-me com a luta pela proteção da instituição familiar, célula mater da sociedade, fundamento histórico da políe e fundamento antropológico das leis. Comprometo-me com o combate ao ativismo judicial, consubstanciado na flagrante usurpação de competência levada a efeito pelo STF através, por exemplo, da ADPF 442. Comprometo-me com a implementação de políticas públicas em prol da saúde, da educação, do combate à criminalidade e em defesa da segurança pública, da ordem e da própria democracia."</p> <p>- Mulheres: "Como mulher, eleita democraticamente pelo meu querido povo fluminense, represento os anseios de tantas outras mulheres, inclusive das que ainda não nasceram. E nós, nobres Parlamentares, precisamos abandonar o espírito nefasto de fragmentação do Brasil em detrimento do espírito de unidade para a construção de um país verdadeiramente baseado nas virtudes."</p>	
2019	07/02/2019	3.2019	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES		PSL	Solidariedade aos familiares das vítimas de enchentes ocorridas no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Apoio ao Presidente Jair Bolsonaro. Compromissos da atuação parlamentar da oradora.	Mulheres		
2019	14/02/2019	8.2019	ORDEM DO DIA		PSL	Contestação aos pronunciamentos contra o Ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez. Destruatização do sistema educacional brasileiro pelos Governos Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Orientação de bancada na votação do requerimento de encerramento da discussão e do encaminhamento da votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 379-B, de 2016.	educação		
2019	27/02/2019	182.019	ORDEM DO DIA		PSL	Incoerência de discursos de Deputados oposicionistas contra o Governo Jair Bolsonaro. Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 399-B, de 2017, sobre a aprovação do texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, a cerca da criação do Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, Estado da Bahia.	Contra Esquerda	"Quem não eles para dizer o que é patriotismo? Eles, que substituíram a nossa bandeira verde-amarela pela bandeira vermelha, que atacaram os nossos valores públicos, destruindo a vida de milhões de brasileiros, agora vêm dizer que estão preocupados com os pobres?"	
2019	20/03/2019	352.019	ORDEM DO DIA		PSL	Aplicação, pelos governos do PT, de elevados recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES em países comunistas. Orientação de bancada na votação do Subemenda Substitutiva Global apresentada pelo Relator da Comissão Especial, ressalvados os destaques.	Contra Esquerda	"Governos do PT, que gastaram bilhões, através do BNDES, em países dominados por partidos, ou melhor, em países dominados pela ditadura comunista." <p>"Há duas forças brigando pela educação de nossas crianças: a pedagogia marxista, cuja maior referência é Paulo Freire, e a pedagogia globalista, que despreza o conhecimento, instrumentaliza as maiorias marxistas e induz a uma formação apenas para o mercado de trabalho, ou seja, puro tecnicismo. Assim, despreza a verdade e travam na educação o maior combate já visto neste País. Toda voz adocada e carregada de uma pseudomotividade e neutralidade forçada, que atinga para si todas as respostas aos problemas educacionais do Brasil, travada das mentes de Harvard, Oxford, ou seja lá qual for o bunker globalista que utilizam, tem um único objetivo: afastar a população da verdade."</p> <p>"Com as nossas crianças, não se metam!"</p>	
2019	21/03/2019	372.019	ORDEM DO DIA		PSL	Críticas à adoção das pedagogias marxista e globalista no âmbito do sistema educacional brasileiro.	Educação e globalismo		
2019	21/03/2019	372.019	ORDEM DO DIA		PSL	Orientação de bancada na votação do Projeto de Resolução nº 27, de 2019, sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Namíbia.	administração pública		
2019	08/04/2019	632.019	COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES		PSL	Razões do apoio do PSL à proposta de reforma previdenciária. Exatidão da atuação do Líder do Governo na Casa.	Previdência Contra Esquerda	"Homens e mulheres do meu Brasil, o verdadeiro Estado forte é aquele em que seus governantes são honestos e justos, como o nosso Presidente, e economizam mais dinheiro para priorizar os serviços essenciais de saúde, segurança e educação, o governo que não sufoca a população com impostos abusivos e uma gigantesca burocracia frequentemente incompetente e corrupta. O que a Esquerda chama de Estado forte é um Estado trâmico e falido. É hora de darmos um basta a este Estado de irresponsabilidade administrativa, em que os políticos de até então transformaram o Brasil. Nós precisamos já da nova Previdência!" <p>"- de prestigiar esta grande mulher, a Princesa Isabel?"</p> <p>"- Amiga e obediente, discípula do Papa Leão XIII, Isabel sabia amar a liberdade, respeitando a ordem. Sabia buscar a dignidade para todos, sem comprometer-se com uma qualidade química. Sabia governar com autoridade, lembrando-se de que esta lhe fora conferida por Deus e deveria ser exercida em nome d'Ele."</p> <p>"- Que a nossa grande libertadora, a Princesa Isabel, possa servir para ele e para nós como exemplo máximo de coragem, equilíbrio, piedade e magnanimidade. Isabel salvou sua alma, salvou sua vida e salvou o Brasil da vergonha da escravidão, o que lhe custou a zona. Louvemos a Deus que hoje nossa República, tão bela como ideia e marcada por tantos erros e desastros no mundo real, queira homenagear a mãe da liberdade, que infelizmente transformamos, ao longo de um século, em algo quase tão triste quanto a escravidão."</p> <p>"Que Deus nos conceda, pela intercessão de Nossa Senhora de Fátima, cujo dia celebramos ontem, o privilégio de continuar o grande trabalho cristão e civilizador de nossa libertadora! E que possamos, com a graça de Nosso Senhor Jesus Cristo, passá-la um dia no reino dos céus."</p> <p>"Viva a princesa Isabel! Viva o Brasil! Viva Cristo Rei, de quem ela e eu somos servais!"</p> <p>"- Aqui, como filha desta igreja, a igreja que eu tanto amo, a Igreja Nossa Santa Católica e Apostólica, eu não poderia deixar de me dirigir aos senhores, inclusive às autoridades eclesásticas, para que nós possamos refletir melhor sobre o tempo em que nós estamos. Eu sei que muitos tentam amortigar a nossa voz, calar a nossa voz. Querem que nós, cristãos, vejamos as catacumbas, mas nós podemos permitir isso."</p> <p>"Por isso, nós estamos aqui reunidos nesta sessão solene também, para que pensemos qual é o sentido da nossa fé. Querem calar a nossa voz, mas nós precisamos debravar."</p> <p>"Infelizmente, ontem nós tivemos uma tristeza do julgamento da AD 02/16, mas eu conclamo verdadeiramente a Igreja de que sou filha, para que nós possamos bradar."</p> <p>"Por isso eu digo sempre, ao final de todos os meus discursos, 'Viva Cristo Rei!', porque nós temos valores cristãos, valores estes fundantes da nossa Nação brasileira. E por que nós devíamos que estes valores sejam esquecidos?"</p> <p>"Muito bem foi dito aqui por aqueles que me antecederam, em suas falas, e eu conclamo os senhores também a que possamos refletir realmente bradar 'Viva, Cristo Rei!'."</p> <p>"Viva a Concordata Brasil-Santa Sé, Viva Cristo Rei, e que nós nunca nos calemos, mas que defendamos a fé, defendamos a Santa Igreja!"</p>	
2019	14/06/2019	1.512.019	HOMENAGEM		PSL	Caráter histórico da assinatura, pela Princesa Isabel, da Lei Áurea sobre a abolição da escravidão no Brasil.	Ordem à Princesa Isabel		
2019	04/07/2019	1.832.019	PEQUENO EXPEDIENTE		PSL	Questão de ordem sobre a necessidade de observância do princípio da proporcionalidade partidária na composição de Comissões Externas da Câmara dos Deputados.	administração pública		
2019	04/07/2019	1.832.019	PEQUENO EXPEDIENTE		PSL	Luta política contra a ideologia da Esquerda. Congratulações ao Deputado Eduardo Bolsonaro. Atuação parlamentar da oradora em defesa da vida, da família tradicional, dos valores cristãos, contra o aborto e a discriminação do consumo de drogas. Empenho na realização das reformas previdenciária, tributária e política. Críticas ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, de temas legislativos relacionados ao aborto e à tipificação do crime de homofobia, em usurpação à competência do Congresso Nacional. Defesa da instauração de CPI destinada à investigação de atividades político-partidárias ilícitas de partidos e organizações esquerdistas na América Latina. Importância do Projeto de Lei nº 4.754, de 2016, sobre a tipificação do crime de responsabilidade dos Ministros do Supremo Tribunal Federal na usurpação da competência dos Poderes Legislativo e Executivo.	Contra Foro de SP / Esquerda / Religião	"- reatou vive morio" <p>"- Milhões voçação política apareceu junto com a vontade e necessidade de resistir de forma concreta e concreta à demolição completa de nossas instituições democráticas por parte de uma esquerda totalitária que desejava a abolição de todos os valores fundantes do nosso País e sua substituição por uma ideologia totalmente moral."</p> <p>"Felizmente, meus anseios não somente acompanhavam os meus queridos eleitores que confiaram em minhas propostas e me confiaram o voto, mas também refletiam uma revolta geral do povo brasileiro contra o PT e o projeto de poder trâmico do Foro de São Paulo."</p> <p>"- difundir pela sociedade os valores e princípios."</p>	
2019	04/07/2019	1.832.019	GRANDE EXPEDIENTE		PSL	Expectativa quanto à aprovação, em segundo turno, da proposta de reforma previdenciária em consonância com os anseios do povo brasileiro.	Previdência		
2019	06/08/2019	2.032.019	COMUNICAÇÕES BREVES		PSL	Declaração de voto pela aprovação, em segundo turno, da proposta de reforma da Previdência Social.	Previdência		
2019	06/08/2019	2.032.019	COMUNICAÇÕES BREVES		PSL	Região com a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, sobre a reforma da Previdência Social.	Previdência		
2019	13/08/2019	2.152.019	GRANDE EXPEDIENTE		PSL	Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 3.885, de 2000, sobre a inclusão de Assistência Social no quadro dos profissionais da educação em cada escola.	Impostos sociais		
2019	21/08/2019	2.332.019	ORDEM DO DIA		PSL	Questão de ordem sobre a impossibilidade regimental de alteração do resultado de votação por meio de questão de ordem.	administração pública		
2019	17/09/2019	2.752.019	ORDEM DO DIA		PSL	Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por duas sessões, da discussão do Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 3.029, de 2019, (11.021-B, de 2018, na Câmara dos Deputados), a respeito das regras aplicadas às eleições.	administração pública		
2019	18/09/2019	2.782.019	ORDEM DO DIA		PSL	Orientação de bancada na votação do Veto Parcial nº 19, de 2019, a respeito do Projeto de Lei nº 37, de 2013, acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, das condições de atenção aos usuários ou dependentes químicos e do financiamento de políticas sobre drogas.	segurança pública		
2019	25/09/2019	016.1.56.N	ORDEM DO DIA		PSL				

ANEXO B - Exemplo da Análise dos Projetos de Lei da deputada Caroline de Toni (PSL)

Ano	Proposições	Tipo da Proposição	Temas	Autor(es)	UF	Partido(s)	Apresentação	Situação	Link	Citação	Observação
2019	PL 595/2019	Projeto de Lei	Prisão em segunda instância	Caroline de Toni/Carla Zambelli	SC	PSL/PSL/PSL/PSL	12/11/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Em se tratando de réu confesso, admite-se a hipótese de prisão para fins de execução provisória da pena após decisão criminal condenatória proferida por órgão de primeiro grau de jurisdição." "Também propomos a possibilidade de execução provisória da pena para os réus confessos, nesse caso, ainda que haja apenas a decisão do juiz de primeiro grau de jurisdição." "Há uma nítida diferença entre a presunção de inocência e a de não culpabilidade."	Ter em mente o contexto da prisão de Lula
2019	PL 5082/2019	Projeto de Lei	Educação Símbolo Nacionalista	Felipe Francischini/Caroline de Toni	RS	PSL/DEM/PSL/PSL	17/09/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Parágrafo único. Nas escolas públicas e particulares, é obrigatória a presença permanente de uma Bandeira Nacional em cada sala de aula e, diariamente, antes do início da primeira aula, os alunos prestarão o seguinte juramento: 'Benejam esta Bandeira, sob proteção de Deus, prometo defender a Nação Brasileira, a democracia, a liberdade, a justiça, a paz, a vida, sob todos os seus aspectos, o território brasileiro e os recursos naturais.'"	Bandeira como símbolo nacionalista
2019	PL 4918/2019	Projeto de Lei	Gasolina	Caroline de Toni	SC	PSL	09/09/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Para ser ter uma ideia da grave situação econômica derivada da manutenção dessas penas cometidas em distrito, tem-se hoje o crime de estupro com resultado lesão grave, que prevê, em seu preceito secundário, uma pena mínima de 08 (oito) anos de reclusão – superior, portanto, ao crime de homicídio. O mesmo vale para o crime de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal, que também trata pena mínima de 08 (oito) anos de reclusão."	
2019	PL 4786/2019	Projeto de Lei	Código Penal	Caroline de Toni	SC	PSL	30/08/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"A presente proposição visa salvaguardar o país e responsabilizar os autores de educação domiciliar, a fim de que não sejam recursos ao crime de abandono intelectual, eis que rotadamente não configurada a hipótese de privação de instrução."	
2019	PL 4110/2019	Projeto de Lei	Privatização	Caroline de Toni	SC	PSL	15/07/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"A família tem a primazia na educação das crianças. A educação dada pelos pais é um direito natural garantido aos genitores, aliás, um dever gravíssimo e que está consagrado pela Lei Natural. Tal lei entendendo o Direito Humano." "Quando o Estado usurpa o múnus de ensinar das famílias, ele suga a possibilidade de uma educação integral, oferecendo, em seu lugar, apenas uma educação parciais ou de conteúdos; uma educação, portanto, estagnada! Dessa forma, a educação se apouca e é entendida em função da sociedade, que hoje utiliza o meio como fim, desprezando a verdadeira finalidade e afastando o país do processo educacional."	
2019	PL 3847/2019	Projeto de Lei	Saúde	General Petermann/Caroline de Toni	RS	PSL/PSL/PSL/PSL	01/07/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Ainda mais, o poder público precisa estar limitado a ajudar, apoiar, incentivar as famílias que se associam nessas comunidades em busca do bem, da Verdade e da beleza – só assim reveremos nossas famílias, nossas cidades."	
2019	PL 3784/2019	Projeto de Lei	Bomboneiros	Caroline de Toni	SC	PSL	28/04/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Como afirmou Joaquim Nabuco, 'não basta acabar com a escravidão, é preciso deitar suas bases'. O projeto de lei que ora apresentamos, ao propor a primeira tabelei como patronal – ou patronesse –, da abolição da escravidão no Brasil, pretende oferecer contribuição histórica nesse sentido. Reconhecer a importância de sua sábia participação no processo de extinção da escravidão no Brasil é medida necessária para que esse fato histórico seja associado com a devida reverência. Nossa proposta, se efetivada, será um convite a refletir sobre o efetivo fim da escravidão no Brasil, em busca da sociedade que tanto nos orgulha quanto nos inspira."	Levar em conta bancada marquiستا
2019	PL 3262/2019	Projeto de Lei	Educação História	Chris Tonietto/Bia Ricci/RUI/DF/SC/CE	RS	PSL/PSL/PSL/PSL	03/04/19	Ponida para Pauta	http://www.cam.gov.br	"Paulo Freire era adepto da teoria marxista e da sua aplicação na educação por meio da chamada 'pedagogia do oprimido'. Inerente essa de larga aplicação na educação nacional, desmentando a sua finalidade essencial para convertê-la na mera defesa de uma ideologia."	Esquerda
2019	PL 2824/2019	Projeto de Lei	Monarquia	Chris Tonietto/Carolina RUSC/DF/SP/RS/PSL/PSL/PSL	RS	PSL/PSL/PSL/PSL	14/03/19	Ponida para Pauta	http://www.cam.gov.br	"O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero! O professor 'não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas'."	Levar em conta bancada marquiستا
2019	PL 2589/2019	Projeto de Lei	Educação	Caroline de Toni	SC	PSL	29/04/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado" "O Poder Público não se imiscuirá no processo de amadurecimento sexual dos alunos nem permitirá qualquer forma de dogmatismo ou proselitismo na abordagem das questões de gênero! O professor 'não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas'."	Leva contra a Esquerda / Esquerda
2019	PL 1777/2019	Projeto de Lei	Documentos de Identidade	General Petermann/Caroline de Toni	RS	PSL/PSL/PSL/PSL	27/03/19	Arquivada	http://www.cam.gov.br	"Sejam os raciais, não há evidências científicas para assegurar que o uso de máscara proteja a população, na mesma esteira, não existe evidência científica que respalde a eficácia total em utilizar as máscaras."	Proposta convalidada no sentido de ser "contra inclusão de minorias"
2019	PL 146/2019	Projeto de Lei	Educação "Escola sem Partido"	Bia Ricci/Chris Tonietto/DF/RS/SP/SC/RS/PSL/PSL/PSL/PSL	RS	PSL/PSL/PSL/PSL	04/02/19	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Fazeremos raciais, não há evidências científicas para assegurar que o uso de máscara proteja a população, na mesma esteira, não existe evidência científica que respalde a eficácia total em utilizar as máscaras."	
2020	PL 5385/2020	Projeto de Lei	Educação	Caroline de Toni	SC	PSL	04/12/20	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Para além de toda carga ideológica que cerca o tema igualdade de gênero, o fato é que, estarmos do ponto de vista prático, desde que essa fangameira cota foi inserida na legislação eleitoral pela Lei nº 12.034/2009, os partidos políticos têm enfrentado uma série de problemas com aplicação da referida norma." "Conquanto seja louvável o incentivo a participação feminina na política, é irregular que infelizmente apenas uma parcela muito pequena das mulheres de fato, se interesse por desenvolver atividade político-partidária. Por isso, é desejável que com o passar do tempo essa disparidade seja vencida." "Longo de tentar marginalizar a participação feminina nas eleições, mas tentando minuar a insegurança jurídica por que passam os partidos políticos durante o processo eleitoral."	
2020	PL 4672/2020	Projeto de Lei	Pandemia	Caroline de Toni	SC	PSL	22/09/20	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br	"Sejam os raciais, não há evidências científicas para assegurar que o uso de máscara proteja a população, na mesma esteira, não existe evidência científica que respalde a eficácia total em utilizar as máscaras."	
2020	PL 4139/2020	Projeto de Lei	Educação	Carla Zambelli/Luiz F. SP/RS/RS/DF/SP/RS/PSL/PSL/PSL/PSL	RS	PSL/PSL/PSL/PSL	11/08/20	Pendências	http://www.cam.gov.br	"É proibida a apologia de regimes totalitários nazista e comunista, bem como a apologia de atos de violência política, desde que ligados à esquerda, a igi. Maneira de Com este Projeto esperamos dar uma basta à defesa seletiva de regime: incidir a esquerda de ser comunista ?"	Teria alguma relação com o fato de Bolsonaro ter dito que o nazismo era de esquerda?
2020	PL 3614/2020	Projeto de Lei	Fundo Eleitoral	Caroline de Toni	SC	PSL	02/07/20	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br		
2020	PL 3613/2020	Projeto de Lei	Propaganda Eleitoral	Caroline de Toni	SC	PSL	02/07/20	Arquivada	http://www.cam.gov.br		
2020	PL 3612/2020	Projeto de Lei	OAB	Caroline de Toni	SC	PSL	02/07/20	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br		
2020	PL 95/2020	Projeto de Lei	Saúde	General Petermann/Caroline de Toni	RS	PSL/PSL/PSL/PSL	04/02/20	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br		
2021	PL 3944/2021	Projeto de Lei	Saúde	Caroline de Toni	SC	PSL	09/11/21	Parcer	http://www.cam.gov.br		
2021	PL 3401/2021	Projeto de Lei	Armas	Caroline de Toni	SC	PSL	01/10/21	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br		
2021	PEC 132/2021	Projeto de Emenda	Administração pública	Cacá Leão/Abilio San BA/BA/GO/MG/PP/PL/PP/PSL/PSL	BA	PP/PL/PP/PSL/PSL	30/09/21	Transformado em Norma Jurídica	http://www.cam.gov.br		
2021	PL 2853/2021	Projeto de Lei	Meio-ambiente	Caroline de Toni	SC	PSL	17/08/21	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br		
2021	PL 2852/2021	Projeto de Lei	Porte de armas	Caroline de Toni	SC	PSL	17/08/21	Tramitando em Conjunto	http://www.cam.gov.br		